



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO
E DESIGN

VITOR VASCONCELOS VIANA

(DES)INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: REMOÇÕES E
REASSENTAMENTOS NO CARIRI CEARENSE

FORTALEZA

2024

VITOR VASCONCELOS VIANA

(DES)INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: REMOÇÕES E
REASSENTAMENTOS NO CARIRI CEARENSE

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura, Urbanismo e Design da
Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial à obtenção do título
de mestre em Arquitetura, Urbanismo
e Design. Área de concentração:
Planejamento Urbano e Direito à
Cidade.

Orientador: Prof. Dr. Luis
Renato Bezerra Pequeno.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- V1(VIANA, Vitor Vasconcelos.
(DES)INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO : REMOÇÕES E REASSENTAMENTOS NO CARIRI
CEARENSE / Vitor Vasconcelos VIANA. – 2024.
283 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Arquitetura e Urbanismo e Design,
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Luis Renato Bezerra Pequeno.
1. Projeto de Integração do Rio São Francisco. 2. Remoções. 3. Reassentamentos. 4. Vilas Produtivas
Rurais. I. Título.

CDD 720

VITOR VASCONCELOS VIANA

(DES)INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: REMOÇÕES E
REASSENTAMENTOS NO CARIRI CEARENSE

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura, Urbanismo e Design da
Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial à obtenção do título
de mestre em Arquitetura, Urbanismo
e Design. Área de concentração:
Planejamento Urbano e Direito à
Cidade.

Aprovada em: 27/03/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Renato Bezerra Pequeno (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Joísa Maria Barroso Loureiro
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Prof. Dr. José Almir Farias Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Luis Renato Bezerra Pequeno, pela excelente orientação e dedicação.

Aos professores participantes da banca examinadora Profa. Dra. Joísa Maria Barroso Loureiro e Prof. Dr. José Almir pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões. Agradecimento também para a Profa. Dra. Denise Elias como inspiração das pesquisas desde a qualificação.

Aos moradores entrevistados, pelo tempo concedido nas entrevistas, pela acolhida e carinho.

Aos colegas da turma de mestrado, em especial a Marcela Monteiro e ao Carlos Bruno pelos nossos almoços de reflexões, críticas, sugestões e gargalhadas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design da UFC pelo apoio intelectual desde a graduação e financeiro através dos recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação - PROAP.

À Instituição FUNCAP, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

RESUMO

A presente dissertação parte da reflexão acerca das transformações das estruturas socioespaciais ocasionadas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) no Cariri, Ceará especificamente das remoções e reassentamentos. A hipótese validada dessa pesquisa era a de que o processo de implementação do PISF produziu uma fragmentação nas estruturas socioespaciais da população diretamente impactada, constituindo uma nova forma de convivência com o território. Tendo como objetivo geral analisar os impactos diretamente vinculados às remoções causadas pelas obras, bem como investigar as soluções compensatórias adotadas para as comunidades diretamente atingidas a partir da revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso ordenados em três capítulos, além da introdução e conclusão. Inicialmente, se apresenta e caracteriza o PISF enquanto instrumento de desenvolvimento regional a fim de compreendê-lo enquanto elemento da reestruturação produtiva do Nordeste. A partir disso, analisa-se as mudanças nas estruturas socioespaciais decorrentes da sua implantação na dimensão regional, vinculadas às remoções, avaliando suas adversidades e benefícios. Por fim, compreende-se as soluções e rebatimentos territoriais ocorridos na Vila Produtiva Rural de Vassouras em Brejo Santo, Ceará, investigando os impactos territoriais das ações de reassentamento. Têm-se como pilares teóricos conceituais a Reestruturação Produtiva, Arena Pública e Participação. O principal resultado alcançado na pesquisa aponta que o PISF não representa uma reestruturação produtiva econômica a nível municipal, mas o seu programa de reassentamento contribuiu no processo de reestruturação territorial do município.

Palavras-chave: Projeto de Integração do Rio São Francisco; Remoções; Reassentamentos; Vilas Produtivas Rurais.

ABSTRACT

This dissertation begins with a reflection on the transformations in socio-spatial structures caused by the São Francisco River Integration Project with the Northern Northeast Hydrographic Basins (PISF) in Cariri, Ceará, specifically removals and resettlement. The validated hypothesis of this research was that the PISF implementation process produced a fragmentation in the socio-spatial structures of the directly impacted population, constituting a new form of coexistence with the territory. The general objective is to analyze the impacts directly linked to the removals caused by the works, as well as to investigate the compensatory solutions adopted for the communities directly affected based on the bibliographic review, documentary analysis and case study organized into three chapters, in addition to the introduction and conclusion. Initially, the PISF is presented and characterized as an instrument of regional development in order to understand it as an element of the productive restructuring of the Northeast. From this, the changes in socio-spatial structures resulting from its implementation in the regional dimension, linked to removals, are analyzed, evaluating their adversities and benefits. Finally, we understand the territorial solutions and changes that occurred in Vila Produtiva Rural de Vassouras in Brejo Santo, Ceará, investigating the territorial impacts of resettlement actions. The theoretical conceptual pillars are Productive Restructuring, Public Arena and Participation. The main result achieved in the research points out that the PISF does not represent an economic productive restructuring at the municipal level, but its resettlement program contributed to the territorial restructuring process of the municipality.

Keywords: São Francisco River Integration Project, Removal, Resettlements, Rural Product Village.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Polígono das Secas (2017).....	p. 23
Figura 02: Hidroelétricas do Rio São Francisco.....	p. 28
Figura 03 - Áreas de influência direta e indireta do PISF.....	p.34
Figura 04 - PISF e seus Projetos complementares.....	p. 37
Figura 05 – Sistema de Gestão do PISF.....	p.40
Figura 06 – Atual Situação dos programas e projetos do PISF.....	p.41
Figura 07 - Vilas Produtivas Rurais.....	p. 64
Figura 08: Traçado do PISF no Ceará.....	p. 71
Figura 09: Organograma do SIGERH/CE.....	p. 72
Figura 10: Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará.....	p.73
Figura 11: Bacia do Salgado.....	p.75
Figura 12: Atividades produtivas em Brejo Santo: indústria de transformação e serviços de saúde.....	p. 78
Figura 13: VPR Vassouras e Conjunto de Barragens.....	p.83
Figura 14: VPR Vassouras.....	p. 88
Figura 15: VPR Vassouras- Setor Residencial.....	p.90
Figura 16 - Poço profundo para distribuição de água e caminhões para recolhimento do lixo.....	p. 92
Figura 17 – Placa da Obra de construção do sistema de abastecimento da VPR Vassouras, Brejo Santo, CE.....	p.93
Figura 18 – Associação, Postos de Saúde e Escola no Deserto, Brejo Santo – CE.....	p. 94
Figura 19: Programa Hora de Plantar e castramento no Sindicato.....	p. 95
Figura 20: Arena Pública dos Atores da VPR Vassouras.....	p. 101
Figura 21: Mobilização Popular do MAB e reação do COP/PMBJ.....	p. 104
Figura 22: Peça Publicitária informando a perfuração de poços profundos.....	p. 118
Figura 23: Moradores da VPR Vassouras.....	p. 125

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 01: Participação do PIB (2012-2021) - Brejo Santo (CE).....	p. 79
Gráfico 02: Número de habitações atendidas pela ENEL-CE (2014- 2022).....	p. 80
Gráfico 03: Avaliação do Processo de Transferência da VPR Vassouras..	p.86
Gráfico 04: Índices e IQV - VPR Vassouras.....	p. 98

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Barragens e Hidroelétricas do Rio São Francisco.....	p. 27
Tabela 02: Quadro Sinótico – Demandas versus Ações Adotadas.....	p. 37
Tabela 03: Programas e Planos Ambientais do PISF.....	p.38
Tabela 04: Propriedades e Famílias Afetadas.....	p. 53
Tabela 05.Distribuição das Famílias a serem realocadas por condição.....	p. 57
Tabela 06. Sistemática do Monitoramento e Avaliação.....	p. 64
Tabela 07 - Início da moradia nas Vilas Produtivas Rurais.....	p. 65
Tabela 08: Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará.....	p.72
Tabela 09: Divisão de área da VPR Vassouras.....	p. 89
Tabela 10: Falas sobre a participação nas reuniões.....	p. 109
Tabela 11: Dificuldades na produção do campo.....	p. 112
Tabela 12: Acesso ao direito do trabalho e da casa própria.....	p. 114
Tabela 13: Matriz FOFA.....	p. 117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA - Área Diretamente Afetada

ANA - Agência Nacional das Águas

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

CAC - Cinturão das Águas do Ceará

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba

CRH/CE - Conselho de Recursos Hídricos do Ceará

CONERH - Conselho de Recursos Hídricos do Ceará

DAP - Declaração de Aptidão

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

ENEL - Entidade Nacional de Eletricidade

ETAs - Estações de Tratamento de Águas

EVTEA - Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira e Ambiental

FETRACE - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FUNCEME - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

GPDs - Grande(s) Projeto(s) de Desenvolvimento

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IQV - Índice de Qualidade de Vida

ITERPA - Instituto de Terras da Paraíba

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem

MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional

MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia

MIN - Ministério da Integração Nacional

MPO - Ministério do Planejamento e Orçamento

MTb-RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PBA-08 - Programa de Reassentamento das Populações

PBA12 - Programa de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

PIB - Produto Interno Bruto

PNRH - Política Nacional de Recursos Hídricos

PNAE - Programa Nacional de Agricultura Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROURB-RH - Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos

PTT - Programa de Transferência Provisória

REBIO - Unidade de Conservação da Reserva Biológica

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SDA - Secretaria de Desenvolvimento Agrário

SEMARH - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte

SEPPE - Secretaria Especial de Políticas Regionais

SIGERH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos

SAAEBS - Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto de Brejo Santo

SISAR - Sistema Integrado de Saneamento Rural

SOHIDRA - Superintendência de Obras Hidráulicas

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

VMT - Verba de Manutenção Temporária

VPRs - Vilas Produtivas Rurais

SUMÁRIO

01 INTRODUÇÃO	p. 16
 CAPÍTULO 02 O PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NUMA PERSPECTIVA AMPLIADA	 p. 20
2.1 O NORDESTE E O RIO SÃO FRANCISCO	p. 21
2.2 O PISF NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA: PROJETO, PROGRAMA E ARRANJO.....	p.29
2.3 O PISF E SUAS CONTRADIÇÕES: ELEMENTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO NORDESTE?.....	p.42
 CAPÍTULO 03 – O IMPACTO DO PISF NO TERRITÓRIO: AS REMOÇÕES.....	 p.50
3.1. DE MORADORES A DESAPROPRIADOS: AS REMOÇÕES E REASSENTAMENTOS ENTRE O DISCURSO OFICIAL E O REAL	p. 51
 CAPÍTULO 04 – O IMPACTO DO PISF NO TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DA VILA PRODUTIVAS RURAL VASSOURAS.....	 p. 68
4.1 O PISF NO CEARÁ E A CIDADE DE BREJO SANTO.....	p. 70
4.2 A VILA PRODUTIVA RURAL DE VASSOURAS.....	p. 82
4.3 A ARENA PÚBLICA E A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES.....	p. 99
4.4 OS VELHOS E OS NOVOS DESAFIOS DA VPR VASSOURAS.....	p. 112
 5.0 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PERSPECTIVAS FUTURAS.....	 p. 122
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 p. 126
ANEXO 01 - PROJETO DE LEI 037/23 E REQUERIMENTO 011/19	p. 132
ANEXO 02 - CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E SOCIAL	p. 134
ANEXO 03 - RELATÓRIO TÉCNICO DO MONITORAMENTO DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA	p. 175
ANEXO 04 - MEMORIAL DESCRITIVO E DECLARAÇÃO DE POSSE	p. 193
ANEXO 05 - PRORROGAÇÃO DA VMT	p. 206
ANEXO 06 - PLANO DE TRANSFERÊNCIA	p.208

ANEXO 07- CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS DA VPR VASSORAS	p. 255
ANEXO 08 - PROJETO DA REDE HÍDRICA DOS LOTES IRRIGADOS.....	p. 281
ANEXO 09 - SOLICITAÇÃO DE REDUÇÃO DO ICMS.....	p. 282

01. INTRODUÇÃO

As ações de combate e/ou convívio com a seca no Nordeste brasileiro remontam desde o século XVI, evidenciando os problemas de acesso e escassez à água potável para o abastecimento humano e a dessedentação animal (Santana Filho, 2007). Nesse cenário, o Estado atua a partir de diversos projetos regionais, programas e políticas públicas de impactos e transformação das condições de vida dos moradores. Dentre esses, destaca-se o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF, maior projeto de desenvolvimento regional de infraestrutura do País com o objetivo de garantir a segurança hídrica a partir da transposição da bacia excedentária do Rio São Francisco para as bacias deficitárias do Nordeste. Sua materialização removeu forçosamente centenas de moradores que tiveram na política pública compensatória do reassentamento nas Vilas Produtivas Rurais - VPRs um recomeço do seu modo de vida e trabalho. Dessa forma, a análise dessas dinâmicas configuram-se como uma **justificativa** relevante a ser analisada.

Com a finalidade de compreender a distribuição dos custos, os interesses na arena pública, os impactos junto aos grupos sociais diretamente atingidos e as reais possibilidades de desenvolvimento socioeconômico da VPR a presente dissertação estrutura-se em 04 capítulos, além desta introdução perseguindo o objetivo principal de **analisar os impactos diretamente vinculados às remoções causadas pelas obras do PISF, bem como investigar as soluções compensatórias adotadas para as comunidades diretamente atingidas.**

Com relação a **metodologia** utilizada parte-se da compreensão do PISF enquanto uma estrutura complexa de sistemas correlacionados entre si caracterizando-o como estruturalista-funcionalista (Marconi, Lakatos, 2003). Devido a abordagem que busca a familiarização ao problema descrito, sua descrição enquanto fenômeno e identificação dos fatores causais e das circunstâncias que o compõem, respectivamente, pode-se caracterizar dentro de uma perspectiva exploratória-descritivo-explicativo (Gil, 2002). Aliado a

esse processo, a pesquisa possuiu uma perspectiva construtivista por buscar as múltiplas experiências individuais a fim de desenvolver uma teoria social historicamente construída, configurando-se uma abordagem qualitativa (Creswell, 2010).

Essa escolha metodológica deveu-se pois, inicialmente, o PISF foi abordado de maneira ampla dentro de suas múltiplas camadas, tanto na sua materialização física quanto programática dentro do processo histórico que o compõem, reforçando o caráter estruturalista-funcionalista de Marconi e Lakatos (2003) buscando identificar suas relações causais e circunstâncias que constituíram o processo de remoção e reassentamento que o constitui reafirmando uma abordagem exploratória-descritivo-explicativo de Gil (2002) para que a partir disso, possa se estender sobre as múltiplas experiências individuais criando uma teoria social própria dentro do estudo de caso derradeiro na perspectiva construtivista numa abordagem qualitativa de Creswell (2010).

Para isso, inicialmente fez-se necessário **apresentar e caracterizar o PISF enquanto instrumento de desenvolvimento regional nos seus conteúdos programáticos numa abordagem histórica e territorial compreendendo-o no processo de reestruturação produtiva do Nordeste**. Como procedimentos metodológicos, usou-se da revisão bibliográfica e análise documental visando fortalecer os pressupostos teórico-conceituais da Reestruturação produtiva do Nordeste de Elias (2006) e Porto (2006) que fundamentam esta parte da dissertação. A pesquisa documental de relatórios técnicos, normativas obtida através das plataformas digitais como Periódicos CAPES, repositório de jornais online, Biblioteca Nacional Digital. Destaca-se como principais referências utilizadas nesse capítulo: Ab'Saber, 1999, Vale, 2006, Villa, 2000, Lima, 2005, Sacconi et al, 2019, Sarmiento, 2005, Ferreira, 2021 e Soares, 2013, além do documento técnico RIMA, Relatório de Impacto Ambiental, 2004.

Diante da abordagem compreensiva ampliada do PISF, partimos para **a análise das mudanças nas estruturas socioespaciais decorrentes da implantação do PISF e de seus projetos correlatos na dimensão regional, notadamente aquelas vinculadas às remoções de comunidades e**

famílias, avaliando suas adversidades e benefícios, considerando os diferentes grupos sociais atingidos. Para isso, foi realizada a revisão da literatura com objetivo de identificar e analisar espacialmente os efeitos positivos e negativos deste processo tendo como principais referências: Nogueira 2015, 2018, 2019; Silva, 2022; Almeida, 2022 e Gonçalves et al 2021, além do documento técnico PBA-08 - Programa de Reassentamento das Populações, 2005.

A fim de aprofundar essa análise de forma qualitativa, a pesquisa buscou **compreender as soluções e rebatimentos territoriais ocorridos na Vila Produtiva Rural de Vassouras em Brejo Santo, Ceará em suas particularidades socioeconômicos e políticos, investigando os rebatimentos territoriais das ações de reassentamento.** Como procedimentos metodológicos nesta derradeira fase, destaque para o estudo de caso, história oral, análise documental, entrevistas e observação de campo. Utiliza-se da matriz FOFA (Força, Oportunidade, Fraqueza e Ameaça) para sintetizar de forma abrangente e sistemática esse panorama geral construindo um quadro que contribuiu no processo de formulação dos resultados da pesquisa.

Explora-se os **pilares teóricos conceituais** de Arena Pública de Strauss (1992) e Cefai (2002) e da Participação de Arnstein (1969), Abers (2016), entre outros a fim de formular uma síntese conclusiva sobre o processo investigativo.

Dentre os **resultados** obtidos podem ser elencados: i. a compreensão do PISF enquanto instrumento da política pública de reestruturação produtiva; ii. compreensão do processo de remoção entre o discurso oficial e o real; e iii. sínteses analíticas do quadro atual do PISF e da VPR analisada apontando como elemento de reestruturação territorial municipal, mas não produtiva.

Como contribuição maior desta pesquisa pretende-se ampliar o debate em relação aos reais efeitos e medidas mitigadoras associadas aos impactos dos grandes projetos regionais a partir da leitura crítica do PISF pontuando esses impactos junto às comunidades diretamente atingidas, as

remoções e o reassentamento, dentro das demais consequências aos moradores.

2.0 O PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NUMA PERSPECTIVA AMPLIADA

Este capítulo tem como objetivo apresentar e caracterizar o PISF enquanto instrumento de desenvolvimento regional nos seus conteúdos programáticos numa abordagem histórica e territorial a fim de compreendê-lo enquanto instrumento da reestruturação produtiva do Nordeste. Utiliza-se como metodologia a revisão da literatura a partir dos autores Ab'Saber, 1999, Elias, 2006, Porto, 2006, Pereira, 2006, Vale, 2006, Villa, 2000, Lima, 2005, Sacconi et al, 2019, Sarmiento, 2005, Ferreira, 2021 e Soares, 2013

Estrutura-se a partir da apresentação de i) um quadro geral do Nordeste em suas dinâmicas endógenas, suas potencialidades e desafios, a fim de se familiarizar com o espaço natural no qual se insere o PISF. Após, ii) realiza-se uma atualização da situação da obra e daquilo que havia sido planejado para que se apresente iii) o arranjo institucional e seus programas como subsídio teórico para iv) apontar o PISF como elemento do desenvolvimento e reestruturação do Nordeste. Apresentando-se um cenário de se afirmar as contradições do projeto do PISF.

Como resultado compreendemos o PISF dentro de suas múltiplas camadas e processos enquanto elemento dinamizador das relações sociais e produtivas do Nordeste.

2.1 O NORDESTE E O RIO SÃO FRANCISCO.

O Brasil detém 2,7% da população mundial e 12% da água doce superficial do mundo¹ distribuídos de forma desigual sobre o território tendo principalmente no Nordeste brasileiro um quadro de secas² prolongadas; altas taxas de evaporação; baixos e concentrados índices pluviométricos com duração de cinco a oito meses e média anual inferior a 800 milímetros distribuídos irregularmente no espaço e no tempo; temperaturas elevadas (com médias entre 27° a 29°); rios intermitentes e sazonais permanecendo secos entre cinco a sete meses do ano e ciclos de fortes estiagens (Ab´Saber, 1999; Suassuna, 2005). Potencializando esse cenário têm-se as mudanças climáticas que aliado ao quadro de seca produz um quadro de desertificação implicando em reduções da disponibilidade hídrica e no declínio das atividades agrícolas, ampliando o já difícil quadro socioeconômico da população (Tavares, De Arruda, Da Silva, 2019).

Nessa região, o primeiro relato da seca data de 1552, três anos após a chegada do primeiro governador-geral Tomé de Souza. As estiagens possuem periodicidade aproximada de 12 em 12 anos como afirmam as coleta de dados das séries de chuvas sistematicamente realizadas desde 1910 (Villa, 2000; Sarmiento, 2005). Os primeiros relatos de conflitos territoriais causados pelas secas foram elaborados pelo jesuíta Fernão Cardim de 1583 entre tribos autóctones sertanejas (cariris) e litorâneas (tabajaras) (Sarmiento, 2005). No referente às grandes secas há apontamentos no século XVII para os anos de 1603, 1606 a 1608, 1614, 1645, 1652 e 1692; da mesma forma, no século XVIII as mais intensas estiagens teriam ocorrido nos anos 1709-11, 1720-27, 1735-37, 1744-47, 1776-78 e

¹ Disponível em: <https://www.ebc.com.br/especiais-agua/agua-no-brasil/#:~:text=Cerca%20de%2012%25%20da%20disponibilidade,dos%20recursos%20h%C3%ADdricos%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em 23 maio de 2023

² Defini-se seca como um fenômeno climático natural no qual há redução da precipitação pluviométrica num intervalo de tempo e espaço com impactos ecológicos, agrícolas e socioeconômicos. (Sarmiento, 2005)

1790-93 (Villa, 2000). Já no século XIX, destaca-se a seca entre os anos 1877-1879 devido ao elevado número de mortos, aproximadamente 500 mil mortos, ou 4% da população brasileira a época (Villa, 2000). No século XX, destaca-se a seca de 1932, 1951-1953, 1964-1969 e de 1915-1916 com destaque para essa última devido a sua brutal rigorosidade, exemplificando a cidade de Conceição de Piancó, PB que teve uma queda dos seus índices pluviométricos de 1613,1mm em 1914 para 83,4mm em 1915 (Villa, 2000).

Como primeiras providências no combate à seca podem ser mencionadas em 1721-25 a chegada de navios transportando mantimentos para pessoas que trabalhassem nas frentes de trabalho vinculadas às obras públicas nas vilas e localidades com maior contingente populacional (Ab'Saber, 1999; Sarmiento, 2005).

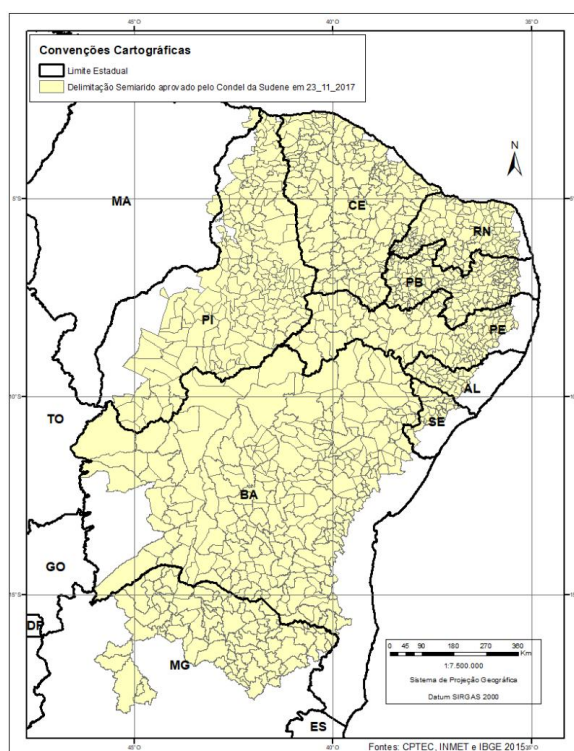
No ano de 2018, as estiagens se concentraram em quase 90% do total de 2.516 contabilizadas no Brasil. Nesse recorte 75% estão localizados nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Pernambuco (ANA, 2021). Estes territórios concentram 30% da população brasileira, cerca de 56,7 milhões, distribuído ao longo de 1,6 milhão de km² (IBGE, 2018), por outro lado dispõem apenas 3% da disponibilidade de água doce do país.

Oitenta e cinco por cento do seu território é caracterizado por maciços antigos e chapadas em xistos e gnaisses com solos parcialmente salinos e carbonáticos e um quadro de revestimento vegetal arbustivo, arbóreo ou arbóreo-arbustivo quase totalmente caducifólio. Caracteriza-se por apresentar domínio morfoclimático, fitogeográfico, hidrológico e geoecológico com elevada evapotranspiração que secam os cursos d'água rapidamente e progressivamente nos períodos de estiagem (Ab'Saber, 1999). Devido às características desse solo, a construção de açudes contribui para o processo de salinização das águas retidas (Ab'Saber, 1999, Vale, 2006).

Seu bioma é denominado de Semiárido Brasileiro cobrindo 57% de sua área total. Definido inicialmente como Polígono das Secas pela Lei 175/36, revisado em 1951 pela Lei 1348 e, após a Conferência Internacional das Nações Unidas para o Combate à Desertificação em Nairóbi, Quênia de 1977, têm sua versão redefinida e redelimitada pelas Resoluções do

Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE de nº 107, de 27/07/2017 e de nº 115, de 23/11/2017 compreendendo 1.262 municípios dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, este último não inserido na região Nordeste. O estado do Ceará insere-se 99% do seu território ou 175 dos 184 municípios dentro desse polígono que contempla, por sua vez, uma área de 895.254,40 km², Imagem 01.

Figura 01 – Polígono das Secas (2017)



Fonte: ANA, 2007.

Essa definição permite aos municípios se beneficiarem de um conjunto legal e normativo de políticas públicas específicas do governo federal, bem como recursos extras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE a ser destinado para atração de capitais e geração de emprego e renda, planejamento e gestão territorial prioritário no recebimento de uma série de ações, políticas públicas, projetos e obras a fim

de garantir a segurança hídrica³, como a construção de reservatórios, barramento de rios, interligação de bacias hídricas por meio de canais de transposição, perfuração de poços profundos, construção de cisternas, aproveitamento de água salobra e reaproveitamento de águas servidas (Montenegro e Montenegro, 2012). Essas ações visam a permanência de seus habitantes em seus lugares de origem e o desenvolvimento das suas principais atividades econômicas como a agricultura e a pecuária tradicionais em pequenas propriedades de subsistência, as quais se encontram em situação de vulnerabilidade frente às sucessivas secas, e a pouco conseguindo garantia de segurança alimentar.

Além disso, foram adotadas algumas soluções ao longo da história por parte do poder público nacional ou local: a açudagem, migrações⁴, caminhões-pipas, ampliação das culturas de sequeiro, frentes de trabalho⁵ e captação das águas pluviais (Sarmiento, 2005). Programas como o Garantia Safra no valor de R\$850,00 criado pela Lei 10.420/2002 insere-se dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF ajudam a garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores sujeitos a perda severa de safra e renda em razão da estiagem ou excesso hídrico. Todavia, essas medidas não tangem as questões principais do Nordeste visto que

Havia questões institucionais e também um problema mais amplo, que permeava todos os outros: o da estrutura agrária da região. As terras das bacias dos açudes estão em mãos de grandes proprietários, integrados em um sistema de vida de base principalmente pastoril, adversos a toda modificação fundamental

³ A Organização das Nações Unidas (ONU) compreende segurança hídrica “quando há disponibilidade de água em quantidade e qualidade suficientes para o atendimento às necessidades humanas, à prática das atividades econômicas e à conservação dos ecossistemas aquáticos acompanhada de um nível aceitável de risco relacionado a secas e cheias.” (ANA, 2021, p.65)

⁴ Como ocorrida durante a seca de 1941-42, quando o governo federal ofereceu tranporte dos nordestinos ao sul e à Amazônia visando suprir de borracha os EUA no início da 2ª Guerra Mundial. Um tentativa do governo de substituir mobilidade social por espacial. Corroborando a lógica da região nordeste como fornecedora de mão de obra barata para regiões com potencial de emprego.

⁵ Conjunto de obras, tais como construção de açudes, poços, estradas de rodagem e de ferro.

nas formas de organização do trabalho que tenham projeções no plano social.[...] O resultado último do grande esforço de Arrojado Lisboa transformou-se assim em mera caricatura, sendo o Nordeste hoje, muito provavelmente, a região do mundo em que mais água foi acumulada pelo homem para evaporar-se, ou para não ser utilizada economicamente (Furtado, 1979, p.173 -174 *apud* De Sousa, 2020).

Destarte, essas medidas apenas tangem os problemas provocados pela seca e acabam se transformando em moeda de troca entre a classe política e a população, descrevendo o comportamento clientelista e do lobby de grupos políticos locais com empresários que se beneficiam de obras e programas governamentais mitigadores dos efeitos da seca. Denomina-se essa relação como indústria da seca⁶ (Furtado, 1998).

Os relatórios divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) apresentam a região Nordeste com o menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do território brasileiro e renda per capita equivalente a 37% da região Sudeste.

Entrecortando esse cenário, chama-se atenção para um rio perene. A ele dá-se o nome de **Rio São Francisco**.

Descoberto em 1502, o rio São Francisco era utilizado como rota fluvial e devido a sua centralidade no território brasileiro foi intitulado Rio da Unidade/Integração Nacional. Considerado um dos rios mais importantes do Brasil, o São Francisco é o 4º maior em extensão com 2.863km com uma bacia hidrográfica que abrange uma área de drenagem de 639.219 km² percorrendo duas regiões - Sudeste e Nordeste -, cinco estados - Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas - e 504 municípios (quase 10% do total de municípios brasileiros) com população superior a 15 milhões de habitantes, segundo o IBGE (2010). Seu desenho é no sentido Sul – Norte,

⁶ Presidente da Sudene entre 1959-1964, o economista Celso Furtado, durante o governo do ex-presidente Juscelino Kubistchek, defendia a ideia de transposição do Rio São Francisco aliado a uma ampla reforma agrária através da “Lei da Irrigação” (1959) que determinava desapropriação de terras para a implantação da transposição. Contudo , o projeto não foi aprovado pelas “forças reacionárias” do Congresso Nacional.

direcionando-se para o Leste após o chamado “Cotovelo do São Francisco” até desaguar no oceano Atlântico figurando-o entre os 10 maiores rios do mundo. O rio atravessa fragmentos de quatro biomas: costeiro e insulares, mata atlântica, caatinga e cerrado (Soares, 2013).

Sua nascente localiza-se no município de Medeiros - MG, mas só ganha caudalosidade na Serra da Canastra-MG. Esse estado garante 75% de todo o volume de águas do rio, mesmo representando 37% da área total de sua bacia hidrográfica. O nordeste setentrional representa a maior área de sua bacia. Apesar da alta taxa de evaporação anual, cerca de 2.200 milímetros em Petrolina - PE em contraste com 500 milímetros na sua cabeceira, e a baixa pluviosidade característica da região, o rio consegue se manter perene em todo o seu percurso, da cabeceira até a foz. Contando com vazão média anual de 2.980 m³/s, o rio São Francisco por meio de sua oferta hídrica superficial supre a demanda de 73% da região Nordeste (Soares, 2013).

Seu percurso possui 1.579 km de trechos navegáveis contando como principais afluentes os rios Paraopeba, das Velhas e Paracatu em Minas Gerais. Divide-se em quatro regiões fisiográficas: o Alto São Francisco, que vai de sua cabeceira até a cidade de Pirapora (MG); o Médio, de Pirapora (MG) onde começa o trecho navegável de 1.300km e altitude variando entre 480m a 370m, até Remanso (BA); o Submédio, de Remanso (BA) até Paulo Afonso (BA); e o Baixo, de Paulo Afonso (BA) até a foz na divisa entre Brejo Grande-SE e Piaçabuçu-AL (Soares, 2013). Além disso, recebe água de 168 afluentes, sendo 99 perenes. Sua pluviosidade anual varia nos seus diferentes trechos. No Alto São Francisco apresenta maiores índices atingindo, entre 1.200 e 1.800mm anuais. Em seguida, no Médio, quando avança para o Estado da Bahia, passa para 600 a 1.200mm, chegando a atingir entre 400 e 800mm no Submédio (Vale 2006). Finalmente, a medida que se aproxima da faixa litorânea, no Baixo São Francisco verifica-se um aumento da pluviosidade entre 600 a 1.200mm (Pires, 2019, Vale, 2006).

Os estudos referentes ao seu potencial hidroelétrico se iniciaram em 1913 quando o industrial Delmiro Gouveia construiu a primeira usina hidroelétrica conhecida como Angiquinho na margem alagoana da cachoeira

de Paulo Afonso a fim de suprir a necessidade elétrica de sua indústria têxtil, Companhia Agro Fabril Mercantil, em Delmiro Gouveia - AL (Duque, 2004, Brito, 2013). A primeira grande hidrelétrica foi construída pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF em 1954, a Usina Hidrelétrica Paulo Afonso I⁷. Além disso, possui potencial hidroelétrico superior aos 25 mil MW, sendo aproveitado apenas 10.473 MW, principalmente nas usinas Queimado, Três Marias, Sobradinho, Itaparica, Xingó e o Complexo Paulo Afonso (Soares, 2013), Figura 02 e Tabela 01.

Tabela 01: Barragens e Hidroelétricas do Rio São Francisco

Barragem	Potencial Hidroelétrico (MW)	Trecho
Três Marias	396	Alto
Sobradinho	1050	Médio
Luiz Gonzaga	1480	Sub-médio
Apolônio Sales	400	Sub-médio
Paulo Afonso	I - 180 II - 443 III - 794 IV - 2462	Sub-médio
Xingó	3162	Sub-médio

Fonte: CHESF, 2018.

⁷ Para mais informações, acessar <https://cbhsaofrancisco.org.br/a-bacia/>. Acessado em 31 de maio de 2023.

Figura 02: Hidroelétricas do Rio São Francisco.



Fonte: CHESF, 2018.

Retornando o contexto das secas, dentre as soluções propostas para seu enfrentamento, destaca-se **Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF)** com objetivo de “assegurar a oferta de água para uma população e uma região que sofrem com a escassez de água e a irregularidade das chuvas” (MIN, 2004, p.9).

2.2 O PISF NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA: PROJETO, PROGRAMA E ARRANJO.

A primeira possibilidade de transposição das águas do rio São Francisco ocorreu em 1818 no reinado de Dom João VI, proposta por José Raimundo de Passos Barbosa, primeiro ouvidor do Crato - CE, com a intenção de transpor as águas para o rio Jaguaribe, no Ceará através do leito do rio Salgado e do riacho dos Porcos (Villa, 2000; Ferreira, 2021). Subsequentemente, em 1847 o engenheiro e deputado provincial do Ceará Marco Antônio de Macedo apresentou novamente a ideia desta feita para o imperador Dom Pedro II, que diante da falta de recursos financeiros engavetou a proposta (Sarmento, 2005).

Entre 1852 e 1854 o mesmo Imperador D. Pedro II patrocinou uma expedição ao Rio São Francisco comandada pelo Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld resultando na publicação “Atlas de Relatório Concernente à Exploração do rio São Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico”. Nessa publicação o engenheiro defendeu que a transposição poderia ser iniciada pela cidade de Cabrobó - PE, antiga cidade de Boa Vista, além de estabelecer uma conexão navegável de canais entre o interior brasileiro com o Oceano Atlântico (Halfeld, 1860). Essa proposta de tornar o rio navegável só foi apresentada nessa versão do projeto e não foi retomada a posteriori. Renovaram-se as propostas de perfurar poços e construir açudes para abastecimento dos núcleos povoados (Sarmento, 2005).

Devido às impossibilidades técnicas, a proposta foi reanalisada entre os anos de 1859 a 1861 através da Comissão Científica de Exploração sob o comando do Barão de Capanema⁸ apresentando a possibilidade de construção de um canal que ligasse o rio São Francisco ao rio Jaguaribe/CE

⁸ Também faziam parte da Comissão Científica de Exploração, os astrônomos e geógrafos Giácono Raja Gabaglia, o zoologista Manuel Ferreira Lagos, o botânico Francisco Freire Alemão, os geólogos e mineralogistas Guilherme Shud e Capanema e Gonçalves Dias era o etnográfico. (Sarmento, 2005)

frente ao contexto de grande seca que levou à morte de quase dois milhões de nordestinos (Lima,2005; Ferreira,2021; Sarmiento, 2005).

Já em 1862 o astrônomo, matemático e botânico francês Emmanuel Liais foi convidado pelo Imperador D. Pedro II para tratar da possível navegabilidade do rio e seus afluentes tendo como produto final o livro publicado em 1865 *Hidrographie du haut San-Francisco et du rio das Velhas* (Luna, 2013 *apud* Ferreira, 2021). Esses estudos não se relacionam diretamente com a transposição, mas servem como base documental acerca as suas características hidrográficas.

Posteriormente, o Instituto Politécnico do Rio de Janeiro encaminhou um memorial ao imperador contendo apontamentos das reuniões realizadas em 1877 tratando da seca e sugerindo a abertura de canal ligando as águas do rio São Francisco com o rio Salgado. O relatório elaborado por Henrique Beaurepaire-Rohan indicou a construção das seguintes obras: a) 30 açudes com 1milhão de m³ cada; b) ferrovias no Ceará; c) estações meteorológicas. A alocação dos recursos foi suspensa por conta do retorno das chuvas em 1879. (Duque,2004; Sarmiento, 2005).

Em 1877, o engenheiro cearense Tristão Franklin Alencar Lima realizou um discurso publicado a posteriori sob o título “Providências relativas às secas do Ceará” solicitando a produção de mapa⁹ sugerindo a viabilidade de canais que ligassem o São Francisco aos rios Jaguaribe (Ceará), Piranhas (Paraíba) e Assú (Rio Grande do Norte); estudos sobre os lugares aptos à construção de açudes nas quatro províncias e construção da linha férrea de Baturité (Silva, Ferreira, 2018; Villa, 2000). Na virada para a República em 1897-1898 surgiu a primeira referência concreta de combate a seca: a construção do açude do Cedro, Quixadá -CE (Sarmiento, 2005).

Na segunda década do século XX, precisamente em 1912, os técnicos da Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS, criado pelo governo

⁹ Produzido em 1886 pelo próprio engenheiro denominado “Canal de Navegação e Irrigação derivado do Rio São Francisco ao oceano pelo Vale do Jaguaribe na província do Ceará e pelos vales dos rios Piranhas e Assú na Parahyba e no Rio Grande do Norte com 4554 quilômetros de navegação” visando não apenas a ligação dos rios, mas também o aumento da renda dos moradores (Silva,Ferreira,2018).

republicano de Afonso Pena (1906 - 1909), elaboram um esquema de canal que interligaria os rios São Francisco e Jaguaribe, sendo descartado mais uma vez devido a sua inviabilidade construtiva. Como principal produto desse estudo, destaque para o “Mapa do canal São Francisco-Jaguaribe” elaborado pelo engenheiro Roberto Miller.

Posteriormente, a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas - IFOCS em 1919 teve que reconsiderar o projeto devido aos efeitos das grandes secas dos anos anteriores, como a de 1915. Além do projeto de transposição, seu diretor Miguel Arrojado Lisboa defendia duas outras estratégias de intervenção: construções de mais açudes no estado do Ceará e o esvaziamento populacional através do transporte gratuito e oficial para a extração de látex na Amazônia, contudo, a primeira tendência foi abandonada pelo presidente Artur Bernardes (1922-1926) (Sacconi et al, 2019; Sarmiento, 2005).

Com o quadro crítico de secas recorrentes, o governo federal decidiu criar na década de 50 importantes órgãos, o Banco do Nordeste (1952), a Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf (1948), Companhia de Desenvolvimento do Vale do Francisco - CODEVASF (1974)¹⁰, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS (1945) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (1959) a fim de fomentar o desenvolvimento econômico e social da região.

Depois disso, durante o governo Figueiredo no período da ditadura militar (1979-1985), o ministro do Interior Coronel Mário Andreazza (1979 - 1983) incumbiu os técnicos do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOCS) a instalação de um canteiro de obras no distrito de Rajadas, Petrolina-PE para a construção do canal de transposição do Rio São Francisco (Ferreira, 2021; Sacconi et al, 2019). Contudo, o canteiro não conseguiu ser concluído devido a falta de recursos. Essa proposta envolvia

¹⁰ Criada pela Lei nº 541 de 1948, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), modificada em 1967 pelo Decreto-Lei nº 292 para Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale) e alterada em 1974 pela lei nº 6.088 para Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco -Codevasf, por fim. Sofreu diversas alterações e hoje atua em 36,59% do território nacional, 2.675 municípios e 15 estados. Fonte: <https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/historia>. Acessado em 16/05/2023.

os rios São Francisco, Parnaíba e Tocantins beneficiando os estados do Ceará, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco com prazo de conclusão de 40 anos (Ribeiro, 2016). Em 1987, os estudos iniciados pelo DNOCS de 1981 foram concluídos pelos Consórcios Hidroterra-Noronha Engenharia e Hidroservice -PRC para perenizar os rios Salgado, Jaguaribe, Piranhas/açu, Apodi/Mossoró, Brigida, Terra Nova, Pontal de Garças (Vale, 2006).

No surgimento da nova república e a crescente preocupação ambiental, o Estado brasileiro constitui um conjunto de instrumentos para o ordenamento administrativo brasileiro, como a Política Nacional do Meio Ambiente através da lei 6.938 de 1988, ratificando o licenciamento ambiental através do artigo 225 que prevê a necessidade do Estudo de Impacto Ambiental - EIA-RIMA para atividades que gerem degradação ambiental.

Já em 1993, o então ministro Aluísio Alves da Integração Nacional propôs a construção de um canal ligando Cabrobó-PE, à jusante da represa de Sobradinho, até os estados da Ceará e do Rio Grande do Norte e em 1994 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE apresentou esse projeto que determinava uma vazão de 150m³/s. Nele seriam utilizadas estações de bombeamento, canais e barragens para que as águas do rio São Francisco fossem elevadas a uma altura de 160m e assim, chegassem ao rio Salgado, afluente do rio Jaguaribe no Ceará, e aos vales dos rios Pajeú, Terra Nova e Brigida em Pernambuco percorrendo 2.000km mas apenas 200km de canais seriam necessários (Vale, 2006; Sarmento, 2005). Todavia, a proposta foi embargada devido ao parecer negativo do Tribunal de Contas da União - TCU (Ferreira, 2021).

Posteriormente, em 1996, a empresa VBA CONSULTORES através do Contrato nº 74.06.063.00.0/98 estabelecido entre a extinta Secretaria Especial de Políticas Regionais, do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO/SEPPE) e o Ministério de Ciência e Tecnologia junto com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (MCT/INPE) desenvolveu alguns trabalhos técnicos referentes à transposição de águas do Rio São Francisco para outros rios considerados temporários que atravessavam regiões semiáridas, dentre os quais: o Estudo de inserção regional, o Estudo de Impacto

Ambiental e o Relatório de Impacto no Meio Ambiente (Sarmiento, 2005; Santana Filho, 2007).

Três anos depois, em 1999, o Ministério da Integração Nacional, retornou o Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco através da consulta de conceder um empréstimo feita em 2001 junto com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. (Santana Filho, 2008).

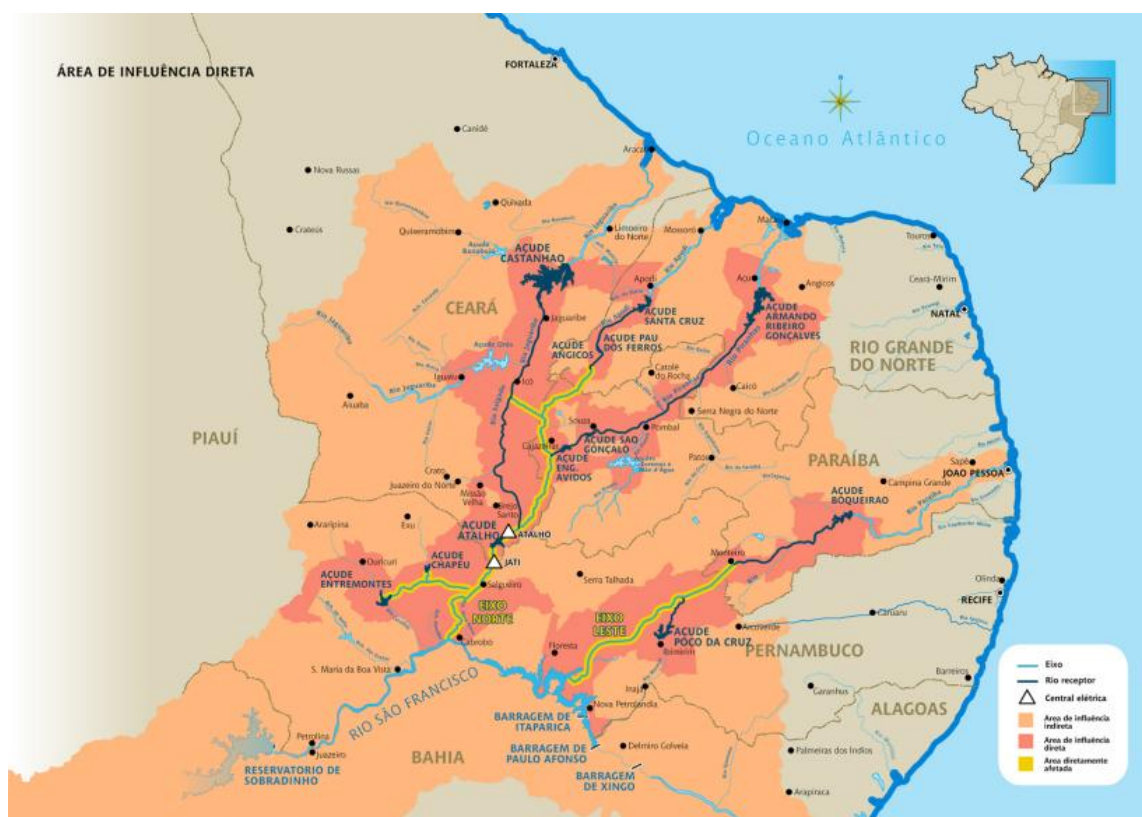
Em 2003 durante os primeiros governos Lula (2003-2011) o projeto de transposição do São Francisco foi reaberto, sendo designada à Vice-Presidência da República, José de Alencar, a coordenação de grupo de trabalho interministerial, bem como de discussões no Senado e na Câmara dos Deputados que resultaram num amplo conjunto de ações: Programa de Revitalização do São Francisco, Projetos de Integração de Bacias Hidrográficas, Projetos de Acumulação e Distribuição de Água, Ações Localizadas de Infraestrutura e Ações de Gestão de Recursos Hídricos (Sarmiento, 2005).

Logo no ano seguinte, em julho de 2004, foi apresentado o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, sendo licenciada e licitada em 2005 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), bem como outorgado o uso das águas pela Agência Nacional das Águas (ANA). Toda a obra veio a receber recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em vias de lançamento. Mesmo com forte oposição de mais de 500 organizações da sociedade civil que criticavam a insustentabilidade do projeto ainda assim, as obras tiveram início em junho de 2007.

Dividida nos eixos Leste e Norte, contando com 477 quilômetros de extensão, beneficia cerca de 12 milhões de pessoas de 391 municípios dos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba tendo como referência a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), Lei N° 9.433/1997. Seu projeto original consistia na construção de 13 aquedutos, nove estações de bombeamento, 27 reservatórios, nove subestações de 230 quilowatts, 270 quilômetros de linhas de transmissão em alta tensão e quatro

túneis, Figura 03. É importante apontar que a vazão de água na barragem Sobradinho, um dos mais importantes ao longo do rio, é de $2.060\text{m}^3/\text{s}$ ¹¹, enquanto o volume de água retirado da bacia do São Francisco pelo PISF é de $26,4\text{m}^3/\text{s}$, representando apenas 1,4% de sua vazão. Durante o período de vertente do reservatório, o volume da vazão pode chegar a ser ampliado até $127\text{m}^3/\text{s}$ sendo condicionado ao nível da barragem de Sobradinho (BA) (BRASIL, 2004).

Figura 03 - Áreas de influência direta e indireta do PISF.



Fonte: BRASIL, 2004.

No eixo leste, as águas são captadas no reservatório de Itaparica (PE) para serem beneficiados os municípios de Floresta (PE), Custódia (PE), Betânia (PE) e Sertânia (PE); e Monteiro (PB). Contando com 217 quilômetros de canais para a ligação com o rio Paraíba (PB), bacias do Pajeú, do Moxotó e do rio Ipojuca. Com a capacidade máxima de $28\text{m}^3/\text{s}$ e uma vazão de $10\text{m}^3/\text{s}$, o trecho é composto por 06 estações de bombeamento, 05

¹¹ Fonte: <https://www.chesf.com.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/Sobradinho.aspx>.

aquedutos, 01 túnel, 01 adutora e 12 reservatórios que estão em pré-operação. Foi projetado para levar água para 4,5 milhões de pessoas em 168 municípios.

No eixo norte com captação na cidade de Cabrobó (PE), as águas são conduzidas aos rios Salgado e Jaguaribe no Ceará; Apodi, no Rio Grande do Norte e Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte, passando pelos municípios de Cabrobó (PE), Salgueiro (PE), Terranova (PE) e Verdejante (PE); Penaforte (CE), Jati (CE), Brejo Santo (CE), Mauriti (CE) e Barro (CE); e São José de Piranhas (PB), Monte Horebe (PB) e Cajazeiras (PB). Composto por, aproximadamente, 260km de extensão com capacidade máxima de 99m³/s e operacional de 16,4m³/s. Além disso, conta com 03 estações de bombeamento, 08 aquedutos, 03 túneis e 15 reservatórios de pequeno porte. Há previsão para a funcionamento de uma central hidroelétrica nas barragens já existentes de Jati (CE) com capacidades de 40 MW¹².

Com relação ao andamento das obras, o MDR¹³ afirma que o Eixo Leste “está com todas as estruturas necessárias para o caminho das águas finalizadas, restando apenas serviços remanescentes e complementares que não comprometem a operação do trecho” contando com 97,13% de execução física. Já no Eixo Norte, “todas as estruturas responsáveis pela passagem das águas estão concluídas, restando apenas serviços complementares que não comprometem a pré-operação” e 99,80% de execução física. Portanto, atualmente, o Eixo Leste está em operação desde o ano de 2017¹⁴ e o Eixo Norte em fase de pré-operação com o início dos testes interligando-se ao Cinturão das Águas do Ceará.

¹² A barragem de Jati, Ceará encontra-se comprometida devido o rompimento do conduto forçado desde agosto de 2020. Inicialmente havia a intenção de uma segunda central hidroelétrica na Barragem de Atalho, Brejo Santo, Ce.

¹³ Informações coletadas do *site* do MDR, na aba “Andamento das obras”, atualizada em 05/08/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/o-projeto/andamentodas-obras>. Acesso em: 11 jun. 2023.

¹⁴ Informação obtida através do site Linha do Tempo da Transposição do Rio São Francisco. Disponível em: <https://transposicaoaoofrancisco.com.br/index.php/linha-do-tempo/>. Acessado em 22/10/2023.

Quando as obras¹⁵ foram iniciadas em 2007 havia a previsão de conclusão em 05 anos. Contudo, em 2013 os únicos trechos finalizados foram aqueles iniciados pelo Exército; posteriormente houve a prorrogação do prazo para 2015, também não cumprido¹⁶. Em junho de 2016, a empresa Mendes Júnior comunicou incapacidade técnica financeira nos contratos do Eixo Leste e Norte deixando uma dívida milionária com fornecedores que a levaram a protestos; ademais os canteiros foram alvo de depredações e furtos de equipamentos em outubro de 2017. Em fevereiro desse mesmo ano, a empresa Emsa-Siton, vencedora do processo licitatório para execução das obras no Eixo Norte, desistiu em abril de 2018. No mês seguinte, o consórcio Ferreira Guedes - Toniolo, Busnello assumiu as obras desse mesmo eixo, enfrentando protestos por parte dos antigos trabalhadores terceirizados que cobravam salários atrasados. Atualmente, o custo total do projeto é de aproximadamente R\$13 bilhões (BRASIL, 2023).

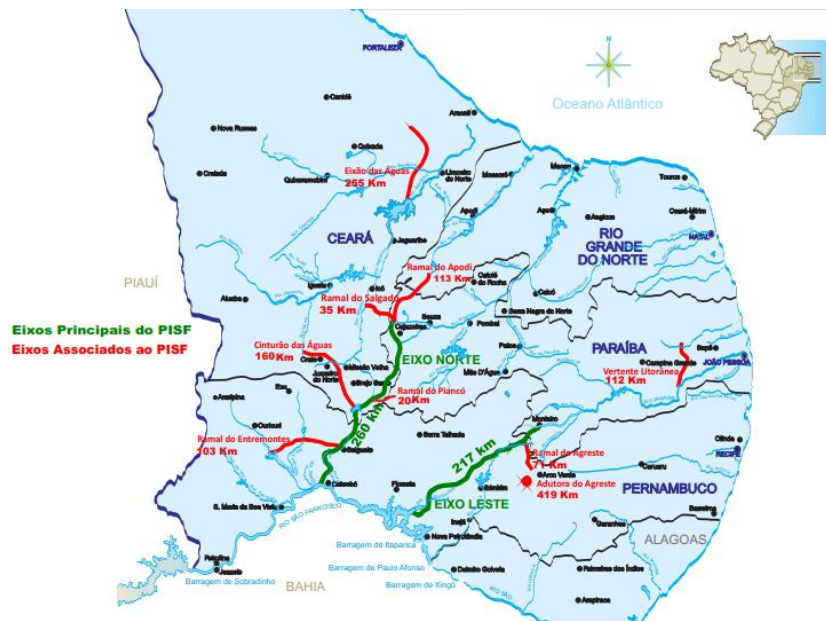
Muitas obras complementares ainda não foram concluídas, como a barragem Oiticica no Rio Grande do Norte. Iniciada em 2013, com capacidade para 590 milhões de metros cúbicos tendo como objetivo atender 43 municípios com uma população estimada em 800 mil habitantes. A previsão para conclusão era para o ano de 2023, segundo a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte - SEMARH. Além disso¹⁷, apenas um dos três ramais, que haviam sido excluídos inicialmente do projeto, foi concluído, o Ramal do Agreste em Pernambuco. Os demais ramais, tanto o do Apodi, que atende Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, como o do Salgado que atende o Ceará ainda não foram concluídos, Imagem 4.

¹⁵ Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/do-acude-castanhao-ao-preco-da-agua-o-que-mudou-dois-anos-apos-inauguracao-da-transposicao-no-ceara-1.3271408>. Acesso em 30 maio de 2023.

¹⁶ A inauguração da primeira estação de bombeamento das águas para dois reservatórios ocorreu em Cabrobó no ano de 2015 pela então presidenta Dilma Rousseff.

¹⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/transposicao-sao-francisco>. Acesso em 11 junho de 2023.

Figura 04 - PISF e seus Projetos complementares



Fonte: BRASIL, 2023.

Além da suas estruturas físicas de canais, estações de bombeamento,etc, o PISF apresenta-se num conjunto de 38 programas e planos socioambientais que vem sendo implementados, superando os 24 inicialmente previstos, fruto dos processos de demandas e posicionamentos apresentados nas Audiências Públicas da população diretamente impactada durante a concepção do projeto, exemplificada na tabela a seguir:

Tabela 02: Quadro Sinótico – Demandas versus Ações Adotadas (continua)

Item	Demandas	Ações Adotadas
1	Impactos sobre ecossistemas regionais	Construção, aprimoramento e execução dos PBA 09, PBA 23, e PBA 24
2	Assoreamento ao longo dos canais de transporte de água	Construção, aprimoramento e execução dos PBA 14 e PBA 27.
3	Garantias de gestão do projeto, incluindo a gestão participativa	Sistema de Gestão e Conselho Gestor do PISF. Termo de Compromisso firmado em Governo Federal e os estados das bacias receptoras.
		PBA 03
4	Custos Operacionais do	Elaboração de Estudos de Viabilidade

	Projeto	Técnica, Econômica, Financeira e Ambiental – EVTEA de alternativas de fontes de energia solar no PISF.
5	Comunidades Tradicionais	Inserção da comunidade indígena Tumbalalá no âmbito dos PBA 12 e PBA 16.
		Alteração do número e das comunidades quilombolas atendidas no âmbito do PBA 17.

Fonte: Peixoto Filho, 2019.

Esses programas e planos estão divididos nos dois eixos, Tabela 03 (Brasil, 2023).

Tabela 03: Programas e Planos Ambientais do PISF (continua)

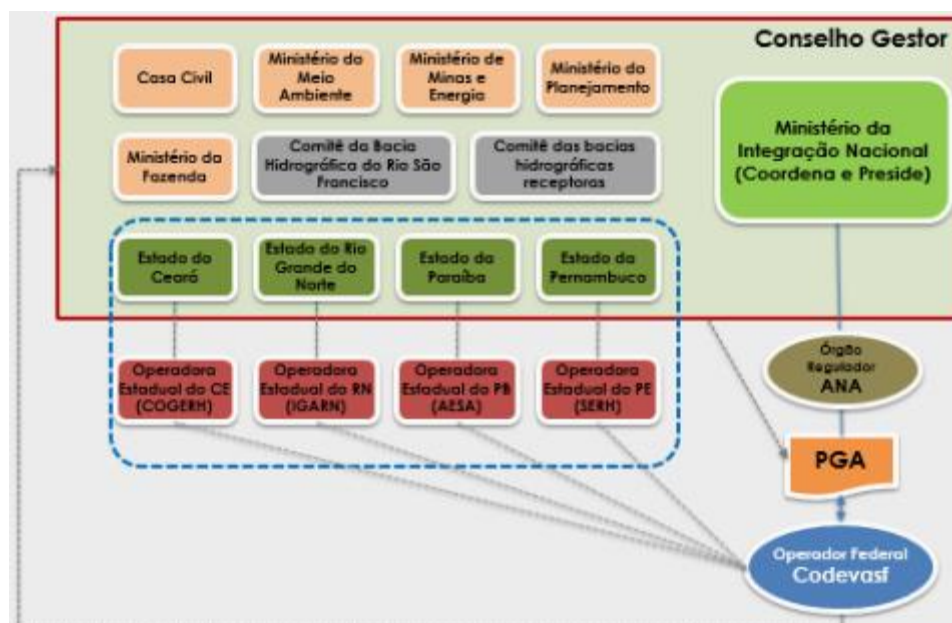
EIXO NORTE (Licença de Operação N°1660/2022)	EIXO LESTE (Licença de Operação N°1464/2018)
01 Plano de Gestão, Controle Ambiental e Social das Obras 02 Plano Ambiental de Construção (PAC) 03 Programa de Comunicação Social 04 Programa de Educação Ambiental 06 Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos 07 Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias 08 Programa de Reassentamento das Populações 09 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas 10 Programa de Supressão de Vegetação das Áreas de Obra e Limpeza dos Reservatórios 12 Programa de Apoio aos Povos Indígenas 13 Programa de Compensação Ambiental 14 Programa de Conservação e Uso do Entorno e das Águas dos Reservatórios 15 Programa de Apoio Técnico para Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Águas ao Longo dos Canais 16 Programa de Fornecimento de Água e Apoio Técnico a Pequenas Atividades de	01 Plano de Gestão, Controle Ambiental e Social das Obras 02 Plano Ambiental de Construção (PAC) 03 Programa de Comunicação Social 04 Programa de Educação Ambiental 05 Programa de Treinamento e Capacitação de Técnicos da Obra em Questões Ambientais 06 Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos 07 Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias 08 Programa de Reassentamento de Populações 09 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas 10 Programa de Supressão de Vegetação das Áreas de Obra e Limpeza dos Reservatórios 12 Programa de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas 13 Programa de Compensação Ambiental 14 Programa de Conservação e Uso do Entorno e das Águas dos Reservatórios

Irrigação ao Longo dos Canais para as Com. Agrícolas	15 Programa de Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Água
17 Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas	16 Programa de Fornecimento de Água e Apoio Técnico para Pequenas Atividades de Irrigação
20 Programa de Monitoramento de Vetores e Hospedeiros de Doenças	17 Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas
21 Programa de Controle da Saúde Pública	19 Programa de Regularização Fundiária as Áreas do Entorno dos Canais
22 Programa de Monitoramento da Qualidade da Água e Limnologia	20 Programa de Monitoramento de Vetores e Hospedeiros de Doenças
23 Programa de Conservação da Fauna e da Flora	22 Programa de Monitoramento da Qualidade da Água e Limnologia
24 Programa de Prevenção à Desertificação	23 Programa de Conservação da Fauna e da Flora
25 Programa de Monitoramento de Sistema Adutor e das Bacias Receptoras	25 Programa de Monitoramento de Sistema Adutor
26 Programa de Cadastramento de Fontes Hídricas Subterrâneas	26 Programa de Cadastramento de Fontes Hídricas Subterrâneas
27 Programa de Monitoramento de Processos Erosivos	27 Programa de Monitoramento de Processos Erosivos
30 Programa de Apoio às Ações de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano	28 Programa de Monitoramento de Cargas Sólidas Aportantes nos Rios Receptores e Seus Açudes Principais
34 Programa de Relocação das Infraestruturas a serem Afetadas pela Implantação do Empreendimento	32 Programa de Apoio ao Saneamento Básico
35 Programa de Acompanhamento da Situação dos Processos Minerários da Área Diretamente Afetada	34 Programa de Relocação das Infraestruturas a serem Afetadas pela Implantação do Empreendimento
37 Programa de Corte e Poda Seletiva da Vegetação	35 Programa de Acompanhamento da Situação dos Processos Minerários na ADA
38 Programa de Monitoramento, Prevenção e Controle de Incêndios Florestais na Faixa de Servidão	37 Programa de Corte e Poda Seletiva da Vegetação (Linha de Transmissão)
	38 Programa de Monitoramento, Prevenção e Controle de Incêndios Florestais na Faixa de Servidão (Linha de Transmissão)

Fonte: Brasil, 2023 (grifo nosso).

Como forma de gerenciar esse conjunto de programas foi criado um arranjo institucional que contemplasse uma estrutura organizacional e financeira garantindo a operacionalização, manutenção e desenvolvimento de uma gestão sustentável de uso eficiente e racional dos recursos hídricos a fim de potencializar a região sendo delegada para a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF a partir do decreto nº 11.681/2023, Figura 05 (Brasil, 2009).

Figura 05 – Sistema de Gestão do PISF.



Fonte: Peixoto Filho, 2019.

Sobre o andamento dos programas e planos que compõem o PISF, as informações mais atualizadas afirmam que no Eixo Norte apresentar-se 51,63% concluído enquanto no Eixo Leste esse número é de 65,31% (Brasil, 2023), Figura 06.

Figura 06 – Atual Situação dos programas e projetos do PISF.



Fonte: Brasil, 2023.

Destaca-se dos programas supracitados, O PBA-08 – Programa de reassentamento das Populações. Dentro dele, frisa-se a construção das **Vilas Produtivas Rurais (VPR)** voltadas para o reassentamento das famílias removidas pelas obras do PISF. A importância desse programa será discutida nos capítulos a seguir.

2.3 O PISF E SUAS CONTRADIÇÕES: ELEMENTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO NORDESTE?

O fim da década de 1980 no Brasil é marcado pela situação econômica caótica de hiper-inflação, crescimento abrupto da dívida pública, elevação de preços e juros associado a um estrangulamento dos salários. Aliado a uma política neoliberal econômica que acarreta a aplicação de políticas monetárias ortodoxas, criação da nova moeda, rolagem da dívida e do déficit público, o congelamento dos ativos financeiros e o confisco monetário (Pereira, 2016).

Essa crise gerou uma competição fiscal no espaço urbano industrial, no qual o processo de acumulação do capital, força a uma reforma do aparato estatal a fim de promover concessões de incentivos fiscais e financeiros em todos os estados e municípios da federação na busca pelo seu desenvolvimento industrial. Não obstante, produziu e acentuou uma deterioração das condições financeiras e seu maior endividamento num intenso processo de privatização e redução de investimentos públicos em áreas estratégicas (Pereira, 2016).

Nas décadas que se sucedem ocorre a inserção passiva do consumo globalizado na economia brasileira, substituindo as discussões sobre o desenvolvimento regional para “eixos nacionais de integração e desenvolvimento” e um processo de adaptação aos rigores da mundialização dos fluxos de capital (Elias, 2006; Porto, 2006). Neste cenário, têm-se

O declínio do investimento na infra-estrutura e a extinção das políticas de desenvolvimento regional, aliados a um processo de descentralização política e econômica entre poderes, promoveram uma acentuação da concorrência por investimentos privados entre os entes federativos, tanto entre os estados como entre os municípios (Pereira, 2016).

Cabendo a região Nordeste, o desenvolvimento em infra-estruturas em logísticas de transporte, com destaque para a ferrovia Transnordestina, BR116, BR-101, e as hídricas, com destaque para o PISF (Elias, 2006, Porto,

2006), visto que o processo iniciado na década de 90 de desconcentração industrial e descentralização produtiva beneficiada, além dos incentivos fiscais supracitados, pela mão de obra barata e pela fraca oposição sindical dos trabalhadores, não promoveu nessa região uma verdadeira reestruturação produtiva do segundo setor da economia (Pereira, 2016). Dentro do sistema econômico nacional, essa região opera em densidade de fluxos e porte de investimento tido como periférico e de pequena capacidade de atração de novos investimentos produtivos modernos (Porto, 2006)

Esses novos elementos de infra-estrutura de circulação - estradas, redes de infra-estrutura, equipamentos de apoio - explanam a desigualdade dos fluxos socioeconômicos e do desenvolvimento regional resultando em território com usos e ocupações diferenciados (Porto, 2006). Esses elementos favorecem o aumento da velocidade de circulação de algumas mercadorias em detrimento de outras, privilegiando alguns setores em determinados espaços promovendo concentração econômica, acirramento das relações capitalistas sendo conduzidas de maneira prejudicial à maioria da população e ao meio ambiente (Porto, 2006; Elias, 2006).

Nesse processo, destaca-se a reestruturação do agronegócio controlado por oligopólios empresarias agrícolas e agroindustriais nacionais e multinacionais marcado por uma estrutura fundiária concentrada que impõem uma nova dinâmica ao mercado de terras, agravando a privatização da terra e da água; assim também como a proletarização e concentração das relações de trabalho a partir da formação de um mercado de trabalho assalariado agrícola formal, mas sazonal de acordo com as safras das culturas (Elias, 2006). Convivendo ao mesmo tempo com um subsetor arcaico da agropecuária de uma estrutura fundiária extremamente concentrada com uso extensivo da mão-de-obra e da terra, baixa capitalização de trabalhadores não-assalariados e/ou semi-assalariados e baixo grau de integração técnica com os setores industriais dos complexos agroindustriais, reforçando a existência de vários “Nordestes” (Delgado, 1985; Sorj, 1980; Siva, 1982 *apud* Elias, 2006). Deste modo, o desenvolvimento capitalista no campo é contraditório à medida que é uma combinação das relações dialéticas entre a reprodução das relações camponesas e a

expansão do trabalho assalariado agroindustriais (Oliveira, 1997, Martins, 1990 *apud* Elias, 2006).

O semi-árido nordestino compunha para esse agronegócio um importante atrativo do exército de lugares de reserva a ser incorporado pelas empresas nacionais e multinacionais hegemônicas assumindo um novo papel na divisão internacional do trabalho agrícola a partir do mandato de FHC (1994-2002) (Santos, 1993 *apud* Elias, 2006). Exemplos como o submédio do rio São Francisco, o baixo curso do rio Açu no Rio Grande do Norte e Jaguaribe no Ceará como importantes regiões produtoras de frutas, notadamente o trecho polarizado pelos municípios Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), e o oeste baiano, polarizado pelo município de Barreira com a produção da soja (Elias, 2006).

Todo esse processo visa inserir novos espaços produtivos ao cenário econômico mundial a fim de equilibrar a reconcentração na dinâmica econômica nacional transformando

O semiárido e o cerrado nordestinos, que, de certa forma, compunham o que Santos (1993) chamou de exército de lugares de reserva para determinados aspectos da produção, tornaram-se atrativos e foram ou estão sendo incorporados à produção agrícola empresarial" (Elias & Pequeno, 2013, p.100).

Dessa forma, o PISF pode-se configurar enquanto importante mecanismo potencializador de uma reestruturação do espaço produtivo para a criação de novos espaços de incorporação à produção e ao consumo do agronegócio para exportação em um modelo globalizado. A posteriori, a partir do estudo do caso, iremos novamente abordar esse tema.

Voltando a questão primordial que ensejou todo esse debate, o histórico de secas devido a concentração das chuvas nos primeiros meses do ano e da oferta de água doce espalhada pelo território brasileiro de maneira desigual sintetiza também na região Nordeste do Brasil um quadro onde se

faz necessário a construção do “arcabouço documental”¹⁸ (Sacconi et al, 2019) de políticas públicas que visem a garantia do acesso à água de qualidade como direito à cidadania plena. Neste contexto, o Projeto de Integração do Rio São Francisco constitui o mais importante projeto de desenvolvimento regional a fim de assegurar a dessedentação animal e o abastecimento humano dos grandes centros urbanos regionais.

A ampliação da área agricultável com as águas do Rio durante todo o ano garantindo, a estabilidade da produção agrícola, o aumento da produtividade das culturas, a formação das agroindústrias e a consequente geração de emprego e renda durante todo o ano visando a prosperidade econômica e o equilíbrio social constituiu um conjunto de argumentos apresentados pelo poder público para a materialização do projeto (Sarmiento, 2005; Vale, 2006; Sacconi et al, 2019).

Por outro lado, o impacto nos ecossistemas e nas comunidades, a destruição das matas ciliares, os riscos de salinização dos reservatórios de água, o conflito entre as cidades banhadas naturalmente pelo rio e as que o recebem a partir da transposição, bem como os problemas no sistema de geração de energia hidroelétrica com o alto consumo de energia elétrica para o funcionamento do sistema da transposição das águas do rio configuram-se como algumas das principais problemáticas do PISF a serem resolvidas pelo operador federal, CODEVASF¹⁹ a qual indica como princípio a condução de uma gestão compartilhada, descentralizada, participativa, integrada e sustentável dos recursos hídricos (Soares, 2013) dentro de um “planejamento mais abrangente, estratégico e multissetorial” (Ferreira, 2021, p.68).

¹⁸ Arcabouço documental é compreendido como o conjunto de documentos técnicos da obra e projeto utilizados como argumentos para se responder aos questionamentos sociais, políticos e ambientais (SACCONI et al, 2019)

¹⁹ A Codevasf foi designada como operadora oficial do PISF a partir de 14 de março de 2014 através do Decreto nº 8.207/2014 com as funções necessárias à operacionalização e à manutenção da infraestrutura, sendo observada o disposto pelo órgão regulador do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - SGIB e das sugestões do Conselho Gestor junto com as operadoras nacionais em cada estado. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/projeto-sao-francisco/operadora-federal-do-pisf>. Acessado em 31 de maio de 2023.

Além disso, o atual modelo de desenvolvimento para a região nordeste baseado em grandes obras de infraestrutura e de equipamentos que corroboram ao contexto do agronegócio baseado nas atividades econômicas dependentes do alto consumo da água, como a fruticultura irrigada (Vale, 2006). Dentro de um contexto de exportação para mercados excedentes de cada vez mais volumosos de água virtual provocando desgastes ambientais e conflitos entre este e outros usos da água (Ferreira, 2021; Soares, 2013).

Nesse cenário, o desafio da gestão da água torna-se preocupante visto que durante o (des)governo de ~~Jair Messias Bolsonaro~~, a gestão das águas do PISF sofreu uma tentativa de privatização de sua operacionalização, conforme matéria vinculada pela Folha de São Paulo em 2020: “O plano de concessão é uma parceria entre o Programa de Parceria de Investimento (PPI) do Ministério da Economia, e o Ministério do Desenvolvimento Regional. [...] Os contratos de concessão devem ter duração de 25 a 30 anos.”²⁰. Esse contexto sustenta a ideia de que o acesso dentro da

economia globalizada está mudando a definição da água, de propriedade pública para um bem privado, a ser livremente extraída e comercializada. A ordem econômica global pede a remoção de todos os limites no uso e na regulamentação da água e o estabelecimento de mercados desse recurso. Proponentes do livre comércio da água veem os direitos da propriedade privada como a única alternativa pura a posse estatal e os mercados livres como o único substituto para a regulamentação burocrática das reservas de água (Shiva, 2006, p.35).

²⁰ Trecho de reportagem veiculada pela Folha de São Paulo, em 22 de nov. 2020.

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/governo-quer-privatizar-servicos-da-transposicao-do-sao-francisco-em->

[2021.shtml#:~:text=Governo%20quer%20privatizar%20servi%C3%A7os%20da%20transposi%C3%A7%C3%A3o%20do%20S%C3%A3o,distribui%C3%A7%C3%A3o%20da%20%C3%A1gua%20e%20poder%C3%A1%20gerar%20energia%20solar](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/governo-quer-privatizar-servicos-da-transposicao-do-sao-francisco-em-2021.shtml#:~:text=Governo%20quer%20privatizar%20servi%C3%A7os%20da%20transposi%C3%A7%C3%A3o%20do%20S%C3%A3o,distribui%C3%A7%C3%A3o%20da%20%C3%A1gua%20e%20poder%C3%A1%20gerar%20energia%20solar). Acessado em 04/09/2023

Essa ideia se contrapõem a ideia inicial do PISF de “assegurar a oferta de água para uma população e uma região que sofrem com a escassez de água e a irregularidade das chuvas” (Ministério da Integração Nacional, 2004, p. 9).

Nota-se alguns outros problemas, além dos já citados, como a grave estado de poluição do rio São Francisco, dentre os quais destacamos: a degradação ao longo do seu curso, desde a cabeceira até a foz, a perda da biodiversidade inclusive de seus afluentes e a diminuição da sua vazão, particularmente no seu delta e entorno. Ademais, novos problemas podem ser observados, tais como: a rápida deterioração das infraestruturas elevando os custos de sua manutenção, a elevada evapotranspiração e a não garantia de acesso à água por falta de planejamento das infraestruturas complementares (Ferreira, 2021; Vale, 2006). Esses fatores demonstram a necessidade de um robusto Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco junto com o reflorestamento das margens e a dragagem do leito a fim de evitar a formação dos bancos de areia (Soares, 2013).

A execução desse grande projeto de infraestrutura sempre representou uma tarefa complexa para os governos ao redor do mundo. O PISF corresponde à maior obra de infraestrutura hídrica do Brasil, podendo ser compreendida como um Grande Projeto de Desenvolvimento inseridos dentro do papel do Nordeste enquanto espaço para instalação dos projetos de infraestruturas hídricas de Elias (2006) e Porto (2006), complementado por Alentejano (2019):

Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs) podem ser entendidos como atividades e empreendimentos de proporção (econômica e física) significativa e que são extensivamente e intensivamente impactantes a uma dinâmica regional. Entre esse conjunto de atividades e empreendimentos, podemos destacar: mineração, exploração de petróleo e gás, monoculturas, obras de infraestrutura e geração de energia (hidrelétricas, termoeletricas, portos, barragens etc.), indústria pesadas (siderúrgicas, refinarias, complexos industriais) etc.

A intricância desses GDPs surge devido à mobilização de interesses diversos e muitas vezes conflitantes, bem como dos desafios técnicos e

operacionais envolvidos. Além disso, esses projetos requerem vultosas quantias de recursos públicos e têm impactos significativos nas esferas sociais, ambientais, econômicas e territoriais. No contexto político-institucional brasileiro, essas tendências são ainda mais acentuadas, adicionando desafios à gestão de políticas públicas, especialmente na área de infraestrutura. Esses desafios incluem questões relacionadas à construção e manutenção da governabilidade, à articulação entre diferentes níveis de governo, à atuação dos órgãos de controle, à responsabilização e à garantia de direitos individuais, coletivos e difusos. Além disso, há uma crescente demanda por participação da sociedade civil na formulação e no controle dessas políticas públicas (Pires, 2015).

Nessa circunstância, a gestão de recursos hídricos é assegurar a disponibilidade e atender às demandas por água, minimizando conflitos, preservando a qualidade e reduzindo a escassez de água potável (Pires, 2016). Dessa forma, reforça-se a necessidade de garantir que esse processo envolva diversos atores sociais em diferentes subsistemas com a finalidade de resolução dos problemas associados às questões socioeconômicas e ambientais (Silva, Ribeiro, Miranda, 2017).

Por outro lado, a prática do lobby pelos atores econômicos privados formados por empresas de infraestrutura e consultoria junto ao governo federal, como a VBA CONSULTORES e o consórcio JAAKO POYRY-TAHAL, estiveram presentes desde o início do projeto para a sua materialização (Silva, 2011). Em compensação, há organizações populares, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terras - MST, a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará - FETRACE e a Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA, construindo soluções alternativas que passem pelo diálogo com o semiárido e outras tecnologias sociais, como o caso do programa de cisternas.

Em síntese, nota-se que a dinâmica de graves e prolongadas secas levaram a um conjunto de (re)ações desestruturadas, não continuadas e abandonadas com a volta do período chuvoso subsequente durante mais de dois séculos. Sucessivos processos de desengavetamento do projeto da transposição do Rio São Francisco foram recorrentes nesses quase 200 anos,

desde a ideia inicial de José Raimundo de Passos Barbosa em 1818 até o início das obras em junho de 2007 pelo Batalhão de Construção e Engenharia do Exército Brasileiro e que perduram até o presente momento.

Por fim, a falta da reforma agrária, do controle social dos recursos hídricos e a manutenção do latifúndio no entorno dos canais da transposição e as práticas do coronelismo político contribuem para a formação de uma estrutura socioeconômica excludente e hierarquizada que por sua vez, gera um ciclo de dependência da população através de um conjunto de programas assistencialistas nos graves períodos de seca. Isso demonstra a distribuição desigual dos benefícios e dos impactos negativos da transposição entre os atores envolvidos que ignoram o conhecimento das potencialidades produtivas que a população construiu no seu longo convívio com a seca. Observa-se que a resolução dos problemas do Nordeste brasileiro não poderá desconsiderar o comportamento do meio ambiente, inclusive no que diz respeito à fisiologia da paisagem, aos tipos de tecidos ecológicos e à utilização adequada dos escassos recursos hídricos disponíveis. (Ab'Saber, 1999).

Assim, faz-se necessário se debruçar sobre um dos maiores impactos desse grande projeto de infraestrutura: o processo de remoções e reassentamento da população empobrecida do nordeste brasileiro.

CAPÍTULO 03 – O IMPACTO DO PISF NO TERRITÓRIO: AS REMOÇÕES

Esse capítulo tem como objetivo principal analisar as mudanças das estruturas socioespaciais decorrentes da implantação do PISF e de seus projetos correlatos na dimensão regional considerando os diferentes grupos sociais atingidos notadamente aquelas vinculadas às remoções de comunidades e famílias.

Para isso parte-se da apresentação da situação dos diretamente impactados antes do início das obras, considerando 1. a situação socioeconômica, 2. as relações comunitárias, 3. o modo de vida no território original frente à proposta de reassentamento formulada pelo governo federal. Como procedimentos metodológicos, utiliza-se a revisão da literatura a partir dos estudos de Nogueira 2015, 2018, 2019; Silva, 2022; Almeida, 2022 e Gonçalves et al 2021 e a análise documental do relatório Programa de Reassentamento da População - PBA-08.

Como resultado, apresenta-se um conjunto de contradições acerca da concepção e implantação do programa original e da sua realidade apontando a necessidade do aprofundamento através do estudo de caso de uma VPR a ser realizado no capítulo posterior.

3.1. DE MORADORES A DESAPROPRIADOS: AS REMOÇÕES E REASSETAMENTOS ENTRE O DISCURSO OFICIAL E O REAL

O contexto suscitado no capítulo anterior demonstra a complexidade da análise dos diversos impactos²¹ provocados pelo PISF. Dentre esses, apresenta-se com ampla relevância os conflitos gerados pelo processo de remoção bem como a alternativa de reassentamento através das Vilas Produtivas Rurais à luz das famílias diretamente atingidas.

O processo de reassentamento nas VPRs configura-se como uma política pública compensatória para a população diretamente atingida, vítima de expropriação de seu território e moradia bem como potencialmente beneficiária através do Programa de Reassentamento das Populações - PBA08²² implementado pelo Ministério da Integração Nacional. Este programa visava “promover a melhoria da qualidade de vida das famílias ou, no mínimo, garantir as condições para sua reprodução social e econômica em situação similar à atual.” (pag. 09, BRASIL, 2005). Esse documento foi consolidado em 2005 pela Socióloga Marilena Giacomini (IBAMA 199.350) seguindo as orientações, definições e diretrizes do Ministério da Integração Nacional e da CODEVASF.

No âmbito das remoções, diversas temporalidades podem ser constatadas a partir do avanço das obras. No município de Mauriti, CE os deslocamentos de população ocorreram entre os anos de 2007 e 2008 (Lucena, 2022). Noutras realidades, como no caso de Pernambuco as remoções se iniciaram em 2010, vindo a finalizar-se em 2015 (Silva, 2022).

²¹ O uso do termo impacto está de acordo com o Relatório de Impactos Ambientais (RIMA) (BRASIL, 2004) no qual aponta os diversos impactos nas fases de planejamento, construção e operação. Considerando os objetivos elencados para esta dissertação, não pretendemos desenvolver uma discussão teórica sobre os usos do vocábulo. Para uma crítica, vê HENKES, 2014.

²² As bases para elaboração das diretrizes gerais, critérios preliminares, conclusões e sugestões foram apresentados no Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial - Atingidos por Barragens, através do decreto s/n de 10/10/2003, publicado no Diário Oficial da União de 13/10/2003 buscando refletir as características socioeconômicas, reivindicações e expectativas da população afetada através das pesquisas socioeconômicas, Audiências Públicas e reuniões (Silva, 2022)

Inicialmente, o PBA08 (Brasil, 2005) dividiu a população atingida em 03 grupos: os “Proprietários” como aqueles que possuem a documentação legal da propriedade; os “Posseiros de Terras” como os que ocupam as terras sem as escrituras; e os “Não Proprietários” como aqueles que residem ou produzem na propriedade de terceiros possuindo benfeitorias nas áreas a serem desapropriadas (Brasil, 2005). Segundo Nogueira (2019), esse modo de morar é caracterizado como:

uma situação hierárquica entre aqueles que tinham o domínio da terra e aqueles que dependiam da terra de um vizinho para trabalhar e morar, por outro lado, alicerçava-se em relações de proximidade sociocultural existente entre as famílias de moradores e as dos donos das terras, muitas vezes parentes consanguíneos, por afinidade ou por compadrio.

Nesse modo de morar, observa-se que após a colheita, os “Não Proprietários” eram obrigados a dividir a produção com os “Proprietários” da terra (Nogueira, 2019). Aqueles que produziam os alimentos muitas vezes recebiam um tratamento opressivo e rígido (Almeida, 2022). Esse trabalho rural voltava-se para o plantio de milho, feijão, fava, verduras, ervas medicinais, legumes e a criação de pequenas aves e alguns suínos (Nogueira, 2019).

Segundo o Cadastro Fundiário e a Pesquisa Socioeconômica, foram desapropriadas 845 famílias divididas entre 273 proprietárias e 572 não proprietárias, totalizando 1.889 propriedades rurais afetadas pelo projeto de forma parcial ou total (Brasil, 2005), conforme Tabela 04. Observa-se que o estado mais afetado é o de Pernambuco com 1147 propriedades, seguido por Paraíba com 444 e Ceará com 298. Já com relação as famílias não proprietárias, objeto desse estudo, o estado da Paraíba lidera com 199, acompanhado do Ceará com 194 e Pernambuco com 179.

Tabela 04: Propriedades e Famílias Afetadas.

Município/ Estado	Propriedades Afetadas	Famílias residentes na área desapropriada		
		Proprietários	Não Proprietários	Total
Cabrobó (PE)	201	08	35	43
Salgueiro (PE)	268	57	97	154
Verdejante (PE)	23	06	01	07
Total Pernambuco	492	71	133	204
Penaforte (CE)	71	07	133	204
Jati (CE)	37	07	26	33
Brejo Santo (CE)	60	15	69	84
Mauriti (CE)	130	08	71	79
Total Ceará	298	37	194	231
S.J. Piranhas (PB)	295	84	176	260
Cajazeiras (PB)	47	10	15	25
Total Paraíba	342	94	191	285
Total Eixo Norte	1.132	202	518	720
Floresta (PE)	142	05	07	12
Custódia (PE)	179	09	05	14
Sertânia (PE)	334	49	34	83
Total Pernambuco	655	63	46	109
Monteiro (PB)	102	08	08	16
Total Paraíba	102	08	08	16
Total Eixo Norte	757	71	54	125
Total do Projeto	1.889	273	572	845

Fonte: BRASIL, 2005

Segundo Brasil, (2005), o programa foi implementado através das seguintes etapas :

1. Atividades preliminares: realização do Cadastro Censitário, Pesquisa Socioeconômica da População Diretamente Afetada, Levantamento Cartorial e a Avaliação de Terras e Benfeitorias das propriedades de terra entre julho e dezembro de 2004. Após, foi realizado o mapeamento, quantificação e caracterização da população a ser reassentada com a elaboração dos termos de referência para a elaboração dos planos de reassentamento. A pesquisa socioeconomica foi aplicada de acordo com a posse da propriedade, dividindo-os entre proprietários, posseiros e não proprietários.
2. Planos de Reassentamento: diagnóstico socioeconômico para definição das diretrizes gerais e específicas e identificação de áreas para o reassentamento nas margens de até 2,5km dos canais. Por fim, foi validado e formalizado os planos individuais familiares com as modalidades de reassentamento propostos. Nota-se que o cronograma do processo de reassentamento considerou tempos distintos de acordo com a relocação das famílias a curto prazo pelas obras, ou a médio prazo de acordo com o enchimento dos reservatórios.
3. Atividades preliminares para a transferência das famílias: cadastro familiar dos animais domésticos e móveis e a distribuição das casas e lotes de acordo com critérios de parentescos, vizinhança ou afinidades. Após, a elaboração da documentação legal para a posse definitiva dos lotes e das casas, bem como do plano de sustentabilidade e do calendário de mudanças. Por fim, foram realizadas as capacitações modulares abordando as questões de qualidade de vida, relações interpessoais, manutenção das estruturas de uso comum e sustentabilidade ambiental.
4. Projeto Executivo das VPR e Execução das Obras: licitação e contratação das empresas responsáveis para a execução das obras após a elaboração do projeto executivo final das Vilas Produtivas.
5. Transferência das Famílias para as VPRs: deslocamento das famílias, transferências dos móveis e animais domésticos.

6. Apoio à Reinserção Socioeconômica das Famílias: Além da transferência de gestão dos equipamentos sociais implantados para as prefeituras municipais, realizou-se um conjunto de capacitações e apoios dentro do eixo da geração de renda, e outras ações de reinserção produtiva e assistência técnica dentro do desenvolvimento sustentável.
7. Reassentamento de Famílias em Situação de Risco Social: avaliação caso a caso de famílias em condições especiais, principalmente idosos, a fim de se tomar medidas que assegurem a reprodução das suas condições de vida anteriores ao PISF.
8. Monitoramento e Avaliação: “Trata-se da verificação e análise dos resultados do reassentamento visando a aferição das mudanças sociais, econômicas e culturais ocorridas no quadro de vida dessa população, comparativamente à situação de origem (...) através de pesquisas de opinião e socioeconômica realizadas nos dois anos consecutivos depois de concluído o reassentamento nas novas áreas” (p.34, Brasil, 2005). As pesquisas ainda ocorreram no transcorrer do Programa de Reassentamento com fins de assegurar os objetivos e metas propostos.

Entretanto, a aproximação inicial com as famílias ocorreu de maneiras distintas ao citado na versão oficial. Nogueira (2015, 2018, 2019), analisa o processo de remoções no município de São José de Piranhas (PB) e destacou que inicialmente houve a presença de “alguns homens que andavam por suas terras realizando medições e colocando marcos” (Nogueira, 2015, pag. 02). Diante da presença destes indivíduos, os agricultores procuraram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR onde descobriram que se tratavam de técnicos da empresa Geosolos, contratada pelo Ministério da Integração Nacional. Tal empresa tinha como função realizar o levantamento cartorial e a avaliação de terras e benfeitorias das propriedades de terra, atuando sob a responsabilidade de funcionária do Ministério. A partir disso, foi instalado no município um escritório do Instituto de Terras da Paraíba - ITERPA com fins de regularizar as terras e outro do DNOCS com o objetivo de valorar a indenização dos moradores a fim de

emitir um laudo com os respectivos proprietários e moradores (Nogueira, 2015). Devido à baixa procura dessas indenizações por parte dos pequenos proprietários de terra e dos moradores, o Governo realizou o depósito em juízo obrigando-os a buscarem novamente o sindicato com a intenção de acessar os valores agora através de um defensor público instalado no escritório temporário na Casa Paroquial de São José de Piranhas em 2008 (Nogueira, 2015).

O PBA-08 afirma que houve participação popular e incorporação das sugestões e demandas da população diretamente afetada, mas não as descreve (Brasil, 2005). Foram realizadas 23 reuniões entre os dias 11/10/2004 até 28/04/2005 nas cidades de Brejo Santo/CE, Penaforte/CE, Mauriti/CE, São José de Piranhas/PB, Salgueiro/PE, Custódio/PE, Sertânia/PE, Monteiro/PE, Floresta/PE, Verdejante/PE, Cabrobó/PE e Cajazeiras/PE (Brasil, 2005).

O PBA-08 relaciona-se com demais programas, o programa de comunicação social²³, o programa de educação ambiental²⁴, o programa de prevenção à desertificação²⁵, o programa de fornecimento de água e apoio técnico para pequenas atividades de irrigação ao longo dos canais para as comunidades agrícolas²⁶ e por fim o **programa de indenização de terras e benfeitorias** (Brasil, 2005). Esse último definia, a partir do levantamento do custo médio considerando uma casa de alvenaria de 99m² para uma família de, no máximo, 5 pessoas junto com suas infra-estruturas e área produtiva estimada, o valor máximo de R\$30.000,00 à época (Brasil, 2005).

Esse processo de valoração das indenizações mostrou-se desconectado da realidade ao ignorar o modo de vida e as tradições dos

²³ Tem como objetivo dar suporte, informar, esclarecer e encaminhar as respostas das demandas da população facilitando e viabilizando a sua participação e interação comunitária (Brasil, 2005).

²⁴ Seu objetivo desenvolver ações e atividades para difusão do conhecimento visando a melhoria da qualidade de vida e ambiental da área (Brasil, 2005).

²⁵ Objetiva implementar ações de combate a desertificação através de cursos sobre conservação do solo, convivência com o semiárido e uso sustentável da caatinga (Brasil, 2005).

²⁶ Busca promover a “implantação do sistema de irrigação nas áreas produtivas das Vilas” (Brasil, p.36, 2005).

moradores. Por exemplo, a terra era dividida entre os membros do mesmo núcleo familiar quando se constituía uma nova família a partir do casamento dos filhos (Nogueira, 2015). Além disso, outra prática comum era a não transmissão legal da terra em caso de morte do titular com fins de não haver fracionamento do pequeno lote e eliminar os altos custos de inventário (Nogueira, 2015).

Usualmente, os maiores valores das avaliações levaram os “Proprietários” a receber a indenização, enquanto que os demais optaram pelo reassentamento nas VPRs (Brasil, 2005), vê Tabela 05.

Tabela 05.Distribuição das Famílias a serem realocadas por condição. (continua)

Município, Estado e Eixo	Proprietária Auto Reassent. (1)	Famílias Beneficiárias de Reassentamento em novas áreas			Total das famílias relocadas
		Proprietária (2)	Não Prop. com benf. (3)	Não Prop. sem benf.	
EIXO NORTE					
Cabrobó	6	2	28	7	43
Salgueiro	32	25	66	31	154
Verdejante	3	3	0	1	7
Total Pernambuco	41	30	94	39	204
Penaforte	5	2	19	9	35
Jati	2	5	16	10	33
Brejo Santo	13	2	29	40	84
Mauriti	8	0	48	23	79
Total Ceará	28	9	112	82	231
S.J. de Piranhas	78	6	117	59	260
Cajazeiras	2	8	10	5	25
Total Paraíba	80	14	127	64	285
Total Eixo	149	53	333	185	720

Norte					
EIXO LESTE					
Floresta	5	0	1	6	12
Custódia	9	0	4	1	14
Sertânia	36	13	14	20	83
Total Pernambuco	50	13	19	27	109
Monteiro	8	0	1	7	16
Total Paraíba	8	0	1	7	16
Total Eixo Leste	58	13	20	34	125
TOTAL PROJETO	207	66	353	219	845

Fonte: Brasil, 2005

Observa-se que no Eixo Norte concentra o maior número de famílias impactadas, 85,2% do total; o maior número de famílias realocadas por estado encontrava-se em Pernambuco, 313 famílias, seguido pela Paraíba, 301 famílias, e pelo Ceará, 231 famílias; no caso, os não proprietários de terra foram os que mais sofreram com o deslocamento, sendo 67,7% do total (Brasil, 2005).

Segundo Brasil (2005), as modalidades de reassentamento se dividiram nas seguintes categorias:

1. Reassentamento em Áreas Remanescentes Individualizadas: Transferência voluntária para áreas não afetadas da propriedade remanescentes das famílias proprietárias de terras com indenização parcial da parcela de terras e benfeitorias afetadas.
2. Auto-Reassentamento Individual: Trata-se das famílias proprietárias que receberam o valor da indenização maior do

que o valor máximo estabelecido e que se mudaram após 90 dias do seu pagamento.

3. Reassentamento Rural Coletivo: Reassentamento nas áreas situadas até dos limites de 2,5km dos canais em 03 modelos. Modelo 01: Vilas produtivas com núcleos habitacionais em lotes residenciais e produtivos individuais de 05ha a 10ha dotados de infra-estruturas e serviços sociais básicos. Modelo 02: difere-se em relação a área da unidade familiar produtiva de 5.000m², sendo 1000m² de área residencial com casas de 60m² e setor produtivo de 4.000m² para atividade agrícola irrigada. Modelo 03: baseado no Modelo 02 diferenciando-se por apresentar uma área de sequeiro em lotes individuais de 2,5ha.²⁷
4. Reassentamento Urbano Individual: Voltado para famílias em situação de risco social para realocação em centros urbanos vizinhos com custos que não poderiam ultrapassar o valor de R\$30.000,00 à época.

Durante o processo de remoção, a forma encontrada pelo Estado de impedir o retorno das famílias para a sua casa originária foi obrigar a demolição do antigo imóvel. Durante sua saída, as famílias tiveram o direito de levar consigo tudo que conseguissem e quisessem, telhas, portas, janelas, representando uma situação extremamente dolorosa a qual gerou até o acampamento de algumas no seu antigo terreno e a ida constante para os escombros de sua antiga residência (Nogueira, 2015). Em relação a criação de animais, a solução encontrada por alguns moradores foi a sua soltura em terras públicas ou de parentes próximos (Nogueira, 2018).

Todavia, acabou ocorrendo um impasse, visto que a entrega das VPRs não aconteceu antes do início das obras da transposição. Com isso, houve a necessidade de desapropriar os moradores de suas casas sem ter

²⁷ Essa dissertação dedicou-se na modalidade de reassentamento 03, Reassentamento Rural Coletivo, nas Vilas Produtivas Rurais.

para aonde reassentá-los (Nogueira, 2018). Retomando o exemplo de São José de Piranhas, as obras da transposição foram iniciadas em 2009, com a emissão dos mandados desapropriatórios entre esse ano e 2012. O início da construção das VPRs ocorre em 2014 e sua conclusão em 2016. Nesse imbróglcio temporal e devido as pressões dos moradores através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o governo federal foi pressionado a realizar um acordo extrajudicial para pagamento no valor de 1,5 salários mínimos/mensal, denominado Programa de Transferência Provisória-PTT (Nogueira, 2015, 2018, 2019; Almeida, 2022). Com esse recurso os moradores puderam optar entre alugar uma nova habitação, mudar-se para casa de parentes no campo ou na cidade ou ainda construir uma casa em localidades próximas aonde moravam, algumas vezes inclusive em terrenos cedidos pela Igreja (Nogueira, 2015, 2018). A solução de morar em casas alugadas na sede urbana dos municípios levou a perda do modo de vida da zona rural e também ao aumento do valor do aluguel nessas cidades, um claro exemplo de especulação imobiliária (Nogueira, 2018).

Um cenário ainda pior foi observado na VPR Captação no qual uma família posseira sofreu expulsão de sua casa pelo proprietário em 2004, tendo como única alternativa morar por cinco anos em uma escola desativada até receberem a sua moradia em uma VPR em novembro de 2009 (Almeida, 2022). Ou seja, observa-se como os processos de remoção e reassentamento variam de acordo com a sua temporalidade e territorialidade, mas são perpassados pela violência estatal sobre os mais necessitados.

Quanto à reinserção socioeconômica das famílias, promove-se capacitações periódicas voltadas ao planejamento e sustentabilidade das atividades dentro das VPRs e assistência técnica aos produtores rurais para melhoria tecnológica das áreas irrigadas. Com isso, pretende-se promover sua inserção no processo produtivo, denominada Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER (Brasil, 2005), Tabela 06.

Tabela 06. Sistemática do Monitoramento e Avaliação. (continua)

ITEM	INDICADORES	INSTRUMENTO DE VERIFICAÇÃO	PERÍODO	RESPONSÁVEL
1	Número de Queixas e Reclamações	Caixa de Comunicação	Mensal	Comunicação Social
2	Grau de Satisfação das famílias com o processo de transferência	Pesquisa de Opinião por meio de ficha de avaliação	Única vez, em até 06 meses após a transferência	Equipe do Programa 08
3	Produtividade agropecuária em relação ao Plano de Sustentabilidade	Aplicação de questionário socioambiental	Anual	Equipe do Programa 08
4	Índice de Qualidade de vida da família reassentada (nível de renda, acesso à educação e serviços de saúde, saneamento, organização comunitária)	Aplicação de questionário socioambiental	Anual	Equipe do Programa 08
5	Permanência dos reassentados nas VPRs.	Ficha de monitoramento	Anual	Equipe do Programa 08
6	Número de associações criadas e em funcionamento nas Vilas Produtivas Rurais	Registro do Estatuto Social, Atas	Anual	Equipe do Programa 08
7	Percentual de reassentados associados	Registro do associado	Anual	Equipe do Programa 08
8	Número de capacitações realizadas;	Relatórios Técnicos elaborados	Mensal	Equipe do Programa 08
9	Percentual de participantes nas capacitações	Lista de presença	Mensal	Equipe do Programa 08

10	Número de transferências de gestão de equipamentos sociais efetuadas	Termos de repasse	de	Anual	Equipe do Programa 08
----	--	-------------------	----	-------	-----------------------

Fonte: Brasil, 2005.

Em relação ao processo de remoção dos povos originários, destaca-se o povo Pipipã no município de Floresta em Pernambuco, onde se inicia o Eixo Leste da transposição. O território integrante da Unidade de Conservação da Reserva Biológica (REBIO) Serra Negra é constituído por 10 aldeias, as quais são coordenadas por dois caciques num território ainda não demarcado e em processo de regularização fundiária, denominado Assentamento Serra Negra, regularizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (Almeida et al, 2010 *apud* Gonçalves et al., 2021). Seu território foi desmatado, destruindo o ecossistema da caatinga e a destruição de duas áreas de grande importância cultural e simbólica (Gonçalves et al., 2021). Houve impacto nos seus hábitos alimentares, com a destruição do caroá, a impossibilidade de criação de caprinos, o fim da presença das abelhas e das plantas medicinais. Esse desequilíbrio biopsicossocial provocado pelo PISF é considerado pela indígena Alberta como uma grande doença (Gonçalves et al., 2021). Mesmo com um programa específico, Programa de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas - PBA12, houve o descumprimento de acordos e promessas estruturantes, como a falta de oferta ao abastecimento de água aos Pipipã (Gonçalves et al., 2021).

O PBA-08 finaliza afirmando a elaboração de 18 **Memoriais Descritivos** (com informações relativas as infraestruturas socioprodutivas, vias de acesso e características em geral), 18 Planos de Transferência das Vilas Produtivas Rurais (com orientações sobre o processo de transferências das famílias dos seus locais de origem para as VPRs) e os 18 Planos de Assistência Técnica e Extensão Rural (planejando, orientando e monitorando as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural) (Brasil, 2005). Por fim, o documento afirma que foi realizada uma análise comparativa para

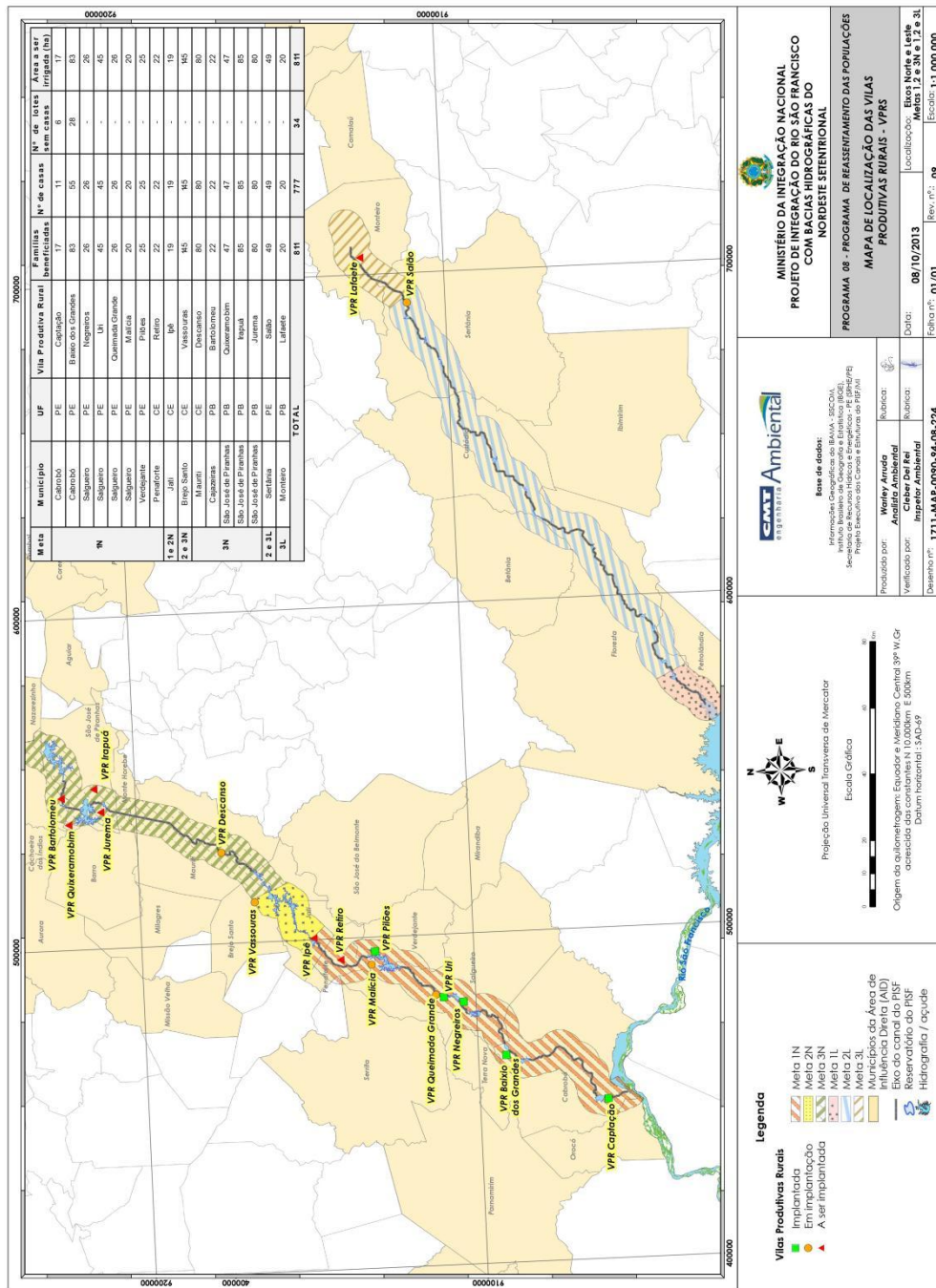
redirecionar os processos de planejamento, gestão e avaliação do desenvolvimento socioeconômico e ambiental das VPRs, intitulado Índice de Qualidade de Vida (IQV) das famílias reassentadas (Brasil, 2005), a ser explorado no capítulo seguinte.

Em relação ao processo de reassentamento deu-se em 18 VPRs. Sendo 16 Vilas situadas no Eixo Norte: Bartolomeu (Cajazeiras/PB), Irapuá I (São José de Piranhas/PB), Irapuá II (São José de Piranhas/PB), Cacaré²⁸ (São José de Piranhas/PB), Quixeramobim (São José de Piranhas/PB), Descanso (Mauriti/CE), Vassouras (Brejo Santo/CE), Ipê (Jati/CE), Retiro (Penaforte/CE), Pilões (Verdejantes/PE), Malícia (Salgueiro/PE), Uri (Salgueiro/PE), Queimada Grande (Salgueiro/PE), Negreiros (Salgueiro/PE), Baixo dos Grandes (Cabrobó/PE), Captação (Cabrobó/PE). Já no Eixo Leste há apenas duas vilas, Lafayette (Monteiro/PB) e Salão (Sertânia/PE) (Almeida, 2022), Figura 07. A diferença do número de Vilas entre os eixos se dá pelo fato de que mesmo o Eixo Leste possuindo aproximadamente 200km de comprimento, desapropria um número menor de famílias do que no eixo Norte com seus 260km.

As Vilas se caracterizam por núcleos habitacionais, divididos em lotes residenciais e um setor produtivo para agricultura de subsistência, com mínimo de cinco hectares por beneficiário, sendo um deles destinado à irrigação. Segundo projeto original, as vilas devem ser constituídas por casas unifamiliares de até 99 m², assim como alguns equipamentos de uso coletivo como postos de saúde, escolas, praças, quadras poliesportivas, campo de futebol, centro comunitário, e também por redes de infraestrutura, para o abastecimento de energia elétrica, água e saneamento.

²⁸ Inicialmente, a Vila Cacaré era denominada Vila Jurema, contudo após demanda dos próprios moradores por entenderem que a área da Vila coincidia com um Sítio que lá existia antes da desapropriação, o Sítio Cacaré, foi rebatizada (Nogueira, 2019). O mesmo aconteceu com o nome do Reservatório Boa Vista no mesmo município que anteriormente era denominado Reservatório Cuncas (Brasil, 2005).

Figura 07 - Vilas Produtivas Rurais



Fonte: IBAMA, 2013²⁹.

²⁹ Disponível em:

http://licenciamento.ibama.gov.br/Recursos%20Hidricos/Integracao%20Sao%20Francisco/Relatorios%20execucao%20PBA/REL%20SEMESTRAL%202013/Anexos/Prog_08/Anexo%204.8.1%20Mapa%20de%20Localiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Vilas%20Produtivas%20Rurais..pdf. Acessado em 26/11/2023

Em relação a temporalidade do processo de reassentamento compreende-se que mesmo com obras iniciadas em 2007 em Cabrobó, local de captação das águas no Eixo Norte, as primeiras VPRs só foram entregues no segundo semestre de 2009, o que contradiz a segunda meta do PBA-08 que diz que o “Reassentamento de todas as famílias afetadas pela formação dos reservatórios antes do início de seu enchimento;” (Brasil, 2005, pag.05), reforçando o caráter autoritário com uma remoção sem reassentamento. Observa-se também um grande salto temporal entre a entrega da primeira Vila em julho de 2009, VPR Baixio dos Grandes, a última, VPR Descanso, em novembro de 2016, evidenciando a longa temporalidade do projeto, bem como o avanço paulatino das obras, principalmente do Eixo Norte, dentro do seu extenso território. Ademais, aponta-se um salto temporal entre a entrega da VPR Pilões em dezembro de 2010 e a VPR Malícia em dezembro de 2014, sendo necessário uma investigação sobre as causas desse processo. Por fim, destaca-se que a VPR Vassouras e VPR Descanso foge da tendência de que o avanço das obras significou o início das moradias da Vila, acreditando-se que o motivo que leva a esse cenário, para a primeira Vila citada, seja por se tratar da maior do maior projeto de reassentamento, com 145 habitações, Tabela 07.

Tabela 07 - Início da moradia nas Vilas Produtivas Rurais. (continua)

Vila Produtiva Rural (VPR)	Início da moradia	Cidade (Estado)
Descanso	Novembro, 2016	Mauriti (CE)
Vassouras	Novembro, 2016	Brejo Santo (CE)
Irapuá II	Abril, 2016	São José de Piranhas (PB)
Irapuá I	Março, 2016	São José de Piranhas (PB)
Quixeramobim	Março, 2016	São José de Piranhas (PB)
Cacaré	Março, 2016	São José de Piranhas (PB)

Bartolomeu	Março, 2016	Cajazeiras (PB)
Lafayette	Dezembro, 2015	Monteiro (PB)
Salão	Dezembro, 2015	Sertânia (PE)
Retiro	Agosto, 2015	Penaforte (CE)
Ipê	2015	Jati (CE)
Queimada Grande	Dezembro, 2014	Salgueiro (PE)
Malícia	Dezembro, 2014	Salgueiro (PE)
Pilões	Dezembro, 2010	Verdejantes (PE)
Uri	Dezembro, 2010	Salgueiro (PE)
Negreiros	Novembro, 2010	Salgueiro (PE)
Captação	Novembro, 2009	Cabrobó (PE)
Baixio dos Grandes	Julho, 2009	Cabrobó (PE)

Fonte: Almeida (2022) e Brasil (2015)³⁰, adaptado pelo autor.

Em março de 2023, o governo federal atualizou³¹ a situação do Programa de Reassentamento afirmando que se encontra com 87,30% finalizado sendo as construtoras responsáveis pela execução e o Consórcio Operador Ambiental pela execução e acompanhamento. Foram realizadas 201 capacitações com 7.649 participantes nas 18 vilas produtivas, 197 atividades intermodulares com 665 participantes.

Assim, buscando apresentar um panorama sobre as condições de remoção na totalidade das VPRs apontou-se diferenças entre o discurso oficial e a realidade. Neste cenário, faz-se necessário o aprofundamento a partir do aprofundamento do estudo de caso da VPR Vassouras, investigando as dinâmicas de remoção e reassentamento *in loco* bem como as

³⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/noticias/anterior/aviso-de-pauta-projeto-sao-francisco-mi-entrega-99-casas-em-pb-e-em-pe>. Acessado em 24/11/2023.

³¹ Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/planejamento-estrategico-institucional/sumario-executivo-dos-programas-ambientais-do-pisf.pdf>. Acessado em 29/01/2023.

articulações e atuação dos atores locais e nacionais. A escolha dessa VPR deve-se por se tratar do maior projeto de reassentamento contendo diversas dinâmicas internas e externas, a facilidade de acesso do pesquisador ao local de pesquisa e por ainda se encontrar em um processo de estruturação social e física como será apresentado a seguir.

CAPÍTULO 04 – O IMPACTO DO PISF NO TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DA VILA PRODUTIVA RURAL VASSOURAS

O derradeiro capítulo objetiva compreender as soluções e rebatimentos territoriais do processo de remoção e reassentamento da Vila Produtiva Rural de Vassouras em Brejo Santo, Ceará em suas particularidades socioeconômicos e políticas.

Para isso, será apresentado o relato das viagens de campo realizadas entre 23 a 26 de janeiro de 2022, bem como entre 17 a 19 de janeiro de 2024 para o município de Brejo Santo, as infraestruturas hídricas do PISF e a Vila Produtiva Rural de Vassouras. As visitas e as entrevistas aos atores logram-se fundamentais para se tomar ciência dos rebatimentos sociais, territoriais e econômicos do PISF no município. Sendo visitado a Vila Produtiva Rural de Vassouras, a Prefeitura Municipal, o Sindicato dos Agricultores de Brejo Santo, a Câmara Municipal, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Planejamento e Gestão, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SMDA) e as barragens de Boi 1 e 2, Cana Brava e dos Porcos. Para isso será usado como método, o Estudo de Caso, a História oral de Alberti, 2008 e Branco, 2020 e as observações de campo para lograr esse objetivo.

Foram realizadas também entrevistas com o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Planejamento e Gestão, Gerônimo Freire Santos Neto; o Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário, Erociano Furtado de Oliveira; o Presidente da Associação dos Moradores da Vila Produtiva Rural de Vassouras, Francisco Alexandre Pereira da Silva; bem como a Tesoureira Maria das Dores Bezerra; como representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Brejo Santo, o Presidente, Antônio Vidal da Silva, o Tesoureiro, Cícero Antonio de Sousa e o Secretário de Políticas Agrícolas, Francisco Ailton Ricardo da Silva que também representa a função do presidente da Associação dos Agricultores Familiares de Brejo Santo; a assistente social, Helena Oliveira de Barros Mota, representante do Ministério da Integração Nacional; o representante na região, Derlany dos Santos Bezerra do MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem; e os

representantes da Câmara Municipal de Brejo Santo, José Martins Cardoso e José Heitor Nicodemos de Lucena, ex-vereadores e atuais assessores parlamentares. Por fim, foi realizado entrevistas com 10 moradores, nomeados de A a J³². Todas as entrevistas e registros fotográficos foram realizadas com consentimento prévia das pessoas, quer seja através de aceite oral.

Além das entrevistas utiliza-se na elaboração desse capítulo, as fontes documentais primárias: O Plano de Transferência da Vila Produtiva Rural de Vassouras, o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação do processo de Transferência, o relatório de Caracterização e análise da qualidade de vida das famílias da Vila Produtiva Rural - VPR Vassouras, por meio do indicador Índice Qualidade de Vida (IQV) e o relatório de Caracterização Física e Social da Vila Produtiva Rural de Vassouras obtidas através do protocolo 59009.000143/2024-60 por meio do site Fala BR.

Tomam parte deste capítulo i) uma apresentação breve do sistema de gestão hídrica do Ceará e um panorama da cidade de Brejo Santo, ii) as particularidades dos processos internos observados na VPR Vassoura, iii) uma análise das relações entre os atores na sua arena pública e por fim as iv) os velhos e novos desafios presentes na Vila.

Como resultado, temos que o PISF não alterou as estruturas produtivas municipais, entretanto a política compensatória de reassentamento da VPR Vassouras possui potencial de realizar uma reestruturação territorial do tecido social em Brejo Santo.

³² Opta-se por manter o nome dos moradores entrevistados no anonimato.

4.1 O PISF NO CEARÁ E A CIDADE DE BREJO SANTO

O PISF no Ceará tem objetivo de fortalecer a segurança hídrica do Estado, sendo inaugurado em 26 de junho de 2020³³ e com início dos testes após a conclusão do último trecho do Eixo Norte³⁴, tendo a liberação de suas águas em fevereiro de 2024 com vazão máxima de 6,5 metros cúbicos (m³) por segundo através do Cinturão das Águas do Ceará - CAC para realizar o abastecimento humano da região metropolitana de Fortaleza devido ao quadro de seca que se encontra o estado.

O Cinturão³⁵, por sua vez, baseia-se num conjunto de obras para implantação de 145,3 km de extensão divididos em 04 lotes, compreendendo canais a céu aberto, túneis e sifões com o objetivo de transpor as águas do PISF a partir da barragem de Jati até o Rio Cariús em Nova Olinda com intuito de abastecer o Açude Orós³⁶. No seu trajeto, interliga-se ao Riacho Seco, Salgado e Jaguaribe desaguando no açude Castanhão, comunicando-se, após percorrer o total 550km, com a região metropolitana de Fortaleza por intermédio do Eixo das Águas, Figura 08.

O CAC também se relaciona com outros projetos relevantes no Estado, como o Programa Malha d'Água, que tem com proposta de adensar a rede de adutoras entre os centros urbanos relevantes com os mananciais das Estações de Tratamento de Águas (ETAs), diminuindo a operação de carros-pipas e garantindo segurança hídrica a essas cidades (CEARÁ, 2022).

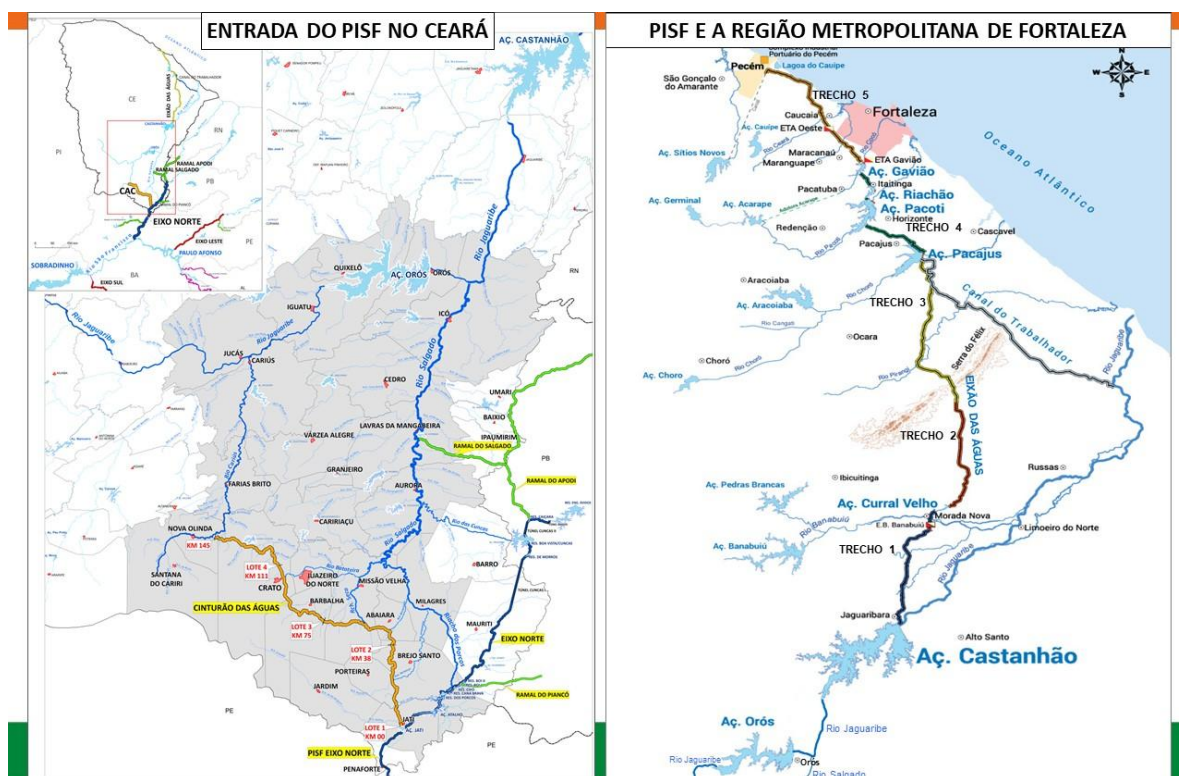
³³ Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/06/26/bolsonaro-chega-ao-ceara-para-inaugurar-trecho-da-transposicao-do-rio-sao-francisco.ghtml>. Acessado em: 19/02/2024.

³⁴ Disponível em: <https://transposicaosaofrancisco.com.br/>. Acessado em 30/05/2023

³⁵ Disponível em: <https://www.srh.ce.gov.br/cinturao-das-aguas-do-ceara/>. Acessado em 26/02/2024.

³⁶ Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2024/02/16/aguas-da-transposicao-do-rio-sao-francisco-serao-liberadas-ao-ceara-nesta-sexta-16.html>. Acessado em: 19/02/2024.

Figura 08: Traçado do PISF no Ceará.

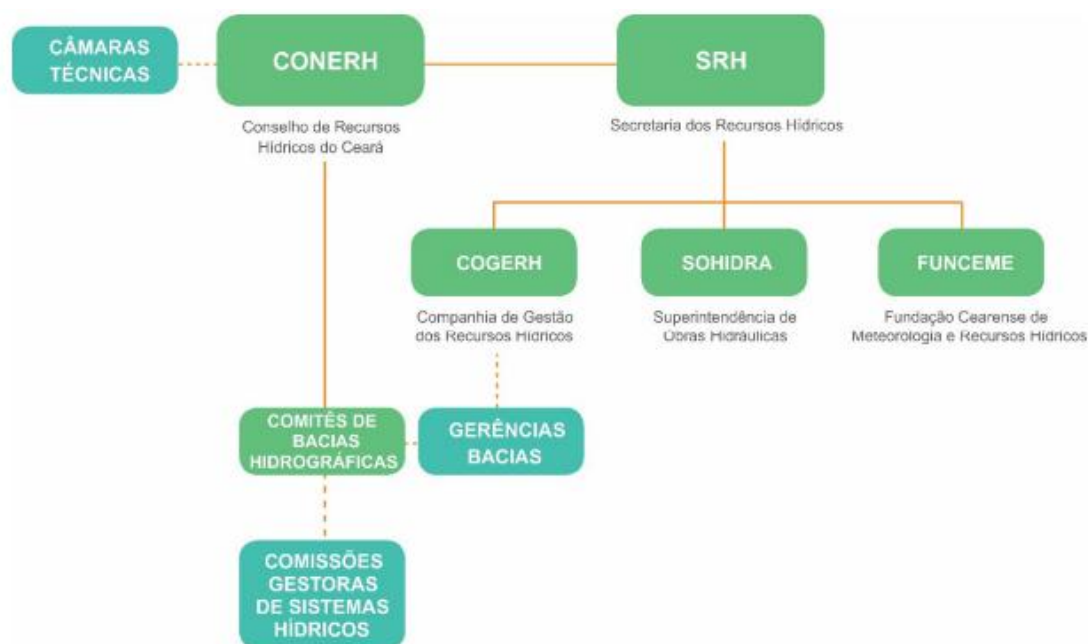


Fonte: SRH, 2020.

Todo esse conjunto de infraestrutura hídrica estadual relaciona-se com a gestão dos recursos hídricos no Estado, organizado a partir da criação da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME pela Lei nº9618/1972 com o objetivo de descobrir soluções as secas que afetavam o estado à época (FUNCEME, s/d). No ano posterior é criada a Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE sendo responsável pelo saneamento e distribuição de água tratada. Em 1983, se institui o Conselho de Recursos Hídricos do Ceará - CRH/CE, através da Lei nº 10.840 com o propósito de realizar o Plano Diretor de Recursos Hídricos. Em 1987 é criada a Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará, SRH/CE que dentre outros objetivos tem o de “coordenar, gerenciar e operacionalizar estudos, pesquisas, programas, projetos, obras, produtos e serviços referentes a recursos hídricos e promover a articulação dos órgãos e entidades estaduais do setor com os órgãos e entidades federais e municipais” (SRH, s/d) e a Superintendência de Obras Hidráulicas - SOHIDRA pela Lei nº 11.380/1987. Entre 1989 e 1991, através da Lei 11.996/1992, cria-se o Plano Estadual dos Recursos Hídricos - PLANERH, sendo revisto em 2015, a Política Estadual

de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos- SIGERH, Figura 09.

Figura 09: Organograma do SIGERH/CE



Fonte: SRH, 2021.

Em 1993 é criada a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - COGERH pela Lei N°12.217/1993 e é assinado um contrato de financiamento com o Banco Mundial para implementação do Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos - PROURB-RH (SRH, s/d). Em 1994, é implantado o sistema de outorga e licenciamento de obras hídricas. Em 1997 é instalado o 1º comitê de Bacia do Nordeste, a bacia do Curu, composta por 15 municípios. Atualmente, o estado conta com 12 Comitês de bacias hidrográficas, Tabela 08 e Figura 10.

Tabela 08: Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará (continua).

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS				
ITEM	BACIA OU SUB-BACIA	ANO DE INSTALAÇÃO	Nº DE MEMBROS	MUNICÍPIOS
01	CURU	1997	50	15
02	BAIXO JAGUARIBE	1999	46	09
03	MÉDIO JAGUARIBE	1999	30	13
04	BANABUIÚ	2002	48	12

05	ALTO JAGUARIBE	2002	40	24
06	SALGADO	2002	50	23
07	METROPOLITANAS	2003	60	31
08	ACARAÚ	2004	40	27
09	LITORAL	2006	40	11
10	COREAU	2006	30	21
11	SERRA DA IBIAPABA	2013	30	10
12	SERTÕES DE CRATEÚS	2013	30	09

Fonte: COGERH, 2022.³⁷

Figura 10: Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará.



Fonte: COGERH, 2022, modificado pelo autor.

Dentre essas, destaca-se a sub-bacia hidrográfica do rio Salgado na Mesorregião Sul Cearense devido a sua relação com o eixo Norte do PISF. Essa sub-bacia foi criada pelo decreto estadual nº 26.603 de 14 de maio de 2002 sendo constituído por 50 instituições, dentre o Poder Público Municipal, Estadual, Federal, Usuários, Sociedade Civil e Instituições (SRH, 2019). Mesmo com a Lei estadual nº 14.844, que afirma no seu artigo “VI – propor ao Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CONERH, critérios e

³⁷Disponível em: <https://portal.cogerh.com.br/comites-de-bacias-hidrograficas/>. Acessado em 19 fev.

mecanismos a serem utilizados na cobrança pelo uso de recursos hídricos, e sugerir os valores a serem cobrados”, CBH do Salgado não interfere na tomada de decisões com relação ao uso da água do PISF por se tratar de um recurso de domínio federal (CARTAXO, 2023).

Essa sub-bacia caracteriza-se por apresentar os melhores aquíferos da sub-bacia do Jaguaribe, notadamente no Cariri, e um total de 15 açudes públicos gerenciados pela COGERH. Na região hidrográfica do Salgado, têm-se previsto no Plano Integração do Ceará 2050 e no Plano Plurianual 2020-2023 mais dois açudes, sendo eles o açude Riacho do Meio em Granjeiro e o açude Beré em Jardim.

O rio que a nomeia, Salgado, possui um curso de 308km, dos quais 270km são perenizados englobando uma área de drenagem de 12.865 km² e uma capacidade de acumulação de águas superficiais de 452,31 milhões m³³⁸. A bacia é composta por 18 municípios, destacando-se Penaforte, Jati, Mauriti e Brejo Santo por se tratarem dos municípios aos quais tiveram interferência direta das obras do PISF no estado, Figura 11.

³⁸ Disponível em: <https://www.srh.ce.gov.br/comite-da-bacia-hidrografica-do-salgado/#:~:text=A%20SUB%20BACIA%20HIDROGR%C3%81FICA%20DO%20SALGADO&text=Tem%20como%20ri%20principal%20o,%C3%A9%20composta%20por%2023%20munic%C3%ADpios>. . Acesso em: 19 fev. 2024.

Figura 11: Bacia do Salgado.



Fonte: Ceará (2019).

Devido a localização na bacia sedimentar do Araripe com solos latossolos, argisolos e neossolos, essa região apresenta a abundância da presença de recursos hídricos subterrâneas, com mais de 1.800 poços cadastrados, tomando como exemplo o município de Mauriti e Brejo Santo que conta com 06 poços para abastecimento humano cada (SHR, 2018). Essa característica de Embasamento Cristalino permite o aparecimento do

Aqui³⁹ Brejo Santo. Essas características demonstram que os municípios impactados diretamente pelo PISF no Ceará não apresentam a necessidade de abastecimento pelas águas da transposição, em situações típicas.

Apresenta-se altitudes de 506,93m, 435,04m, 373,8m, 362,1, 381,3m, respectivamente nos municípios de Penaforte, Jati, Mauriti, Barro e Brejo Santo (IPECE,2017). O clima da região sul cearense, caracteriza-se pela variação de temperatura com média de 24°C a 26°C, precipitação em torno de 870mm anual com predominância da vegetação de mata seca (floresta subcaducifolia tropical pluvial), caatinga arbórea (floresta caducifolia espinhosa) (IPECE,2017).

Todo esse contexto insere-se dentro do que ficou conhecido como o *Governo das Mudanças* iniciado em 1987 com a eleição de Tasso Jereissati para a executiva estadual pondo fim o ciclo dos coronéis. Imprimindo uma política neoliberal de modernização da máquina pública comandada por jovens técnicos, redução dos gastos e contratação de empréstimos e financiamentos junto a agentes internacionais, como o já citado Banco Mundial, com a finalidade de financiar diversos programas como o Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos - PROURB-RH (SPOSITO; PEREIRA JUNIOR, 2013).

Outro programa é o Águas do Ceará, sintetizado como

Um dos mais polêmicos programas do Governo do Estado no tocante a política de recursos hídricos é o Águas do Ceará, o maior programa de infraestrutura de oferta de água da história do Estado. O Programa reúne um conjunto de obras de combate à escassez de recursos hídricos que está desenhando um novo mapa das águas no Ceará, considerado o número e a complexidade dos sistemas de engenharia envolvidos, reorganizando o sistema de saneamento básico, assim como permitindo novas perspectivas para o abastecimento e para a produção. Prevê a construção de 40 novos açudes estratégicos, sendo o mais

³⁹ Característica da formação geológica que permite o armazenamento de água, mas não a sua transmissão, circulação pois esse recurso encontra-se contido através de forças moleculares (CBHPF, 2020). Disponível em:[http://cbhpf.upf.br/index.php/conteudo/glossario#:~:text=Aq%C3%BC%C3%ADcludo%20\(aqui%20clude\)%20%2D%C3%89%20aquela,no%20meio%20por%20for%C3%A7as%20moleculares,](http://cbhpf.upf.br/index.php/conteudo/glossario#:~:text=Aq%C3%BC%C3%ADcludo%20(aqui%20clude)%20%2D%C3%89%20aquela,no%20meio%20por%20for%C3%A7as%20moleculares,) acessado em 20/02/2024.

importante o açude Castanhão, localizado no Baixo Jaguaribe, o maior de toda a história do Ceará (ELIAS; PEQUENO, 2013, p. 102).

Ainda se acrescenta o programa estadual Rotas da Integração Nacional, popularmente conhecido como Rotas Produtivas, que tem por objetivo organizar arranjos produtivos locais associados as cadeias produtivas estratégicas dentro de ações privadas e públicas dinamizando o agronegócio. A região do Cariri, com 29 municípios e 20 frutas cultivadas, insere-se na Rota da Fruticultura com a implantação de unidades produtivas da fruticultura, aquisição de equipamentos e realização de capacitações⁴⁰. Esse panorama demonstra que o estado do Ceará foi pioneiro no processo de formalização e estruturação de um arcabouço burocrático para a gestão dos seus recursos hídricos.

Dentro desse contexto, destaca-se Brejo Santo.

Criado em 1890, sua ocupação remota desde 1680 com a demarcação das primeiras sesmarias na bacia do Riacho dos Porcos, atual Sítio Nascimento no distrito atualmente denominada Poços para Bento Correia Lima (BREJO SANTO, 2024). Isso significa que o processo de ocupação desse território parte dos seus distritos para sua sede, o que justifica a distribuição dos atuais 51.090 habitantes em 62% residentes no seu núcleo urbano e 38% no campo (IBGE, 2022).

Localizado a 500km da capital, Fortaleza, dentro da macrorregião de Planejamento Cariri-Centro Sul, e da microrregião de Brejo Santo, possui uma área aproximada de 314,40km², sendo 13km² de área urbanizada (IBGE, 2019), com densidade demográfica de 78,04 hab/km², renda média mensal em torno de 1,7 salários mínimos (IBGE, 2022). Caracteriza-se por ter uma alta taxa de escolarização de 92,5% para crianças e adolescentes entre 06 a 14 anos. A cidade apresenta 59,7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado (IBGE-2010), índice considerado alto para os padrões da região.

Com relação ao nível de empregabilidade, apresenta uma oferta de 7.947 em empregos formais, distribuídos na indústria de transformação com 3.147, comércio com 1.300 e na administração pública com 2.431 (MTb-RAIS,

⁴⁰ Disponível em: <https://eventos.sda.ce.gov.br/rotas-da-integracao/>,. Acessado em 09/03/2024

2021). Na indústria de transformação, observou-se a presença de uma agroindústria, o café Ojuara, que em conversa com funcionário, teve sua instalação anterior ao início das obras do PISF, funcionando como uma empacotadora dos grãos oriundos de Minas Gerais. A indústria de transformação do município baseia-se, principalmente, no setor calçadista, destacando-se a Dilly Sports, JA Calçados e Elastomer Industria de Borracha. Aliado ao eixo estruturante da BR-116 que divide o município e a proximidade com a Trasnordestina como possíveis vetores de circulação para essas mercadorias. Com relação ao setor de serviços, Brejo Santo comporta-se como cidade-polo para as cidades de Porteirias, Penaforte, Jati, Abaiara, Mautiri, Milagres, para oferta de serviços de saúde básica⁴¹, Figura 12.

Figura 12: Atividades produtivas em Brejo Santo: indústria de transformação e serviços de saúde.



Fonte: Autor, 2024.

Em entrevista com o atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Planejamento e Gestão, Gerônimo Freire Santos Neto, as ações da secretaria baseiam-se ao fortalecimento do setor de serviços. Com relação a

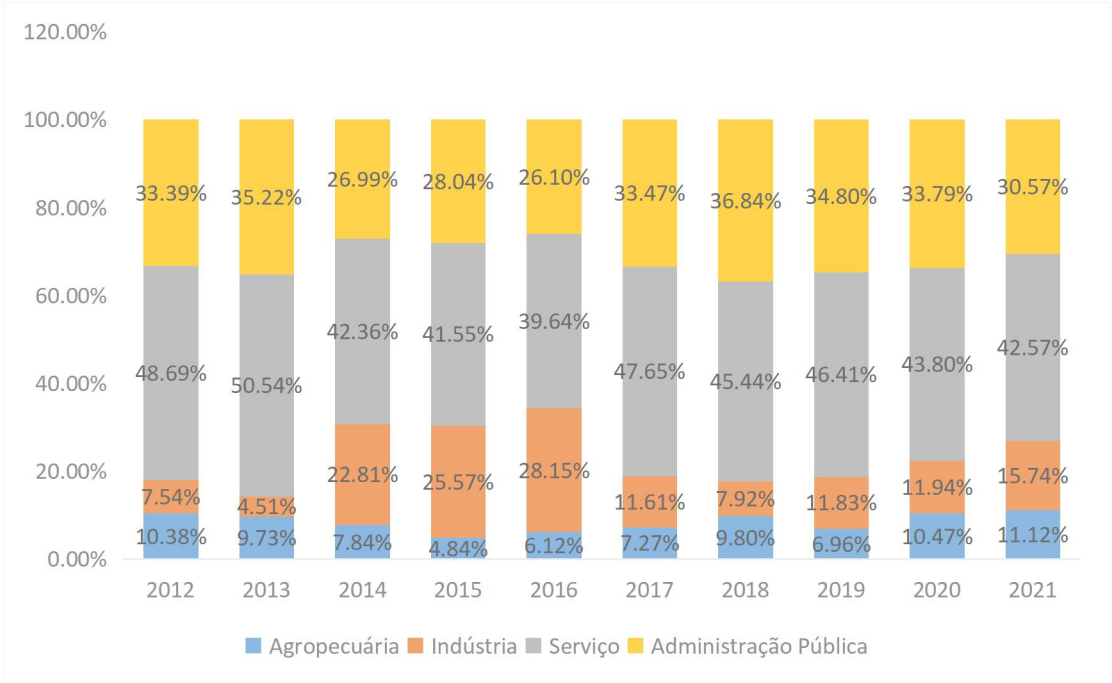
⁴¹ Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/brejo-santo---ce>. Acessado em 23/02/2024.

atuação no campo possui em ações para promoção da autonomia financeira econômica para as mulheres e o “empreendedorismo no campo” para os mais jovens.

A cidade possui como principal vitrine, a ExpoBrejo, feira regional para exposição de caprinos, bovinos, cavalgadas, vaquejadas, missas e shows culturais vinculados ao agronegócio da região. Segundo o secretário, o agronegócio da região baseia-se, principalmente, na indústria leiteira e do queijo, que ainda precisa ser mais fomentada e ampliada.

O Produto Interno Bruto - PIB 2021 de Brejo Santo dividi-se em 42,57% no setor de Serviço, seguido pela administração pública municipal com 30,57%, do setor industrial com 15,74% e por fim, da agropecuária com 11,12%, Gráfico 01. Durante os anos 2012-2021, observa-se um crescimento nominal revisado do PIB de 16,7% de R\$307 milhões para R\$817 milhões, puxado pelo aumento da participação do setor industrial e poucas alterações nos demais setores.

Gráfico 01: Participação do PIB (2012-2021) - Brejo Santo (CE)

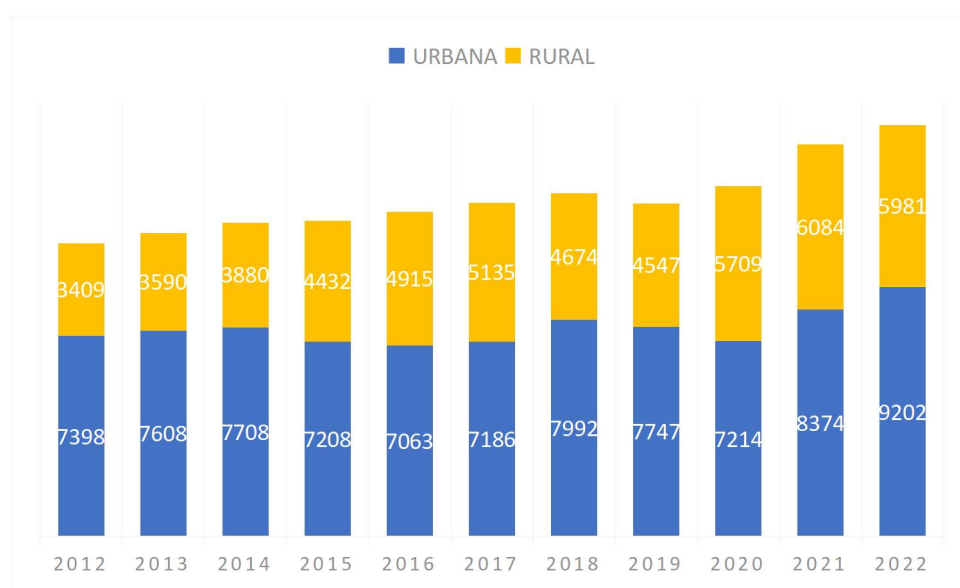


Fonte: IBGE, 2024, modificado pelo autor.

A fim de compreender o impacto do PISF na questão habitacional municipal, toma-se como base os dados fornecidos pela ENEL-CE (Entidade Nacional de Eletricidade), devido a desfasagem dos dados fornecidos pelo IBGE.

O cenário que se apresenta desde o ano anterior ao início das remoções (iniciada em 2013) até o mais recente ano divulgado é que o processo de remoção não produziu alterações da curva de crescimento de imóveis rurais, sendo 31% do total em 2012 passando para 39% em 2022, Gráfico 02. Esse leve aumento pode ser justificado pela consolidação da Vila Produtiva com a chegada dos novos moradores. Essa informação corresponde ao cenário apresentado pela maioria dos moradores que, durante as entrevistas, afirmaram sua permanência no campo entre 2013 a 2017, comprovada pelo Anexo 6 - Plano de Transferência.

Gráfico 02: Número de habitações atendidas pela ENEL-CE (2014-2022)



Fonte: ENEL-CE, 2024, modificado pelo autor.

Em síntese, conclui-se que o PISF não promoveu alterações econômicas estruturais significativas no perfil municipal, visto que a mudança mais significativa do PIB municipal é oriunda do aumento econômico da indústria calçadista, a qual não se relaciona de maneira direta com o projeto. O papel da agropecuária permanece praticamente inalterado, podendo ser justificado pela permanência das condições de produzir no campo, exemplificado na VPR Vassouras pela manutenção do modo de plantar em

lotes sequeiros das mesmas culturas no primeiro semestre do ano, milho e feijão, como veremos a seguir.

Todavia, o crescimento de 75,44% das habitações no campo, contrapondo o crescimento urbano de 24,38% corrobora para o cenário de fortalecimento da zona rural do município, apresentando-se enquanto espaço de acesso à casa própria, exemplificada pela expansão do número de famílias na VPR Vassouras como veremos a seguir detalhadamente. Em suma, o PISF contribuiu como garantia de acesso a casa própria para alguns moradores, mas não alterou as dinâmicas econômicas produtivas municipais.

4.2 A VILA PRODUTIVA RURAL DE VASSOURAS

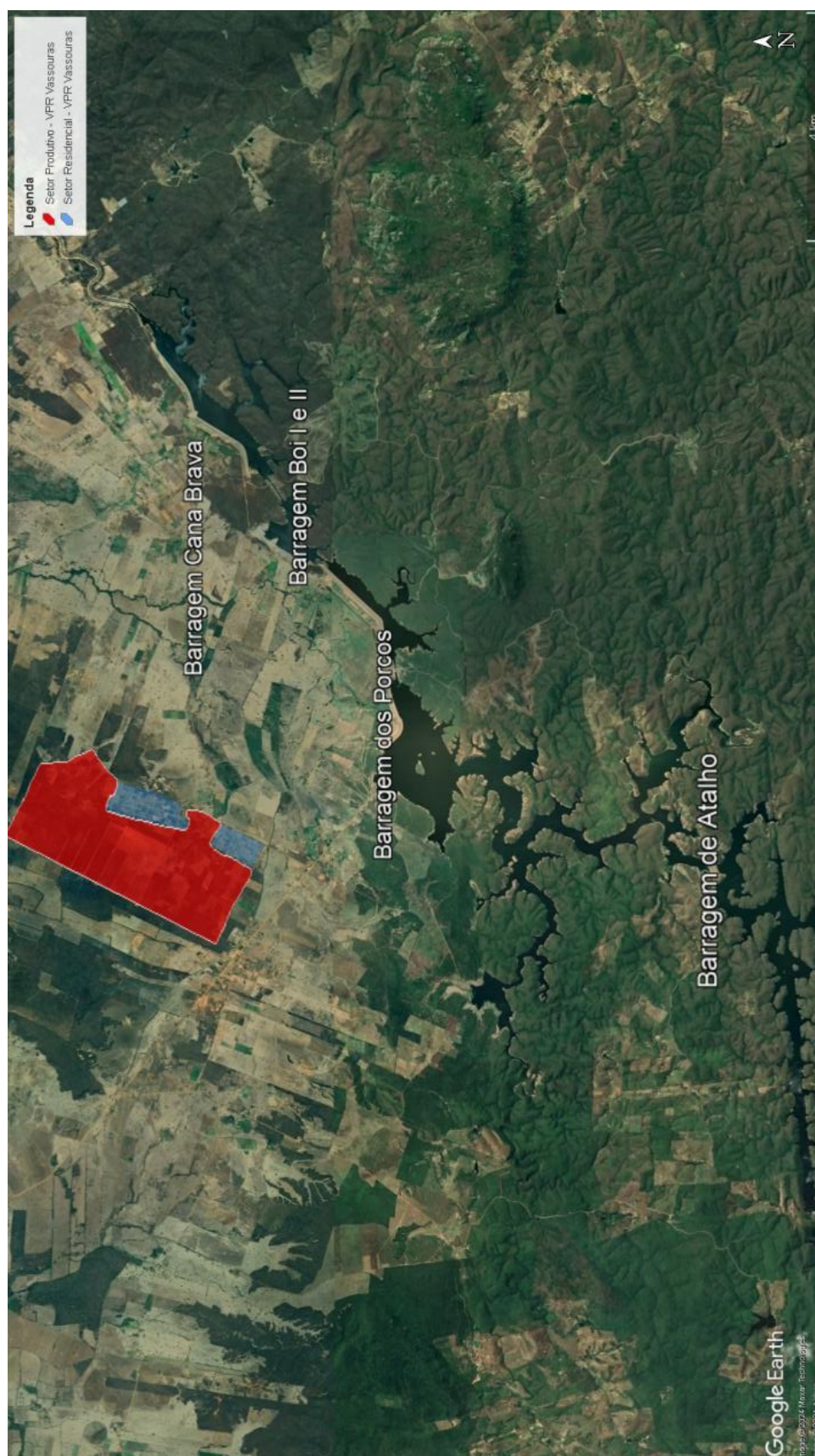
As obras do PISF na cidade de Brejo Santo basearam-se na construção das barragens encadeadas, Boi 1 e 2, Cana Brava e dos Porcos, e a reforma do açude existente Atalho, compondo um conjunto de infraestrutura hídrica de 05 barragens, Figura 13. Esse último, já era utilizado no segundo semestre para o consumo humano e produção agrícola pelos moradores que viviam à sua jusante e sobre responsabilidade da COGERH. As obras do PISF estiveram sob responsabilidade das empresas Serveng Civalsan S/A Empresas Associadas e a CMT Engenharia Ambiental. Já construção da Vila ficou sob incumbência da empresa Control.

Com relação a temporalidade, têm-se o início do cadastramento dos moradores no ano de 2007, o processo de remoções ocorrendo entre maio e novembro de 2013 e o processo de reassentamento iniciado entre novembro de 2016 e janeiro de 2017. Chama atenção a situação anterior relatado por uma das moradoras entrevistadas afirmando não possuir energia elétrica em sua residência até o ano de 2008, vivendo a base de candeeiro e luz de vela, demonstrando as difíceis condições de habitabilidade de alguns moradores à época.

As reuniões entre os moradores e os funcionários aconteciam inicialmente nos próprios distritos, como no Sítio Riacho Verde e no Projeto ABC. Atualmente, as reuniões ocorrem na sede do Sindicato dos Agricultores de Brejo ou na própria sede da Associação. Todos os entrevistados afirmaram que não lhes foi oferecido outra opção que não fosse sua remoção, muitas vezes tomando conhecimento sobre o PISF de maneira atabalhoada: *“andou um bocado de gente lá dizendo que tínhamos que sair de lá porque o rio São Francisco vinha pra cá”*, segundo Moradora E.

Os removidos são oriundos dos distritos de Sítio Atalho, Sítio Angico, Sítio Angico do Poço, Sítio Riacho Verde, Sítio Torrões, Sítio Cristovão, Sítio Rancharia, Sítio Cachoeirinha, Sítio Passagem do Poço, Sítio Muquém Grande, Sítio Oitis (Atalho), Sítio Baixa da onça, Sítio Ribeirão, aonde se localizam atualmente o conjunto das barragens supracitadas.

Figura 13: VPR Vassouras e Conjunto de Barragens



Fonte: Google Earth, modificado pelo autor, 2024.

Com relação ao perfil dos moradores, inicialmente tratava-se de 23 Moradores Com Benfeitoria (MCB), 118 Moradores Sem Benfeitoria (MSB) e 02 proprietários residentes nos lotes totalizando 384 habitantes divididos em 38,02% em adultos, 21,09% em crianças, 18,75% em idosos e 22,14% em jovens com predominância do gênero feminino, Anexo 2. As ocupações mais comuns entre os entrevistados foram as de trabalhador(a) doméstico(a), agricultor(a) e aposentado(a). Chama atenção o elevado número de moradores que afirmavam desempenhar funções de cuidado para com outros parentes doentes e acamados que aliado a questão de baixa produtividade e renda na agricultura, contribui para uma situação de aumento da dependência dos auxílios governamentais.

Exerciam como principal fonte de renda a atividade agrícola de sequeiro e a criação de pequenos, médio e grande animais, como a suinocultura, a caprinocultura, a ovinocultura, a avicultura, além da bovinocultura na condição de meeiros, a maioria sem posse das terras em que moravam. Durante o processo de remoção, houve ajuda de custo através do Programa de Transferência Temporária - PTT no valor de R\$1.254,00 com a primeira parcela no valor de R\$813,00, valor muito superior ao para o salário mínimo de 2013, R\$678,00. Isso contribuiu para a decisão das famílias de optarem pela saída de suas casas. Nas palavras da assistente social do MIN: *“ao ponto das famílias não acreditarem”* no valor que receberiam. Por outro lado, houve falhas de comunicação ou mudanças de residência dos moradores entre o seu cadastramento e a sua remoção, visto o intervalo de 07 anos entre os eventos, 2007 e 2013, que levaram ao corte de alguns benefícios à época, conforme sintetiza o morador D quando cita o diálogo com a assistente social do MIN:

”a gente não tinha aonde morar, tinha casa aqui, fazia reunião com nós e nós não tem o direito de receber o benefício? Todo mundo tem e nós não? (...) e nós vamos morar aonde? Debaixo de um pé de pau? (...) Se a senhora não nos ajudar, eu vou fazer um barraco em cima do açude e ir morar junto com a minha família lá”

Houveram também casos de resistências e de judicialização do processo de remoção, oriundos da falta de documentação acerca da posse da terra, procedentes do espólio ou de herança. A assistente complementa que houve o direito a divisão dos núcleos familiares que morassem na mesma habitação: se na época da implantação houvesse numa casa dois núcleos familiares, um filho casado morando com seus pais, por exemplo, haveria a garantia de entrega de 02 casas.

No período da remoção a maioria dos entrevistados afirmaram que optaram por continuar a morar no campo, como no distrito de Pedras em Mauriti e nos distritos de Renê Lucena, Deserto e Vieira em Brejo Santo. A escolha desses locais baseava-se na proximidade com familiares. Mesmo no campo, citaram dificuldades em continuar o trabalho com agricultura por dificuldades de acesso à água ou a terra.

Os moradores recebem desde o seu reassentamento a Verba de Manutenção Temporária - VMT de valor variável no tempo. Atualmente o benefício corresponde a um salário mínimo, mas na sua criação até o ano de 2016 o valor era de 1 salário mínimo e meio. Houve atraso no pagamento do valor durante a pandemia.

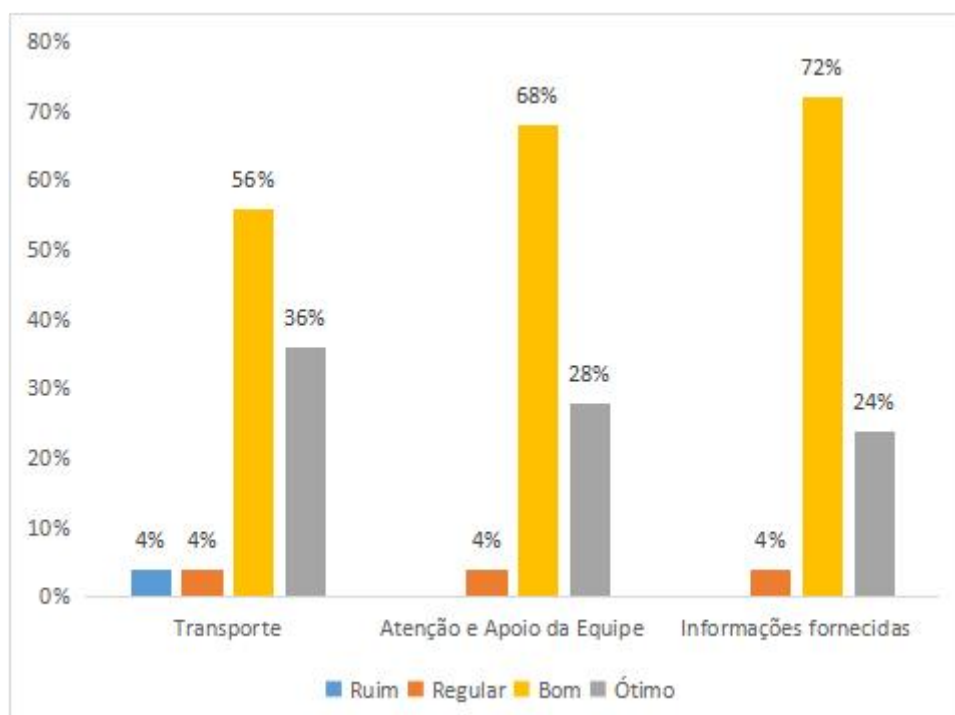
O processo de reassentamento iniciou-se a partir do levantamento dos bens e aplicação de questionários, com uma ficha cadastral de móveis, utensílios, equipamentos e animais domésticos por parte da empresa CMT Engenharia Ambiental. Ocorreu entre os dias 07 a 09 de novembro de 2016, consistindo no transporte das famílias bem como de seus móveis, utensílios e de seus animais domésticos para a casa na Vila, conforme item 8.7.2.1 do PBA-08, Anexo 3.

Nesse mesmo processo foi realizado a coleta da documentação para posterior elaboração do Termo Provisório de Reassentamento das Casas - Anexo 5 e do Termo de Opção para Recebimento da Verba Temporária de Apoio à Manutenção das Famílias Reassentadas - Anexo 6. O processo de transferência das 145 famílias, totalizando 519 pessoas, levou em consideração os critérios de prioridade para as famílias com idosos, gestantes e se restringiu a um número de 25 famílias, já que as outras 120

famílias preferiram realizar a transferência por conta própria. Aponta-se a contradição dos documentos oficiais, o Relatório Técnico Elaborado pelo CMT Engenharia Ambiental, Anexo 03, e o Plano de Transferência elaborado pelo MIN, Anexo 06, que indicava uma proporção inversa, com 137 famílias solicitando apoio logístico para transferência e as demais não. O(s) motivo(s) para a diferença entre o número de famílias transferidas pela empresa privada planejada e o número de transferência realizada não foi explanada pelo Poder Público e nem pelos moradores.

Após realização de pesquisa entre os dias 16 a 18 de novembro de 2016, a CMT Engenharia Ambiental afirmou que houve elevado índice de satisfação, Gráfico 03.

Gráfico 03: Avaliação do Processo de Transferência da VPR Vassouras.



Fonte: CMT Engenharia Ambiental, 2016.

Quando questionados sobre o processo de reassentamento a partir de suas visões, os moradores apenas relataram que tiveram 60 dias entre a data que foram informados sobre o início da ocupação até o dia limite para o início da moradia. Esse período foi destinado para a realização de alguma reforma, por exemplo. Faz-se necessário frisar que há uma distância temporal do início da ocupação, 2016, e a elaboração da presente pesquisa,

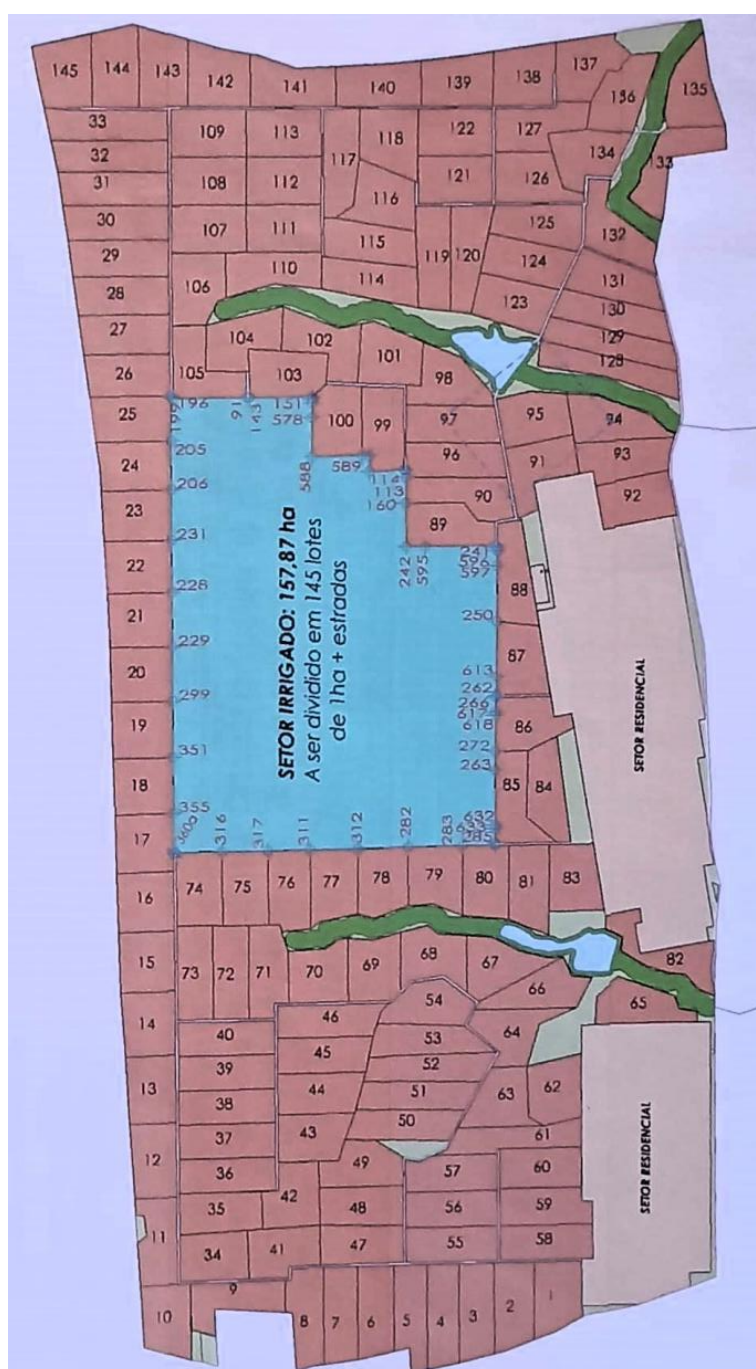
o que se demonstrou desafiador, uma vez que parte dos moradores apresentaram dificuldades em se recordar do evento acerca do processo de reassentamento.

O processo de reinserção contou com capacitações divididas em 05 módulos, Qualidade de Vida, Ética e Relações Humanas, Associativismo e Participação Comunitária, Organização Administrativa e Fiscal da Associação e Estruturas Sociais e Unidades Ambientais. Esse processo consistia em sensibilizar as famílias acerca de práticas referentes a separação correta dos resíduos, uso e higienização do banheiro, cuidados na manipulação do alimento e uso racional da água e energia elétrica.

A escolha da atual localização da Vila Vassouras, distante 20km do perímetro urbana do município de Brejo Santo, foi uma sugestão dos próprios moradores a partir dos critérios pré-estabelecidos pelo MIN: proximidade do canal dentro de raio de até 2,5km e disponibilidade de grandes terrenos vazios. A VPR ocupa as coordenadas UTM 511945 E e 9165358 N, fuso 24L, com código da propriedade ENTII - V3 001.

Segundo o MIN, a disposição dos elementos que compõem a vila, lotes residenciais, lotes de expansão, lotes sequeiros, lotes de irrigação e equipamentos públicos, leva em consideração os seguintes critérios: lotes residenciais deveriam ser localizados na área com menor declividade do terreno para facilitar a instalação das infraestruturas de água e energia; lotes de irrigação e lotes de sequeiros no melhor potencial produtivo do solo. Durante o processo de configuração da Vila, houveram reuniões com os moradores para apresentação das disposições dessas áreas no terreno. Compreende-se que não houve processo participativo no zoneamento dos usos no solo, gerando como resultado citado por alguns moradores nas entrevistas, dificuldades no acesso aos lotes sequeiros devido a sua distância dos lotes residenciais, Figura 14.

Figura 14: VPR Vassouras



Fonte: MIN, 2016.

Nos lotes residenciais se dispuseram, inicialmente, 145 casas entregues em novembro de 2016, com número ampliado para 170 (Almeida, 2022) e distribuídas segundo critérios de parentescos, vizinhança e afinidade. O elevado número de famílias deve-se por se tratar de uma área altamente habitada anteriormente, visto o potencial hídrico da região. A área residencial foi dividida em duas seções, VPR Vassouras I e VPR Vassouras II devido a

presença de um corpo hídrico. Os moradores têm o direito de uso de um lote residencial de 100X50m, um lote de expansão de 50X25m, um lote sequeiro de 01 hectare e um lote irrigado de 04 hectares, Figura 15.

Em síntese, a VPR Vassouras ocupa uma área de 958,50ha dividida segundo Tabela 09:

Tabela 09: Divisão de área da VPR Vassouras.

DESCRIÇÃO		ÁREA POR BENEFICIÁRIO (ha)	ÁREA (ha)
Setor Residencial		-	115.59450
Setor Produtivo	Área Irrigável	1,0	151.61720
	Área de Sequeiro	4,20	614.20798
Áreas Protegidas	Área de Preservação Permanente - APP	-	24.93641
Área de Uso Sustentável *		-	26.52058
Estradas Internas		-	14.45391
Estradas Interna - Projetada		-	4.05538
Área de Implantação de Viveiro de Espera		-	0.59094
Hidrografia/Massa d' água		-	5.85559
Poço Artesiano		-	0.67046
Total (ha)			958.50296
RL Compensada no entorno dos reservatórios Porcos e Canabrava			192,2335 ha

*Área destinada instalação/implantação de infraestruturas de apoio da produção coletiva.

Fonte: BRASIL, 2017.

Fonte: MIN, 2015.



Todas as construções foram edificadas com base de concreto armado, paredes de alvenaria de tijolos cerâmicos argamassadas, emboçadas e rebocadas para recebimento da pintura com caiação. As instalações elétricas e hidráulicas foram embutidas na alvenaria, além de cobertura de telhas coloniais e madeira. As casas possuíam uma área construída de 98,70m² dividida em 03 quartos, 01 sala, 01 cozinha, 01 banheiro, 01 varanda e 01 área de serviço, sendo as casas de número 65, 66, 67 e 68 acessíveis para pessoas com dificuldade de locomoção, Anexo 2. Com relação as principais modificações realizadas nas habitações que se observou durante as visitas encontram-se a ampliação da cozinha e do quarto, construção de mais um banheiro e de alpendre e colocação de piso cerâmico.

Mesmo assim, algumas casas apresentaram defeitos no ato da entrega como portas com cupins e até casos mais drásticos como a casa da Moradora G que apresentava diversos problemas estruturais e após 01 ano e 04 meses e 03 reformas e emissão de diversos laudos pelo Setor de Engenharia do Exército, foi forçada a sair pelo risco de vida que corria se vendo obrigada a morar com sua mãe.

Quanto às infraestruturas, foram entregues a rede elétrica constituída de subestação rebaixadora, linhas de distribuição de energia e sistema de iluminação pública além da rede de esgotamento sanitário com fossa séptica, sumidouro e vala de infiltração. A coleta de lixo é realizado quinzenalmente pela municipalidade através de caminhões. As estradas internas de terra da Vila, bem como a ligação entre a VPR e a sede de Brejo Santo se encontram em péssimas condições dificultando a locomoção dos moradores, principalmente a noite. A disponibilidade de água para consumo humano dá-se através de dois poços profundos localizados em cada seção da VPR, Figura 16. Esse sistema de distribuição foi construído com o apoio de lideranças políticas locais.

Figura 16 - Poço profundo para distribuição de água e caminhões para recolhimento do lixo.



Fonte: Autor, 2024.

Ao mesmo tempo, as obras da adutora que interligarão os reservatórios Boi I e II aos lotes irrigados dos moradores não haviam sido iniciadas até 2022, tendo apenas a empresa contratada realizado o primeiro contato com os moradores. Na visita em 2024 as obras estavam em fase final, com possibilidade de serem entregues para o primeiro semestre do presente ano, Figura 17, Anexo 08.

Figura 17 – Placa da Obra de construção do sistema de abastecimento da VPR
Vassouras, Brejo Santo, CE.



Fonte: Autor, 2024.

Atualmente, os custos da distribuição da água são rateados pela Associação de moradores. O SISAR⁴² entrou em contato em busca de construção de parcerias, entretanto houve uma negativa por parte dos moradores, que optaram pelo modelo de autogestão a partir da Associação. O Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto de Brejo Santo - SAAEBS também não possui ingerência sobre esse sistema. Os moradores relatam o aumento dos custos de água e energia quando comparadas ao seu antigo modo de vida

Em relação as infraestruturas sociais, foram entregues a sede da Associação Comunitária, uma praça de convivência, um campo de futebol, uma quadra poliesportiva, um lote destinado ao comércio/institucional e um lote destinado à construção de templo religioso. Durante a visita, foram identificados diversos templos religiosos, visto que muitos moradores cedem

⁴² Organização não governamental, sem fins econômicos, constituída a partir das associações comunitárias que possuem sistemas de abastecimento de água e esgoto inseridas dentro da mesma bacia hidrográfica. <http://sisar.org.br/institucional/>. Acessado em 07/03/2024

seus lotes de expansão ou parte do lote residencial para a construção desses espaços.

A escola conta com área de 494,86m² possuindo duas salas de aulas, biblioteca, sanitários, refeitório, cozinha, despensa, recepção, almoxarifado, diretoria e sala de professores, não funcionando durante a visita de janeiro de 2022 devido um imbróglcio com relação a responsabilidade da gestão, manutenção e gerenciamento por parte do Município que alegava não possuir condições para seu funcionamento e manutenção desde 2017. Todavia, em nova visita em 2024, estava funcionando apenas para alunos das séries iniciais recebendo o nome de Escola de Ensino Infantil Maria das Dores⁴³. Já, os alunos de ensino fundamental se dirigem a Escola de Ensino Fundamental e Infantil José Francisco Nogueira no distrito do Deserto, próximo a VPR, Figura 18. O posto de saúde possui gabinete médico, gabinete odontológico, sala de curativos e banheiro com atendimento uma vez por semana às quartas-feiras. Caso os moradores precisem de atendimento médico fora desse dia, se dirigem ao posto de saúde no distrito de Vieira.

Figura 18 – Associação, Postos de Saúde e Escola no Deserto, Brejo Santo – CE. (continua)



⁴³ Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=C03AhxU5r6s&ab_channel=PrefeituradeBrejoSanto. Acessado em 07/05/2023



Fonte: Autor, 2022, 2024.

Com relação a criação de animais e frutas observa-se a produção de vacas, galinhas, porcos e o plantio de goiaba, amora, laranja, limão, manga, caju e abacate nos lotes residenciais. Além disso, há a tradicional plantação de milho e feijão nos lotes sequeiros. Nesses lotes há relatos de 05 agricultores que possuem poços profundos cavados com recursos próprios⁴⁴, o que lhes garante maior produtividade e renda. Por outro lado, a maioria dos agricultores citam dificuldades devido a baixa produtividade, conforme sintetiza o morador D:

“a gente não tira nada com essa roça, só vai melhorar quando tiver irrigação (...) a roça só complementa a renda, não dá pra viver com ela, a terra é fraca (...) dá 15 sacas, 14 sacas, não compensa”

Existe o apoio para a produção da Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, e do Sindicato dos Agricultores de Brejo Santo com a distribuição de sementes através do programa estadual, Hora de Plantar. Vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA, esse programa visa a distribuição de sementes de milho, feijão, sorgo, manivas de mandioca, raquete de palma forrageira, mudas frutíferas, como caju, dentre outras, Figura 19. No município identificou-se apenas a distribuição de sementes de milho.

⁴⁴Entrevista com o Produtor Rural Ednaldo Cardoso. Disponível em:

<https://www.brejosanto.ce.gov.br/entrevista-com-o-produtor-rural-ednaldo-cardoso/>. Acessado em 07/03/2024

Figura 19: Programa Hora de Plantar e castramento no Sindicato.



Fonte: Autor, 2024.

Com relação ao processo de adaptação, conforme relata a Moradora I: *“tive que recomeçar a vida, tendo as raízes tiradas da gente”*. A situação é pior para os moradores mais idosos, conforme complementa moradora I, que ocupa também a função de agente comunitária de saúde:

sentem falta de aonde nasceu, inclusive teve pessoas que não se habituaram, que sofreram com essa remoção e ainda relatam saudade de aonde saíram, mas em si o pessoal foi se adaptando, reconstruindo a vida, porque não tem como a gente voltar e começar do 0 (...) teve que recomeçar e aceitar.

Ocorre duas vezes ao ano as visitas do Ministério para questionar sobre a produção no primeiro semestre e a segunda visita ocorrendo em setembro a fim de identificar a permanência do morador na Vila. Caso o morador não esteja, receberá uma notificação e se marcará uma nova data para a visita. Se a ausência se repetir, precisará enviar uma carta para o Ministério justificando sua ausência.

Os novos moradores não recebem essas visitas, bem como não possuem nenhuma documentação relativa ao direito de uso dos lotes. Os mesmos relatam que sentem insegurança jurídica pela falta de pose legal de suas residências.

Outro problema atual é o possível vazamento de água das barragens, principalmente na barragem dos Porcos, gerando preocupação entre todos

os moradores, sobretudo os das localidades Ribeirão e Boi I, por se situarem na região mais baixa e próxima dessa infraestrutura.

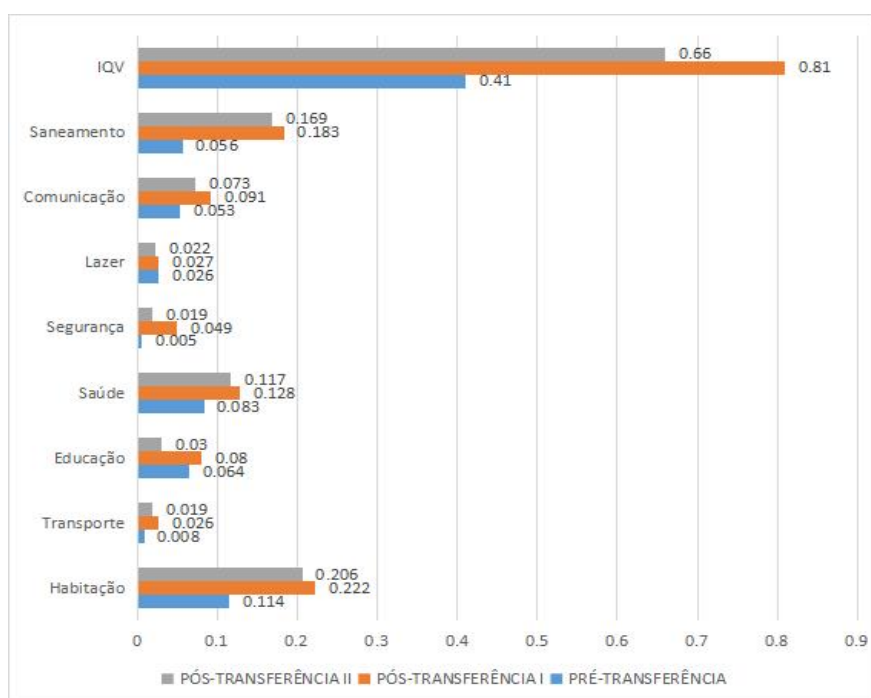
Objetivando avaliar e mensurar o bem-estar da população estatisticamente dentro de 08 dimensões analíticas por meio da aplicação de Questionário Socioambiental e de pesquisa bibliográfica numa metodologia baseada em Fernandes (1997) o MIN elabora o IQV - Índice de Qualidade de Vida, Anexo 6.

O IQV da VPR Vassouras foi realizado em três momentos, o período pré-transferência (outubro/2014), o pós-transferência I (dez/2017) e o pós-transferência II (dezembro/2018). Nota-se que esses momentos correspondem ao período pós-remoção das suas moradias originais (ocorrida entre maio e novembro de 2013) encontrando-se os moradores nas suas habitações provisórias. Já os outros dois momentos ocorreram respectivamente, após um e dois anos do reassentamento (ocorrido entre novembro/2016 e janeiro/2017).

Baseia-se no somatório da contribuição de oito fatores com classificação entre $0,80 < \text{IQV} < 1,0$ sendo considerado Alto, $0,50 < \text{IQV} < 0,80$ sendo enquadrado como Médio e por fim $0,00 < \text{IQV} < 0,50$ como Baixo segundo BARRETO; KHAN, 2006. Dispõem-se da seguinte forma e com os subcritérios de Habitação, Transporte, Educação, Saúde, Segurança, Lazer, Comunicação e Saneamento, com escores variando entre 0 e 3.

O MIN afirma que a melhora do IQV entre a pré-transferência e a pós-transferência I em todas dimensões, com destaque para Habitação, Segurança e Saneamento devido as condições anteriores de habitabilidade precárias e insuficiente serviço de saneamento. Apesar disso, a queda observada entre a pós-transferência I e a pós-transferência II deve-se, principalmente, nas dimensões Educação e Segurança, as quais se relacionam diretamente as políticas públicas correlatas sob responsabilidade da municipalidade, visto que a Vila não contava com nenhum posto de policiamento e a escola estava sem funcionamento à época de realização da pesquisa. Sintetiza-se no Gráfico 04:

Gráfico 04: Índices e IQV - VPR Vassouras



Fonte: BRASIL, 2018, modificado pelo autor.

4.3. A ARENA PÚBLICA E A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES

Objetivando compreender a organização dos diversos atores na construção dos arranjos necessários dentro da arena pública de decisões no processo de remoção e reassentamento bem como suas relações diante dos atuais problemas da população na VPR Vassouras, debruçaremos em explorar essas ações e articulações.

Compreendendo arena pública dentro da perspectiva dos herdeiros da escola de Chicago a partir da elaboração sobre a ordem negociada de Anselm Strauss e a contribuição metodológica da *frame analysis* e abordagem dramatúrgica de Erving Goffman (CRUZ, FREIRE, 2003), arena pública pode ser compreendida como arena social, local de trocas de várias naturezas a fim de formular ações conjuntas, coordenadas ou em concertação, gerando competição, controvérsias e conflitos com a finalidade de resolver situações problemáticas e/ou elaborar programas de ação (STRAUSS, 1992 *apud* CRUZ, FREIRE, 2003). Complementando como o espaço por excelência para a prática da negociação a fim de alcançar determinados objetivos, sem separar-se das condições sociais em que ocorrem, operacionalizando-se uma série de compromissos e transações diversas, acordos formais ou não, contratos e promessas designando-a como *ordem negociada*. Assim, a prática da negociação adquire uma dimensão contextual contingenciada pelas condições estruturais específicas: sobre o quê se negocia? Quando? Quem negocia com quem? (STRAUSS, 1963, 1964 *apud* CRUZ, FREIRE, 2003).

Arena pública pode ser considerada como lugar de defesa, de formação, ou de obtenção de bens públicos na qual os atores plurais se envolvem e se articulam em mecanismos institucionais realizando atividades avaliativas sobre a utilidade coletiva ou o interesse social das reivindicações cívicas. A pluralidade desse espaço baseia-se nas diferentes maneiras de sentir, dos alternativos pontos de vista, das formas de expressar e opinar sobre problemas ou políticas públicas e de formulação das preferências (CEFAI, 2002 *apud* CRUZ, FREIRE, 2003). A convivência dessa multiplicidade de costumes, opiniões, jogos de linguagem e modos de vida se ajustam de acordo com os atores presentes inscrito em um espaço e em um

tempo uniforme, em outras palavras, uma ação de uma arena pública é uma ação situada, enquadrada em um determinado contexto, espaço e tempo (JAMES, 1909 *apud* CRUZ, FREIRE, 2003; CEFAI, 2002 *apud* CRUZ, FREIRE, 2003).

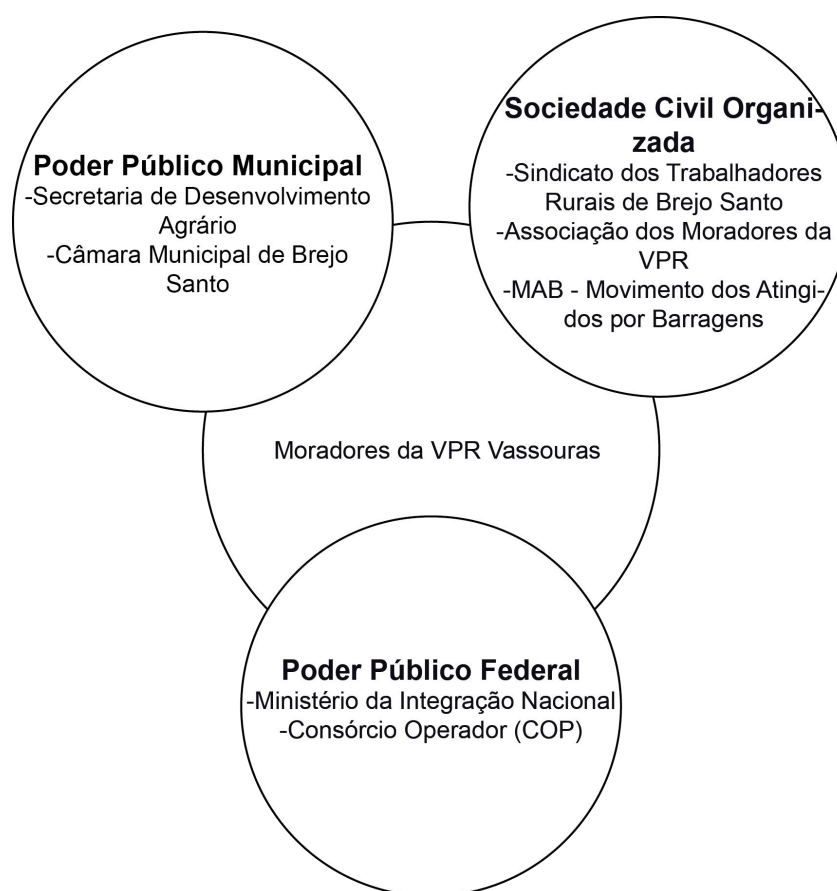
A necessidade de publicizar as ações tomadas dentro da arena pública, num processo de propagação do conjunto das várias cenas públicas, que se articulam e se conectam, para o surgimento de cenas políticas, administrativas, judiciárias e cotidianas de cidadãos comuns garantindo a visibilidade dos debates e das ações a elas associadas (CEFAI, 2002 *apud* CRUZ, FREIRE, 2003).

Exemplificando, têm-se nas arenas públicas, como o caso das Comissões de Bacias Hidrográficas presididas por algum representante estatal ou com alguma ligação administrativa e/ou política, a ausência da paridade e igualdade de condições de discussão formando um espaço assimétrico de reprodução de uma visão economicista e tecnocrática (JACOBI; FRACALANZA, 2005). Essa situação acaba levando o favorecimento de determinados setores e sujeitos gerando conflitos hídricos e reforçando a situação de privilégio do Estado na tomada de decisões (CARTAXO, 2023), reforça Elias e Pequeno (2013, p. 102)

[...] vem se travando uma verdadeira disputa para a composição dos comitês, que têm representantes da sociedade civil organizadas, das instituições públicas e privadas. Nos locais onde a sociedade civil está mais organizada, a composição dos membros consegue ser mais equilibrada, enquanto em outros, é notório a hegemonia dos que sempre estiveram à frente do poder local e estadual. Vale destacar que o que está em jogo é a disputa pela água e que o Ceará é um dos 40 principais laboratórios, no Brasil, das novas políticas de gestão dos recursos hídricos patrocinados pelo Banco Mundial.

Com relação a arena pública da VPR Vassouras, temos os seguintes atores, Figura 20:

Figura 20: Arena Pública dos Atores da VPR Vassouras.



Fonte: Autor, 2024.

A seguir, sintetizará e identificará a atuação dos atores supraditos.

A **Associação dos Moradores da Vila Vassouras** foi fundada em 2015, antes do início da ocupação da Vila, por Reinaldo Cardoso, sendo substituído pelo atual presidente, Francisco Alexandre Pereira da Silva, em 2018. Realiza reuniões mensais no segundo domingo a fim de debater as pautas cotidianas e os problemas comuns da VPR. Havendo um baixo número de filiados no início, por volta de 60 e atualmente possuindo em torno de 90 associados formado majoritariamente por novos moradores da Vila. Suas lideranças relatam dificuldades na ampliação do número de associados, mesmo assim.

Sustenta-se a partir do recolhimento da taxa por cada associado no valor de R\$6,00, com objetivo de manter o funcionamento da sede, pagamento de eventuais problemas da Vila, como o não funcionamento da bomba d'água. A relação com o Ministério é considerada positiva, mesmo

com algumas demandas não sendo atendidas com a justificativa da falta de recursos públicos. As lutas atuais baseiam-se em mitigar os custos relativos a irrigação, buscando serem contornadas através da isenção do custo do ICMS estadual na tarifa da energia, Anexo 09. Nessa luta, o Sindicato e o Ministério colaboraram nesse processo fornecendo apoio técnico e documentação necessária. Outra conquista da mobilização popular baseia-se na escolha do público alvo para a escola da Vila para as crianças dos anos iniciais devido ao elevado número dessa faixa etária.

Com relação a participação e mobilização popular há sérios problemas sintetizados pela fala da Tesoureira da Associação, Maria das Dores Bezerra:

A comunidade deixa a desejar, a gente só recebe críticas que a associação não faz nada. O pessoal tem que entender uma coisa que ele é o presidente, ele está na frente da associação, mas pra trazer algo pra associação, não é só o presidente que tem que ir, todos os associados também. A gente pede a Enel, porque a gente tá com a energia muito cara. A gente vai fazer uma mobilização, vai 05 pessoas, aonde tem mais de 300 pessoas morando. (...) precisa de mais gente ajudar o presidente a buscar as coisas

Os moradores também se queixam da incapacidade técnica em fornecer e possuir máquinas agrícolas que possam contribuir na produção dos lotes sequeiros. O financiamento da agricultura para alguns baseia-se no PRONAF através do Banco do Nordeste. Desde 2021, a Associação aprovou, através do Projeto São José, o financiamento de uma fábrica de doces e polpas, mas sua negociação se encontra parada. Vale ressaltar que esse projeto possui sinergia com Rota das Frutas no Cariri. O município já foi conhecido pela viticultura irrigada, com produção de uva nos moldes da produção no vale do rio São Francisco, mas não obteve êxito por falta de assistência técnica, cenário que pode se repetir caso os moradores continuem sem apoio.

O Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB, através do seu representante no Cariri Derlany dos Santos Bezerra, membro da

coordenação nacional do MAB⁴⁵ e atingido pessoal pela construção da barragem do Castanhão, cita que atua junto com as famílias atingidas, tanto no PISF, como em outros grandes projetos no Ceará como o CAC e a Transnordestina. Eles possuem uma articulação de forma direta em suas palavras: “de muita confiança, (...) muito verdadeiros uns com os outros”, sendo estes dois atores o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Associação dos Moradores da VPR.

O início da sua participação dá-se a partir de 2015 com a identificação das lideranças junto com o Sindicato e a FETRAECE (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará) interessado em construir relações que tornam-se intensa em 2019 à convite de alguns moradores. Sua atuação baseia-se em fortalecer as demandas comunitárias nas arenas públicas, como na ampliação da área dos lotes irrigados passando de 1ha para 2ha, mas não obtiveram sucesso.

Na questão dos custos da irrigação havia uma intenção do Consórcio Operador e do Ministério da Integração Nacional em responsabilizar todas as Associação das VPRs de assumir a responsabilidade pelo funcionamento do sistema. O MAB então sugeriu nas arenas públicas a criação de uma entidade para esse fim, chamada Distrito de Irrigação, entretanto a Coordenadora-Geral de Programas Ambientais do MIN, Elianeiva de Queiroz Viana Odísio, não avançou com a ideia alegando falta de orçamento.

Por fim, em 2020, após o rompimento do duto da barragem de Jati, houve uma mobilização organizada pelo MAB com mais de 100 moradores oriundos das diversas barragens da região, Jati, Atalho, Cipó, Porcos, Cana Brava, Boi I e II, que gerou a realização de reuniões para a elaboração de um Plano de Contingência de Segurança das Barragens, Planos de Ação de

⁴⁵ MAB é um movimento social iniciado na década de 1980 a partir da organização local e regional provocada pela implantação de projetos hidrelétricos, principalmente nos estados de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Pará e Rio Grande do Sul. Torna-se nacional a partir do I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens em 1991 e expande a sua atuação para além da população atingida por barragens, como também por grandes projetos. Essa luta resultou na Lei N°14.755/2023-Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens. Disponível em: <https://mab.org.br/quem-somos/>. Acessado em 28/02/2024.

Emergência e Simulações de Segurança por parte do Consórcio Operador, Defesa Civil e Secretarias de Brejo Santo, Figura 21. Essa ação relaciona-se diretamente ao processo de publicização das ações na arena pública da vida cotidiana garantindo a visibilidade dos debates e das ações a eles associados (CEFAI, 2002 *apud* CRUZ, FREIRE, 2003).

Figura 21: Mobilização Popular do MAB e reação do COP/PMBJ



Fonte: Prefeitura de Brejo Santo, 2022, MAB, 2020, Autor, 2022.

Com relação a participação popular, o MAB a considera insuficiente, apontando duas questões: a VMT gerou um sentimento de “acomodação” por

parte de alguns moradores e a segunda com relação a visão de que as lutas populares não conseguem produzir a solução para os problemas.

Como representantes do **Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Brejo Santo** entrevistados nesse estudo estão as figuras de Antônio Vidal da Silva, presidente, e Ailton Ricardo da Silva, secretário de políticas agrícolas e presidente da Associação dos Agricultores Familiares de Brejo Santo. Estruturado em 10 secretarias, entre elas, Formação, Mulheres, Juventude, Finanças e 90 conselhos de base localizados nos sítios que se reúnem mensalmente com objetivo de organizar as lutas e demandas dos agricultores, como a emissão de documentos, CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar ao PRONAF. Já o papel da Associação dos Agricultores tem como objetivo realizar a compra dos produtos dos agricultores para ser repassado para Prefeitura, dentro do PNAE - Programa Nacional de Agricultura Escolar, Lei Nº 11.947/2009. Sobre isso, os agricultores afirmam que o valor pago pelo PNAE é baixo, visto que os custos da produção variam anualmente, mas o preço pago pelo alimento não é reajustado à mesma medida, gerando prejuízos e desincentivando a produção do campo.

A aproximação do Sindicato se deu, inicialmente, sem convite antes do início das remoções e das obras nas reuniões realizadas no Sítio de Antônio Martins. Depois e até os dias atuais, essa relação se fortaleceu à medida que o sindicato cede seu espaço físico para as reuniões entre o MIN e os moradores da VPR. Isso demonstra que a relação entre o Sindicato e o Ministério se dá de maneira amistosa, mesmo afastada nos últimos anos. Já na sua relação com a Secretaria Municipal houve atritos recentes. Por fim, a relação com o MAB mostra-se mais amigável, trabalhando como ponte das principais demandas dos moradores para o poder público.

O processo de remoções, segundo o atual presidente se deu de maneira conflituosa, sintetizado nas palavras de Antônio Vidal:

“Aí foi uma batalha grande pra nós do sindicato e para os moradores de lá, porque eles não queriam sair, né? Porque eles já tinham as casinha dele, tinha tudo lá organizado, plantava as verdurinhas dele lá, as irrigação.”

Antônio Vidal complementa em com relação ao processo de reassentamento: *“no começo, eles acharam ... ficando ... meio assim com a dificuldadezinha, porque eram acostumados a morar dentro d’água, pode dizer, né? Passar daí pra um lugar seco, lá praticamente tava seco”*. Numa visão ampla sobre a possibilidade de uso das águas do PISF atualmente, o presidente afirma que:

“É uma dificuldade grande, porque passa dentro de nossa cidade, pode dizer, né? E nós não pode usar. Tão usando lá pra Paraíba, tão usando lá pra Fortaleza, né? Castanhão! E nós aqui estamos só vendo água passando aí. Ninguém pode tirar nenhum balde d’água, se (alguém) pegar, é multa!”

Esse contexto demonstra-se conflituoso entre o Sindicato e o Ministério.

Foram entrevistados os representantes da **Câmara Municipal de Brejo Santo**, José Martins Cardoso, conhecido como Pinto Martins, vereador por mais 30 anos e presidente da Câmara durante as obras, e José Heitor Nicodemos de Lucena, ex-vereador e atual assessor parlamentar há 10 anos. Durante o processo de remoções, a participação da Câmara dos Vereadores baseou-se em ser uma ligação entre as demandas dos moradores, que se opuseram a remoção, e a Serveng Civilsan S/A responsável pelas obras. Sem louros, Pinto Martins resume assim o processo:

“A Câmara, através de alguns vereadores iam na empresa, conversavam com a empresa, a empresa dizia que eram obrigados, porque não tinha outra maneira de resolver e as pessoas que não estavam aceitando, (os vereadores) tentavam convence-las, que não tinha jeito, **era obrigado a ser aquilo!**” (grifo nosso)

As poucas ações da Câmara Municipal relacionadas com a VPR Vassouras basearam-se em transferir o nome da antiga escola demolida para a construção das obras, localizada no distrito de Cachoeirinha, para a atual escola da VPR Vassoura, Escola de Ensino Infantil Maria Martins de Sousa além de nomear a atual Quadra Poliesportiva, Anexo 01. A Câmara

também se articulou na garantia do funcionamento dos equipamentos sociais de forma a pressionar o poder público municipal, através na realização de audiências públicas, Anexo 1.

As fragilidades de lidar com os eventuais impactos provocados pelo PISF na cidade podem ser observadas na articulação pela melhoria das estradas que interligam a sede do município com a VPR Vassouras e outros distritos. Destruída pelas máquinas durante as obras, pressiona-se através de um TAC - Termo Ajustamento de Conduta, a reconstrução viária que não aconteceu, encontrando-se em péssimas condições atualmente. Além disso, alguns moradores relatam terem adoecido devido as condições insalubres provocadas pela poeira do transporte das máquinas pesadas pela estrada durante as obras.

Outros assuntos correlatos, referem-se ao atraso na atualização da Lei 466-Plano Diretor de Desenvolvimento, Lei 464 - Código de Obras e Posturas, Lei 467- Parcelamento do Solo e Lei 468 - Sistema Viário, vigente desde 2003. O processo de aprovação foi marcado de maneira rápida e com pouca participação popular visto que veio *“praticamente pronto, acabado, veio só para a gente (os vereadores) terem conhecimento”*, segundo fonte ouvida. Dessa maneira, não houve nenhuma reestruturação do sistema de leis e normas municipais com relação a mitigar ou absorver os impactos do PISF.

Em entrevista com o Secretário Executivo da **Secretaria de Desenvolvimento Agrário**, Eurociano Furtado de Oliveira, que acompanha as obras há mais de 12 anos, a relação inicial com o PISF se deu de maneira autoritária: *“eles (as empresas responsáveis pelas obras e o ministério da integração nacional) eram isolados do município, eram bem restritos e dificilmente passavam informações para a Secretaria de Desenvolvimento Agrário”*. O secretário complementa:

“essa obra (PISF) já veio pronta do Ministério do Desenvolvimento,(...) eles (MIN) trouxeram tudo pronto, **era do jeito deles e da maneira deles**, e que eles (MIN) achassem correto. Eles (MIN) não aceitavam interferência nem do município, nem do Estado nem do Sindicato.” (grifo nosso)

Durante a obra, o uso das águas do antigo açude Atalho foi controlado pela construtora, prejudicando os moradores que dependiam desse recurso para o plantio e consumo humano. Foi necessário uma articulação juntamente com o Sindicato para a sua liberação durante o segundo semestre do ano para os agricultores.

Atualmente, o Secretário afirma que o PISF atuou de forma prejudicial para o município, visto a perpetuação da incapacidade dos agricultores de produzirem fora do período de chuvas, bem como da queda da produção agrícola durante a fase das obras. Outros desafios apontados do setor agrícola de Brejo Santo apontados foram: i) dificuldade de comercialização pelo baixo valor pago pelos produtos e escoamento da mercadoria; ii) ausência de apoio em políticas públicas estatais, como assistência técnica; iii) falta de mão de obra qualificada e iv) carência da mecanização no campo.

Houve a negação do contato por parte dos integrantes do **Consórcio Operador** na elaboração desse estudo.

A representante do **Ministério da Integração Nacional**, Helena Oliveira de Barros Mota, assistente social que acompanha desde 2009 a execução de diversos projetos básicos, como PBA-08, cita que o processo iniciou-se pelo cadastramento da população a ser removida pelo DNOCS, definida a partir do traçado original do projeto. A assistente confirma que não foi oferecido uma alternativa à remoção das famílias, visto a necessidade de avanço das obras, informação também confirmada por todos os atores entrevistados.

O MIN considera o trabalho executado satisfatório e que o objetivo do PBA-08 de garantir às famílias impactadas pelo projeto condições que possibilitem sua continuidade social e econômica em um estado, no mínimo, equivalente ao atual (Brasil, 2005) foi alcançando.

Ainda sobre Helena, quando questionada sobre as reuniões, dá-se a entender que funcionava como um espaço para informar os moradores sobre boas práticas da convivência na vila, fornecer informações relativas ao

projeto e apresentar soluções aos problemas internos, sendo confirmada por alguns moradores, Tabela 10.

Tabela 10: Falas sobre a participação nas reuniões.

Morador (a)	Fala
Moradora A	“as reuniões eram só de ouvir eles”
Moradora G	“a gente quer plantar goiaba, mas o ministério não quer” (quando questionada sobre o cultivo nos lotes irrigados)
Moradora J	“A questão que o ministério (Consórcio Operador) optou. Quando a gente teve uma mini reunião, ele deixou bem claro que seria banana. Só que a gente quer variar” (quando questionada sobre o cultivo nos lotes irrigados)

Fonte: Autor, 2024.

A inexpressiva participação popular e controle social sobre os processos decisórios dos Grandes Projetos de Infraestrutura dentro das institucionalidades de todos os níveis federal, estadual e municipal demonstrada a partir das poucas audiências públicas no município durante as obras do PISF e as remoções/reassentamentos da população expressam as fragilidades da participação popular nos processos decisórios.

Participação popular conceitua-se enquanto o envolvimento de entidade, organização ou coletivo em torno de uma agenda de trabalho para a tomada de decisões governamentais de maneira a tornar as demandas de seus cidadãos em mais responsáveis, sensíveis e transparentes (Rowe, Frewer, 2005 *apud* Sanchez, Marchiori, 2017).

Ampliando esse conceito, a participação pode ser definida como a relação entre uma organização pública (Câmara Municipal ou o MIN, no nosso caso) e a sociedade (os Moradores da VPR Vassouras, no nosso caso) de forma direta pela sua interação em contribuir na elaboração de políticas públicas (Gaventa, Valderrama, 1999 *apud* Sanchez, Marchiori, 2017) carecendo serem espaços para além de escuta, mas também e, principalmente, como espaços de fala, acesso a informações governamentais

e discussão de prioridades dos cidadãos (Heredia, Bezerra, Plameira, 2012 *apud* Sanchez, Marchiori, 2017).

Dessa forma, divide-se participação popular em oito degraus, sendo eles a 1-Manipulação e 2-Terapia compreendidos dentro do nível de “não participação”, nos quais os detentores do poder estabelecem espaços, como audiências, reuniões comunitárias, a fim de mascarar um tipo de participação. Depois têm-se o nível de “esforço simbólico de participação” formado pelos degraus 3-Informação, 4-Consulta e 5 - Pacificação, que mesmo com o poder do cidadão de ouvir e ser ouvido ou até mesmo de aconselhar os detentores do poder, não há garantias de mudar o status quo. Por fim, qualifica-se o estágio superior do “poder do cidadão” representado pelos degraus 6-Parceria, 7-Delegação de Poder e 8-Controle cidadão, nos quais a população tem o poder pleno de gerenciamento das decisões (Arnstein, 1969 *apud* Sanchez, Marchiori, 2017).

No Brasil, a participação popular em grandes projetos de infraestrutura pode ser compreendida em três variáveis principais: i) a singularidade da obra (a avaliação dos impactos das obras é prejudicada pela inexperiência das comunidades); ii)a temporalidade da participação (para garantir a eficácia da participação popular é necessário que ocorra o mais breve possível) e por fim iii)a distribuição dos impactos (os atores menos poderosos tendem a não contestar os eventuais impactos negativos devido o enfrentamento contra adversários menos poderosos) (Abers, 2016).

Complementa-se afirmando que as arenas públicas foram frequentemente criadas após a tomada de decisões e com o comportamento governamental resistente em repassar informações ou dar suporte técnico aos participantes e comunidades. Assim, a capacidade de influenciar decisões é raro e os processos participativos criados pelo governo e empreendedores não tratam de meras formalidades com o objetivo de ratificar as decisões governamentais (Abers, 2016).

Com relação a participação dos atores na arena pública percebe-se um rearranjo de acordo com a demanda existente. Por exemplo a questão da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS da

energia elétrica, na qual todos os atores (Moradores, Ministério, Associação, MAB, Sindicato) se articularam em prol de garantir o benefício para a Vila pressionando o Governo do Estado. Por outro lado, com relação ao cultivo nos lotes irrigados, percebe-se uma disputa entre a Associação+ Sindicato+ MAB contra o Consórcio Operador+Ministério. De forma geral, identifica-se as relações de proximidade entre os atores Associação da VPR + Sindicato + MAB e entre os atores Consórcio Operador + Ministério. A Câmara Municipal e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário possuem um papel coadjuvante nesse cenário.

Outro exemplo dessa dinâmica, dá-se na articulação dentro do Comitê de Bacias do Salgado acerca da liberação do uso da água da transposição para a VPR. Existe a seguinte interatividade: Os moradores pressionam o sindicato, que pressiona o Comitê de Bacias, que pressiona a Agência Nacional das Águas.

Dessa maneira, compreendemos que as arenas públicas do PISF inserem-se dentro do nível de “não participação” ou de “esforço simbólico de participação” por não apresentarem uma alternativa real de influenciar os processos decisórios, mas nunca chegou de fato no estágio superior do “poder do cidadão”.

4.4 OS VELHOS E OS NOVOS DESAFIOS DA VPR VASSOURAS

Nessa etapa do estudo, será apresentado uma síntese conclusiva apresentando os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo a fim de **compreender as soluções e rebatimentos territoriais das Vilas Produtivas Rurais em suas particularidades socioeconômicas e políticos, investigando os rebatimentos territoriais das ações de reassentamento.**

Com relação ao **perfil etário dos moradores**, ocorre o processo natural de envelhecimento da população o que dificulta a execução do trabalho laboral do campo. Essa situação gerou a necessidade do MIN iniciar o cadastramento com o objetivo de identificar dentro dos núcleos familiares chefiados por idosos, o eventual parente responsável por desempenhar essa atividade. No entanto a identificação dessa linha sucessória mostra-se enormemente desafiadora visto o desinteresse dos jovens que optam pelo trabalho na cidade com destaque para a indústria calçadista. Dentre os fatores elencados que potencializaram essa situação, destaca-se o afastamento dos pais do campo no momento entre a remoção e o reassentamento, as condições de trabalho naturalmente desgastantes na agricultura familiar e sua baixa lucratividade, exemplificado pela Tabela 11.

Tabela 11: Dificuldades na produção do campo (continua)

Morador (a)	Fala
Morador A	“Os mais jovens vão pra fabrica e os idosos ficam na vila”
Moradora H	“aqui quase que não tem serviço (trabalho)”
Moradora J	“A gente trabalha, produz e tá vendendo por uma micharia, a gente tá até desistindo da agricultura, (...) é o suor que você derrama”

Fonte: Autor, 2024.

Diversos atores também se demonstram preocupados com a situação. Segundo o MAB, há necessidade de apoio técnico e econômico para a produção no campo. Já para a Associação e o Sindicato, a inserção

de novas tecnologias no campo bem como sua mecanização apresenta-se como alternativa viável para mudança desse cenário.

Sem limites em relação ao número de novos familiares que podem ocupar seja os lotes residenciais seja os de expansão, tendo apenas a obrigação do parentesco em primeiro grau somada as enormes dificuldades de acesso à casa própria para essas famílias vulneráveis, conforme indica a fala do morador C: *“melhor morar comigo do que pagar aluguel na cidade”*, têm-se o cenário de **expansão populacional advinda da chegada dos novos moradores**.

Essa expansão contribui para uma mudança no perfil sócio-econômico da Vila, mas não nas suas estruturas fundiárias visto que o não acesso aos lotes produtivos força a busca, muitas vezes, por uma fonte de renda fora da vila ou da atividade laboral do campo nos lotes dos seus parentes. Esse contexto, sem o monitoramento ou controle do poder público, seja federal, através do MIN, ou municipal, pode gerar um esgotamento das infraestruturas e serviços públicos da Vila, originalmente projetados para um determinado número de moradores.

Aponta-se dentro dessas duas dinâmicas supracitadas, que diferente do conceito de trabalhador agrícola não-rural, que expropriado dos meios de produção, mora na cidade e trabalha no campo, temos aqui o oposto: o trabalhador da cidade que mora no campo (Santos, 1988,1993 *apud* Elias, 2006).

Continuando nessa linha de pensamento, o **acesso à terra, à casa própria e ao trabalho**, mesmo apenas sendo o direito de posse, conforme Anexo 4, contribui para o sentimento de pertencimento ao espaço e a propriedade, e possuidor(a) de direitos básicos quando comparada ao modo de vida anterior, conforme Tabela 12.

Tabela 12: Acesso ao direito do trabalho e da casa própria.

Morador(a)	Fala
Moradora B	“trabalhava com vaca lá, e agora trabalha com vaca aqui, mas agora a vaca é dele” (em relação ao filho que mora junto com a moradora)
Morador C	“ele (Luiz Alves, antigo empregador) tomava de conta, a gente ficava só com um pouquinho dos legumes e ele ficava com o resto”
Morador D	“morar no canto da gente, sem levar abuso de ninguém, você se levanta, faz café mais sua esposa e seus filhos. Ninguém grita você! Vai trabalhar de boa, você vai trabalhar no que é seu (...) aqui é nosso”
Moradora H	“trabalhava na roça dos outros, aqui a gente trabalha pra gente”

Fonte: Autor, 2024.

Nesse cenário, floresce o senso de **coletividade** que pode ser observado na fala da Moradora E: “aqui é bonzinho, a minha filha morar aqui do lado, os vizinhos são bonzinhos comigo”.

Ideal que se vê presente também na fala do Morador D: “tem que ser combinado com todo mundo plantar a mesma coisa (...) o combinado dá certo”. Dessa forma, os desafios impostos pela fruticultura irrigada nos lotes tem potencial para serem superados a partir dessa união, visto que esse ponto apresenta-se como desafio para os moradores historicamente adaptados a um modo de produção individualizada das culturas tradicionais de feijão e milho. Outro caminho para essa superação baseia-se na diminuição dos custos para o sistema de irrigação a partir da geração de energia solar, como já acontece no assentamento organizado pelo MAB⁴⁶. Isso demonstra que um caminho para a superação dos desafios da VPR pode vir a partir da expansão das atividades produtivas da vila, através da

⁴⁶ Disponível em: <https://mab.org.br/2023/06/20/mg-semiarido-tem-primeira-experiencia-de-gestao-coletiva-de-energia-eletrica-da-america-latina/>. Acessado em 10/03/2024.

ampliação de outras culturas, beneficiamento dos produtos, bem como da construção da fábrica de polpa, ideia defendida por alguns moradores. Nesse cenário, ainda se insere a Transnordestina, possível motor de escoamento dessa produção e seu possível barateamento de custos de logística. Tudo isso passa necessariamente pela organização dos moradores e das lutas populares.

Por outro lado, conforme exposto anteriormente, a insistência do Consórcio Operador e do MIN de sugestão da monocultura da banana que, mesmo com ciclo de inicial de desenvolvimento entre 11 a 13 meses⁴⁷, torna-se incompatível com o tempo hábil para obtenção da renda necessária antes da **supressão da Verba de Manutenção Transitória - VMT**, que tem o prazo de encerramento após 06 meses da entrega dos lotes irrigados. Aliado a isso, têm-se os novos custos relativos ao fornecimento d'água e sistema de irrigação, o qual a Associação já busca contorná-lo através da solicitação de isenção de alguns de seus custos ao Governo Estadual, responsável pelo seu gerenciamento através da COGERH, Anexo 09, a fim de evitar a sustentabilidade financeira dos moradores.

O VMT que inicialmente objetivava-se como suporte ao processo de reprodução social na VPR como o cercamento dos lotes ou a construção de galinheiros, configura-se atualmente, como a única ou a mais importante fonte de renda para muitos moradores, provocando um sentimento de acomodação, conforme relatado pelo representante do MAB. Todavia nas palavras da assistente social do MIN, não deve-se tratar “*o benefício como se fosse um malefício, mas pra quem quis ter uma oportunidade de se fortalecer (...) é preciso se organizar para obter sua própria renda*”. Assim, conclui-se que corte do VMT representa um desafio que precisa ser superado a partir da união dos moradores e do apoio do poder público municipal e federal para se encontrar outras fontes de renda e trabalho.

Nesse contexto, a **configuração espacial da VPR Vassouras** pode gerar novas possibilidades para a geração de empregos. A destinação dos

⁴⁷ <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/178547/1/Fruticultura-Irrigada-2011-p.-140-155.pdf>. Acessado em 08/02/2024.

lotes para comércio, até então sem uso, podem contribuir como uma nova fonte de renda para os moradores. A localização da VPR dentro do município de Brejo Santo aliado ao aglutinamento dos moradores num perímetro relativamente reduzido possibilitou o surgimento de novas profissões, como o antigo agricultor que se transformou em motorista e realiza o deslocamento dos moradores entre a vila e centro da cidade.

Neste cenário, relata-se que a distância entre os lotes sequeiros e lotes residenciais, dificultam as condições de trabalho no campo por parte dos moradores. Esse exemplo vale-se para a horta que conta com apoio técnico da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, apresentando baixa adesão, com cerca de apenas 10 agricultores atualmente. Ainda assim, representa um avanço por apresentar outras culturas, técnicas produtivas e possibilidades de ganho de renda, conforme sintetiza a moradora J:

quem aproveitou, como eu mesmo, só teve a crescer. A gente tem dois projetos: PAA e PNAE (...) teve muita gente com aquele receio, mas eles foram bastante insistente. Os moradores acreditavam que quem andasse com as próprias pernas, o benefício poderia ser cortado.

A parceria firmada entre o MDR e a UNIVASF em 2019⁴⁸ para a realização de cursos de capacitações de acordo com a demanda dos moradores das Vilas (Irrigação, Beneficiamento de Frutas, Quintal Produtivo, Produção de Forragens, Horta Agroecológica, Criação de Galinhas Caipiras e Piscicultura) e o incentivo da sua autogestão e manutenção interna (Formação de representantes e Organização Socioprodutiva) já beneficiou mais de 1.075 moradores⁴⁹, mas não identificou-se mudanças estruturais a partir dessa parceria, como se observa na análise sobre a horta.

Destaca-se, também, as **fragilidades das estruturas municipais** diante de Grandes Projetos. Observa-se que as secretarias municipais, bem

⁴⁸ Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/videos/tv-caatinga/univasf-realiza-capacitacao-para-representantes-de-vprs>. Acessado em 16/09/2023.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/27/especial-a-espera-da-agua-a-forca-do-coletivo>. Acessado em 24/10/2023.

como a Câmara Municipal, não possuíram estruturas organizativas capazes de mitigar os eventuais impactos negativos provocados pelo processo de remoção e reassentamento do PISF no município. Esse comportamento da Câmara, pode ser observado em relação ao Plano Diretor Municipal e o Código de Obras e Posturas, marcado por um processo autoritário enviado para apenas sua aprovação. Esse fenômeno pode ser interpretado como desinteresse por parte desses atores.

Sintetiza-se dentro de uma matriz FOFA, o cenário atual dos desafios da VPR Vassouras, Tabela 13:

Tabela 13: Matriz FOFA.

FORÇAS	FRAQUEZAS	AMBIENTE INTERNO
1. Configuração espacial da VPR Vassouras 2. Acesso à terra, à casa própria e ao trabalho	1. Configuração espacial da VPR Vassouras 2. Expansão populacional advinda da chegada dos novos moradores 3. Perfil etário dos moradores.	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	AMBIENTE
1. Apoio das organizações da sociedade civil, como Sindicato, MAB.	1. Fragilidade das estruturas municipais 2. Supressão da Verba de Manutenção Transitória - VMT	

Fonte: Autor, 2024.

Em suma, destaca-se **a permanência das estruturas da Indústria da Seca**, visto que o sistema de barragens localizado no município com as águas da transposição, se direcionam para os estados do Ceará, Paraíba e do Rio Grande do Norte, não sendo utilizadas pelos mesmos moradores de

Brejo Santo. Dentro de um contexto de intensas secas, faz-se necessário atualmente pelo município, a utilização de 08 carros pipas, a construção de caixas d'água, a ampliação da rede de abastecimento e a perfuração de novos poços artesianos⁵⁰, expondo contradições da concepção do projeto. Ou nas palavras do Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Agrário: “Brejo Santo é uma peneira de tanto poços profundos”, Figura 22.

Figura 22: Peça Publicitária municipal informando a perfuração de poços profundos.



Fonte: Brejo Santo, 2024.

⁵⁰ <https://www.brejosanto.ce.gov.br/prefeitura-de-brejo-santo-investe-mais-de-um-milhao-de-reais-em-amplo-plano-hidrico-para-enfrentar-escassez-de-agua/>. Acessado em 08/02/2024.

Nota-se ainda que esse conjunto de infraestruturas hídricas não contemplaram os moradores que moram em suas proximidades, sendo necessário o uso de poços profundos, exemplificando a permanência dos velhos problemas de acesso à água.

Assim, mesmo que com impactos econômicos positivos, como a grande geração de empregos e a possibilidade de diminuição do êxodo rural (Caúla & Moura, 2006), reforça-se a necessidade de reforma agrária justa com acesso a água para todos conforme sintetiza Ab'Saber (2006):

Ninguém seria contra transposição de águas do Rio São Francisco se houvesse projetos paralelos simples e bem distribuídos por todos os sertões a fim de fazer ascender socioeconômica e socioculturalmente os mais pobres e desventurados habitantes do interior brasileiro" (...) Entretanto, "um projeto certamente eleitoreiro e desenvolvimentista somente vai atender a fazendeiros absenteístas da beira alta de alguns vales e a empreiteiras desesperadas por um novo ciclo de lucratividades (Ab'Saber, 2006: 13).

Sintetiza-se que o impacto do PISF a partir da compreensão do processo de remoção e reassentamento, não estabeleceu até o presente momento uma reestruturação produtiva do processo de acumulação capitalista à nível municipal migrando de um modo de produção agrícola familiar de pequeno porte de subsistência para eventual padrão do agronegócio da fruticultura exportador, por exemplo. Ou seja, a expansão artificial do leito do rio São Francisco através de um conjunto de infraestruturas hídricas não representa uma nova forma de produzir mercadorias, da mesma forma que não alterou as dinâmicas produtivas tradicionais dos demais 521 municípios banhados naturalmente, tendo no exemplo Petrolina-PE e Juazeiro-BA um dos poucos modelos da fruticultura irrigada para exportação.

Com a chegada do acesso a água aos lotes irrigados, esse cenário pode ser alterado, visto que

(...) nos espaços agrícolas onde a reestruturação ainda não chegou, nos espaços não selecionados para receber os investimentos produtivos modernos, permanece o predomínio das relações de trabalho não-capitalistas, para as quais o trabalho com a terra tem como objetivo principal a subsistência da família ou a produção simples de mercadorias. (Elias, 2006)

Reforçando essa ideia, a presente pesquisa não conseguiu identificar elementos suficientes que corroborem para um processo de transformação das estruturas produtivas no campo em Brejo Santo.

Por outro lado, a política pública habitacional das Vilas Produtivas Rurais representa uma inovação dentre as demais para o campo brasileiro, com potencial de se tornar um instrumento para a reforma agrária⁵¹. A partir da garantia do acesso a casa própria para moradores e seus familiares, que anteriormente moravam num esquema de servidão nos lotes dos antigos patrões e proprietários. Além disso, alterou o acesso à terra para o trabalho das antigas estruturas semi-colonais do nordeste brasileiro, promovendo uma reestruturação territorial do tecido social à nível municipal.

Em síntese, como **resultados da pesquisa** têm-se: 1. as diversas articulação entre os atores com fins de garantir direitos aos moradores, 2. dificuldades no desenvolvimento econômico exemplificado pelo alto custo do sistema de irrigação que compromete a sustentabilidade econômica dos moradores, 3. o avizinhamento do fim do benefício VMT que compromete o futuro socioeconômico da vila, 4. o envelhecimento da população bem como a dificuldade de renovação do trabalho no campo, 5. a contradição no acesso à água da transposição por parte dos diretamente impactados mantendo estruturas semelhantes a Indústria da Seca, e por fim 6. as VPRs como instrumentos de acesso à terra e ao trabalho no campo. Esse último aponta para o cenário sobre a possibilidade **do papel das Vilas Produtivas Rurais enquanto elemento potencializador do processo de reestruturação**

⁵¹ Defini-se Reforma Agrária de acordo com a Lei 4.504/1964 como o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

territorial no Nordeste inseridos dentro da lógica inicial que baseava-se num cenário de altíssima insegurança jurídica para os antigos moradores que moravam e trabalhavam em terras de outros proprietários.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF completa 17 anos desde o início de suas obras, trazendo consigo um conjunto de contradições e promessas de soluções definitivas aos problemas de escassez hídrica no semiárido, principalmente aos que sofrem com as dificuldades de acesso à água cotidianamente. Um dos seus múltiplos impactos, a política compensatória do reassentamento em Vilas Produtivas Rurais, provocadas pela remoção autoritária, forçosa, desigual e excludente de uma população historicamente empobrecida e marginalizada, detentora de um conjunto de identidades e pertencimento próprios, configura importante elemento de análise do PISF. A desigualdade na divisão dos benefícios e malefícios entre os grupos sociais diretamente impactados demonstra que os maiores beneficiários até o presente momento foram os centros urbanos médios e as grandes construtoras, enquanto que o próprio município apresenta-se inserido num cenário de seca e recorrendo a medidas mitigadoras historicamente construídas para a sua superação, como a utilização de carros pipas e o uso de poços artesianos, demonstrando a perpetuação das mesmas dinâmicas que outrora justificaram a sua construção.

Retomando o **objetivo geral** dessa dissertação em compreender as transformações das estruturas socioespaciais, especificamente das remoções e reassentamentos, promovidas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) no Cariri, Ceará, partindo da **hipótese** de que o processo de implementação do PISF produziu uma fragmentação nas estruturas socioespaciais da comunidade diretamente atingida constituindo uma nova forma de convivência com o território, pode-se afirmar que a pesquisa corrobora para a validação dessa hipótese através de elementos que apontam para uma nova estrutura do morar e do trabalho no campo.

Como **desafios da pesquisa** verificou-se o distanciamento histórico entre os eventos analisados. Com o processo de cadastramento dos

moradores no ano de 2007, o processo de remoção ocorrendo, majoritariamente, em 2013 e o processo de reassentamento iniciado em novembro de 2016 e finalizado no início do ano de 2017, sendo a pesquisa atual realizada entre 2022 e 2024, notou-se uma dificuldade dos moradores de lembrar dos acontecimentos relacionados ao processo remoção. Dessa forma, não se têm uma compreensão total desses momentos. Também a distância temporal entre as visitas de campos demonstraram avanços e retrocessos na vida dos moradores, por um lado a chegada da água, que ainda não aconteceu, mantém as mesmas condições de trabalho no campo, por outro lado foi a mobilização popular que conseguiu garantir o funcionamento da escola antes fechada. Bem como, o processo de reassentamento que encontra-se, praticamente, finalizado, visto que as alterações arquitetônicas residenciais já foram realizadas, o processo de adaptação na nova configuração rural em formato de Vila, a criação de novos laços entre os moradores e as novas dinâmicas diárias (como a ida para a cidade através de um transporte público diário, ou o plantio nos lotes sequeiros durante a quadra chuvosa, por exemplo) configuram-se como desafios para a compreensão real do acontecido por parte dos moradores. Por fim, a morte de antigos moradores que participaram ativamente da construção do espaço e dos direitos atuais produz um processo de apagamento e descontinuidade das lutas populares e do conhecimento dos processos que culminaram nos avanços e retrocessos vividos por parte dos moradores.

Como **agenda de pesquisa** apresenta-se a necessidade do aprofundamento do PISF enquanto instrumento de reestruturação produtiva agora em nível regional em suas múltiplas cadeias, bem como a sua possível contribuição no processo de reestruturação territorial. Além disso, aponta-se a necessidade de compreender como os diferentes métodos de remoções provocadas por Grandes Projetos de Infraestrutura no contexto rural, como a Transnordestina e o CAC, entre aqueles de reassentamento das famílias na proximidade e por outro lado dos reassentamentos com indenizações

individuais⁵² apresentam-se dentro de suas desvantagens e benefícios em cada modelo. Indica-se a necessidade de realizar uma crítica aprofundada em relação aos limites de ferramentas de mensuração das condições de vida dos moradores que sofrem por esse processo a fim de compreender os limites do IQV - Índice de Qualidade de Vida adotado pelo MIN. Além disso, a água da transposição através da adutora, que garantirá a possibilidade de plantio nos lotes irrigados que poderá gerar uma nova e importante fonte de renda ao mesmo tempo no qual acarretará no aumento dos custos de vida para os moradores, representando novos desafios e eventuais mudanças nas suas estruturas socioeconômicas. Por fim, faz-se necessário uma abordagem em relação aos moradores que residem na Área Diretamente Afetada – ADA (território determinado pela distância de 05 quilômetros das infraestruturas) e que tiveram suas dinâmicas de vida impactadas pelo projeto, seu modo de produzir e vivências, mas que não se encontram enquanto beneficiários das políticas de reassentamento, bem como de nenhuma outra.

O PISF alterou o modo de vida dos moradores promovendo avanços e retrocessos, impactando de diferentes formas entre os atores analisados. Colocado como a panacéia dos problemas hídricos do Nordeste, mostrou-se muitas vezes como o oposto, potencializando-os. Necessário então criar um palimpsesto de suas histórias a partir da reconstrução através da visão daqueles e daquelas que foram seus maiores impactados, Figura 23.

⁵² Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2024/01/22/nova-fase-da-transposicao-avanca-por-cinco-municipios-cearenses/>. Acessado em 10/03/2024.

Figura 23: Moradores da VPR Vassouras.



Fonte: Autor, 2022, 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida . Estudos Avançados, [S. l.], v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9474>. Acesso em: 5 maio. 2023.
- AB'SABER, Aziz. A transposição de águas do São Francisco: análise crítica. In: Revista USP, São Paulo, n.70, p. 6-13, junho/agosto 2006.
- ABERS, R. N. Conflitos, Mobilizações e Participação Institucionalizada: A Relação entre a Sociedade Civil e a Construção de Grandes Obras de Infraestrutura. Rio de Janeiro: IPEA, set. 2016. (Texto para Discussão 2231). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7159>. Acesso em 10. mar. 2024
- ALBERTI, V. Fontes orais: História dentro da História. In: PINSKY, C. B. (Org.). Fontes Orais. 2. ed. São Paulo: Contexto, p. 155-202, 2008.
- ALMEIDA, Lorena Ferreira de Souza. Água, território e justiça: a transposição do Rio São Francisco e as Vilas produtivas rurais. 2022. 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Ba, 2022
- ALENTEJANO, P.R.R; TAVARES, E. Os grandes projetos de desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. Terra Livre, [S. l.], v.1, n. 52, p. 190-233, 2019.
- Agência Nacional De Águas (ANA). (2021). Conjuntura recursos hídricos no Brasil. Informe anual. Brasília: ANA, 110 p. https://www.snirh.gov.br/portal/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/conjuntura_informe_anual_2019-versao_web-0212-1.pdf
- BARRETO, RICARDO SÁ CANDÉA; KHAN, AHMAD SAEED. Capital Social e Qualidade de Vida dos Assentamentos do município de Caucaia – CE. XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, SOBER. Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3631> e acesso em: 08/03/2024.
- BORGES DA SILVA, A. C. A. Da esperança ao conflito: desigualdade no acesso à água pelos trabalhadores rurais reassentados pela transposição do rio São Francisco no estado de Pernambuco – Brasil. Revista Fim do Mundo, [S. l.], v. 3, n. 8, p. 73–93, 2022. DOI: 10.36311/2675-3871.2022.v3n8.p73-93. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/13908>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- BRANCO, S. C. História oral: reflexões sobre aplicações e implicações. Revista Novos Rumos Sociológicos, vol. 8, nº 13, Jan/Jul, 2020. [HTTPS://DOI.ORG/10.15210/NORUS.V8I13.18488](https://doi.org/10.15210/NORUS.V8I13.18488).
- BRASIL. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco. 2004. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ProjetoRioSaoFrancisco/ArquivosPDF/documentostecnicos/RIMAJULHO2004.pdf>. Acesso: 22 de maio 2023.
- BRASIL. Programa de Reassentamento das Populações – PBA-08. Brasília, DF: MI, 2005. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ProjetoRioSaoFrancisco/ArquivosPDF/PBA08.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.
- BRASIL. Sumário Executivo – Projeto Básico Ambiental – PBA. Brasília, DF: MIDR, 2023. Disponível em : https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/sumarios-executivos/sumarios-executivos-do-pisf/09_SETEMBRO_Sumario_Executivo_PISF.pdf. Acessado em 21 outubro 2023.
- BREJO SANTO (CE). Prefeitura. Disponível em: <https://www.brejosanto.ce.gov.br/historico/>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- Cartaxo, Francisco Lucena. Transformações Socioterritoriais e os Conflitos por Água na Região Sul Cearense a partir do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) / Francisco Lucena Cartaxo. – 2023..

CAÚLA, Bleine Queiroz e MOURA, Graziella Batista. Aspectos ambientais e jurídicos da transposição do Rio São Francisco. In: III Encontro da ANPPAS – 23 a 26 de maio de 2006.

CEARÁ. Projeto Malha D'água 2021/2022. Fortaleza: SRH, 2021. Disponível em:

<https://www.srh.ce.gov.br/projeto-malha-dagua/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

CRESWELL, J. W. PROJETO DE PESQUISA : Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto. Tradução: Magda Lopes. 3rd. ed. [s.l.] Porto Alegre: ARTMED, 2010.

CRUZ, G. dos R.; FREIRE, J. Participação e arenas públicas: um quadro analítico para pensar os conselhos municipais setoriais e os fóruns de desenvolvimento local. Cadernos Metrópole, [S. l.], n. 10, p. 75–102, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9200>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CHESF. Usinas Hidrelétricas no Rio São Francisco, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/sumarios-executivos/sumarios-executivos-do-pisf/09_SETEMBRO_Sumario_Executivo_PISF.pdf. Acessado em 21 outubro de 2023.

DE SOUSA, Maria de Fátima Oliveira. As marcas da transposição do Rio São Francisco: acesso à água, conflitos socioambientais e desenvolvimento no município de São José de Piranhas- PB / Maria de Fátima Oliveira de Sousa.- Natal, 2020.

DUQUE, José Guimarães. Perspectivas Nordestinas. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004, 2a ed.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato .Reestruturação econômica e nova econômica política da urbanização no Ceará. Mercator, Revista de Geografia da UFC. Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 95-112, mai./ago. 2013

ELIAS, Denise de Souza. Agronegócio e desigualdades Socioespaciais . In: Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais, 1ed.Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006, v. 1. p. 25-82.

FERREIRA, José Gomes. "A Transposição Das águas Do Rio São Francisco Na Resposta à Seca Do Nordeste Brasileiro. Cronologia Da Transformação Da Ideia Em Obra." Campos Neutrais 1.2 (2021): 53-72. Web.

FUNCEME, s/d. Apresentação. Disponível em: http://www.funceme.br/?page_id=352#:~:text=Criada%20em%2018%20de%20setembro,secas%20que%20assolavam%20o%20Cear%C3%A1. Acesso em 26 fev. 2024.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, C. U.; GONCALVES, G. M. ; COSTA, A. M. . Desterritorialização e novas vulnerabilidades na construção do canal da transposição do rio São Francisco: território do povo Pipipã, Floresta, Pernambuco. REVISTA NERA (UNESP), v. 24, p. 324-337, 2021.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. Atlas e relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico. Rio de Janeiro: Typ. Moderna de Georges Bertrand, 1860. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185636>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

HENKES, S. L. A política, o direito e o desenvolvimento: um estudo sobre a transposição do Rio São Francisco. Revista Direito GV, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 497-534, jul./dez. 2014.

IPECE, 2017. Anuário. Disponível em : https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Barro_2017.pdf. Acessado em 20 fevereiro de 2024.

JACOBI, P. R.; FRACALANZA, A. P. Comitês de bacias hidrográficas no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa. Desenvolvimento e Meio Ambiente, [S.l.], n. 11-12, p. 41-49, 2005.

LIMA, Luiz Cruz. Além das águas, a discussão no nordeste do Rio São Francisco. In: Revista do Departamento de Geografia, 17, p. 94-100, 2005.

LUCENA, T. C.. A Transposição Do Rio São Francisco E O Reassentamento Das Populações Atingidas: A Vila Produtiva Rural Descanso (Mauriti/Ce). In: XX Encontro Nacional De Geógrafas E Geógrafos, 2022, Brasil. XX Encontro Nacional De Geógrafas E Geógrafos, 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M.. Fundamentos de metodologia científica. 7ª ed, São Paulo: Atlas, 2003.

Maria Rita Loureiro, et al. "Desenvolvendo Capacidades Estatais: Conflitos e Articulação De Interesses No Projeto De Integração Do Rio São Francisco." Desenvolvimento Em questão, vol. 12, no. 28, 2014, pp. 5–36.

MONTENEGRO, Abelardo A. A.; MONTENEGRO, Suzana M. G. L. Olhares sobre as políticas públicas de recursos hídricos para o semiárido. In.: GHEYI, Hans Raj; PAZ, Vital Pedro da Silva; MEDEIROS, Salomão de Sousa; et al. (editores). Recursos hídricos em regiões semiáridas. Campina Grande, PB: Instituto Nacional do Semiárido, Cruz das Almas, BA: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2012.

NOGUEIRA, Verena Sevá "De Sitiantes a Moradores De Vila: o Projeto De Integração Do Rio São Francisco Com Bacias Hidrográficas Do Nordeste Brasileiro e as Novas Territorialidades." Novos Cadernos NAEA, vol. 22, no. 3, 2019, pp. Novos cadernos NAEA, 2019, Vol.22 (3).

NOGUEIRA, V. S. Vilas produtivas rurais e "Terra do Governo": reassentamento de famílias rurais atingidas por obras da transposição do rio São Francisco. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA, 31., 2018, Brasília. Anais [...]. Brasília: Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: http://www.evento.abant.org.br/rba/31RBA/files/1541461554_ARQUIVO_18_RBA_paper_VerenaSevaNogueira.pdf/. Acesso em: 26 agosto 2023. ISBN: 978-85-87942-61-6.

NOGUEIRA, Verena Sevá. Do "Sítio" à vila produtiva rural: os percursos de famílias rurais desapropriadas pelas obras de transposição do rio São Francisco, no Brasil. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 11., 2015, Montevideu. Anais [...]. Montevideu: Universidad de la Republica, 2015. Disponível em: <http://xiram.com.uy/actas-del-congreso/grupos-de-trabajo/ponencias-grupo-de-trabajo-82>. Acesso em: 31 maio 2023.

PEREIRA, W. E. N. REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA NO NORDESTE BRASILEIRO. Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho, [S. l.], v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rerut/article/view/16699>. Acesso em: 12 mar. 2024.

PEIXOTO FILHO, Getúlio Ezequiel da Costa. A participação social no processo decisório do projeto de integração do rio são francisco às bacias do nordeste setentrional, 2019. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3990>. Acessado em 06/03/2024.

PIRES, A. P. N. Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco: a gestão das águas e a transposição do rio São Francisco. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016.

PIRES, R.R.C. Por Dentro do PAC: Dos Arranjos Formais às Interações e Práticas dos seus Operadores. In: Burocracia de Médio Escalão: Perfil, Trajetória e Atuação. (Org. Pedro Luiz Costa Cavalcante e Gabriela Spanguero Lotta). Brasília: ENAP, 2015.

PORTO, Edgar Ramos. As políticas de desenvolvimento regional do Brasil e seus reflexos sobre a região Nordeste. In: Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais, 1ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006, v. 1. p. 83-116.

RIBEIRO, Manoel Bomfim. Transposição. Uma análise cartesiana. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, n. 228, p. 67-73, 2016.

SANCHEZ, C. S., & MARCHIORI, P. Z.. Participação Popular no Contexto das iniciativas de Governo Aberto: revisão sistemática da literatura. Revista Brasileira de Políticas Públicas e

Internacionais, p. 103-118, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/34564>. Acesso em 10. mar. 2024

SANTANA FILHO, João Reis. Projeto São Francisco: garantia hídrica como elemento dinamizador do semi-árido nordestino. *Inclusão Social*, n. 2, 2008. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1598>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

SARMENTO, Francisco Jácome. *Transposição do Rio São Francisco: realidade e obra a construir*. Brasília: Do autor, 2005. 132p.

SACCONI, Carolina Jessica Domschke et al. *Transposição do rio São Francisco: planejamento intermitente e prática descolada da realidade*. 2019, Anais.. Natal: ANPUR, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1310>. Acesso em: 21 dez. 2022.

SERRA, G. G. *Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação*. São Paulo: EDUSP/Mandarin, 2006.

SHIVA, V. (2006). *Guerras por água: privatização, poluição e lucro*. São Paulo: Radical Livros.

SILVA, A. *Transposição das águas do Rio São Francisco: interesses e conflitos*. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des)Igualdades, 2011, Salvador BA. Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2011.

SILVA, Adielson. P. ; FERREIRA, Angela Lúcia ; SILVA, Désio R A. *Inspetoria de Obras Contra as Secas e o mapa da transposição do Rio São Francisco (1909-1913)*. In: *Contra as Secas: Técnica, Natureza e Território*, 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: INCT/Observatório das Metrópoles, 2018, v. 1.

SILVA, P. H. P.; RIBEIRO, M. M. R.; MIRANDA, L. I. B. *Uso de cadeia causal na análise institucional da gestão de recursos hídricos em reservatório no semiárido da Paraíba*. *Eng Sanit Ambient*, [S. l.], v. 22 n. 4, p. 637-646, 2017.

SRH, 2018. Disponível em: <https://www.srh.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/90/2018/07/Caracteriza%C3%A7%C3%A3o-da-Bacia-Hidrogr%C3%A1fica-Salgado.pdf>. Acesso em 26 fev. 2024

SRH, s/d. Apresentação. Disponível em: <https://www.srh.ce.gov.br/apresentacao/#:~:text=A%20SRH%20comp%C3%B5e%20o%20Sistema,a%20recupera%C3%A7%C3%A3o%20dos%20recursos%20h%C3%ADdricos>. Acesso em 26 fev. 2024

SRH, 2021. *Relatório de Gestão de Recursos Hídricos*. Disponível em : https://www.srh.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/90/2021/11/RELATORIO-GESTAO-2021_Jan-a-Out_Completa.pdf. Acesso em 26 fev. 2024. 3.18

SPOSITO, E. S.; PEREIRA JÚNIOR, E. A. *Economia política do território e estratégias de atração de investimentos – a Geografia da subvenção industrial no Ceará como exemplo*. GEOUSP. Espaço e Tempo, São Paulo, n. 35, p. 3-18, 2013.

FERNANDES, A. V. *Qualidade de vida rural com sustentabilidade na Amazônia: O caso da Reserva Extrativa do Rio Cajari no Estado do Amapá*. Fortaleza: UFC/CCA/DEA. 1999.

FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George Alexandre Ferreira; SIMONINI, Yuri. (Org.). *Contra as Secas: Técnica, Natureza e Território*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: INCT/Observatório das Metrópoles, 2018, v. 1, p. 339-366.

FURTADO, Celso. *Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado*. Entrevistadores Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade, Raimundo Pereira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOARES, Edmilson. *Seca no Nordeste e a transposição do rio São Francisco*. *Revista Geografias*, vol. 9, n. 2, p.75-86, 2013. Disponível em:

<https://www.periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13362/10594>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

SOUSA, Lucas Gomes de. Chão rachado: as transformações territoriais nos municípios do Cariri à luz da Transposição do Rio São Francisco. 2020. 230 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SUASSUNA, J. Potencialidades hídricas do Nordeste brasileiro. *Parcerias Estratégicas*, n. 20, p. 131-156, 2005

VILLA, Marco Antônio. Vida e morte no Sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

VALE, D. C. do. A TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO – UMA REVISÃO TEMÁTICA. *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica*, [S. l.], v. 3, p. 53–72, 2013. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/85>. Acesso em: 23 maio. 2023.

ANEXO 01 - PROJETO DE LEI 037/23 E REQUERIMENTO 011/19

CÂMARA MUNICIPAL DE BREJO SANTO

Rua: Manoel Leite de Moura, 1.011 Brejo Santo - Ceará - Fone (085) 531.1010 - Fax 3531.0447
CNPJ: 05.454.897/0001-47 - e-mail: cmbrejosanto@gmail.com

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 037/23 - de 31 de julho de 2023.

DENOMINA DE DANIELLO NUNES BEZERRA A
QUADRA POLIESPORTIVA DO CENTRO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA MARTINS DE
SOUSA, LOCALIZADA NA VILA VASSOURAS E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Brejo Santo - Estado do Ceará, usando de suas atribuições legais, etc. FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Brejo Santo, em sessão realizada no dia 1º de agosto do corrente ano, aprovou Projeto de Lei nº 037/23, de autoria do Executivo Municipal, e, eu encaminho a Chefe do Executivo para sanção, o seguinte:


AUTÓGRAFO DE LEI

Art.1º - Fica denominada de **Daniello Nunes Bezerra** a Quadra Poliesportiva do Centro de Educação Infantil Maria Martins de Sousa, localizada na Vila Vassouras, neste município de Brejo Santo - CE.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder com as despesas decorrentes do referido projeto.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Brejo Santo-CE, em 02 de agosto de 2023.


Ranilson Tavares Neves Junior
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE BREJO SANTO

Rua: Manoel Leite, n.º 1011 – Fone (088) 3531.1010 – BREJO SANTO – CEARÁ.
CNPJ: 05.454.897/0001-47 E-mail cmbrejosanto@ig.com.br

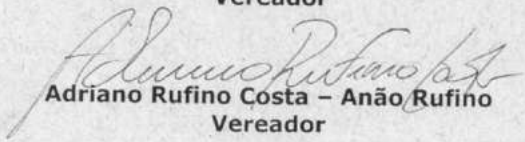
Os Vereadores que esta subscreve, no uso das suas atribuições legais, apresentam para deliberação do Plenário o seguinte:

REQUERIMENTO Nº. 011/19

Requeiro da Exma. Sra. Presidente desta Casa Legislativa que seja realizada reunião de Audiência Pública nesta sexta feira dia 29 do corrente mês às 08h na Comunidade Vassouras, para tratar de "Cessão de Uso de Equipamentos Sociais da Vila Produtiva Rural Vassouras".

Plenário da Câmara Municipal de Brejo Santo, 26 de março de 2019.


Ranilson Tavares Neves Junior
Vereador


Adriano Rufino Costa – Anão Rufino
Vereador

ANEXO 02 - CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E SOCIAL



CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E SOCIAL

*Vila Produtiva Rural
Vassouras
Município de Brejo Santo
Ceará*

APRESENTAÇÃO

O Programa de Reassentamento das Populações é um dos 38 programas ambientais que integram o Projeto Básico Ambiental (PBA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), executado pelo Ministério da Integração Nacional, e tem como objetivo o reassentamento das famílias afetadas pelo empreendimento em uma nova base produtiva que permita o desenvolvimento social e econômico em situação, no mínimo, similar à atual.

A necessidade de deslocamento compulsório dessa população impôs a adoção de uma estratégia de reassentamento adequada às suas características socioeconômicas e culturais, além da garantia de condições e perspectivas melhores do que as que possuíam antes do deslocamento, no que se refere à habitação, organização social, condições ambientais e organização econômica.

Para dar uma resposta satisfatória à superação dos impactos socioeconômicos e culturais, foram concebidas as Vilas Produtivas Rurais, localizadas próximas ao canal do PISF e compostas por setores residenciais e produtivos individuais, nos quais são mantidas as relações de parentesco e vizinhança entre os indivíduos, de modo a reduzir o impacto do deslocamento sobre estas populações.

Nesse contexto, o presente documento apresenta a caracterização da estrutura física e social da Vila Produtiva Rural Vassouras, localizada no município de Brejo Santo - CE.

Elianeiva de Queiroz Viana Odísio
Coordenadora-Geral de Programas Ambientais
CGPA/DPE/SIH/MI

1. INTRODUÇÃO

As Vilas Produtivas Rurais (VPRs) foram projetadas para o reassentamento das famílias residentes nas áreas diretamente afetadas pelas obras nos Trechos I e II (Eixo Norte) e Trecho V (Eixo Leste) do PISF. Para o atendimento desta demanda dimensionou-se a implantação de 18 (dezoito) Vilas Produtivas Rurais, a partir do zoneamento da área de 2,5 km nas margens dos canais, com potencialidade para agricultura.

As VPRs tratam-se de vilas em áreas rurais, compostas por setores residenciais e produtivos, sendo o setor residencial constituído por casas, com infraestrutura de saneamento básico, estruturas comunitárias e acessibilidade a pessoas com necessidades especiais. Já o setor produtivo contempla a demarcação e implantação de lotes produtivos irrigados e sequeiros, construção de cercas do perímetro externo das vilas, vias de acesso, entre outros.

O dimensionamento dos lotes produtivos ocorreu de acordo com a disponibilidade de área em cada VPR, garantindo-se, no entanto, o mínimo 05 (cinco) hectares por beneficiário, sendo 01 (um) hectare equipado com sistema de irrigação.

A área com irrigação permitirá a produção durante todo o ano, tendo em vista a disponibilização hídrica do projeto e a excelente condição climática da região para produção irrigada. Como os lotes irrigados são contíguos, os beneficiários poderão desenvolver atividades produtivas em grupo, otimizando com isso, a mão de obra, facilitando a aquisição de insumos e o escoamento da produção mediante o planejamento de cultivo em conjunto.

No desenvolvimento do Programa de Reassentamento das Populações constam ações de preparação e transferência dos beneficiários para as VPRs, bem como de reinserção e organização social e econômica, consolidação de práticas socioambientais e de monitoramento e avaliação das famílias reassentadas, visando à aferição das mudanças sociais, econômicas e culturais ocorridas no quadro de vida dessa população, no sentido de garantir condições de vida melhores ou, no mínimo, similares às suas situações de origem.

2. A VILA PRODUTIVA RURAL VASSOURAS

A Vila Produtiva Rural Vassouras foi projetada para receber 145 (cento e quarenta e cinco) famílias afetadas diretamente pelo empreendimento, as quais foram deslocadas das bacias hidráulicas dos reservatórios Porcos, Canabrava e Boi.

As famílias reassentadas nesta Vila residiam originalmente nas comunidades de Sítio Atalho, Sítio Angico, Sítio Angico do Poço, Sítio Riacho Verde, Sítio Torrões, Sítio Cristovão, Sítio Rancharia, Sítio Cachoeirinha, Sítio Passagem do Poço, Sítio Muquém Grande, Sítio Oitis (Atalho), Sítio Baixa da onça, Sítio Ribeirão, localizadas no município de Brejo Santo - CE.

3. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

LOCALIZAÇÃO E ACESSO

A Vila Produtiva Rural Vassouras localiza-se no Eixo Norte do PISF, no município de Brejo Santo - CE, nas coordenadas UTM 511945 E e 9165358 N, fuso 24L, com código de propriedade ENTII-V3 001.

O principal acesso à VPR Vassouras é realizado pela rodovia federal BR-116, partindo-se da sede do município de Brejo Santo - CE, em direção ao município de Jati - CE, a 3 km vira-se à esquerda, por onde se percorre, aproximadamente, 20 (vinte) km até a VPR Vassouras (Anexo I: Mapa de Localização da VPR Vassouras). VPR. (Anexo I: Mapa de Localização da VPR Descanso).



CARACTERÍSTICAS DA VPR

A VPR Vassouras ocupa uma área de 958,50296 ha, sendo constituída pelos setores residencial e produtivo, conforme apresentado no Mapa de Arranjo Geral da VPR Vassouras (Anexo II).

O quadro a seguir apresenta a destinação da área da VPR Vassouras.

Descrição		Área por Beneficiário (ha)	Área (ha)
Setor Residencial		-	115.59450
Setor Produtivo	Área Irrigável	1,00	151.61720
	Área de Sequeiro	4,20	614.20798
Áreas Protegidas	Área de Preservação Permanente - APP	-	24.93641
Área de Uso Sustentável*		-	26.52058
Estradas Internas		-	14.45391
Estrada Interna - Projetada		-	4.05538
Área de Implantação de Viveiro de Espera		-	0.59094
Hidrografia/Massa d' água			5.85559
Poço Artesiano			0.67046
Total (ha)			958.50296
RL compensada no entorno dos reservatórios Porcos e Canabrava			192,2335 ha

*Área destinada instalação/implantação de infraestruturas de apoio da produção coletiva.

SETOR RESIDENCIAL

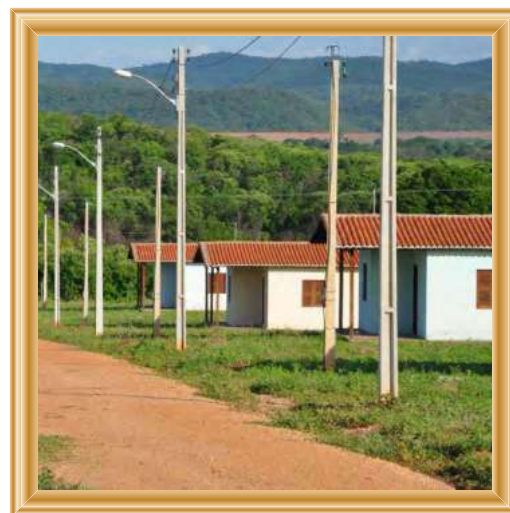
O setor residencial ocupa uma área de 115,59450 ha (Vide Anexo III: Mapa do Setor Residencial da VPR Vassouras), sendo composto por 145 (cento e quarenta e cinco) lotes residenciais, com 145 cento e quarenta e cinco casas, 01 (uma) escola, 01 (um) posto de saúde, 01 (um) prédio da associação comunitária e áreas de lazer com campo de futebol, quadra poliesportiva, praça de convivência e área de expansão para residências e comércio/institucional.

Todas as construções foram executadas com fundação direta, estrutura em concreto armado, paredes de alvenaria de tijolos cerâmicos assentados com argamassa, revestimento de chapisco, emboço e reboco, pintura com caiação, instalações elétricas e hidráulicas embutidas, além de teto estruturado em madeira com cobertura de telhas coloniais.

UNIDADES HABITACIONAIS

A casa, com uma área construída de 98,70 m², é composta por 03 (três) quartos, 01 (uma) sala, 01 (uma) cozinha, 01 (um) banheiro, 01 (uma) varanda e 01 (uma) área de serviço.

Todas as 145 (cento e quarenta e cinco) residências possuem o mesmo padrão construtivo, com dimensões de largura e altura de portas projetadas para necessidades de adaptações de acessibilidades futura.



ACESSIBILIDADE

As Casas nº 65, 66, 67 e 68 foram projetadas para acessibilidade de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, possuem rampa de acesso, barras de apoio, banqueta e vaso sanitário adaptado no banheiro.



LOTES RESIDENCIAIS

Os lotes residenciais possuem uma área de 0,5 ha cada, com dimensões de 50 (cinquenta) metros de largura x 100 (cem) metros de comprimento.

ESTRUTURAS SOCIAIS

A Associação Comunitária da VPR Vassouras possui uma área construída de 88,50 m², com espaço para reuniões, palestra e atividades administrativas, 01 (um) lote destinado ao comércio/institucional, com dimensões de 27 m de largura X 121 m de comprimento, e 01 (um) lote destinado à construção de templo religioso, com dimensões de 25 m de largura x 50 m de comprimento.



A Escola da VPR Vassouras possui área coberta de 494,86 m² e área útil de 335,25 m², é composta por: duas salas de aula (48,00 m² cada), biblioteca (48,00 m²), sanitários masculinos e femininos (17,50 m² cada), refeitório (17,50 m²), cozinha (11,25 m²), despensa (5,80 m²), recepção (16,32 m²), almoxarifado (11,03 m²), diretoria (11,03 m²) e sala de professores (11,45 m²).



O Posto Médico da VPR Vassouras possui uma área coberta de 110,63 m² e área útil de 54,30 m², composto por gabinete médico (13,72 m²), gabinete odontológico (9,59 m²), sala de curativos (9,90 m²) e banheiro.



ÁREA DE LAZER

A área destinada à recreação é de 6.177,75 m², constituída por 01 (uma) praça de convivência (37 m x 49 m), 01 (um) campo de futebol, com 85 m x 45 m e 01 (uma) quadra poliesportiva com dimensões de 18 m x 30 m.

ÁREAS DE EXPANSÃO

No setor residencial foi prevista área de expansão para fins residenciais, constituída por 145 (cento e quarenta e cinco) lotes, com dimensões de 25 m de largura x 50 m de comprimento por lote.

SETOR PRODUTIVO

O setor produtivo é constituído por 02 (duas) áreas, sendo uma destinada à agricultura de sequeiro e/ou pecuária com 614,208 ha e outra destinada à agricultura irrigada com 151,61720 ha (Vide Anexo II).

Os lotes individuais destinados à agricultura de sequeiro e/ou pecuária possuem área média de 4,20 ha, Os lotes produtivos irrigados apresentam área média de 1,0 ha, contemplado com o sistema de irrigação montado.

ÁREA DE USO SUSTENTÁVEL

A área de uso sustentável é constituída de uma área de 26,520 ha, destinada à instalação de infraestrutura de apoio à produção coletiva.

ÁREAS PROTEGIDAS

A Área de Reserva Legal (RL) da VPR Vassouras foi compensada no entorno dos reservatórios Porcos e Cana Brava (192,2335 ha).

As Áreas de Preservação Permanente (APP) ocupam uma área equivalente a 24,94 ha da área total da VPR.

A Hidrografia / massa d'água ocupa uma área equivalente a 5,86 ha, conforme se pode observar no mapa Arranjo Geral da VPR Vassouras (Vide Anexo II).

A área para implantação de viveiro de espera ocupa uma área equivalente a 0,591 ha, da área total da VPR.

ESTRADAS

As estradas de acesso ocupam uma área equivalente a 18,51 ha, conforme se pode observar no mapa de Arranjo Geral da VPR (Vide Anexo II).

4. INFRAESTRUTURA DISPONIBILIZADA

REDE ELÉTRICA

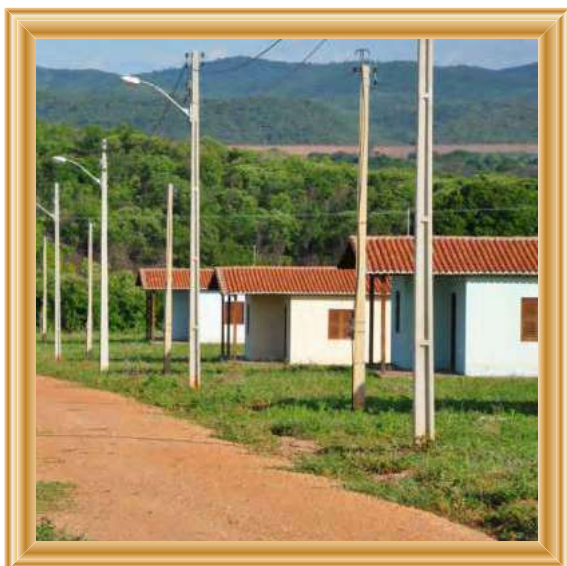
Constituída de subestação rebaixadora, linhas de distribuição de energia e sistema de iluminação pública.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O fornecimento de água é proveniente de poço artesiano, interligado ao reservatório elevado da VPR, conectado à rede adutora e de distribuição de água das casas.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Constituído de sistemas individuais com fossa séptica, sumidouro e vala de infiltração.



5. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS

Um total de 145 (cento e quarenta e cinco) famílias residentes da faixa de obra dos reservatórios Porcos, Cana Brava e Boi, foram beneficiados com o reassentamento na Vila Produtiva Rural Vassouras. Dessas famílias reassentadas, 23 (vinte e três) foram classificadas como Moradores Com Benfeitoria (MCB), 118 (cento e dezoito) Moradores Sem Benfeitoria (MSB) e 02 (dois) proprietários residentes nos lotes (PRL), conforme apresentado no quadro a seguir. Ressalta-se que 02 (dois) beneficiários estão em fase de definição pelo Ministério da Integração Nacional.

Nº Casa	Nome do Beneficiário	Classificação
01	Francisco Rodrigues da Silva	MSB
02	João Rodrigues Neto	MSB
03	Maria Rodrigues Sobrinha	MSB
04	Vânia Rodrigues de Oliveira	MSB
05	João Roque de Oliveira	MSB
06	Cícero Roque de Oliveira	MCB
07	Paulo Jerônimo da Silva	MCB
08	José Emídio Da Silva	MSB
09	Maria Geane Figueiredo dos Santos	MSB
10	Francisco Filgueira dos Santos	MCB
11	Cícero Filgueira dos Santos	MCB
12	Ana Maria da Conceição	MSB
13	José Antônio dos Santos	MSB
14	João Araújo dos Santos	MCB
15	Maria Zeneide Nunes da Silva	MSB
16	Tiago Nunes da Silva	MSB
17	Ronivon Emídio da Silva	MSB
18	Luis Henrique Siqueira	MSB
19	José Rodrigues Martins	MSB
20	Cícero Roberto dos Santos	MSB
21	Francisco Roberto dos Santos	MSB
22	Cícero Antônio dos Santos	MSB
23	Ana Alessandra Pereira de Souza	MSB
24	Maria Aparecida Alves Cunha/Francisco Teles Da Cunha	MCB
25	Antônia Célia Silva Da Costa	MCB
26	Olimpio Emídio da Silva	MSB
27	Rinaldo Cardoso de Oliveira	MSB
28	Cícero Gonçalves de Andrade	MSB
29	Enoque Andrade dos Santos	MSB
30	Maria Lucia dos Santos Souza	MSB
31	Lourdes Norato da Silva	MSB
32	Cícero Cardoso de Oliveira	MSB
33	Luis Francisco da Silva	MSB
34	Leandro Carvalho da Silva	MSB
35	José Nogueira de Sousa	MSB
36	Francisco Evandro Figueiredo da Silva	MCB
37	Cícero Moura da Silva	MCB
38	José Tavares Sousa	MSB
39	Damião Santana dos Santos	MSB
40	Joel Andrade dos Santos	MSB
41	Cícero Andrade dos Santos	MSB
42	José Pereira da Silva Filho	PRL
43	Aguardando definição de Beneficiário pelo MI.	
44	José Rafael Silva de Oliveira	MSB
45	Missias Bezerra	MSB
46	Maria das Dores Bezerra	MSB
47	Danielle Nunes Bezerra	MSB
48	Francisco Araújo dos Santos/Maria Geralda dos Santos	MCB
49	Manoel Fausto do Nascimento	MSB
50	Antônio Cesário Martins	MSB
51	Francisco Cardoso de Oliveira	MSB
52	José Cardoso de Oliveira	MSB
53	Cícero Evaldo Figueiredo da Silva	MSB
54	Manoel Andrade de Lima	MCB
55	José Filinto de Sousa	MSB
56	Francisco Alexandre de Amorim	MSB
57	Marcelon Bernardes de A. Junior	MSB
58	Manoel Luciano de Oliveira Rodrigues	MSB
59	Manoel Pedro da Silva	MSB
60	Terezinha Iara Cardoso de Oliveira	MSB
61	João Batista de Moura	MCB
62	Maria Andrade de Santana	MSB
63	Francisco Alexandre Pereira da Silva	MCB
64	José Antônio dos Santos (deficiente)	MCB
65	Manoel Nunes dos Santos (Deficiente)	MSB
66	Maria Elza Cardoso de Oliveira Sobrinha (Deficiente)	MSB
67	Maria Ana de Carvalho	PRL
68	Maria Izaila de Santana	MSB
69	Antonio Carlos da Silva	MSB
70	Francisco Inácio da Silva	MSB
71	Maria Raimunda da Silva	MSB
72	Cícero Ramos da Silva	MSB
73	Maria Iara de Oliveira Filha	MSB

Nº Casa	Nome do Beneficiário	Classificação
74	Augustinho Felipe da Silva	MCB
75	Cícero Andrade de Santana	MSB
76	Damião Andrade de Santana	MSB
77	Juarez Francisco da Silva	MSB
78	Adão Inácio Da Silva	MSB
79	Moacir Minel Gomes	MSB
80	José Vanderlei Ramos da Silva	MSB
81	Jovino Galdino José de Oliveira	MSB
82	José Ramos da Silva Filho	MCB
83	Adailton Andrade de Lima	MSB
84	Maria Madalena da Conceição	MSB
85	José Firmino da Silva	MSB
86	José Samuel da Silva Ferreira	MSB
87	Thaís Andreia Lucena Miranda	MSB
88	Antonio Martins de Souza Neto	MSB
89	Francisco Martins Cardoso	MSB
90	Francisco Rodrigues da Silva	MSB
91	José Ferreira Lima Filho	MSB
92	Maria Rosimar Barbosa Filgueira	MSB
93	Cícero da Silva Barbosa	MSB
94	Luis Andrade da Silva	MCB
95	José Cruz Sampaio	MSB
96	Antônio Martins Cardoso	MSB
97	Ananias Gonçalves Filho	MCB
98	Cícero Ananias Gonçalves	MSB
99	Francisca Maria dos Santos	MSB
100	Francisca André Gomes	MSB
101	Thiago Alves Gomes	MSB
102	Lúcia Rodrigues Ramos	MSB
103	Saionara Benvenuto Pereira De Cravo	MSB
104	Antonio Araruna de Oliveira	MSB
105	Maria Rocha dos Santos	MSB
106	Ângela Pereira Dos Santos Holanda	MSB
107	Espólio De Joaquim Antônio Eliseu/ Representado por José Emiliano Da Silva e Maria Rozalina Elizeu.	MSB
108	José Elbertando Figueiredo da Silva	MSB
109	Edinaldo Cardoso de Oliveira	MSB
110	Antônio Thadeu Moreira Martins	MSB
111	Expedita Verinha Andrade Martins	MSB
112	Francisco José dos Santos	MSB
113	Francisco Gilson de Oliveira	MSB
114	Francisco Rodrigues Martins	MSB
115	Ângela Gomes De Souza	MSB
116	Francisco Furtado da Silva	MSB
117	Antônio Santana dos Santos	MSB
118	José Emídio da Silva Filho	MSB
119	Marcos Martins da Silva	MSB
120	Francisco Inácio de Carvalho	MCB
121	Francisco Ricalva Silva Oliveira	MSB
122	Espólio de Vicente Berto da Silva	MSB
123	Francisco Silva de Oliveira	MSB
124	Joana Carolina Andrade da Silva	MSB
125	João Paulo da Silva	MSB
126	Maria Do Socorro Roberto dos Santos	MSB
127	Elieir Roberto dos Santos	MSB
128	Maria Lúcia de Oliveira Rodrigues	MSB
129	Cícero Vital dos Santos	MCB
130	Ana Andrade Inácio da Silva	MSB
131	Raimundo Barbosa Martins	MCB
132	Maria da Conceição da Paz (Maria Sogra de Breu)	MSB
133	Edmilson Ramos da Silva/Maria Rizonalva Silva Barbosa	MSB
134	Kleber Nunes Bezerra	MSB
135	Cícero Rodrigues da Silva	MSB
136	Antônia Maria dos Santos	MCB
137	Raimundo Hélio Barbosa Martins	MSB
138	Joaquim José dos Santos	MSB
139	Maria Trajano Pereira	MSB
140	Ana Maria da Conceição	MCB
141	José Andrade da Silva	MSB
142	Antonio Raimundo Barbosa	MSB
143	Maria Aparecida de Lima Martins	MSB
144	Everaldo de Oliveira Santos	MSB
145	Aguardando definição de beneficiário pelo MI.	

A população da Vila Vassouras é constituída de 384 habitantes com predominância para a categoria adulto (38,02%), seguida pelas categorias Criança (21,09%) e envelhecimento (18,75%). O restante (22,14%), está distribuído entre as categorias etárias adolescentes, jovens e Idosos. Quanto ao gênero, há predominância para o sexo masculino (51,82%).

De maneira geral, são produtores da agricultura familiar, a maioria sem posse das terras em que moravam, por terem chegado ali na condição de meeiros, situação essa em que continuaram por décadas, vindo a se tornar agregados das fazendas. Essas famílias exerciam a atividade agrícola de sequeiro e a criação de pequenos, médio e grande animais, como a suinocultura, a caprinocultura, a ovinocultura, a avicultura, além da bovinocultura.

PREPARAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIAS DAS FAMÍLIAS

Nesta fase inicia-se o processo de reinserção e organização social e econômica das famílias, consolidação de práticas socioambientais, assim como são realizadas atividades preliminares para a transferência, as quais contemplam o cadastro de móveis, utensílios e animais domésticos; a distribuição das casas a partir de critérios de parentesco, vizinhança e afinidade (consensuados com a população); e a elaboração do Plano de Transferência, bem como da documentação para a posse provisória das casas.

Ainda nesta fase são realizadas atividades de capacitação que abrangem temas relacionados à qualidade de vida, assim como conceitos importantes para a vida em comunidade sob bases da ética e relações humanas, despertando o associativismo e motivando compromissos com as estruturas de uso coletivo (escola, posto de saúde, sede da associação, praça, campo de futebol, outras) e com o meio ambiente. Neste contexto, foram definidos 05 (cinco) módulos de capacitação para a preparação para a transferência das famílias, conforme apresentados a seguir:

- Módulo I: Qualidade de Vida
- Módulo II: Ética e Relações Humanas
- Módulo III: Associativismo e Participação Comunitária
- Módulo IV: Organização Administrativa e Fiscal da Associação
- Módulo V: Estruturas Sociais e Unidades Ambientais

Os beneficiários da Vila Produtiva Rural Vassouras foram capacitados nos Módulos I, II, III e IV.

A seguir, o registro fotográfico das atividades preliminares à transferência das famílias para a VPR Vassouras:



Realização do sorteio das casas da VPR.



Realização do cadastro de móveis, utensílios e animais domésticos.



Realização de oficina de capacitação: Módulo I – Qualidade de Vida.



Realização de Oficina de Capacitação: Módulo II – Ética e Relações Humanas



Realização de Oficina de Capacitação: Módulo III – Associativismo e Participação Comunitária.

“Tem 48 anos que moro aqui, trabalho de roça para criar a família, tenho 8 filhos e 14 netos. Trabalhava plantando milho, feijão, arroz e algodão branco. Para algodão branco a terra é boa, em 1984 era os anos do algodão, depois disso não deixaram plantar mais, porque acaba com o pasto para os animais.”

Sr. Jovino Galdino José,
morador da VPR Vassouras.



“Sou filho de agricultor, nasci e me criei aqui. Meus pais são raízes da agricultura, foram os primeiros proprietários de terra dessa região. Meu pai chegou aqui em 1933, ele era de Missão Velha, era cobrador na feira, aí no domingo a tarde ele carregava os burros de mercadoria aqui no Sítio Ribeiro, e descia para Missão Velha, aí na segunda trabalhava o dia na feira e regressava a noite, quando era na terça trabalhava aqui. (...) As minhas terras desapropriadas, para vender não existia preço, era a única área de terra que tinha em meu nome, só sai porque era do governo. Nunca fui para canto nenhum, sempre vivi aqui.”

Sr. Cícero Ananias Gonçalves,
morador da VPR Vassouras.



MEMORIAL FOTOGRAFICO

O memorial fotográfico a seguir retrata, de forma direta, a mudança em um dos aspectos que refletem na melhoria da qualidade de vida das famílias, partindo-se do pressuposto de que uma moradia adequada traz dignidade e aumenta a autoestima dos seus moradores.

Além disso, este material fotográfico busca manter a memória sentimental e cultural daqueles que deixaram suas histórias de vida para viver uma nova realidade em comunidade na VPR Vassouras.

Desta forma, visando o empoderamento das famílias nesse episódio da sua história, o memorial fotográfico será disponibilizado a cada uma das famílias, bem como apresentado em quadro e afixado na sede da associação comunitária da vila.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Francisco Rodrigues da Silva - Casa nº 01.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Espólio de João Rodrigues Neto/Maria Gizélia Pinheiro - Casa nº 02.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Maria Rodrigues Sobrinho - Casa nº 03.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Vânia Rodrigues Oliveira - Casa nº 04.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: João Roque de Oliveira - Casa nº 05.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Cícero Roque de Oliveira - Casa nº 06.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Paulo Jerônimo da Silva - Casa nº 07.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: José Emídio da Silva - Casa nº 08.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Maria Geane Filgueira dos Santos - Casa nº 09.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Francisco Filgueira dos Santos - Casa nº 10.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Cícero Filgueira dos Santos - Casa nº 11.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Ana Maria da Conceição - Casa nº 12.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: José Antônio dos Santos - Casa nº 13.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: João Araújo dos Santos - Casa nº 14.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Maria Zeneide Nunes da Silva - Casa nº 15.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Tiago Nunes da Silva - Casa nº 16.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Rone Von Emídio da Silva - Casa nº 17.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Luiz Henrique Siqueira - Casa nº 18.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: José Rodrigues Martins - Casa nº 19.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Cícero Roberto dos Santos - Casa nº 20.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Francisco Roberto dos Santos - Casa nº 21.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Cícero Antônio dos Santos - Casa nº 22.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Ana Alessandra Pereira de Souza - Casa nº 23.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Maria Aparecida Alves Cunha/Francisco Teles da Cunha - Casa nº 24.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Antônia Célia Silva da Costa - Casa nº 25.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Olímpio Emídio da Silva - Casa nº 26.

ANTES

DEPOIS

ENTII-RP-036-B
MSB



Beneficiário: Rinaldo Cardoso de Oliveira - Casa nº 27.

ANTES

DEPOIS



Beneficiário: Cícero Gonçalves Andrade - Casa nº 28.

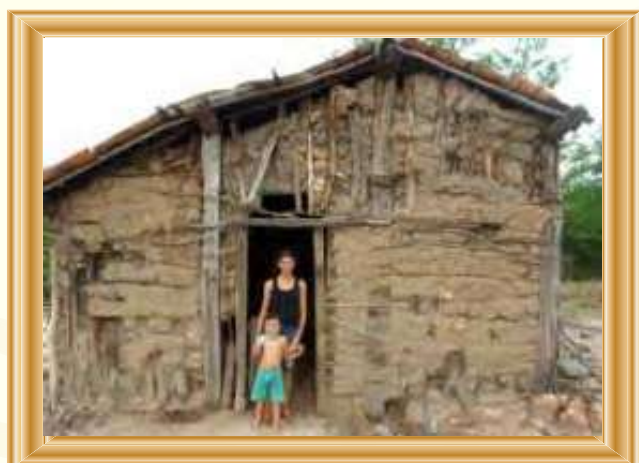
ANTES

DEPOIS



Beneficiário: Enoque Andrade dos Santos - Casa nº 29.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Maria Lúcia dos Santos Sousa - Casa nº 30.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Lourdes Norato da Silva - Casa nº 31.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Cícero Cardoso de Oliveira - Casa nº 32.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Luís Francisco da Silva - Casa nº 33.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Leandro Carvalho da Silva - Casa nº 34.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Jose Nogueira de Sousa - Casa nº 35.

ANTES

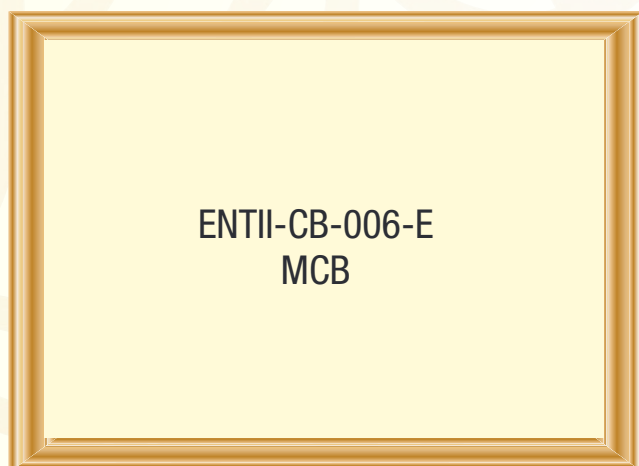


DEPOIS



Beneficiário: Francisco Evandro Figueiredo - Casa nº 36.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Cícero Moura da Silva- Casa nº 37.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: José Tavares de Sousa - Casa nº 38.

ANTES

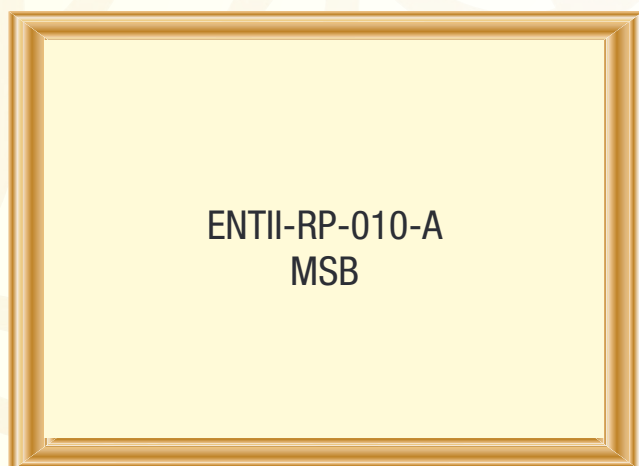


DEPOIS



Beneficiário: Damião Santana dos Santos - Casa nº 39.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Joel Andrade dos Santos - Casa nº 40.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Cícero Andrade dos Santos - Casa nº 41.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: José Pereira da Silva Filho - Casa nº 42.

ANTES



DEPOIS



Aguardando definição de beneficiário pelo MI - Casa nº 43.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: José Rafael Silva de Oliveira - Casa nº 44.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Missias Bezerra - Casa nº 45.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Maria das Dores Bezerra- Casa nº 46.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Danielle Nunes Bezerra - Casa nº 47.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Francisco Araújo dos Santos/Maria Geralda dos Santos - Casa nº 48.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Manoel Fausto do Nascimento - Casa nº 49.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Antônio Cesário Martins - Casa nº 50.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Francisco Cardoso de Oliveira - Casa nº 51.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: José Cardoso de Oliveira - Casa nº 52.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Cícero Evaldo Figueiredo da Silva - Casa nº 53.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Manoel Andrade de Lima - Casa nº 54.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: José Filintro de Sousa - Casa nº 55.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Francisco Alexandre de Amorim - Casa nº 56.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Marcelon Bernardes de A. Júnior - Casa nº 57.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Manoel Luciano de Oliveira Rodrigues - Casa nº 58.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Manoel Pedro da Silva - Casa nº 59.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Terezinha Iara Cardoso de Oliveira - Casa nº 60.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: João Batista de Moura - Casa nº 61.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Maria Andrade de Santana - Casa nº 62.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Francisco Alexandre Pereira da Silva - Casa nº 63.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: José Antônio dos Santos (deficiente) - Casa nº 64.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Manoel Nunes dos Santos - Casa nº 65.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Maria Elza Cardoso de Oliveira Sobrinha - Casa nº 66.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Maria Ana de Carvalho - Casa nº 67.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Maria Izaíla de Santana - Casa nº 68.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Antônio Carlos Francisco da Silva - Casa nº 69.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Francisco Inácio da Silva - Casa nº 70.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Maria Raimunda da Silva - Casa nº 71.

ANTES

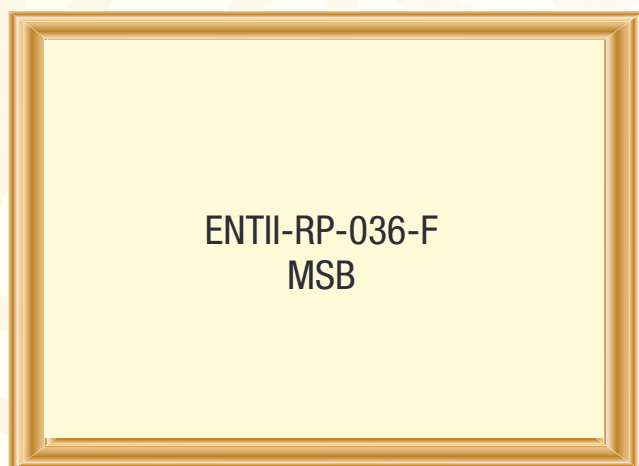


DEPOIS



Beneficiário: Cícero Ramos da Silva- Casa nº 72.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Maria Iara de Oliveira Filha - Casa nº 73.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Agostinho Felipe da Silva - Casa nº 74.

ANTES



DEPOIS



Beneficiária: Cícera Andrade de Santana - Casa nº 75.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Damião Andrade de Santana - Casa nº 76.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Juarez Francisco da Silva - Casa nº 77.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Adão Inácio da Silva - Casa nº 78.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Moacir Minel Gomes - Casa nº 79.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: José Vanderley Ramos Silva - Casa nº 80.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Jovino Galdino José de Oliveira - Casa nº 81.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: José Ramos da Silva Filho - Casa nº 82.

ANTES

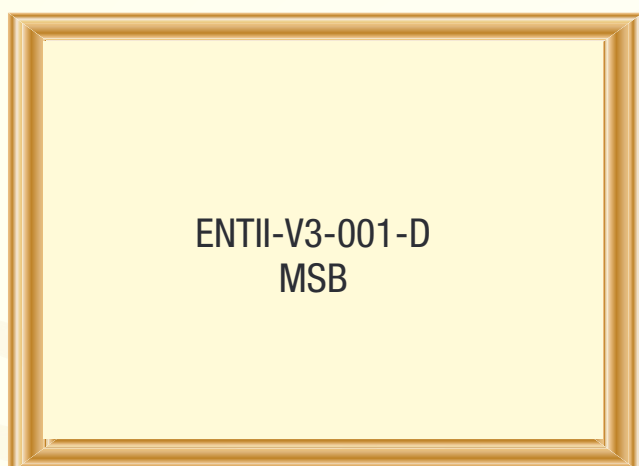


DEPOIS



Beneficiário: Adailton Andrade de Lima - Casa nº 83.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Maria Madalena da Conceição - Casa nº 84.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: José Firmino da Silva - Casa nº 85.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: José Samuel da Silva Ferreira - Casa nº 86.

ANTES

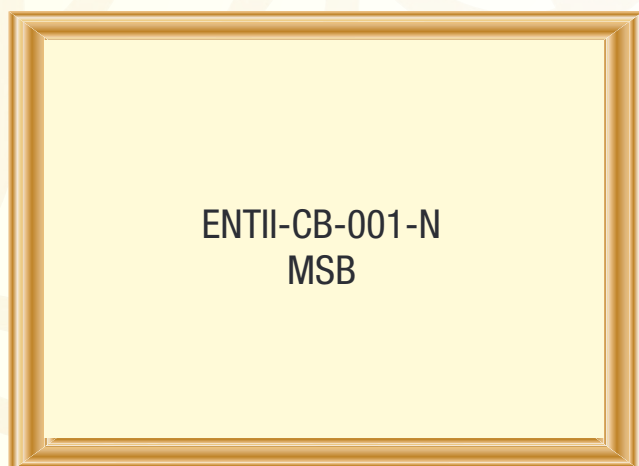


DEPOIS



Beneficiária: Thais Andreia Lucena Miranda - Casa nº 87.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Antônio Martins Sousa Neto - Casa nº 88.

ANTES



DEPOIS



Beneficiário: Francisco Martins Cardoso - Casa nº 89.

ANEXO 03 - RELATÓRIO TÉCNICO DO MONITORAMENTO DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA

RELATÓRIO TÉCNICO

1. ASSUNTO

Monitoramento e avaliação do processo de transferência de 145 (cento e quarenta e cinco) famílias residentes na Área Diretamente Afetada pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional para a Vila Produtiva Rural Vassouras.

2. DADOS GERAIS

Programas Inter-relacionados: Programa de Reassentamento de Populações, Programa de Comunicação Social e Programa de Educação Ambiental, respectivamente, itens 08, 03 e 04 do Projeto Básico Ambiental (PBA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

Público-Alvo: 145 famílias beneficiárias da Vila Produtiva Rural Vassouras.

Período: 07 a 09 de novembro de 2016.

3. INTRODUÇÃO

O Programa de Reassentamento das Populações prevê, em sua Etapa 06, a transferência da população afetada pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) para as Vilas Produtivas Rurais (VPRs). O processo de transferência consiste no transporte das famílias e de seus móveis e utensílios, assim como das criações de animais domésticos de suas antigas moradias para as novas residências construídas nas VPRs.

O presente relatório apresenta o processo de transferência das famílias residentes na faixa de obra do canal, Trecho II Eixo Norte do PISF, para as novas moradias construídas na Vila Produtiva Rural (VPR) Vassouras, localizada no município de Brejo Santo - CE.

4. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

As atividades desenvolvidas objetivaram a transferência de 145 (cento e quarenta e cinco) famílias para a Vila Produtiva Rural (VPR) Vassouras que residiam especificamente nas localidades rurais do Sítio Atalho, Sítio Angico, Sítio Angico do Poço, Sítio Riacho Verde, Sítio Torrões, Sítio Cristovão, Sítio Rancharia, Sítio Cachoeirinha, Sítio Passagem do Poço, Sítio Muquém Grande, Sítio Oitis (Atalho), Sítio Baixa da onça, Sítio Ribeirão, localizadas no município de Brejo Santo - CE, situadas na faixa de obras do Projeto ou em localidades



4. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

próximas à Vila. O processo de transferência ocorreu nos períodos de 07 a 09/11/2016.

Para o processo de transferência, o Ministério da Integração Nacional (MI) disponibilizou 03 (três) caminhões para o transporte dos bens, utensílios e animais. A CMT Engenharia acompanhou o referido transporte e realizou e apoiou o transporte das famílias para a Vila, disponibilizando 05 (cinco) veículos, assim distribuídos:

- 01 (um) veículo para a coordenação das ações de transporte dos bens e utensílios;
- 03 (três) para acompanhamento do embarque e desembarque dos bens, utensílios e animais, bem como para apoio ao transporte das famílias.
- 01 (um) para apoio no plantão de atendimento às famílias para prestar esclarecimentos e coleta de documentação.

Além da coordenação e organização logística, acompanhamento técnico das frentes de mudança, plantão de atendimento às famílias para prestar esclarecimentos, a CMT Engenharia é responsável pela e coleta de documentação para posterior elaboração do Termo Provisório de Reassentamento das Casas e do Termo de Opção para Recebimento da Verba Temporária de Apoio à Manutenção das Famílias Reassentadas.

A organização do processo de mudança baseou-se no Plano de Transferência, que contempla as informações obtidas durante o levantamento cadastral de móveis, utensílios, equipamentos e animais domésticos, realizado junto às famílias beneficiárias da VPR Vassouras, bem como o planejamento logístico e o cronograma de mudança.

Para o processo de transferência das famílias, as seguintes premissas básicas previamente elaboradas com os beneficiários foram adotadas:

- As famílias com idosos, gestantes, crianças de colo e pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida tiveram prioridade de transferência, observando-se os critérios de parentesco e vizinhança.
- As famílias prepararam e encaixotaram seus pertences, antecipadamente.
- As mudanças ocorreram na presença de pelo menos um representante de cada família, que acompanhou todo o processo, desde o carregamento até o descarregamento na VPR.

Ressalta-se que, em comum acordo com o MI, 120 (cento e vinte) beneficiários informaram que ficariam responsáveis por realizar, por conta própria, a mudança para a VPR Vassouras, conforme apresentado no Quadro 01 e no Anexo I (Termo de Negativa de Mudança).



4. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Quadro 01. Famílias transferidas por conta própria, VPR Vassouras.

Nº	Nome Do Beneficiário	Nº da casa
1	Francisco Rodrigues da Silva	1
2	Maria Gizelia Pinheiro representante do Espólio de João Rodrigues Neto	2
3	Maria Rodrigues Sobrinha	3
4	Cicero Roque de Oliveira	6
5	Paulo Jeronimo da Silva	7
6	Jose Emidio da Silva	8
7	Maria Geane Filgueira dos Santos	9
8	Francisco Filgueira dos Santos	10
9	Cicero Filgueira dos Santos	11
10	Ana Maria da Conceição	12
11	José Antonio dos Santos	13
12	Maria Zeneide Nunes da Silva	15
13	Tiago Nunes da Silva	16
14	Rone Von Emidio da Silva	17
15	Luiz Henrique de Siqueira	18
16	Cicero Roberto dos Santos	20
17	Francisco Roberto dos Santos	21
18	Cicero Antonio dos Santos	22
19	Ana Alessandra Pereira de Sousa	23
20	Maria Aparecida Alves Cunha	24
21	Antonia Celia Silva da Costa	25
22	Olimpio Emidio Silva	26
23	Rinaldo Cardoso de Oliveira	27
24	Cicero Gonçalves de Andrade	28
25	Enoque Andrade Santos	29
26	Jose Elberlandio Figueiredo da Silva	31
27	Cicero Cardoso de Oliveira	32
28	Leandro Carvalho da Silva	34
29	José Nogueira de Sousa	35



4. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

30	Francisco Evandro Figueiredo da Silva	36
31	Cicero Moura da Silva	37
32	Jose Tavares de Sousa	38
33	Damião Santana dos Santos	39
34	Joel Andrade dos Santos	40
35	Cicero Andrade dos Santos	41
36	José Pereira da Silva Filho	42
37	José Rafael Silva de Oliveira	44
38	Missias Bezerra	45
39	Danielle Nunes Bezerra	47
40	Francisco Araújo dos Santos	48
41	José Cardoso de Oliveira	52
42	Cicero Evaldo Figueiredo da Silva	53
43	Manoel Andrade de Lima	54
44	José Filinto de Sousa	55
45	Francisco Alexandre Amorim	56
46	Marcelon Bernardo de Almeida Jr.	57
47	Manoel Luciano de Oliveira Rodrigues	58
47	Manoel Pedro da Silva	59
49	Joao Batista de Moura	61
50	Maria Andrade de Santana	62
51	Jose Antonio dos Santos	64
52	Manoel Nunes dos Santos	65
53	Maria Ana de Carvalho	67
54	Maria Izaíla de Santana	68
55	Antônio Carlos da Silva	69
56	Francisco Inacio da Silva	70
57	Maria Raimunda da Silva	71
58	Cicero Ramos da Silva	72
59	Maria Iara de Oliveira Filha	73
60	Agostinho Felipe da Silva	74



4. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

61	Cícera Andrade de Santana	75
62	Damião Andrade de Santana	76
63	Juarez Francisco da Silva	77
64	Adão Inácio da Silva	78
65	Moacir Minel Gomes	79
66	José Vanderley Ramos Silva	80
67	Jovino Galdino José de Oliveira	81
68	Jose Ramos da Silva Filho	82
69	Adailton Andrade de Lima	83
70	Maria Madalena	84
71	Jose Firmino da Silva	85
72	José Samuel da Silva Ferreira	86
73	Thaís Andréia Lucena Miranda	87
74	Antônio Martins de Souza Neto	88
75	Francisco Martins Cardoso	89
76	Francisco Rodrigues da Silva	90
77	Maria Rosimar Barbosa Filgueira	92
78	Cicero da Silva Barbosa	93
79	José Cruz Sampaio	95
80	Antonio Martins Cardoso	96
81	Maria de Lourdes Matias	97
82	Cicero Ananias Gonçalves	98
83	Francisca Maria dos Santos	99
84	Francisca André Gomes	100
85	Thiago Alves Gomes	101
86	Lucia Rodrigues Ramos	102
87	Saionara Benvenuto Pereira Martins Cardoso	103
88	Antonio Araruna de Oliveira	104
89	Maria Rocha dos Santos	105
90	Angela Pereira dos Santos Holanda	106
91	Jose Emiliano da Silva representante do Espólio de Joaquim Antônio Eliseu	107



4. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

92	Lourdes Norato da Silva	108
93	Edinaldo Cardoso de Oliveira	109
94	Antonio Thadeu Moreira Martins	110
95	Expedita Verinha Andrade Martins	111
96	Francisco José dos Santos	112
97	Francisco Gilson de Oliveira	113
98	Angela Gomes de Souza	115
99	Francisco Furtado da Silva	116
100	Antonio Santana dos Santos	117
101	Jose Emidio Silva Filho	118
102	Francisco Inácio de Carvalho	120
103	Francisco Silva de Oliveira	123
104	Joana Carolina Andrade da Silva	124
105	Joao Paulo da Silva	125
106	Maria do Socorro Roberto	126
107	Eliel Roberto dos Santos	127
108	Maria Lucia de Oliveira Rodrigues	128
109	Cicero Vital dos Santos	129
110	Raimundo Barbosa Martins	131
111	Maria da Conceição da Paz	132
112	Edmilson Ramos da Silva	133
113	Kleber Nunes Bezerra	134
114	Cicero Rodrigues da Silva	135
115	Antonia Maria dos Santos	136
116	Joaquim Jose dos Santos	138
117	Jose Andrade da Silva	141
118	Antonio Raimundo Barbosa	142
119	Everaldo de Oliveira Santos	144
145	Antônio Eufrazio dos Santos	145

Durante todo processo de transferência, foi montado um plantão de atendimento no prédio da associação, para atender às demandas das famílias transferidas, coletando documentos,



4. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

prestando esclarecimentos e apoio as famílias que utilizaram o transporte disponibilizado pelo MI. Além disso, visitas domiciliares aos reassentados foram realizadas com o objetivo de repassar informações sobre Educação Ambiental e a avaliação do processo de transferência.

O Quadro 02, a seguir, apresenta o cronograma e quantitativo de famílias transferidas por dia.

Quadro 02. Cronograma de mudança das famílias para a VPR Vassouras.

Comunidade	Caminhão	Nome do Beneficiário	Nº da Casa	Horário (h)	Data da Mudança
Sítio Atalho	C1	Vânia Rodrigues Oliveira	4	10:00	07/11
Sítio Oitis (Atalho)		João Roque de Oliveira	5	10:00	07/11
Sítio Rancharia	C2	Terezinha Iara Cardoso de Oliveira	60	10:00	07/11
Sítio Oitis	C3	Antônio Cesário Martins	50	10:00	07/11
Sítio Atalho	C-1	Marcos Martins da Silva	119	14:00	07/11
Sítio Rancharia	C-2	Maria Lúcia dos Santos Sousa	30	14:00	07/11
Sítio Angico	C-3	José Rodrigues Martins	19	14:00	07/11
Sítio Oitis	C-1	Luís Francisco da Silva	33	08:30	08/11
Sítio Cachoeirinha	C-2	Antônio Jacó de Amaro	43	08:30	08/11
Sítio Vieira	C-3	Francisco Rodrigues Martins	114	08:30	08/11
Sítio Rancharia	C-1	Manoel Fausto do Nascimento	49	10:30	08/11
Sítio Ribeirão I	C-2	José Ferreira Lima Filho	91	10:30	08/11
Sítio Atalho	C-3	Francisco Alexandre Pereira	63	10:30	08/11
Sítio Rancharia	C-1	Francisco Cardoso de Oliveira	51	14:30	08/11
Sítio Atalho	C-2	Luiz Andrade da Silva	94	14:30	08/11
Sítio Oitis	C-3	Raimundo Hélio B. Martins	137	14:30	08/11
Sítio Rancharia	C-1	Maria Elza Cardoso de Oliveira Sobrinha	66	08:30	09/11
Sítio Passagem do Poço	C-2	Francisco Ricael Silva	121	08:30	09/11
Sítio Passagem do Poço	C-3	Espólio de Vicente Bert (Maria Rivanete da Silva)	122	08:30	09/11
Sítio Atalho	C-1	Ana Andrade Inácio da Silva	130	10:30	09/11
Sítio Atalho	C-2	Maria das Dores Bezerra	46	10:30	09/11
Sítio Passagem do Poço	C-3	Maria Trajano Pereira	139	10:30	09/11
Sítio Passagem do Poço	C-1	Ana Maria da Conceição	140	14:30	09/11



4. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Sítio Riacho Verde	C-2	Maria Aparecida de Lima Martins	143	14:30	09/11
Sítio Oitis	C-3	João Araújo dos Santos	14	14:30	09/11

As famílias foram transferidas conforme o cronograma apresentado, sendo efetuada, após cada transferência, a assinatura dos Termos de Transferência (Anexo II: Modelo de Termo de Transferência de Móveis e Utensílios). As famílias que optaram por transportar seus animais de pequeno porte no dia programado para a mudança, assinaram os Termos de Transferência dos Animais (Anexo III: Modelo de Termo de Transferência de Animais).

As famílias que não levaram seus animais (criação de pequeno porte) para a VPR devido à falta de estrutura apropriada para contenção e criação dos animais; falta de pastagem; falta de estrutura para dessedentação animal; e venda de animais cadastrados durante o levantamento realizado antes da transferência das famílias para a Vila, assinaram o Termo de Negativa de Transporte dos Animais (Anexo IV: Modelo de Termo de Negativa de Transporte de Animais).

Destaca-se que, concomitantemente ao processo de mudança, a assistente social da CMT Engenharia realizou visitas individuais às famílias reassentadas, no sentido de minimizar o impacto da transferência, bem como para recebimento da documentação para posterior elaboração dos Termos de Opção para Recebimento da Verba Temporária de Apoio à Manutenção das Famílias Reassentadas.

Durante o processo de mudança foram realizadas, ainda, visitas domiciliares educativas às famílias, com o objetivo de sensibilizá-las a adotarem e/ou aperfeiçoarem boas práticas intradomiciliares, tais como:

- Separação correta dos resíduos (seco e orgânico);
- Uso e higienização do banheiro, por se tratar de um público que em muitos casos não dispunha desse recurso;
- Cuidados básicos para manipulação de alimentos;
- Uso racional da água e energia elétrica.

5. AVALIAÇÃO

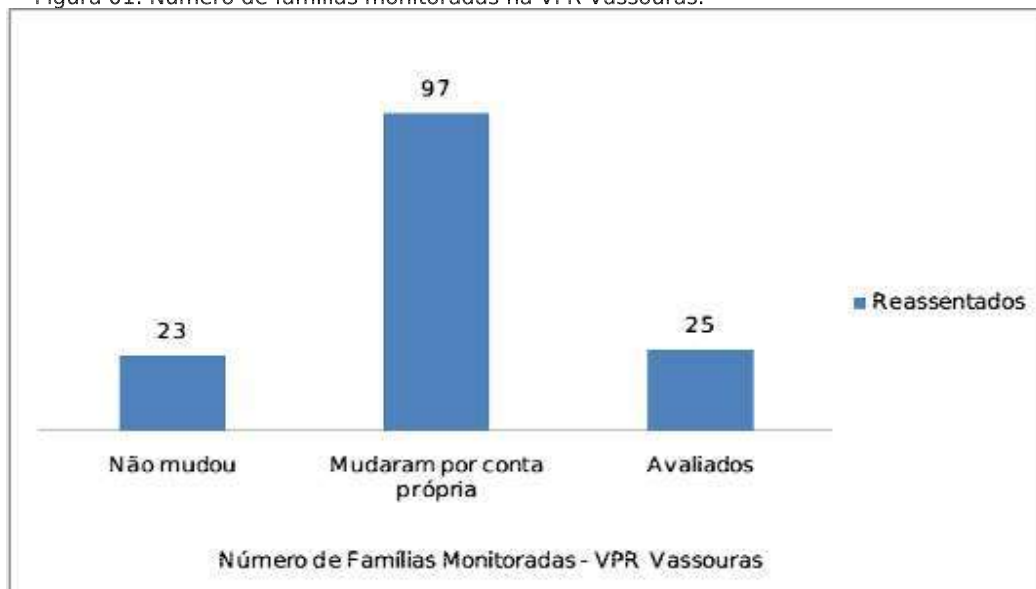
No período de 16 a 18 de novembro de 2016, foram realizadas visitas domiciliares na VPR Vassouras para a aplicação da Pesquisa de Opinião, referente ao grau de satisfação com o processo de transferência (Anexo V: Ficha de Avaliação de Transferência). Esta VPR é composta por 145 (cento e quarenta e cinco) unidades habitacionais, sendo que a pesquisa



5. AVALIAÇÃO

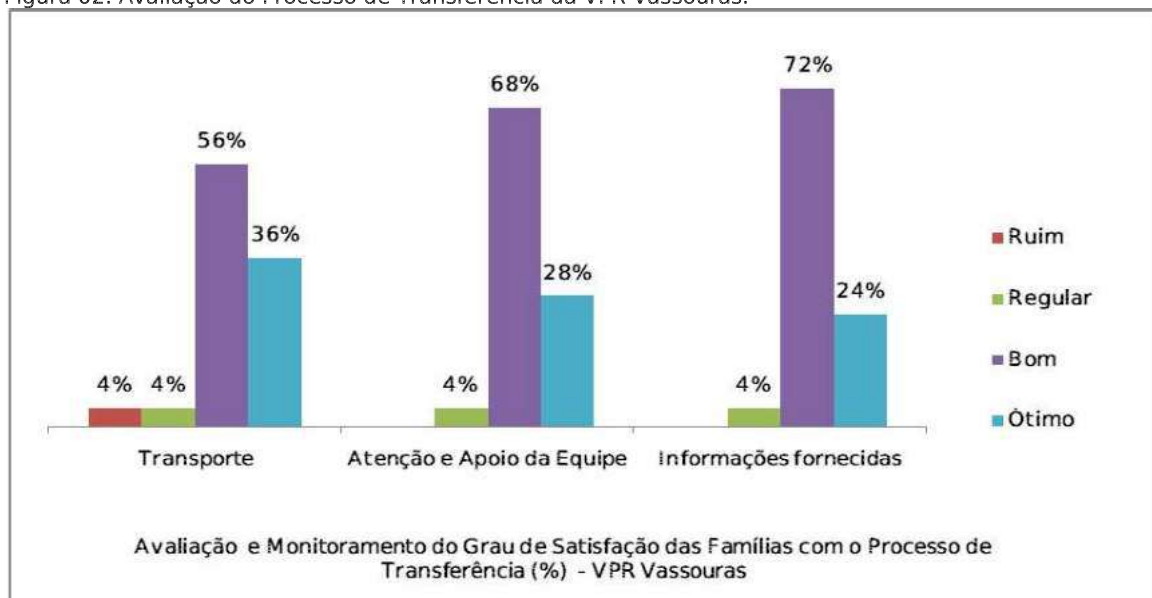
foi realizada em 25 (vinte e cinco) unidades, visto que 120 (cento e vinte) reassentados mudaram por conta própria (Figura 01).

Figura 01. Número de famílias monitoradas na VPR Vassouras.



A Figura 02 demonstra o grau de satisfação das famílias com os aspectos relacionados à sua transferência. Conforme pode ser observado, a maioria dos beneficiários transferidos classificou os itens “atenção e apoio da equipe” e “informações fornecidas” como “Bom” e “Ótimo”. Quanto ao transporte oferecido, houve queixas relacionadas à insatisfação com o motorista do caminhão e um móvel danificado. Todavia, a maioria dos entrevistados (56%) classificou como “ótimo” o item referente a “transporte”.

Figura 02. Avaliação do Processo de Transferência da VPR Vassouras.



6. CONSIDERAÇÕES

A realização do processo de transferência das famílias para VPR Irapuá 2 ocorreu conforme previsto no Plano de Transferência, com utilização de 03 (três) caminhões para o transporte dos móveis e utensílios.

Verificou-se, por meio do monitoramento, que as famílias reassentadas demonstraram satisfação com o processo e apoio dispensado pela equipe durante a transferência das famílias beneficiárias para a VPR Vassouras. Ressalta-se que a maioria dos beneficiários classificou como “ótimo” o item referente a “transporte”, mesmo havendo reclamação de alguns beneficiários sobre atitude do motorista do caminhão, bem como o registro de um beneficiário sobre a ocorrência de danos no móvel.

De modo geral, avalia-se que o processo de transferência dos beneficiários para a VPR Vassouras atendeu o objetivo e foi satisfatório em todos os itens avaliados. Isso mostra qualidade nos trabalhos realizados e nas relações estabelecidas entre os moradores e o Ministério da Integração Nacional.

7. REGISTRO FOTOGRÁFICO



Foto 1. Carregamento da mudança do Sr. Manoel Fausto do Nascimento, beneficiário da casa nº 49, VPR Vassouras, em 07/11/2016.



Foto 2. Acompanhamento do descarrego da mudança do Sr. Manoel Fausto do Nascimento, beneficiário da casa nº 49, VPR Vassouras, em 07/11/2016.



7. REGISTRO FOTOGRÁFICO



Foto 3. Carregamento da mudança do Sr. Antônio Jacó de Amaro, beneficiário da casa nº 43, VPR Vassouras, em 08/11/2016.



Foto 4. Acompanhamento do descarrego da mudança do Sr. Antônio Jacó de Amaro, beneficiário da casa nº 43, VPR Vassouras, em 08/11/2016.



Foto 5. Carregamento da mudança do Sr. João Araújo dos Santos, beneficiário da casa nº 14, VPR Vassouras, em 09/11/2016.



Foto 6. Acompanhamento do descarrego da mudança do Sr. João Araújo dos Santos, beneficiário da casa nº 14, VPR Vassouras, em 09/11/2016.



Foto 7. Atividade de educação ambiental com as famílias reassentadas da Vila Produtiva Rural Vassouras, em 17/11/2016.



Foto 8. Assinatura do Termo de Opção para Recebimento de Verba dos moradores da Vila Produtiva Rural Vassouras, em 22/04/2016.



8. ANEXOS

Anexo I: Modelo de Termo de Negativa de Mudança.

Anexo II: Modelo de Termo de Transferência de Móveis e Utensílios.

Anexo III: Modelo de Termo de Transferência dos Animais.

Anexo IV: Modelo de Termo de Negativa de Transporte dos Animais.

Anexo V: Modelo da Ficha de Avaliação da Transferência.

Salgueiro - PE, 01 de dezembro de 2016.

Técnicos responsáveis:

Adriana Carneiro da S. Martins
Adriana Carneiro da Silva Martins
Bióloga
Analista Ambiental
CTF IBAMA 1195943

Ciente:

De acordo:

Gislane Rodrigues Lima

Gislane Rodrigues Lima
Contadora

Inspetora Ambiental / CTF 5372811

Mariana Veríssimo Pacheco

Mariana Veríssimo Pacheco
Eng. Agrônoma

CREA - MG 140011434-9
Coordenador Setorial / CTF 5169153



Anexo I: Modelo de Termo de Negativa de Mudança.**TERMO DE NEGATIVA DE MUDANÇA**

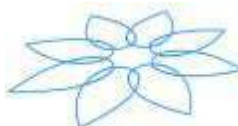
EU, Ricardo da Silva Barbosa / Marilaine Inês de Sousa
MORADOR (A) DA CASA Nº 93 DA VILA PRODUTIVA
RURAL Vassouras NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE
Brasão Santo, CERTIFICO, ATRAVÉS DESSE TERMO, QUE REALIZAREI A
MINHA MUDANÇA POR CONTA PRÓPRIA, NÃO SENDO NECESSÁRIO O APOIO DO MI E
DA CMT ENGENHARIA LTDA, APESAR DE TEREM DISPONIBILIZADO O APOIO PARA A
MUDANÇA NESTA DATA.



ASSINATURA DO (A) BENEFICIÁRIO (A) OU RESPONSÁVEL



ASSINATURA DO TÉCNICO DA CMT ENGENHARIA:

Brasão Santo, 19 / 11 / 2016.INTEGRAÇÃO QUE
TRANSFORMA VIDAS

Anexo II: Modelo de Termo de Transferência de Móveis e Utensílios.

Termo de Transferência de Móveis e Utensílios

1. Nome do Proprietário: João Roque de Oliveira Data: 07.11.2016.
 1.2 VPR: Varzeiras
 1.3 Comunidade: R. Matheus
 1.4 Horário Embarque: 12:30 Horário Desembarque: 12:40 final 18:00

2. Móveis e equipamentos existentes na casa:

Móveis	Quantidade	Entrada	Saída
Geladeira	01	01	01
Fogão	01	01	01
Guarda-Roupa	01	01	01
Cama	03	03	03
Mesa	02	02	02
Cadeira	12	12	12
Armário	01	01	01
Sofá	03	03	03
Bicicleta	02	02	02
TV	01	01	01
Som	01	01	01
Antena	01	01	01
Rack			
Cômoda			
DVD			
Caixa D'água			
Bicicleta	02	02	02

3. Implementos agrícolas:

Implementos	Quantidade	Entrada	Saída
Canos			
Bomba			
Motor			

Declaro que a CMT Engenharia Ltda, juntamente com o MI, realizaram a transferência, de maneira adequada, dos móveis equipamentos acima discriminados, da residência situada: R. Celso F. de Aguiar, n.º 76 para a Vila Produtiva Rural Varzeiras
Im. 500-10

Por ser verdade, em data, firmo o presente termo de transferência.

Embarque:

[Assinatura]
Assinatura do Beneficiário (a)

Desembarque:

[Assinatura]
Assinatura do Beneficiário (a)

Técnico Responsável:

[Assinatura]



INTEGRAÇÃO QUE
TRANSFORMA VIDAS



Anexo III: Modelo de Termo de Transferência dos Animais.

Termo de Transferência dos Animais

1. Nome do Proprietário: Maria Lúcia dos Santos ⁶⁵⁵⁰ Data: 02/11/2016
 2. VPR: Vassouras
 3. Comunidade: Sítio Rangelaria
 4. Horário Embarque: 15:00 Horário Desembarque: 16:00

2. Animais a serem transportados:

Animais	Quantidade	Entrada	Saída
Ovinos	—	—	—
Caprinos	—	—	—
Felinos	—	—	—
Caninos	3	3	3
Muare	—	—	—
Bovinos	—	—	—
Equinos	—	—	—
Aves	2	2	2
Suínos	—	—	—

Declaro que a CMT Engenharia Ltda, juntamente com o MI, realizaram a transferência, de maneira adequada, dos animais acima discriminados, da residência/propriedade situada: Sítio André de Paula para a Vila Produtiva Rural Vassouras.

Por ser verdade, em data, firmo o presente termo de transferência:

Embarque: Maria Lúcia dos Santos Desembarque: Maria Lúcia dos Santos
 Assinatura do Beneficiário (a) Assinatura do Beneficiário (a)

Técnico Responsável: Adriano Carneiro



Um Brasil mais integrado
e melhor para todos



Anexo IV: Modelo de Termo de Negativa de Transporte dos Animais.**TERMO DE NEGATIVA DE TRANSPORTE DOS ANIMAIS**

EU, Antônio Cezario Martins
MORADOR DA CASA Nº 50, DA VILA PRODUTIVA RURAL Vassonas, NA
ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE Brejo Santo-CE, CERTIFICO, ATRAVÉS DESSE TERMO,
QUE REALIZAREI O TRANSPORTE DOS MEUS ANIMAIS POR CONTA PRÓPRIA, NÃO
SENDO NECESSÁRIO O APOIO DO MI E DA CMT ENGENHARIA LTDA, APESAR DE TEREM
DISPONIBILIZADO O APOIO PARA O TRANSPORTE DE PEQUENOS ANIMAIS.

Antônio Cezario Martins
ASSINATURA DO (A) BENEFICIÁRIO (A)

Neila C.P. Santos
TÉCNICO DA CMT ENGENHARIA

Brejo Santo, 07 DE 11 de 2016.

INTEGRAÇÃO QUE
TRANSFORMA VIDAS

Anexo V: Modelo da Ficha de Avaliação da Transferência.

FICHA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA

DATA: 16 / 11 / 2016

VPR: Vermelhos

Representante da Família: Maria Aparecida de Lima Martins Nº da Casa: 143


Cidade: Brasão Santo Estado: CE Localidade (origem): Rancho Verde

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA

<p>1. TRANSPORTE PARA A MUDANÇA:</p> <p>1- ÓTIMO 2- BOM 3- REGULAR 4- RUIM</p> <p> <input checked="" type="radio"/> 1- ÓTIMO <input type="radio"/> 2- BOM <input type="radio"/> 3- REGULAR <input type="radio"/> 4- RUIM </p> <p>Justifique: _____</p>	<p>4. INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELAS EQUIPES:</p> <p>1- ÓTIMO 2- BOM 3- REGULAR 4- RUIM</p> <p> <input type="radio"/> 1- ÓTIMO <input checked="" type="radio"/> 2- BOM <input type="radio"/> 3- REGULAR <input type="radio"/> 4- RUIM </p> <p>Justifique: _____</p>
<p>2. ATENÇÃO, DISPONIBILIDADE E APOIO DAS EQUIPES:</p> <p>1- ÓTIMO 2- BOM 3- REGULAR 4- RUIM</p> <p> <input type="radio"/> 1- ÓTIMO <input checked="" type="radio"/> 2- BOM <input type="radio"/> 3- REGULAR <input type="radio"/> 4- RUIM </p> <p>Justifique: _____</p>	




ANEXO 04 - MEMORIAL DESCRITIVO E DECLARAÇÃO DE POSSE


MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Esplanada dos Ministérios - Bloco E, 9º andar, sala 917 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70067-901 - Brasília - DF -
www.mi.gov.br


DECLARAÇÃO - SIH

A **UNIÃO**, por meio do **MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.353.358/0001-96, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, em Brasília - DF, CEP 70067-901, neste ato representado por seu Secretário de Infraestrutura Hídrica - SIH, **ANTONIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE**, portador da Cédula de Identidade nº 750.708 - SSP/PI, inscrito no CPF/MF nº 286.634.203-82, Designado pelo artigo 2º do Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 06 de janeiro de 2017 - Seção 02, pág. 01, no uso de suas atribuições, declara que a Senhora [REDACTED], brasileira, agricultora, cédula de identidade - RG nº [REDACTED], inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED], moradora da **Casa 46**, da Vila Produtiva Rural Vassouras, solteira, é reassentada do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF, e é beneficiária de duas áreas produtivas - **Sequeiro: Lote 95**, de **4,2084 ha** e **Lote Irrigado** de **1,0 ha** no Setor Irrigado, na **Vila Produtiva Rural Vassouras**, localizada no município de Brejo Santo / CE.

ANTONIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE
Secretário de Infraestrutura Hídrica - SIH


assinatura eletrônica

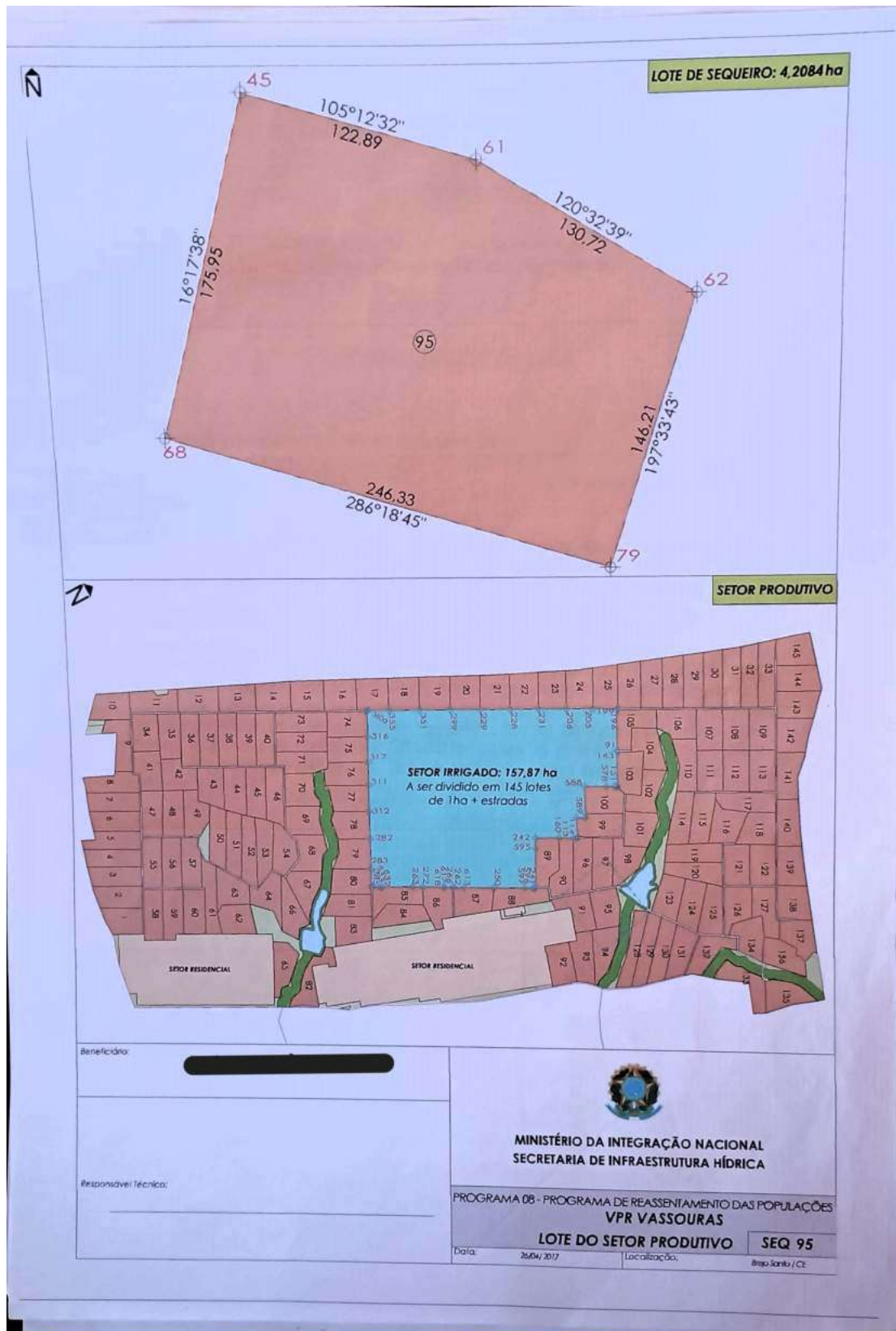
Documento assinado eletronicamente por **Antônio de Pádua de Deus Andrade**, **Secretário(a) de Infraestrutura Hídrica**, em 15/03/2018, às 18:01, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
0789143 e o código CRC **125E3303**.

59100.000304/2017-480789143v1

Declaração L.R. 46 (0789143) - SEI 59100.000304/2017-48 - 00 - 1





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

MEMORIAL DESCRITIVO – SEQ

Imóvel: **VPR Vassouras – Lote de Sequeiro 95**

Município: Brejo Santo

Área (ha): 4,2084

U.F: CE

Perímetro (m): 822,1051

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **45**, de coordenadas **N 9.166.222,574m** e **E 512.754,163m**, deste, segue com os seguintes azimutes e distâncias: 105°12'32" e 122,89m, até o vértice **61** de coordenadas **N 9.166.190,335m** e **E 512.872,750m**; 120°32'39" e 130,72m, até o vértice **62** de coordenadas **N 9.166.123,903m** e **E 512.985,331m**; 197°33'43" e 146,21m, até o vértice **79** de coordenadas **N 9.165.984,504m** e **E 512.941,213m**; 286°18'45" e 246,33m, até o vértice **68** de coordenadas **N 9.166.053,692m** e **E 512.704,798m**; 16°17'38" e 175,95m, até o vértice **45**, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como Datum o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas – **SIRGAS 2000**. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.



MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HIDRICA

PLANILHA DE CÁLCULO - SEQ

Imóvel: **VPR Vassouras – Lote de Sequeiro 95**
Município: Brejo Santo
Área (ha): 4,2084

U.F: CE
Perímetro (m): 822,1051

Verice	Norte	Este	Azimuth	Distância
45	9.166.222,5744	512.754,1635		
			105°12'32"	122,8905
61	9.166.190,3353	512.872,7498		
			120°32'39"	130,7202
62	9.166.123,9031	512.985,3311		
			197°33'43"	146,2142
79	9.165.984,5037	512.941,2130		
			286°16'45"	246,3308
68	9.166.053,6919	512.704,7984		
			16°17'38"	175,9494
45	9.166.222,5744	512.754,1635		



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

MEMORIAL DESCRITIVO – LR

Imóvel: **VPR Vassouras – Lote Residencial 46**
Município: Brejo Santo
Área (m²): 5.000

U.F.: CE
Perímetro (m): 300,0323

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **231**, de coordenadas **N 9.165.235,940m** e **E 512.760,286m**, deste, segue com os seguintes azimutes e distâncias: **107°23'30"** e **50,00m**, até o vértice **230** de coordenadas **N 9.165.220,995m** e **E 512.808,001m**; **197°23'24"** e **100,03m**, até o vértice **223** de coordenadas **N 9.165.125,538m** e **E 512.778,105m**; **287°22'20"** e **49,96m**, até o vértice **222** de coordenadas **N 9.165.140,454m** e **E 512.730,426m**; **17°21'55"** e **100,05m**, até o vértice **231**, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como Datum o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas – **SIRGAS 2000**. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

PLANILHA DE CÁLCULO – LR

Imóvel: **VPR Vassouras – Lote Residencial 46**
Município: Brejo Santo
Área (m²): 5.000

U.F: CE
Perímetro (m): 300,0323

Vértice	Norte	Este	Azimute	Distância
231	9.165.235,9398	512.760,2885		
			107°23'30"	49,9999
230	9.165.220,9948	512.808,0006		
			197°23'24"	100,0293
223	9.165.125,5376	512.778,1045		
			287°22'20"	49,9569
222	9.165.140,4536	512.730,4264		
			17°21'55"	100,0462
231	9.165.235,9398	512.760,2885		

LOTE RESIDENCIAL: 5000m²

SETOR RESIDENCIAL

Beneficiário: _____

Responsável Técnico: _____

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

PROGRAMA DB - PROGRAMA DE REASSENTAMENTO DAS POPULAÇÕES
VPR VASSOURAS

LOTE DO SETOR RESIDENCIAL
LR 46

Data: 26/04/2017
Localização: Distrito Santo / CE



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

MEMORIAL DESCRITIVO - IRR

Imóvel: **Setor Irrigado da VPR Vassouras**
Município: Brejo Santo
Área (ha): 157,8656

U.F: CE
Perímetro (m): 5.489,3734

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **199**, de coordenadas **N 9.166.760,737m** e **E 511.748,546m**, deste, segue com os seguintes azimutes e distancias: 171°26'14" e 12,08m, até o vértice **196** de coordenadas **N 9.166.748,796m** e **E 511.750,344m**; 116°52'11" e 257,21m, até o vértice **91** de coordenadas **N 9.166.632,545m** e **E 511.979,788m**; 116°44'30" e 9,00m, até o vértice **143** de coordenadas **N 9.166.628,497m** e **E 511.987,822m**; 116°51'53" e 220,68m, até o vértice **147** de coordenadas **N 9.166.528,775m** e **E 512.184,684m**; 214°05'19" e 7,06m, até o vértice **151** de coordenadas **N 9.166.522,931m** e **E 512.180,729m**; 206°12'52" e 13,01m, até o vértice **153** de coordenadas **N 9.166.511,261m** e **E 512.174,983m**; 207°01'47" e 51,41m, até o vértice **578** de coordenadas **N 9.166.465,467m** e **E 512.151,620m**; 206°51'55" e 135,51m, até o vértice **588** de coordenadas **N 9.166.344,581m** e **E 512.090,383m**; 116°52'22" e 175,19m, até o vértice **83** de coordenadas **N 9.166.265,393m** e **E 512.246,653m**; 116°48'45" e 26,20m, até o vértice **589** de coordenadas **N 9.166.253,573m** e **E 512.270,040m**; 206°51'52" e 54,07m, até o vértice **168** de coordenadas **N 9.166.205,335m** e **E 512.245,605m**; 116°17'06" e 122,31m, até o vértice **114** de coordenadas **N 9.166.151,170m** e **E 512.355,272m**; 126°28'41" e 7,40m, até o vértice **169** de coordenadas **N 9.166.146,770m** e **E 512.361,223m**; 193°22'35" e 24,89m, até o vértice **113** de coordenadas **N 9.166.122,552m** e **E 512.355,464m**; 210°30'20" e 91,41m, até o vértice **160** de coordenadas **N 9.166.043,793m** e **E 512.309,061m**; 206°51'55" e 152,57m, até o vértice **242** de coordenadas **N 9.165.907,692m** e **E 512.240,117m**; 116°51'55" e 68,59m, até o vértice **595** de coordenadas **N 9.165.876,694m** e **E 512.301,307m**; 116°51'54" e 246,41m, até o vértice **241** de coordenadas **N 9.165.765,345m** e **E 512.521,121m**; 161°39'12" e 9,86m, até o vértice **248** de coordenadas **N 9.165.755,985m** e **E 512.524,225m**; 206°51'37" e 11,19m, até o vértice **596** de coordenadas **N 9.165.745,998m** e **E 512.519,167m**; 206°51'58" e 53,27m, até o vértice **597** de coordenadas **N 9.165.698,474m** e **E 512.495,092m**; 206°52'00" e 196,58m, até o vértice **250** de coordenadas **N 9.165.523,109m** e **E 512.406,252m**; 206°51'48" e 196,57m, até o vértice **613** de coordenadas **N 9.165.347,747m** e **E 512.317,426m**; 206°51'53" e 64,41m, até o vértice **262** de coordenadas **N 9.165.290,290m** e **E 512.288,321m**; 242°22'36" e 8,62m, até o vértice **266** de coordenadas **N 9.165.286,293m** e **E**



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

512.280,683m; 206°51'27" e 53,44m, até o vértice **617** de coordenadas **N 9.165.238,619m** e **E 512.256,541m**; 206°51'58" e 10,98m, até o vértice **618** de coordenadas **N 9.165.228,826m** e **E 512.251,580m**; 206°51'53" e 128,88m, até o vértice **272** de coordenadas **N 9.165.113,852m** e **E 512.193,339m**; 206°51'57" e 67,70m, até o vértice **263** de coordenadas **N 9.165.053,458m** e **E 512.162,745m**; 206°51'54" e 196,58m, até o vértice **632** de coordenadas **N 9.164.878,091m** e **E 512.073,911m**; 206°52'06" e 11,07m, até o vértice **633** de coordenadas **N 9.164.868,218m** e **E 512.068,909m**; 206°51'50" e 53,35m, até o vértice **285** de coordenadas **N 9.164.820,626m** e **E 512.044,802m**; 206°51'50" e 7,00m, até o vértice **285a** de coordenadas **N 9.164.814,382m** e **E 512.041,639m**; 296°51'55" e 116,49m, até o vértice **283** de coordenadas **N 9.164.867,025m** e **E 511.937,717m**; 296°51'54" e 193,49m, até o vértice **282** de coordenadas **N 9.164.954,462m** e **E 511.765,107m**; 296°51'56" e 180,51m, até o vértice **312** de coordenadas **N 9.165.036,032m** e **E 511.604,083m**; 296°51'54" e 167,94m, até o vértice **311** de coordenadas **N 9.165.111,921m** e **E 511.454,271m**; 296°51'55" e 150,25m, até o vértice **317** de coordenadas **N 9.165.179,816m** e **E 511.320,242m**; 296°51'55" e 162,66m, até o vértice **316** de coordenadas **N 9.165.253,323m** e **E 511.175,133m**; 296°51'54" e 162,66m, até o vértice **360** de coordenadas **N 9.165.326,829m** e **E 511.030,026m**; 296°51'54" e 7,00m, até o vértice **360a** de coordenadas **N 9.165.329,992m** e **E 511.023,781m**; 26°51'55" e 139,06m, até o vértice **355** de coordenadas **N 9.165.454,047m** e **E 511.086,623m**; 26°51'54" e 199,45m, até o vértice **351** de coordenadas **N 9.165.631,971m** e **E 511.176,752m**; 26°51'55" e 199,45m, até o vértice **299** de coordenadas **N 9.165.809,894m** e **E 511.266,883m**; 26°51'55" e 192,39m, até o vértice **229** de coordenadas **N 9.165.981,523m** e **E 511.353,824m**; 26°51'54" e 189,82m, até o vértice **228** de coordenadas **N 9.166.150,856m** e **E 511.439,602m**; 26°51'54" e 182,83m, até o vértice **231** de coordenadas **N 9.166.313,958m** e **E 511.522,223m**; 26°51'55" e 175,76m, até o vértice **206** de coordenadas **N 9.166.470,749m** e **E 511.601,649m**; 26°51'55" e 168,72m, até o vértice **205** de coordenadas **N 9.166.621,261m** e **E 511.677,893m**; 26°51'54" e 156,35m, até o vértice **199**, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como Datum o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas – **SIRGAS 2000**. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

PLANILHA DE CÁLCULO - IRR

Imóvel: **Setor Irrigado da VPR Vassouras**
Município: Brejo Santo
Área (ha): 157,8656

U.F: CE
Perímetro (m): 5.489,3734

Vértice	Norte	Este	Azimute	Distância
199	9.166.760,7367	511.748,5460		
			171°26'14"	12,0756
196	9.166.748,7957	511.750,3440		
			116°52'11"	257,2129
91	9.166.632,5454	511.979,7875		
			116°44'30"	8,9962
143	9.166.628,4974	511.987,8216		
			116°51'53"	220,6793
147	9.166.528,7751	512.184,6841		
			214°05'19"	7,0565
151	9.166.522,9311	512.180,7290		
			206°12'52"	13,0079
153	9.166.511,2611	512.174,9830		
			207°01'47"	51,4095
578	9.166.465,4670	512.151,6200		
			206°51'55"	135,5120
588	9.166.344,5807	512.090,3828		
			116°52'22"	175,1886
83	9.166.265,3935	512.246,6532		
			116°48'45"	26,2043
589	9.166.253,5734	512.270,0403		
			206°51'52"	54,0739
168	9.166.205,3353	512.245,6052		
			116°17'06"	122,3142
114	9.166.151,1702	512.355,2725		
			126°28'41"	7,4010
169	9.166.146,7702	512.361,2235		
			193°22'35"	24,8934
113	9.166.122,5521	512.355,4645		
			210°30'20"	91,4128
160	9.166.043,7929	512.309,0614		
			206°51'55"	152,5676



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

Vértice	Norte	Este	Azimuth	Distância
242	9.165.907,6916	512.240,1172		
			116°51'55"	68,5934
595	9.165.876,6945	512.301,3073		
			116°51'54"	246,4075
241	9.165.765,3452	512.521,1209		
			161°39'12"	9,8613
248	9.165.755,9852	512.524,2249		
			206°51'37"	11,1948
596	9.165.745,9981	512.519,1669		
			206°51'58"	53,2743
597	9.165.698,4740	512.495,0918		
			206°52'00"	196,5849
250	9.165.523,1086	512.406,2516		
			206°51'48"	196,5746
613	9.165.347,7471	512.317,4264		
			206°51'53"	64,4083
262	9.165.290,2900	512.288,3213		
			242°22'36"	8,6206
266	9.165.286,2930	512.280,6833		
			206°51'27"	53,4384
617	9.165.238,6189	512.256,5412		
			206°51'58"	10,9779
618	9.165.228,8258	512.251,5802		
			206°51'53"	128,8841
272	9.165.113,8515	512.193,3391		
			206°51'57"	67,7003
263	9.165.053,4584	512.162,7450		
			206°51'54"	196,5840
632	9.164.878,0909	512.073,9108		
			206°52'06"	11,0678
633	9.164.868,2179	512.068,9087		
			206°51'50"	53,3494
285	9.164.820,6258	512.044,8017		
			206°51'50"	6,9997
285a	9.164.814,3815	512.041,6387		
			296°51'55"	116,4945
283	9.164.867,0249	511.937,7174		
			296°51'54"	193,4932
282	9.164.954,4621	511.765,1070		
			296°51'56"	180,5064
312	9.165.036,0323	511.604,0826		
			296°51'54"	167,9359
311	9.165.111,9205	511.454,2712		



MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HIDRICA

Vértice	Norte	Este	Azimute	Distância
			296°51'55"	150,2452
317	9.165.179,8157	511.320,2418	296°51'55"	162,6645
316	9.165.253,3229	511.175,1335	296°51'54"	162,6632
360	9.165.326,8291	511.030,0261	296°51'54"	7,0002
360a	9.165.329,9924	511.023,7814	26°51'55"	139,0638
355	9.165.454,0474	511.066,6233	26°51'54"	199,4493
351	9.165.631,9709	511.176,7525	26°51'55"	199,4498
299	9.165.609,8943	511.266,8827	26°51'55"	192,3931
229	9.165.981,5228	511.353,8239	26°51'54"	189,8202
228	9.166.150,8562	511.439,6022	26°51'54"	182,8342
231	9.166.313,9576	511.522,2234	26°51'55"	175,7609
206	9.166.470,7490	511.601,6486	26°51'55"	168,7221
205	9.166.621,2614	511.677,8928	26°51'54"	156,3498
199	9.166.760,7367	511.748,5480		



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Esplanada dos Ministérios - Bloco E, 9º andar, sala 917 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70067-901 - Brasília - DF -
www.mi.gov.br

DECLARAÇÃO - SIH

A **UNIÃO**, por meio do **MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.353.358/0001-96, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, em Brasília - DF, CEP 70067-901, neste ato representado por seu Secretário de Infraestrutura Hídrica - SIH, **ANTONIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE**, portador da Cédula de Identidade nº 750.708 - SSP/PI, inscrito no CPF/MF nº 286.634.203-82, Designado pelo artigo 2º do Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 06 de janeiro de 2017 - Seção 02, pág. 01, no uso de suas atribuições, declara que a Senhora [REDACTED], brasileira, agricultora, cédula de identidade - RG nº [REDACTED], inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED], moradora da **Casa 46**, da Vila Produtiva Rural Vassouras, solteira, é reassentada do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF, e é beneficiária de duas áreas produtivas - **Sequeiro: Lote 95**, de **4,2084 ha** e **Lote Irrigado** de **1,0 ha** no Setor Irrigado, na **Vila Produtiva Rural Vassouras**, localizada no município de Brejo Santo / CE.

ANTONIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE
Secretário de Infraestrutura Hídrica - SIH



Documento assinado eletronicamente por **Antônio de Pádua de Deus Andrade**,
Secretário(a) de Infraestrutura Hídrica, em 15/03/2018, às 18:01, com fundamento no art.
6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
0789143 e o código CRC **125E3303**.

59100.000304/2017-48

0789143v1

ANEXO 05 - PRORROGAÇÃO DA VMT



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA

SÉTIMO ADITIVO DE PRAZO AO TERMO DE OPÇÃO PARA O RECEBIMENTO DE VERBA TEMPORÁRIA DE APOIO À MANUTENÇÃO DAS FAMÍLIAS REASSENTADAS NA VILA PRODUTIVA RURAL VASSOURAS, SUBSÍDIO TEMPORÁRIO ÀS FAMÍLIAS TENDO COMO PRESSUPOSTOS O PROGRAMA DE REASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES (PBA-08), NOS TERMOS DOS PROCESSOS Nº 59030.000048/2010-93, E Nº 59100.000679/2016-27, E À CONDICIONANTE 2.12 DA LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO Nº 1660/2022, EMITIDA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022 PELO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA), NOS TERMOS DO PROCESSO DO IBAMA Nº 02001.003718/94-54.

A UNIÃO, por meio do **MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.353.358/0001-96, com sede na Esplanada dos Ministérios Bloco “E” – 9º andar, em Brasília-DF, CEP 70.062-900, neste ato representado por seu **Secretário Nacional de Segurança Hídrica, GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA**, brasileiro, residente e domiciliado nesta Capital, portador do CPF/MF nº 601.335.625-49, nomeado pela Portaria nº 1.854, de 28 de fevereiro de 2023, publicada no DOU de 01 de março de 2023, Seção II, combinada com a delegação de competência conferida pela Portaria nº 2.191, de 27 de junho de 2023, publicada no DOU de 28 de junho de 2023, Seção I e tendo em vista as disposições da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, da Portaria Interministerial nº 130, de 23 de abril de 2013, da Portaria nº 299, de 12 de julho de 2013, do Ministério da Integração Nacional, da Portaria Interministerial nº 192, de 25 de maio de 2013 e [REDACTED] brasileiro(a), solteiro(a), agricultor(a), cédula de identidade – RG [REDACTED] inscrito(a) no CPF/MF sob o nº [REDACTED] residente(s) e domiciliado(a)(s) na Vila Produtiva Rural (VPR) Vassouras, Município de Brejo Santo, Estado do Ceará, que faz parte do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, firmam o presente Aditivo ao Termo de Opção, conforme disposto nas cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de recebimento de verba temporária de apoio à manutenção das famílias reassentadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo Aditivo será de 12 (doze) meses a contar de 01 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogado anualmente, até seis meses da data da entrega da infraestrutura de irrigação pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PAGAMENTO

A verba temporária de apoio à manutenção das famílias reassentadas deverá ser paga a cada 30 dias, durante a vigência deste Termo, estabelecida na Cláusula Segunda, da seguinte forma: (a) no valor de 01 (um) salário-mínimo nacional até o recebimento da infraestrutura de irrigação e (b) no valor de ½ (meio) salário-mínimo nacional por mais seis meses, após a entrega da infraestrutura de irrigação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Haverá suspensão do repasse da Verba Temporária de Apoio a Manutenção das Famílias Reassentadas, nos casos em que:

I- Deixar de cumprir com quaisquer das obrigações previstas no Programa de Reassentamento de Populações – PBA 08 do PISF;

II- For constatado que o(s) beneficiário(s) e ou herdeiro(s) deixar (em) de residir na Vila Produtiva Rural;

III- Descumprir as orientações recebidas regularmente do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, sobretudo, daqueles destinadas a promover sua reinserção nas atividades agrícolas familiar e ao recebimento da renda dela oriunda de modo a retomar suas atividades agrícolas e ao recebimento da renda dela oriunda, para a retomada da autossustentação;

IV- Ceder o uso parcial ou total de toda a infraestrutura sob sua posse, mediante aluguel, subcontrato, arrendamento a título oneroso ou gratuito, ou qualquer outra forma de transação imobiliária ilícita.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições do Termo de Opção não alteradas por força do presente Termo de Aditamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste Acordo que não possam ser dirimidas administrativamente fica eleita a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) em Brasília – DF e, para hipótese em que não for possível a solução amigável de eventual controvérsia, o foro da Justiça Federal, Seção do Distrito Federal.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelos partícipes e pelas testemunhas abaixo identificadas.

Brasília, 14 de Novembro de 2023

Pela União/MIDR/SNSH

GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA
Secretário Nacional de Segurança Hídrica

Beneficiária:

[Assinatura manuscrita]

TESTEMUNHAS:

NOME -
RG -
CPF/MF -

NOME -
RG -
CPF/MF -

ANEXO 06 - PLANO DE TRANSFERÊNCIA

Plano de Transferência

08

Programa de
Reassentamento
de Populações

Projeto
São Francisco
Integração que transforma vidas

Vila Produtiva Rural - Vassouras



ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	2
2.	OBJETIVO.....	3
3.	PÚBLICO-ALVO.....	3
4.	METODOLOGIA.....	6
5.	AÇÕES PROPOSTAS	7
6.	CADASTRO DE PESSOAS E BENS.....	8
7.	PLANEJAMENTO LOGÍSTICO.....	21
8.	CRONOGRAMA.....	23
9.	ENCAMINHAMENTOS.....	43
10.	ANEXOS.....	44
11.	EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL.....	44



1. INTRODUÇÃO

O presente Plano visa orientar o processo de transferência definitiva das famílias que serão reassentadas na Vila Produtiva Rural Vassouras, uma vez que estas se encontram inseridas na faixa de servidão do Projeto de Integração de Bacias do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, Trecho II, Eixo Norte, município de Brejo Santo - CE. O referido Plano foi elaborado em conformidade com o Programa de Reassentamento das Populações, que prevê, em seu item 8.7.2.1, a execução de 9 etapas, sendo que as etapas 4 e 6 abordam, exclusivamente, o processo de transferência:

“Etapas 4 - Atividades Preliminares para a Transferência das Famílias para Reassentamento Rurais Coletivos, envolvendo:

- (i) cadastro familiar de móveis, utensílios e animais domésticos;*
- (ii) distribuição das casas e lotes, a partir de critérios de parentesco, vizinhança e afinidade, consensuados com a população a ser reassentada;*
- (iii) elaboração e legalização da documentação para a posse definitiva das casas e lotes a ser emitido em nome do homem, ou da mulher, ou de ambos, independentemente do estado civil, obedecidas as normas jurídicas legais. A entrega definitiva do título da propriedade será feita juntamente com a posse física do lote;;*
- (v) elaboração do calendário de mudança;*
- (vi) emissão definitiva dos Planos de Reassentamento.*

Etapas 6 - Transferências das Famílias

Esta etapa consiste no processo de mudança das famílias para as vilas produtivas, sendo desenvolvidas as seguintes principais atividades:

- (i) deslocamento das famílias;*
- (ii) transferência dos móveis e utensílios;*
- (iii) transporte dos animais domésticos.*

As atividades previstas nas etapas 4 e 6 estão contempladas no ‘Termo de Referência para Contratação de Empresa para a Execução e Acompanhamento de Medidas, Planos e Programas Ambientais definidos no Projeto Básico Ambiental (PBA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional’ (PISF), anexo ao Contrato Administrativo nº 23/2009, firmado entre o Ministério da Integração Nacional (MI) e a CMT Engenharia Ltda. (CMT). Dessa forma, está previsto que



a CMT deverá executar a preparação e apoio à transferência das famílias para as vilas produtivas, buscando a reinserção e organização social e econômica, consolidação de práticas socioambientais, monitoramento e avaliação.

Diante do exposto, foi realizado levantamento dos bens a partir de visita às famílias a serem reassentadas com a aplicação de questionário (ficha cadastral de móveis, utensílios, equipamentos e animais domésticos), com o objetivo de subsidiar o planejamento logístico da transferência.

2. OBJETIVO

O presente Plano objetiva orientar a transferência de 145 (cento e quarenta e cinco famílias) famílias, que residiam originalmente nas comunidades rurais dos Sítios: Angico, Angico do Poço, Sítio Angico/Cachoeirinha, Sítio Atalho, Sítio Cachoeirinha, Cristóvão, Muquém Grande, Oitis (Atalho), Baixa da onça, Passagem do Poço, Rancharia, Sítio Riacho, Ribeirão I, Rancho Verde, Torrões, Vassouras e Vieira, localizadas nos municípios de Brejo Santo – CE, para a Vila Produtiva Rural (VPR) Vassouras.

3. PÚBLICO-ALVO

Serão beneficiadas pelo Plano de Reassentamento, na VPR Vassouras, 145 (cento e quarenta e cinco) famílias, residentes na faixa de obras do Trecho II, que receberão casa e lote agrícola, conforme especificado no Quadro 01, a seguir.

Quadro 01. Beneficiários da VPR Vassouras.

Ordem	Código do Imóvel		NOME	Benefício		Nº da Casa
				Casa	Lote Agrícola	
1	ENTII-RP-001	A	FRANCISCO ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA	1	1	63
2	ENTII-RP-001	B	JOSÉ RAMOS DA SILVA FILHO	1	1	82
3	ENTII-RP-001	E	ADAILTON ANDRADE DE LIMA	1	1	83
4	ENTII-RP-001	L	LUÍS ANDRADE DA SILVA	1	1	94
5	ENTII-RP-001	I	MANOEL ANDRADE DE LIMA	1	1	54
6	ENTII-RP-001	J	FRANCISCO INÁCIO DE CARVALHO	1	1	120
7	ENTII-RP-001	M	MARCOS MARTINS DA SILVA	1	1	119
8	ENTII-RP-001	O	MANOEL PEDRO DA SILVA	1	1	59
9	ENTII-RP-001	P	JOSÉ VANDERLEI RAMOS DA SILVA	1	1	80
10	ENTII-RP-001	R	ANA ALESSANDRA PEREIRA DE SOUZA	1	1	23
11	ENTII-RP-001	S	ADÃO INACIO DA SILVA	1	1	78
12	ENTII-RP-001	T	JOSÉ EMIDIO DA SILVA FILHO	1	1	118
13	ENTII-RP-001	V	JOSÉ TAVARES SOUSA	1	1	38
14	ENTII-RP-003		MARIA ANA DE CARVALHO	1	1	67
15	ENTII-RP-004		JOSÉ ANDRADE DA SILVA	1	1	141
16	ENTII-RP-004	A	ANA ANDRADE INÁCIO DA SILVA	1	1	130
17	ENTII-RP-007	B	MARIA DAS DORES BEZERRA	1	1	46
18	ENTII-RP-009	A	MANOEL LUCIANO DE OLIVEIRA RODRIGUES	1	1	58
19	ENTII-RP-009	B	MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA RODRIGUES	1	1	128



Ordem	Código do Imóvel		NOME	Benefício		Nº da Casa
				Casa	Lote Agrícola	
20	ENTII-RP-010	A	JOEL ANDRADE DOS SANTOS	1	1	40
21	ENTII-RP-010	D	CÍCERO ANDRADE DOS SANTOS	1	1	41
22	ENTII-RP-010	C	LUIS HENRIQUE SIQUEIRA	1	1	18
23	ENTII-RP-016	B	CICERO VITAL DOS SANTOS	1	1	129
24	ENTII-RP-016	E	DAMIÃO SANTANA DOS SANTOS	1	1	39
25	ENTII-RP-016	F	JOSÉ FILINTRO DE SOUSA	1	1	55
26	ENTII-RP-019	A	CICERA ANDRADE DE SANTANA	1	1	75
27	ENTII-RP-020	A	DAMIÃO ANDRADE DE SANTANA	1	1	76
28	ENTII-RP-020	B	MARIA IZAILA DE SANTANA	1	1	68
29	ENTII-RP-020	C	ANTONIO SANTANA DOS SANTOS	1	1	117
30	ENTII-RP-021	A	RAIMUNDO BARBOSA MARTINS	1	1	131
31	ENTII-RP-021	B	MARIA ANDRADE DE SANTANA	1	1	62
32	ENTII-RP-021	D	JUAREZ FRANCISCO DA SILVA	1	1	77
33	ENTII-RP-021	F	ANTONIO CARLOS DA SILVA	1	1	69
34	ENTII-RP-021	H	CÍCERO GONÇALVES DE ANDRADE	1	1	28
35	ENTII-RP-021	I	RAIMUNDO HÉLIO BARBOSA MARTINS	1	1	137
36	ENTII-RP-021	G	FRANCISCO FURTADO DA SILVA	1	1	116
37	ENTII-RP-021	H	JOANA CAROLINA ANDRADE DA SILVA	1	1	124
38	ENTII-RP-022	A	MARIA RAIMUNDA DA SILVA	1	1	71
39	ENTII-RP-022	B	CICERO RAMOS DA SILVA	1	1	72
40	ENTII-RP-022	C	ENOQUE ANDRADE DOS SANTOS	1	1	29
41	ENTII-RP-022	D	MARIA ROCHA DOS SANTOS	1	1	105
42	ENTII-RP-022	E	ANTÔNIO CESÁRIO MARTINS	1	1	50
43	ENTII-RP-022	G	ANGELA PEREIRA DOS SANTOS HOLANDA	1	1	106
44	ENTII-RP-022	I	MARIA APARECIDA DE LIMA MARTINS	1	1	143
45	ENTII-RP-023	A	LUIS FRANCISCO DA SILVA	1	1	33
46	ENTII-RP-023	B	LEANDRO CARVALHO DA SILVA	1	1	34
47	ENTII-RP-024	A	MARIA RODRIGUES SOBRINHA	1	1	3
48	ENTII-RP-024	B	JOÃO RODRIGUES NETO	1	1	2
49	ENTII-RP-024	C	JOÃO ROQUE DE OLIVEIRA	1	1	5
50	ENTII-RP-024	D	FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA	1	1	1
51	ENTII-RP-024	E	VÂNIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	1	1	4
52	ENTII-RP-025	C	CÍCERO ROQUE DE OLIVEIRA	1	1	6
53	ENTII-RP-025	F	PAULO JERÔNIMO DA SILVA	1	1	7
54	ENTII-RP-025	G	CICERO CARDOSO DE OLIVEIRA	1	1	32
55	ENTII-RP-025	J	RONIVON EMÍDIO DA SILVA	1	1	17
56	ENTII-RP-025	H	JOÃO PAULO DA SILVA	1	1	125
57	ENTII-RP-025	I	FRANCISCO SILVA DE OLIVEIRA	1	1	123
58	ENTII-RP-026	A	JOÃO ARAÚJO DOS SANTOS	1	1	14
59	ENTII-RP-026	B	MARIA APARECIDA ALVES CUNHA (FRANCISCO TELES DA CUNHA)	1	1	24
60	ENTII-RP-027	D	TIAGO NUNES DA SILVA	1	1	16
61	ENTII-RP-027	C	MARIA ZENEIDE NUNES DA SILVA	1	1	15
62	ENTII-RP-027	F	MOACIR MINEL GOMES	1	1	79
63	ENTII-RP-028	B	ANTÔNIA CÉLIA SILVA DA COSTA	1	1	25
64	ENTII-RP-029	A	KLEBER NUNES BEZERRA	1	1	134
65	ENTII-RP-030	D	MANOEL NUNES DOS SANTOS (deficiente)	1	1	65
66	ENTII-RP-031	A	DANIELLE NUNES BEZERRA	1	1	47



Ordem	Código do Imóvel		NOME	Benefício		Nº da Casa
				Casa	Lote Agrícola	
67	ENTII-RP-033	A	FRANCISCO ARAÚJO DOS SANTOS (MARIA GERALDA DOS SANTOS)	1	1	48
68	ENTII-RP-033	B	MISSIAS BEZERRA	1	1	45
69	ENTII-RP-033	C	MARIA LUCIA DOS SANTOS SOUZA	1	1	30
70	ENTII-RP-035	A	ANGELA GOMES DE SOUZA	1	1	115
71	ENTII-RP-035	B	FRANCISCO INÁCIO DA SILVA	1	1	70
72	ENTII-RP-035	E	MANOEL FAUSTO DO NASCIMENTO	1	1	49
73	ENTII-RP-036	A	FRANCISCO CARDOSO DE OLIVEIRA	1	1	51
74	ENTII-RP-036	B	RINALDO CARDOSO DE OLIVEIRA	1	1	27
75	ENTII-RP-036	C	TEREZINHA IARA CARDOSO DE OLIVEIRA	1	1	60
76	ENTII-RP-036	D	MARIA ELZA CARDOSO DE O. SOBRINHA (Deficiente)	1	1	66
77	ENTII-RP-036	E	EDINALDO CARDOSO DE OLIVEIRA	1	1	109
78	ENTII-RP-036	F	MARIA IARA DE OLIVEIRA FILHA	1	1	73
79	ENTII-RP-037	A	ANTONIO ARARUNA DE OLIVEIRA	1	1	104
80	ENTII-RP-037	B	EXPEDITA VERINHA ANDRADE MARTINS	1	1	111
81	ENTII-RP-037	C	FRANCISCO ALEXANDRE DE AMORIM	1	1	56
82	ENTII-RP-037	D	MARCELON BERNARDES DE A. JUNIOR	1	1	57
83	ENTII-RP-040	A	FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS	1	1	112
84	ENTII-RP-040	B	FRANCISCO GILSON DE OLIVEIRA	1	1	113
85	ENTII-RP-042	A	JOAQUIM JOSÉ DOS SANTOS	1	1	138
86	ENTII-RP-043	B	CÍCERO ANTÔNIO DOS SANTOS	1	1	22
87	ENTII-RP-045	A	MARIA GEANE FIGUEIREDO DOS SANTOS	1	1	9
88	ENTII-RP-045	B	ANTÔNIA MARIA DOS SANTOS	1	1	136
89	ENTII-RP-045	C	CÍCERO FILGUEIRA DOS SANTOS	1	1	11
90	ENTII-RP-045	D	FRANCISCO FILGUEIRA DOS SANTOS	1	1	10
91	ENTII-RP-045	E	ANA MARIA DA CONCEIÇÃO	1	1	12
92	ENTII-RP-045	F	MARIA ROSIMAR BARBOSA FILGUEIRA	1	1	92
93	ENTII-RP-046	A	FRANCISCO RODRIGUES MARTINS	1	1	114
94	ENTII-RP-046	B	JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS	1	1	13
95	ENTII-RP-048		LOURDES NORATO DA SILVA	1	1	31
96	ENTII-RP-048	A	JOSÉ PEREIRA DA SILVA FILHO	1	1	42
97	ENTII-CB-001	A	JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS (DEFICIENTE)	1	1	64
98	ENTII-CB-001	B	FRANCISCA ANDRÉ GOMES	1	1	100
99	ENTII-CB-001	C	LUCIA RODRIGUES RAMOS	1	1	102
100	ENTII-CB-001	E	JOSÉ RODRIGUES MARTINS	1	1	19
101	ENTII-CB-001	F	FRANCISCO ROBERTO DOS SANTOS	1	1	21
102	ENTII-CB-001	G	CICERO ROBERTO DOS SANTOS	1	1	20
103	ENTII-CB-001	H	CICERO DA SILVA BARBOSA	1	1	93
104	ENTII-CB-001	J	ANTONIO THADEU MOREIRA MARTINS	1	1	110
105	ENTII-CB-001	L	THAIS ANDREIA LUCENA MIRANDA	1	1	87
106	ENTII-CB-001	M	EDMILSON RAMOS DA SILVA (MARIA RIZONALVA SILVA BARBOSA)	1	1	133
107	ENTII-CB-001	N	ANTONIO MARTINS DE SOUZA NETO	1	1	88
108	ENTII-CB-001	P	THIAGO ALVES GOMES	1	1	101
109	ENTII-CB-001	Q	SAIONARA BENVENTO PEREIRA DE CRAVO	1	1	103
110	ENTII-CB-001	R	FRANCISCA MARIA DOS SANTOS	1	1	99
111	ENTII-CB-001	S	JOSÉ EMÍDIO DA SILVA	1	1	8
112	ENTII-CB-001	V	JOSÉ SAMUEL DA SILVA FERREIRA	1	1	86



Ordem	Código do Imóvel		NOME	Benefício		Nº da Casa
				Casa	Lote Agrícola	
113	ENTII-CB-001	W	MARIA DO SOCORRO ROBERTO DOS SANTOS	1	1	126
114	ENTII-CB-001	X	MARIA TRAJANO PEREIRA	1	1	139
115	ENTII-CB-001	Z	ELIEL ROBERTO DOS SANTOS	1	1	127
116	ENTII-CB-001	AA	MARIA DA CONCEIÇÃO DA PAZ (MARIA SOGRA DE BREU)	1	1	132
117	ENTII-CB-002	A	OLIMPIO EMIDIO DA SILVA	1	1	26
118	ENTII-CB-003	G	JOSÉ RAFAEL SILVA DE OLIVEIRA	1	1	44
119	ENTII-CB-003	H	FRANCISCO RICAEL SILVA OLIVEIRA	1	1	121
120	ENTII-CB-004	A	JOSÉ CARDOSO DE OLIVEIRA	1	1	52
121	ENTII-CB-006	A	CICERO EVALDO FIGUEIREDO DA SILVA	1	1	53
122	ENTII-CB-006	B	AUGOSTINHO FELIPE DA SILVA	1	1	74
123	ENTII-CB-006	C	JOÃO BATISTA DE MOURA	1	1	61
124	ENTII-CB-006	D	FRANCISCO EVANDRO FIGUEIREDO DA SILVA	1	1	36
125	ENTII-CB-006	E	CICERO MOURA DA SILVA	1	1	37
126	ENTII-CB-006	F	ANA MARIA DA CONCEIÇÃO	1	1	140
127	ENTII-CB-006	G	EVERALDO DE OLIVEIRA SANTOS	1	1	144
128	ENTII-CB-006	H	Espólio de VICENTE BERTO DA SILVA	1	1	122
129	ENTII-CB-006	J	JOSÉ FERREIRA LIMA FILHO	1	1	91
130	ENTII-CB-006	L	JOSÉ NOGUEIRA DE SOUSA	1	1	35
131	ENTII-CB-006	M	JOSÉ ELBERLANDIO FIGUEIREDO DA SILVA	1	1	108
132	ENTII-RB-006.1	A	JOSÉ CRUZ SAMPAIO	1	1	95
133	ENTII-RB-007	A	FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA	1	1	90
134	ENTII-RB-007	B	CÍCERO RODRIGUES DA SILVA	1	1	135
135	ENTII-RB-008	A	FRANCISCO MARTINS CARDOSO	1	1	89
136	ENTII-RB-008	B	ANTÔNIO MARTINS CARDOSO	1	1	96
137	ENTII-RB-009		CÍCERO ANANIAS GONÇALVES	1	1	98
138	ENTII-RB-009	A	ANANIAS GONÇALVES FILHO	1	1	97
139	ENTII-V3-001	A	JOVINO GALDINO JOSÉ DE OLIVEIRA	1	1	81
140	ENTII-V3-001	C	JOSÉ FIRMINO DA SILVA	1	1	85
141	ENTII-V3-001	D	MARIA MADALENA DA CONCEIÇÃO	1	1	84
142	ENTII-V3-001	B	JOAQUIM ANTÔNIO ELISEU (falecido) - Representado por José Emiliano da Silva e Maria Rozalina Elizeu	1	1	107
143	ENTII-RP-022	J	ANTONIO RAIMUNDO BARBOSA	1	1	142
144	ENTII-RP-041	A	ANTONIO EUFRÁSIO DOS SANTOS	1	1	145
145	AGUARDANDO DEFINIÇÃO DE BENEFICIÁRIO PELO MI.			1	1	43

4. METODOLOGIA

Este Plano de Transferência segue a metodologia prevista no Programa de Reassentamento das Populações, em que, no item 8.7.1, destaca a interação comunitária como premissa no processo de transferência das famílias: *durante a fase de planejamento de transferência das famílias, a interação comunitária deverá se realizar preferencialmente através das lideranças e grupos representativos da população afetada. Caso eles não existam, sugere-se a criação de Comissões com atribuições especiais (Pró-Mudança; de Cadastro de Imóveis, de Utensílios e de Animais Domésticos; de Distribuição*



das Residências e Lotes Produtivos, entre outras). A representação organizada da comunidade terá como atribuições: acompanhar a execução e o avanço das obras do reassentamento nas vilas produtivas, o processo de transferência para as novas áreas, constituindo-se em interlocutor privilegiado com o empreendedor, para encaminhar as reivindicações, questionamentos, queixas e sugestões das famílias afetadas.

Para a elaboração do Plano procedeu-se o cadastro de bens, utensílios e animais por meio de uma ficha cadastral de 144 (cento e quarenta e quatro) famílias a serem reassentadas. Estes dados foram sistematizados e, a partir dos mesmos, foi desenvolvido o planejamento logístico para a transferência das famílias.

Destaca-se que, uma residência encontra-se em definição do beneficiário por parte do Ministério da Integração Nacional - MI.

5. AÇÕES PROPOSTAS

Com base na metodologia exposta foram definidas as seguintes ações:

- O Ministério da Integração Nacional (MI) disponibilizará, uma semana antes da data prevista para a mudança, o acesso prévio das famílias à VPR Vassouras para a efetivação de limpeza das casas e construção de cercas, galinheiros e chiqueiros nos lotes residenciais;
- A transferência observará o critério de vizinhança, em que serão priorizadas as famílias com idosos, crianças de colo, portadores de necessidades especiais/mobilidade reduzida e gestantes;
- Será disponibilizado um veículo de transporte coletivo para atender às famílias dos reassentados;
- A mudança ocorrerá na presença de pelo menos um representante da família que acompanhará todo o processo, desde o carregamento até o descarregamento da mudança, sendo que este deverá, ainda, indicar os membros da família que ajudarão na mudança;
- As famílias deverão:
 - ✓ Preparar e encaixotar os seus pertences, identificando os frágeis;
 - ✓ Reunir os animais domésticos em local adequado para o embarque, no dia agendado para transporte;
 - ✓ Assinar, por meio de seus representantes, o Termo de Recebimento do Imóvel e Termo de Transferência da Família.
- O Ministério da Integração Nacional deverá:



- ✓ Instituir uma comissão de acompanhamento e apoio às atividades de transferência, por meio de plantão;
- ✓ Articular com a Prefeitura Municipal de Brejo Santo – CE e Secretaria de Segurança a disponibilização de uma equipe para atendimento emergencial à saúde e uma equipe para garantir a segurança das famílias e dos profissionais envolvidos no processo de mudança.

6. CADASTRO DE PESSOAS E BENS

O levantamento cadastral possibilitou quantificar um total de 519 (quinhentos e dezenove) pessoas, originárias de 17 (dezesete) comunidades distintas, além de animais, equipamentos, móveis e utensílios domésticos, conforme os quadros a seguir:

Quadro 2. Número de famílias e membros cadastrados.

Nome do Beneficiário	Nº da Casa	Nº de Membros da Família				
		Crianças	Adolescentes	Jovens	Adultos	Idosos
Francisco Rodrigues da Silva	1	0	0	0	1	0
João Rodrigues Neto (Maria Gizélia Pinheiro)	2	0	2	4	1	0
Maria Rodrigues Sobrinho	3	0	2	0	3	2
Vânia Rodrigues Oliveira	4	1	1	0	1	0
João Roque de Oliveira	5	0	0	1	2	0
Cícero Roque de Oliveira	6	0	0	2	2	0
Paulo Jerônimo da Silva	7	0	1	1	2	0
José Emídio da Silva	8	2	0	0	2	0
Maria Geane Filgueira dos Santos	9	1	1	0	2	0
Francisco Filgueira dos Santos	10	1	2	1	2	0
Cícero Filgueira dos Santos	11	1	0	1	1	0
Ana Maria da Conceição	12	0	0	0	1	0
José Antônio dos Santos	13	0	0	0	0	0
João Araújo dos Santos	14	0	1	0	2	0
Maria Zeneide Nunes da Silva	15	0	0	0	1	0
Tiago Nunes da Silva	16	0	0	2	0	0
Ronivon Emídio da Silva	17	2	0	2	0	0



Nome do Beneficiário	Nº da Casa	Nº de Membros da Família				
		Crianças	Adolescentes	Jovens	Adultos	Idosos
Luiz Henrique de Siqueira	18	0	0	1	0	1
José Rodrigues Martins	19	0	1	0	2	0
Cícero Roberto dos Santos	20	0	1	0	1	0
Francisco Roberto dos Santos	21	0	0	0	3	1
Cícero Antônio dos Santos	22	0	0	0	2	1
Ana Alessandra Pereira de Souza	23	1	1	2	2	0
Maria Aparecida Alves Cunha (Francisco Teles da Cunha)	24	0	0	2	2	0
Antônia Célia Silva da Costa	25	0	3	1	2	0
Olímpio Emídio Silva	26	1	4	0	2	0
Rinaldo Cardoso de Oliveira	27	1	0	0	2	0
Cícero Gonçalves Andrade	28	0	2	1	2	0
Enoque Andrade dos Santos	29	0	0	1	0	2
Maria Lúcia dos Santos Sousa	30	1	2	0	2	0
Lourdes Norato da Silva	31	0	0	1	1	1
Cícero Cardoso de Oliveira	32	1	0	0	1	1
Luís Francisco da Silva	33	0	0	1	2	0
Leandro Carvalho da Silva	34	0	0	0	2	0
José Nogueira de Sousa	35	1	0	0	2	0
Francisco Evandro Figueiredo	36	1	1	1	2	0
Cícero Moura da Silva	37	1	0	0	2	0
José Tavares Sousa	38	0	0	2	0	0
Damião Santana dos Santos	39	0	0	0	2	0
Joel Andrade dos Santos	40	0	1	1	1	0
Cícero Andrade dos Santos	41	0	0	0	2	0
José Pereira da Silva Filho	42	1	2	0	2	0
Casa	43	Aguardando definição de beneficiário pelo MI.				
José Rafael Silva de Oliveira	44	2	0	1	1	0
Missias Bezerra	45	1	0	0	1	0
Maria das Dores Bezerra	46	2	0	0	1	0



Nome do Beneficiário	Nº da Casa	Nº de Membros da Família				
		Crianças	Adolescentes	Jovens	Adultos	Idosos
Danielle Nunes Bezerra	47	1	1	0	2	0
Francisco Araújo dos Santos (Maria Geralda dos Santos)	48	0	3	0	2	0
Manoel Fausto do Nascimento	49	1	2	0	2	0
Antônio Cesário Martins	50	0	0	2	2	0
Francisco Cardoso de Oliveira	51	2	0	0	2	0
José Cardoso de Oliveira	52	2	0	1	1	0
Cícero Evaldo Figueiredo da Silva	53	2	0	0	2	0
Manoel Andrade de Lima	54	0	0	0	2	0
José Filinto de Sousa	55	0	0	1	2	0
Francisco Alexandre de Amorim	56	0	0	1	4	1
Marcelon Bernardes de A. Júnior	57	3	0	0	2	0
Manoel Luciano de Oliveira Rodrigues	58	0	0	0	1	0
Manoel Pedro da Silva	59	2	0	2	0	0
Terezinha Iara Cardoso de Oliveira	60	0	0	1	1	0
João Batista de Moura	61	0	0	2	1	1
Maria Andrade de Santana	62	1	1	4	1	0
Francisco Alexandre Pereira da Silva	63	1	2	0	2	0
José Antônio dos Santos (Deficiente visual)	64	2	0	4	0	2
Manoel Nunes dos Santos	65	0	1	0	1	1
Maria Elza Cardoso de Oliveira Sobrinha	66	0	0	1	1	0
Maria Ana de Carvalho	67	1	0	0	2	1
Maria Izaíla de Santana	68	0	0	1	0	1
Antônio Carlos da Silva	69	1	2	5	2	0
Francisco Inácio da Silva	70	3	0	0	2	0
Maria Raimunda da Silva	71	0	0	2	3	0



Nome do Beneficiário	Nº da Casa	Nº de Membros da Família				
		Crianças	Adolescentes	Jovens	Adultos	Idosos
Cícero Ramos da Silva	72	1	2	0	2	0
Maria Iara de Oliveira Filha	73	0	0	2	1	0
Augustinho Felipe da Silva	74	0	0	0	0	2
Cícera Andrade de Santana	75	0	1	0	2	0
Damião Andrade de Santana	76	0	0	0	0	2
Juarez Francisco da Silva	77	0	2	0	2	0
Adão Inácio da Silva	78	1	1	1	1	0
Moacir Minel Gomes	79	0	2	1	2	0
José Vanderley Ramos Silva	80	0	1	1	1	0
Jovino Galdino José de Oliveira	81	0	0	0	3	2
José Ramos da Silva	82	0	2	1	2	0
Adailton Andrade de Lima	83	4	0	0	2	0
Maria Madalena da Conceição	84	0	0	0	1	1
José Firmino da Silva	85	0	2	0	2	0
José Samuel da Silva Ferreira	86	1	1	0	2	0
Thais Andreia Lucena Miranda	87	0	1	0	2	0
Antônio Martins S. Neto	88	1	0	1	1	0
Francisco Martins Cardoso	89	1	0	2	2	0
Francisco Rodrigues da Silva	90	1	1	0	0	0
José Ferreira Lima Filho	91	1	2	0	2	0
Maria Rosimar Barbosa Filgueira	92	1	1	0	1	0
Cícero da Silva Barbosa	93	0	0	1	2	0
Luiz Andrade da Silva	94	0	0	1	3	0
José Cruz Sampaio	95	1	1	0	2	0
Antônio Martins Cardoso	96	1	0	1	1	0
Ananias Gonçalves Filho	97	0	0	0	2	0
Cícero Ananias Gonçalves	98	0	1	0	2	0
Francisca Maria dos Santos	99	2	0	1	2	1
Francisca André Gomes	100	1	0	2	2	0



Nome do Beneficiário	Nº da Casa	Nº de Membros da Família				
		Crianças	Adolescentes	Jovens	Adultos	Idosos
Thiago Alves Gomes	101	0	0	1	1	0
Lúcia Rodrigues Ramos	102	0	4	2	1	1
Saionara Benvenuto Pereira Martins Cardoso	103	0	0	1	0	0
Antônio Araruna de Oliveira	104	0	0	0	1	0
Maria Rocha dos Santos	105	2	2	1	2	0
Angela Pereira dos Santos Holanda	106	2	1	0	2	0
José Emiliano da Silva (Joaquim Antônio Eliseu - Falecido)	107	0	0	1	0	2
José Elberlandio Figueiredo da Silva	108	1	0	0	2	0
Edinaldo Cardoso de Oliveira	109	1	0	1	1	0
Antônio Thadeu Moreira Martins	110	1	0	0	2	0
Expedita Verinha Andrade Martins	111	0	2	0	2	0
Francisco José dos Santos	112	0	0	1	2	0
Francisco Gilson de Oliveira	113	0	0	0	2	0
Francisco Rodrigues Martins	114	0	1	2	2	0
Angela Gomes de Souza	115	0	1	0	2	0
Francisco Furtado da Silva	116	0	0	0	0	0
Antônio Santana dos Santos	117	1	0	1	1	0
José Emídio Silva Filho	118	1	0	1	1	0
Marcos Martins da Silva	119	0	4	1	1	0
Francisco Inácio de Carvalho	120	0	0	0	3	0
Francisco Ricael Silva Oliveira	121	0	0	1	0	1
Espólio de Vicente Berto da Silva (Maria Rivanete da Silva)	122	0	0	0	1	0
Francisco Silva de Oliveira	123	1	0	1	1	0
Joana Carolina Andrade da Silva	124	1	0	1	1	0
João Paulo da Silva	125	1	0	1	1	0
Maria do Socorro Roberto dos Santos	126	3	2	1	1	0
Eliel Roberto dos Santos	127	0	0	2	0	0



Nome do Beneficiário	Nº da Casa	Nº de Membros da Família				
		Crianças	Adolescentes	Jovens	Adultos	Idosos
Maria Lucia de Oliveira Rodrigues	128	2	0	0	2	0
Cícero Vital dos Santos	129	0	1	0	2	0
Ana Andrade Inácio da Silva	130	2	0	0	1	0
Raimundo Barbosa Martins	131	0	0	1	1	0
Maria da Conceição da Paz	132	0	2	0	2	1
Edmilson Ramos da Silva (Rizonalva Silva Barbosa)	133	0	0	0	0	0
Kleber Nunes Bezerra	134	2	0	1	1	0
Cícero Rodrigues da Silva	135	1	0	0	1	0
Antônia Maria dos Santos	136	1	0	0	1	1
Raimundo Hélio Barbosa Martins	137	1	0	1	1	0
Joaquim José dos Santos	138	0	0	0	2	0
Maria Trajano Pereira	139	0	1	0	1	3
Ana Maria da Conceição (CPF: 884.545..683-87)	140	0	1	3	1	0
José Andrade da Silva	141	1	1	0	2	0
Antônio Raimundo Barbosa	142	0	0	0	0	0
Maria Aparecida L. Martins	143	0	1	0	2	0
Everaldo de Oliveira Santos	144	0	0	0	3	0
Antônio Eufrásio dos Santos	145	0	0	0	0	2
SUBTOTAL		87	86	97	210	39
TOTAL GERAL		519 Pessoas				

Ressalta-se que apenas 03 (três) beneficiários, o Sr. Manoel Luciano de Oliveira Rodrigues (casa 58), Antônio Raimundo Barbosa (casa 142) e Francisco Furtado da Silva (casa 116), não compareceu durante atividade.

Durante o levantamento cadastral, 07 (sete) beneficiários e 01 (um) beneficiário aguardando definição do MI, total de 145 (cento e quarenta e cinco), se responsabilizaram por realizar sua própria mudança, conforme apresentado no quadro a seguir.



Quadro 03. Beneficiários da VPR Vassouras, que se responsabilizaram por realizar a mudança por conta própria, durante levantamento cadastral.

Nome do Beneficiário	Nº da Casa
Danielle Nunes Bezerra	47
Marcelon Bernardes de A. Júnior	57
Antônio Carlos da Silva	69
Adailton Andrade de Lima	83
Saionara Benvenuto Pereira Martins Cardoso	103
Antônio Thadeu Moreira Martins	110
Francisco Furtado da Silva	116
Aguardando definição de beneficiário pelo MI.	43

Para os demais 137 (cento e trinta e sete) beneficiários, será disponibilizado o apoio logístico para a transferência.

O Quadro 04 a seguir apresenta a quantidade e a descrição dos bens, móveis e utensílios por beneficiários.



Quadro 04. Quantidade e descrição dos bens, móveis e utensílios por beneficiário.

Nº	Código do Imóvel	Nome do Beneficiário	Casa	Comunidade	Membros	Eletrodomésticos	Móveis e Equipamentos	Animais	Implementos Agrícolas
1	ENTII-RP-024	D Francisco Rodrigues da Silva	1	Sítio Oitis	1	0	0	0	0
2	ENTII-RP-024	B Espólio de João Rodrigues Neto / Maria Gizélia Pinheiro	2	Sítio Oitis (Atalho)	7	10	35	0	0
3	ENTII-RP-024	A Maria Rodrigues Sobrinho	3	Sítio Oitis	7	7	39	1	12
4	ENTII-RP-024	E Vânia Rodrigues Oliveira	4	Sítio Atalho	3	7	16	0	0
5	ENTII-RP-024	C João Roque de Oliveira	5	Sítio Oitis (Atalho)	3	11	29	0	0
6	ENTII-RP-025	C Cícero Roque de Oliveira	6	Sítio Oitis (Atalho)	4	7	25	0	8
7	ENTII-RP-025	F Paulo Jerônimo da Silva	7	Sítio Oitis	4	8	19	2	3
8	ENTII-CB-001	S José Emídio da Silva	8	Sítio Atalho	4	9	41	0	3
9	ENTII-RP-045	A Maria Geane Filgueira dos Santos	9	Sítio Rancharia	4	12	23	13	3
10	ENTII-RP-045	D Francisco Filgueira dos Santos	10	Sítio Rancharia	6	8	13	2	7
11	ENTII-RP-045	C Cícero Filgueira dos Santos	11	Sítio Rancharia	3	6	17	108	4
12	ENTII-RP-045	E Ana Maria da Conceição	12	Sítio Rancharia	1	6	16	11	0
13	ENTII-RP-046	B José Antônio dos Santos	13	Sítio Rancharia	1	0	0	0	0
14	ENTII-RP-026	A João Araújo dos Santos	14	Sítio Oitis	3	14	35	32	9
15	ENTII-RP-027	C Maria Zeneide Nunes da Silva	15	Sítio Oitis	1	8	21	0	2
16	ENTII-RP-027	D Tiago Nunes da Silva	16	Sítio Oitis	2	7	17	0	0
17	ENTII-RP-025	J Ronivon Emídio da Silva	17	Sítio Oitis	4	8	18	0	2
18	ENTII-RP-010	C Luiz Henrique de Siqueira	18	Sítio Atalho	2	7	20	0	11
19	ENTII-CB-001	E José Rodrigues Martins	19	Sítio Angico	3	9	22	15	5
20	ENTII-CB-001	G Cícero Roberto dos Santos	20	Sítio Passagem do Poço	2	6	21	24	6
21	ENTII-CB-001	F Francisco Roberto dos Santos	21	Sítio Passagem do Poço	4	9	24	50	18
22	ENTII-RP-043	B Cícero Antônio dos Santos	22	Sítio Rancharia	3	5	20	23	2
23	ENTII-RP-001	R Ana Alessandra Pereira de Sousa	23	Sítio Atalho	3	8	16	0	0
24	ENTII-RP-026	B Maria Aparecida Alves Cunha (Francisco Teles da Cunha)	24	Sítio Oitis	4	7	17	0	0
25	ENTII-RP-028	B Antônia Célia Silva da Costa	25	Sítio Oitis	6	8	27	2	7



Nº	Código do Imóvel	Nome do Beneficiário	Casa	Comunidade	Membros	Eletrodomésticos	Móveis e	Animais	Implementos
26	ENTII-CB-002	A	Olímpio Emídio Silva	Sítio Passagem do Poço	7	6	23	37	5
27	ENTII-RP-036	B	Rinaldo Cardoso de Oliveira	Sítio Rancharia	3	6	12	0	0
28	ENTII-RP-021	H	Cícero Gonçalves Andrade	Sítio Riacho Verde	5	6	20	13	2
29	ENTII-RP-022	C	Enoque Andrade Santos	Sítio Riacho Verde	3	7	21	18	1
30	ENTII-RP-033	C	Maria Lúcia dos Santos Sousa	Sítio Rancharia	5	6	31	34	3
31	ENTII-RP-048		Lourdes Norato da Silva	Sítio Vieira	3	10	33	21	3
32	ENTII-RP-025	G	Cícero Cardoso de Oliveira	Sítio Rancharia	3	7	26	0	0
33	ENTII-RP-023	A	Luís Francisco da Silva	Sítio Oitis	3	9	23	0	0
34	ENTII-RP-023	B	Leandro Carvalho da Silva	Sítio Oitis (Atalho)	2	8	15	0	0
35	ENTII-CB-006	L	José Nogueira de Sousa	Sítio Passagem do Poço	3	11	28	0	0
36	ENTII-CB-006	D	Francisco Evandro Figueiredo	Sítio Passagem do Poço	5	9	50	1	0
37	ENTII-CB-006	E	Cícero Moura da Silva	Sítio Passagem do Poço	3	8	37	0	0
38	ENTII-RP-001	V	José Tavares Sousa	Sítio Cristóvão	2	6	10	0	0
39	ENTII-RP-016	E	Damião Santana dos Santos	Sítio Cristóvão	2	7	17	2	10
40	ENTII-RP-010	A	Joel Andrade dos Santos	Sítio Cristóvão	6	12	27	2	0
41	ENTII-RP-010	D	Cícero andrade dos Santos	Sítio Cristóvão	7	10	19	0	0
42	ENTII-RP-048	A	José Pereira da Silva Filho	Sítio Vieira	5	13	46	40	0
43	ENTII-CB-003	G	José Rafael Silva de Oliveira	Sítio Passagem do Poço	4	6	18	5	0
44	ENTII-RP-033	B	Missias Bezerra	Sítio Torrões	2	8	16	1	0
45	ENTII-RP-007	B	Maria das Dores Bezerra	Sítio Atalho	3	8	23	17	5
46	ENTII-RP-033	A	Francisco Araújo dos Santos (Maria Geralda dos Santos)	Sítio Torrões	5	8	22	41	1
47	ENTII-RP-035	E	Manoel Fausto do Nascimento	Sítio Rancharia	5	3	8	4	0
48	ENTII-RP-022	E	Antônio Cesário Martins	Sítio Oitis	4	13	52	0	0
49	ENTII-RP-036	A	Francisco Cardoso de Oliveira	Sítio Rancharia	4	9	22	0	0
50	ENTII-CB-004	A	José Cardoso de Oliveira	Sítio Passagem do Poço	4	9	29	24	1



Nº	Código do Imóvel	Nome do Beneficiário	Casa	Comunidade	Membros	Eletrodomésticos	Móveis e	Animais	Implementos	
51	ENTII-CB-006	A	Cícero Evaldo Figueiredo	53	Sítio Passagem do Poço	4	11	32	41	4
52	ENTII-RP-001	I	Manoel Andrade de Lima	54	Sítio Atalho	2	8	17	0	6
53	ENTII-RP-016	F	José Filinto de Sousa	55	Sítio Atalho	3	7	30	9	1
54	ENTII-RP-037	C	Francisco Alexandre de Amorim	56	Sítio Atalho	6	6	11	0	6
55	ENTII-RP-009	A	Manoel Luciano Oliveira Rodrigues	58	Sítio Atalho	1	0	0	0	0
56	ENTII-RP-001	O	Manoel Pedro da Silva	59	Sítio Atalho	4	8	18	3	3
57	ENTII-RP-036	C	Terezinha lara Cardoso de Oliveira	60	Sítio Rancharia	2	7	14	0	0
58	ENTII-CB-006	C	João Batista de Moura	61	Sítio Passagem do Poço	4	9	27	1	7
59	ENTII-RP-021	B	Maria Andrade de Santana	62	Sítio Atalho	7	11	32	20	0
60	ENTII-RP-001	A	Francisco Alexandre Pereira	63	Sítio Atalho	5	9	26	0	0
61	ENTII-CB-001	A	José Antônio dos Santos (Deficiente visual)	64	Sítio Angico/Cachoeiri nh	8	8	29	1	2
62	ENTII-RP-030	D	Manoel Nunes dos Santos	65	Sítio Oitis	3	5	13	6	2
63	ENTII-RP-036	D	Maria Elza Cardoso de Oliveira Sobrinha	66	Sítio Rancharia	2	9	18	0	0
64	ENTII-RP-003		Maria Ana de Carvalho	67	Sítio Atalho	4	7	16	0	5
65	ENTII-RP-020	B	Maria Izaila de Santana	68	Sítio Atalho	2	6	13	0	2
66	ENTII-RP-035	B	Francisco Inácio da Silva	70	Sítio Rancharia	5	7	28	0	2
67	ENTII-RP-022	A	Maria Raimunda da Silva	71	Sítio Riacho Verde	5	11	31	1	0
68	ENTII-RP-022	B	Cícero Ramos da Silva	72	Sítio Riacho Verde	5	10	34	0	1
69	ENTII-RP-036	F	Maria lara de Oliveira Filha	73	Sítio Rancharia	3	10	26	7	2
70	ENTII-CB-006	B	Agostinho Felipe da Silva	74	Sítio Passagem do Poço	2	7	16	0	0
71	ENTII-RP-019	A	Cícera Andrade de Santana	75	Sítio Atalho	3	6	14	85	5
72	ENTII-RP-020	A	Damião Andrade de Santana	76	Sítio Atalho	2	8	23	32	0
73	ENTII-RP-021	D	Juarez Francisco da Silva	77	Sítio Atalho	4	8	23	0	0
74	ENTII-RP-001	S	Adão Inácio da Silva	78	Sítio Atalho	4	9	24	0	0
75	ENTII-RP-027	F	Moacir Minel Gomes	79	Sítio Oitis	5	4	2	5	0
76	ENTII-RP-001	P	José Vanderley Ramos Silva	80	Sítio Atalho	3	8	18	76	5



Nº	Código do Imóvel	Nome do Beneficiário	Casa	Comunidade	Membros	Eletrodomésticos	Móveis e	Animais	Implementos
77	ENTII-V3-001	A Jovino Galdino José	81	Sítio Vassouras	5	7	49	5	0
78	ENTII-RP-001	B José Ramos da Silva Filho	82	Sítio Atalho	5	10	28	24	3
79	ENTII-V3-001	D Maria Madalena da Conceição	84	Sítio Vassouras	2	3	25	0	0
80	ENTII-V3-001	C José Firmino da Silva	85	Sítio Vassouras	4	6	31	10	6
81	ENTII-CB-001	V José Samuel da Silva Ferreira	86	Sítio Angico	4	10	24	19	0
82	ENTII-CB-001	L Thais Andreia Lucena Miranda	87	Sítio Angico	3	11	18	64	0
83	ENTII-CB-001	N Antônio Martins S. Neto	88	Sítio Angico	3	5	9	0	0
84	ENTII-RB-008	A Francisco Martins Cardoso	89	Sítio Ribeirão I	5	7	25	40	1
85	ENTII-RB-007	A Francisco Rodrigues da Silva	90	Sítio Ribeirão I	2	4	11	0	0
86	ENTII-CB-006	J José Ferreira Lima Filho	91	Sítio Ribeirão I	5	9	15	10	0
87	ENTII-RP-045	F Maria Rosimar Barbosa	92	Sítio Rancharia	3	10	30	1	0
88	ENTII-CB-001	H Cícero da Silva Barbosa	93	Sítio Angico	3	10	9	0	0
89	ENTII-RP-001	L Luiz Andrade da Silva	94	Sítio Atalho	4	8	19	0	0
90	ENTII-RB-006.1	A José Cruz Sampaio	95	Sítio Ribeirão I	4	9	22	40	0
91	ENTII-RB-008	B Antônio Martins Cardoso	96	Sítio Ribeirão I	3	6	15	7	1
92	ENTII-RB-009	A Ananias Gonçalves Filho	97	Sítio Ribeirão I	2	8	30	20	2
93	ENTII-RB-009	Cícero Ananias Gonçalves	98	Sítio Ribeirão I	3	9	36	41	1
94	ENTII-CB-001	R Francisca Maria dos Santos	99	Sítio Angico	6	6	28	16	1
95	ENTII-CB-001	B Francisca André Gomes	100	Sítio Angico do Poço	5	6	34	12	9
96	ENTII-CB-001	P Thiago Alves Gomes	101	Sítio Angico	2	7	20	15	0
97	ENTII-CB-001	C Lúcia Rodrigues Ramos	102	Sítio Angico do Poço	8	8	26	38	7
98	ENTII-RP-037	A Antônio Araruna de Oliveira	104	Sítio Cachoeirinha	1	5	17	0	0
99	ENTII-RP-022	D Maria Rocha dos Santos	105	Sítio Riacho Verde	7	7	25	1	0
100	ENTII-RP-022	G Angela Pereira dos S. Holanda	106	Sítio Riacho Verde	5	10	25	0	0
101	ENTII-V3-001	B José Emiliano da Silva (Joaquim Antônio Eliseu - Falecido)	107	Sítio Muquém Grande	3	5	17	1	5
102	ENTII-CB-006	M José Elberlandio Figueiredo	108	Sítio Passagem do Poço	3	11	25	0	5
103	ENTII-RP-036	E Edinaldo Cardoso de Oliveira	109	Sítio Rancharia	3	6	21	1	5
104	ENTII-RP-037	B Expedita Verinha Andrade	111	Sítio Rancharia	4	9	32	2	2



Nº	Código do Imóvel	Nome do Beneficiário	Casa	Comunidade	Membros	Eletrodomésticos	Móveis e	Animais	Implementos
		Martins							
105	ENTII-RP-040	Francisco José dos Santos	112	Sítio Cachoeirinha	3	5	13	0	6
106	ENTII-RP-040	Francisco Gilson de Oliveira	113	Sítio Cachoeirinha	2	8	23	5	10
107	ENTII-RP-046	Francisco Rodrigues Martins	114	Sítio Vieira	5	7	24	14	11
108	ENTII-RP-035	Angela Gomes de Souza	115	Sítio Rancharia	3	11	21	0	0
109	ENTII-RP-020	Antônio Santana dos Santos	117	Sítio Atalho	3	8	15	31	0
110	ENTII-RP-001	José Emídio Silva Alho	118	Sítio Atalho	3	8	19	1	4
111	ENTII-RP-001	Marcos Martins da Silva	119	Sítio Atalho	6	7	17	0	0
112	ENTII-RP-001	Francisco Inácio de Carvalho	120	Sítio Atalho	3	9	18	1	0
113	ENTII-CB-003	Francisco Ricalael Silva	121	Sítio Passagem do Poço	2	2	15	5	5
114	ENTII-CB-006	Maria Rivanete da Silva (Vicente Berto da Silva)	122	Sítio Passagem do Poço	1	9	21	24	6
115	ENTII-RP-025	Francisco Silva de Oliveira	123	Sítio Oitis	3	7	15	1	0
116	ENTII-RP-021	Joana Carolina Andrade da Silva	124	Sítio Atalho	3	7	25	1	0
117	ENTII-RP-025	João Paulo da Silva	125	Sítio Deserto	3	7	19	2	2
118	ENTII-CB-001	Maria do Socorro Roberto	126	Sítio Passagem do Poço	7	7	27	13	0
119	ENTII-CB-001	Elieel Roberto dos Santos	127	Sítio Passagem do Poço	2	6	13	4	3
120	ENTII-RP-009	Maria Luzia de Oliveira Rodrigues	128	Sítio Cristóvão	4	9	29	0	0
121	ENTII-RP-016	Cícero Vital dos Santos	129	Sítio Atalho	3	7	27	89	6
122	ENTII-RP-004	Ana Andrade Inácio da Silva	130	Sítio Atalho	3	8	19	0	0
123	ENTII-RP-021	Raimundo Barbosa Martins	131	Sítio Atalho	2	7	18	1	0
124	ENTII-CB-001	Maria da Conceição da Paz	132	Sítio Angico do Poço	5	5	22	12	6
125	ENTII-CB-001	Edmilson Ramos da Silva	133	Sítio Angico	0	8	18	30	4
126	ENTII-RP-029	Kleber Nunes Bezerra	134	Sítio Torrões	4	7	16	0	0
127	ENTII-RB-007	Cícero Rodrigues da Silva	135	Sítio Ribeirão I	2	4	4	0	0
128	ENTII-RP-045	Antônia Maria dos Santos	136	Sítio Rancharia	3	8	16	25	0
129	ENTII-RP-021	Raimundo Hélio B. Martins	137	Sítio Oitis	3	9	36	0	0
130	ENTII-RP-042	Joaquim José dos Santos	138	Sítio Vieira	2	3	0	3	0



Nº	Código do Imóvel	Nome do Beneficiário	Casa	Comunidade	Membros	Eletrodomésticos	Móveis e	Animais	Implementos
131	ENTII-CB-001	X	Maria Trajano Pereira	Sítio Passagem do Poço	5	6	30	9	5
132	ENTII-CB-006	F	Ana Maria da Conceição	Sítio Passagem do Poço	5	10	32	19	0
133	ENTII-RP-004		José Andrade da Silva	Sítio Atalho	4	7	20	0	4
134	ENTII-RP-022	J	Antônio Raimundo Barbosa	Baixa da Onça	0	0	0	0	0
135	ENTII-RP-022	I	Maria Aparecida L. Martins	Sítio Riacho Verde	3	8	27	2	0
136	ENTII-CB-006	G	Everaldo de Oliveira Santos	Sítio Manoel Chico	3	7	15	19	2
137	ENTII-RP-041	A	Antônio Eufrásio dos Santos	Sítio Cachoeirinha	2	0	0	0	0
Total					490	1.024	2.974	1.508	308



7. PLANEJAMENTO LOGÍSTICO

O planejamento logístico prevê a disponibilização de caminhões com motoristas e ajudantes, veículo de transporte coletivo, que ficará a cargo do Ministério da Integração Nacional.

De acordo com o levantamento, calculou-se a seguinte situação:

- Para o transporte dos móveis e utensílios das famílias a serem reassentadas, foram reservados 12 (doze) dias de trabalho, divididos em dois turnos: o primeiro, iniciando às 8 horas, e o segundo, às 14 horas. Serão disponibilizados 4 (quatro) caminhões para realizar o transporte da mudança de modo a garantir a organização e a tranquilidade no processo de transferência. Cada caminhão contará com um motorista e dois ajudantes.
- Para o transporte das famílias, será utilizado um veículo tipo Van;

Para efeito de cálculo, considerou-se um período total de 12 (dias) dias corridos para a conclusão da transferência das 137 (cento e trinta e sete) famílias.

Será disponibilizada, na ocasião, equipe de plantão e apoio às comunidades envolvidas no processo de mudança.

Os quadros a seguir apresentam a composição da equipe, as principais ações a serem desenvolvidas e a estrutura física necessária.

Quadro 5. Lista de profissionais envolvidos no plantão.

Profissionais	Nº de Integrantes	Principais Ações
Técnicos do Grupo Antrópico da CMT Engenharia	06	Plantão de atendimento às famílias, visando conhecer demandas e encaminhando possíveis soluções. Acompanhamento nas frentes de mudança desde o carregamento dos caminhões na origem até a recepção na VPR.
Técnicos do Programa de Educação Ambiental/CMT Engenharia	01	Orientar às famílias sobre boas práticas intradomiciliares à medida que forem se instalando nas residências.
Técnicos do Programa de Comunicação Social/CMT Engenharia	01	Realizar o registro fotográfico e das atividades.
Técnicos do Ministério da Integração Nacional	02	Acompanhar as ações de transferência das famílias, prestar apoio e fornecer informações institucionais.
Eletricista e Bombeiro Hidráulico do CRO/7	02	Realizar manutenção em instalações elétricas e hidráulicas que necessitem de reparos.
Total	12	-



O prédio da associação da VPR será utilizado pela equipe de plantão para o desenvolvimento de suas atividades. Para isso, será necessária a disponibilização dos seguintes equipamentos, conforme quadro a seguir.

Quadro 6. Lista de recursos necessários ao plantão.

Item	Quantidade
Mesas	04
Cadeiras	10

Para a logística do processo de mudança será necessária a disponibilização de veículos e equipe de profissionais, conforme o quadro a seguir.

Quadro 7. Recursos necessários para a mudança das famílias.

Veículo	Quantidade	Especificação do Veículo
Caminhão	04	Truck com carroceria longa e motorista para mudança dos móveis e utensílios domésticos.
Van	01	Confortável, com os itens de segurança obrigatórios, e com motorista.
Ajudante	12	Homens para realização do carregamento e descarregamento dos utensílios nos caminhões.

Quadro 8. Recursos necessários para a mudança das famílias.

Descartáveis	Diárias	Quantidade (unid.)	Valor (R\$)	
			Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Caminhão Trucado	12	4	700,00	33.600,00
Van	12	1	600,00	7.200,00
Ajudante	12	12	60,00	8.640,00
Mesa	12	4	2,50	120,00
Cadeira	12	10	1,50	180,00
Água (garrafa de 20 litros)	-	8	6,00	52,00
Copos descartáveis	-	8 pacotes	3,50	28,00
Pacotes de saco de lixo de 100 litros	-	7 pacotes	4,50	31,50
Total				49.851,50
Total + Margem de Segurança (10%)				54.836,65



8. CRONOGRAMA

Quadro 9. Cronograma de Transferência das Famílias para VPR Vassouras.

Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
1	Sítio Atalho	137	13	C-1	Vânia Rodrigues Oliveira	4	08:00	3	A DEFINIR	-	-	Rua Quinco Fernandes, nº 76 - Bairro Baixo dos Lopes. Brejo Santo- CE.		(88) 99930-9216	Os Beneficiários das casas 04 e 05 moram na mesma casa. Há duas mudanças neste endereço.
2	Sítio Oltis (Atalho)				João Roque de Oliveira	5		3		-	-	Rua Quinco Fernandes, nº 46 - Bairro Baixo dos Lopes. Brejo Santo- CE.	Depois do Cemitério, enfrente ao verdureão.	(88) 99930-9216	
3	Sítio Oltis			C-2	Maria Zeneide Nunes da Silva	15	08:00	1		-	-	Rua Francisco Basílio, nº 254, Bairro São Francisco. Brejo Santo - CE.	Vizinho à oficina Mundokar.	(88) 99900-0700	
4	Sítio Atalho			C-3	Ana Alessandra Pereira de Souza	23	08:00	6		-	-	Rua Vereador Lourenço Gomes, nº 640, Brejo Santo - CE.	Bar Fubia.	(88) 99605-4063/3531-0591	
5	Sítio Rancharia			C-4	Rinaldo Cardoso de Oliveira	27	08:00	3		-	Jaburu	Travessa Valdemar de Araújo Lima, Bairro Renê Lucena. Brejo Santo - CE	Mercantil Papai Noel	(88) 99994-3521	
6	Sítio Oltis (Atalho)			C-1	Espólio de João Rodrigues Neto/Maria Gizélia Pinheiro	2	10:00	7		-	Léia	Sítio Passagem de Pedra.	Perto da Capela São Francisco, indo para Poço do Pau.	-	Hipertensão e diabética.



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
7	Sítio Angico do Poço			C-2	Francisca André Gomes	100	10:00	5		10 aves e 1 canino.	Tanta	Sítio Angico do Poço.	Próximo ao canteiro de obras. A capela da Senhora Santana em Cachoeirinha, indo para o açude, obra do canal.	(88) 99901-5295	Mãe gestante de 6 meses, neta de 3 anos cardiopatia grave.
8	Sítio Angico			C-3	Thiago Alves Gomes	101	10:00	2		15 aves.	-	Sítio Passagem do Poço.	Chácara de Pinto Martins.	(88) 99642-2786	
9	Sítio Angico do Poço			C-4	Lúcia Rodrigues Ramos	102	10:00	8		35 aves e 3 caninos.	-	Sítio Angico do Poço.	Depois da Capela Senhora Santana, próximo a casa de Francilene.	(84) 98134-9111	
10	Sítio Passagem do Poço			C-1	Cícero Roberto dos Santos	20	14:00	2		20 aves; 3 caninos e 1 felino.	-	Sítio Angico.	Ao lado do Bréu.	-	
11	Sítio Passagem do Poço			C-2	Francisco Roberto dos Santos	21	14:00	5		50 aves,	Quinha	Sítio Passagem do Poço.	Pegar a estrada que vai para o açude, chegar na obra e perguntar.	(88) 99932-2905	Tem idosa com mobilidade reduzida e o titular é deficiente físico (braço).
12	Sítio Passagem do Poço			C-3	Cícero Evaldo Figueiredo	53	14:00	4		40 aves e 1 canino.	Valdo	Sítio Passagem do Poço	Próximo ao canal, altura de Pinto Martins.	(88) 99943-7910	



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
13	Sítio Cristóvão			C-4	Damião Santana dos Santos	39	14:00	2		2 bovinos;	Esposo de Corrinha de Damião	Sítio Passagem de Pedra, Poço do Pau.	Pegar a estrada que vai para o colégio Liceu saindo de Brejo 25 km. Perguntar na Escola Maria Leite onde fica a Passagem de Pedra .	(88) 99258-7706	
14	Sítio Rancharia			C-1	Cícero Cardoso de Oliveira	32	08:00	3		-	Cicinho	Rua Santa Terezinha, nº 166, Bairro São Francisco. Brejo Santo - CE.	Próximo ao Mercantil Lopes.	(88) 99782-5571	
15	Sítio Oitis			C-2	Luís Francisco da Silva	33	08:00	3		-	Luis Herculano	Rua Padre Aba nº 140. Brejo Santo - CE.	Conhecida como Rua Velha.	(88) 99442-6114	
16	Sítio Oitis (Atalho)			C-3	Leandro Carvalho da Silva	34	08:00	2		-	Leo	Travessa 26 de agosto, centro. Brejo Santo - CE.	Próximo a HBS - Rua do Banco do Brasil.	(88) 99986-3593	
17	Sítio Passagem do Poço		12	C-4	José Nogueira de Sousa	35	08:00	3	A DEFINIR	-	Nen	Rua Clotilde Leite Basílio Lucena nº 265, Aldeota. Brejo Santo - CE.	-	(88) 99623-8731	
18	Sítio Angico do Poço			C-1	Maria da Conceição da Paz	132	10:00	5		10 aves; 2 caninos;	-	Sítio Angico do Poço. Sítio Cachoeirinha.	Vizinho a casa de Apoio da Firma, perto da Igreja;		Procurar por Brêu (José Martins Rodrigues - Genro). A BNF é idosa e tem mobilidade reduzida .



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
19	Sítio Atalho			C-2	Manoel Andrade de Lima	54	10:00	2		-	Edilson	Sítio Baixa da Onça.	Vizinho a Fazenda Adão Moto - Próximo ao Umbuzeiro.	(88) 99642-4087 / 99771-2824	
20	Sítio Atalho			C-3	Maria Ana de Carvalho	67	10:00	4		-	Marinete	Sítio Baixa da Onça.	Vizinho a Fazenda Adão Moto - Próximo ao Umbuzeiro.	(88) 99642-4087 / 99771-2824	Mora com o filho Manoel Andrade. Teve AVC e tem paralisia.
21	Sítio Atalho			C-4	Damião Andrade de Santana	76	10:00	2		5 bovinos; 20 aves; 3 equínos; 1 muar; 3 caninos.	Dão de Casado	Sítio Umbuzeiro.	Próximo a Escola Major Firmino.	(88) 99304-1079	
22	Sítio Rancharia			C-1	Edinaldo Cardoso de Oliveira	109	14:00	3		3 caninos;	Fóle Véio	Sítio Umbuzeiro.	Próximo a Fazenda Dr. Manoel, primeira entrada a direita de Brejo a Salgueiro.	(88) 99305-8894	
23	Sítio Atalho			C-2	Luiz Henrique de Siqueira	18	14:00	2		-	Luiz Neto	Sítio Umbuzeiro.	3ª casa com um pé de Juá na frente	(88) 99222-6898 / 98125-7874	
24	Sítio Passagem do Poço			C-3	Olimpio Emídio Silva	26	14:00	6		30 aves; 3 equínos e 4 caninos	Esposo de Irene	Sítio Sobrado.	Vizinho ao de origem, chegando obra canal - cancela vizinha a Tota de Zezé.	(88) 99343-5281	



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
25	Sítio Oitis			C-4	Moacir Minel Gomes	79	14:00	5		4 bovinos; 1 caprino.	-	Sítio Passagem da Pedra.	Próximo a Carminha cabeleleira.	(88) 3531-2110	
26	Sítio Oitis			C-1	Antônio Cesário Martins	50	08:00	4		-	César	Rua Heracito Alves de Moura, nº 255, Centro. Brejo Santo - CE.		(88) 99619-5216	
27	Sítio Rancharia			C-2	Maria Elza Cardoso de Oliveira Sobrinha	66	08:00	2		-	Neurian	Rua Francisco Basílio nº 622, Bairro São Francisco. Brejo Santo - CE.	Próximo ao Bar de Margarida.	(88) 99604-2797	Filho com necessidades especiais.
28	Sítio Rancharia	12		C-3	Terezinha Iara Cardoso de Oliveira	60	08:00	2	A DEFINIR	-	-	Rua João Lucena, nº 593, Bairro São Francisco. Brejo Santo - CE.	Próximo a sorveteria.	(88) 99664-8770	Filho tem problemas e toma remédio controlado.
29	Sítio Rancharia			C-4	Maria Iara de Oliveira Filha	73	08:00	3		6 bovinos; 1 equino.	Mirian	Rua Santa Terezinha, nº 254, Bairro São Francisco. Brejo Santo - CE.	Na rua da Zenir.	(88) 99715-5320	
30	Sítio Passagem do Poço			C-4	Maria do Socorro Roberto	126	10:00	7		10 aves; 1 canino; 1 felino.	-	Sítio Angico.	Perto da Cachoeirinho, da barragem, perguntar por José Roberto.		



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
31	Sítio Passagem do Poço			C-1	Eliel Roberto dos Santos	127	10:00	2		1 canino e 1 felino;	Léo	Sítio Angico.	Vizinho de Maria do Socorro Roberto.	(88) 98139-2100	
32	Sítio Passagem do Poço			C-2	Francisco Ricalael Silva	121	10:00	2		4 bovinos; 1 equino;	Quel	Sítio Passagem do Poço nº 120.	Perto de Tota de Zeze, depois de Vassouras.	(88) 99682-6962	Deficiência mental
33	Sítio Passagem do Poço			C-3	Espólio de Vicente Bert (Maria Rivanete da Silva)	122	10:00	1		2 bovinos; 20 aves e 2 suínos;	Riva	Sítio Passagem do Poço nº 1000.	Próximo ao canteiro de obras do canal, vizinho a Tota.	(88) 99636-5822	
34	Sítio Passagem do Poço			C-4	Ana Maria da Conceição	140	14:00	5		10 aves; 5 caninos e 4 felinos	Eroide	Sítio Passagem do Poço.	Residência de Pinto Martins.	(88) 99975-4274	
35	Sítio Atalho			C-1	Juarez Francisco da Silva	77	14:00	4		-	Juarez Herculano	Sítio Cacimba	Próximo ao Bar da Carminha	(88) 99475-4845	
36	Sítio Passagem do Poço			C-2	Maria Trajano Pereira	139	14:00	5		4 caninos e 8 felinos.	Váinha.	Sítio Cachoeirinha.	Próximo a Vila (trás). Vizinha a Igreja.	(88) 99725-0493	
37	Sítio Riacho Verde			C-3	Cícero Gonçalves Andrade	28	14:00	5		11 aves; 1 equino e 1 canino;	-	Sítio Carrasco.	Fazenda de Tonzim de Damião.	(88) 99631-0196	



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
38	Sítio Passagem do Poço	12		C-1	José Rafael Silva de Oliveira	44	08:00	4	A DEFINIR	4 bovinos e 1 canino.	Chapolin	Rua José Carlota nº 373, Brejo Santo - CE.	Próximo a Fábrica de Queijo do Devinha.	(88) 99997-6567	
39	Sítio Atalho			C-2	Francisco Alexandre de Amorim	56	08:00	6		-	-	Rua Pedro Pereira de Lucena nº 410, Bairro Renê Lucena, Brejo Santo - CE.		(88) 99697-7197 (Orlando Pioio)	
40	Sítio Atalho			C-3	Francisco Alexandre Pereira	63	08:00	5		-	-	Rua Olindina Cavalcante nº 1059, Bairro Renê Lucena, Brejo Santo - CE.	Próximo a Capela Imaculada Conceição.	(88) 99987-7934	
41	Sítio Rancharia			C-4	Francisco Inácio da Silva	70	08:00	5		-	Tico	Rua Projetada nº 57, Bairro Morro Dourado, Brejo Santo - CE.	Vizinho Berge.		
42	Sítio Ribeirão I			C-1	Francisco Martins Cardoso	89	10:00	5		8 bovinos; 14 ovinos; 10 aves; 2 suínos; 1 equino; 2 muaras; 2 caninos e 1 felino.	Naldim Cardoso	Sítio Ribeirão I.	Próximo a Escola Maria Leite	(88) 3531-2110	
43	Sítio Ribeirão I			C-2	Francisco Rodrigues da Silva	90	10:00	3		-	Cuíca	Sítio Ribeirão I.	Próximo a Escola Maria Leite	(88) 3531-2110	
44	Sítio Ribeirão I			C-3	José Ferreira Lima Filho	91	10:00	5		10 aves.	Dude	Sítio Ribeirão I.	Próximo a Escola Maria Leite	(88) 3531-2110	



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
45	Sítio Ribeirão I			C-4	José Cruz Sampaio	95	10:00	4		6 bovinos; 30 aves; 2 equinos; 1 muar e 1 felino.	Zezinho de Chico Alves	Sítio Ribeirão I.	Próximo a Escola Lauro Martins Cardoso.	(88) 99935-4591	
46	Sítio Ribeirão I			C-1	Antônio Martins Cardoso	96	14:00	3		5 bovinos, 1 muar e 1 canino.	Antônio Cardoso	Sítio Ribeirão I.	Próximo a Escola Maria Leite Araújo.	(88) 3531-2110	
47	Sítio Ribeirão I			C-2	Ananias Gonçalves Filho	97	14:00	2		3 bovino; 15 aves; 1 equino e 1 muar.	Bigano	Sítio Ribeirão I.	Antiga Escola Lauro Martins.	(88) 3531-2110	
48	Sítio Ribeirão I			C-3	Cícero Ananias Gonçalves	98	14:00	3		8 bovinos; 30 aves; 3 felinos.	Cícero	Sítio Ribeirão I.	Próximo a Escola Maria Leite.	(88) 99658-4519	
49	Sítio Ribeirão I			C-4	Cícero Rodrigues da Silva	135	14:00	2		-	Lê	Sítio Ribeirão I.	Próximo a Escola Maria Leite.	(88) 99935-4591	
50	Sítio Riacho Verde			C-1	Maria Raimunda da Silva	71	08:00	5		1 canino;	Nêga	Rua Vereador Laerte Gomes de Araújo nº 208, Bairro Renê Lucena. Brejo Santo - CE.			
51	Sítio Riacho Verde	12		C-2	Cícero Ramos da Silva	72	08:00	5	A DEFINIR	-	Dóda	Rua Vereador Laerte Gomes de Araújo nº 220, Bairro Renê Lucena I. Brejo Santo - CE.	Próximo ao Balano churrasco.	(88) 99404-1406	
52	Sítio Atalho			C-3	Adão Inácio da Silva	78	08:00	4		-	Dão esposo de Terezinha	Rua Catequista Altina Viana s/n, Bairro Renê Lucena II. Brejo Santo - CE.	No final da rua onde fazia a vaquejada antigamente, onde vão fazer uma praça.	(88) 98819-7078	



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
53	Sítio Passagem do Poço			C-4	Agostinho Felipe da Silva	74	08:00	2		-	Augusto	Rua Genésio Ricardo nº 70, Bairro São Francisco, Brejo Santo - CE.	Próximo a Zenir.	(88) 99809-9769	
54	Sítio Oitis			C-1	Tiago Nunes da Silva	16	10:00	2		4 bovinos; 1 canino;		Sítio Deserto.	Próximo a Quadra.	(88) 98814-5964	
55	Sítio Oitis			C-2	Rone Von Emídio da Silva	17	10:00	4		-	Ié	Sítio Deserto.	Depois da caixa d'água.	(88) 99286-0291 / 99995-1575	
56	Sítio Oitis			C-3	Francisco Rodrigues da Silva	1	10:00	1		1 felino;	Galego	Sítio Deserto - Próximo a casa de Rita Inocêncio.	De Brejo a Salgueiro do lado direito entrada de Ozório.	(88) 99417-8417	Os Beneficiários das casas 01 e 03 são irmão e moram no mesmo endereço. Mobilidade reduzida, carro pequeno.
57	Sítio Oitis			C-4	Maria Rodrigues Sobrinho	3	10:00	3			Irene	Sítio Deserto - Próximo a casa de Rita Inocêncio.	De Brejo a Salgueiro do lado direito entrada de Ozório.	(88) 99417-8417	
58	Sítio Oitis			C-1	Manoel Nunes dos Santos	65	14:00	3		5 aves; 1 canino;	Nezinho	Sítio Deserto, nº 31.	Perto do Seu Zé Gerônimo, entrar onde fica o canteiro de obras.	(88) 99321-7496	Deficiente Físico e problemas de próstata - Debitado.
59	Sítio Riacho Verde			C-2	Maria Aparecida L. Martins	143	14:00	3		1 bovino e 1 canino;	Aparecida	Sítio Ribeirão II.	Depois da Fazenda de Dr. Clédson.	(88) 99327-8450	
60	Sítio Manoel Chico			C-3	Everaldo de Oliveira Santos	144	14:00	3		3 bovinos; 4 ovínos; 10 aves; 1 muar e 1 canino.	Totinha	Sítio Manoel Chico	Próximo a Escola Maria Leite.	(88) 99236-8855	



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
61	Sítio Rancharia			C-4	Manoel Fausto do Nascimento	49	14:00	5		3 caninos; 1 felino	Cotá	Sítio Beleza.	Bar de Pela Pau.	(88) 99789-6943	
62	Sítio Angico			C-1	Thais Andreia Lucena Miranda	87	08:00	3		40 aves; 3 equinos e 1 canino.	-	Rua Manoel Inácio Bezerra nº 972, Bairro São Francisco. Brejo Santo - CE.	Vizinho ao Sindicato Rural de Brejo Santo - CE.	(88) 98137-7992	
63	Sítio Angico			C-2	Antônio Martins S. Neto	88	08:00	3		-	Toni	Rua Antônio Ambrósio nº 115, Bairro São Francisco. Brejo Santo - CE.		(88) 99668-2620	
64	Sítio Atalho			C-3	Luiz Andrade da Silva	94	08:00	4		-	-	Rua José Gomes de Medeiros nº 171, Centro. Brejo Santo - CE.	-	(88) 99815-9289	
65	Sítio Cachoeirinha		12	C-4	Antônio Araruna de Oliveira	104	08:00	1	A DEFINIR	-	Tonho / Toin	Rua Valdemar Napoleão de Araújo nº 194, Bairro Renê Lucena II. Brejo Santo - CE.	Próximo ao Depósito de Bebidas.	(88) 99944-2494	BNF CAPS - Remédio Controlado.
66	Sítio Rancharia			C-1	Maria Lúcia dos Santos Sousa	30	10:00	5		30 aves; 3 caninos e 1 felino;	Nêga de Zé de Dusquinha	Sítio Açude de Pedra.	Próximo a casa de Zé de Dusquinha, depois do Ribeiro.	(88) 99636-2413	
67	Sítio Oitis			C-2	Antônio Célia Silva da Costa	25	10:00	6		2 caninos;	Teta	Sítio Deserto.	Entrada de Paulo Dizinho, próximo ao grupo (colégio).	(88) 99321-7496	
68	Sítio Oitis (Atalho)			C-3	Cícero Roque de Oliveira	6	10:00	4		-	Cicinho	Sítio Deserto.	Próximo ao Zé Gerônimo e do posto da Vila	(88) 99321-7496	



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
69	Sítio Oitis			C-4	Paulo Jerônimo da Silva	7	10:00	4		2 caninos;	.	Sítio Deserto	Perto do Sr. Zé Gerônimo - Entrar no canteiro de obras.	(88) 99321-7496	
70	Sítio Vieira			C-1	José Pereira da Silva Filho	42	14:00	5		30 ave; 6 suínos, 1 equino e 3 caninos.	Zé Fulô	Sítio Deserto.	Enfrente ao Poço de Suvela		
71	Sítio Torrões			C-2	Francisco Araújo dos Santos	48	14:00	5		2 bovino; 1 caprino; 1 ovino; 30 aves; 2 suínos; 1 muar e 4 caninos;	Tico de Talzinho	Sítio Deserto.	Próximo a Quadra de Futebol.	(88) 98814-5964	
72	Sítio Deserto			C-3	João Paulo da Silva	125	14:00	3		1 bovino; 1 equino.	Vaqueiro Zé Gerônimo	Sítio Deserto.	Próximo a Quadra de Futebol.	(88) 99995-1575	
73	Sítio Atalho			C-4	Manoel Pedro da Silva	59	14:00	4		3 caninos.	-	Sítio Carrasco.	Poço do Pau. Vizinho a Fernando.		
74	Sítio Riacho Verde			C-1	Maria Rocha dos Santos	105	08:00	7		1 canino;	Caramba	Rua Enfermeira Rita de Sá nº 163, Bairro Renê Lucena. Brejo Santo - CE.		(88) 99616-2670	
75	Sítio Riacho Verde		12	C-2	Angela Pereira dos S. Holanda	106	08:00	5	A DEFINIR	-	Nô	Rua Vereador Laerte Gomes de Araújo nº 224, Bairro Renê Lucena. Brejo Santo - CE.		(88) 99930-9216	
76	Sítio Passagem do Poço			C-3	José Elberlândio Figueiredo	108	08:00	3		-	Berlando	Rua Manoel Tributino nº 649, Bairro São Francisco. Brejo Santo - CE.	Próximo ao Espaço de Evento RESTOR ao lado da Igreja dos crentes.	(88) 99936-2819	



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
77	Sítio Cachoeirinha			C-4	Francisco José dos Santos	112	08:00	3		-	Quinha Ribeiro	Rua Enfermeira Rita de Sá nº 82, Bairro Renê Lucena. Brejo Santo - CE.	Próximo ao Bar da Mangueira.	(88) 99675-0139	
78	Sítio Rancharia			C-1	Maria Geane Figueira dos Santos	9	10:00	4		12 aves; 1 canino;		Sítio Vieira.	Antes do PSF, próximo a Expedito Gerônimo.	(88) 98147-9735	
79	Sítio Rancharia			C-2	Francisco Figueira dos Santos	10	10:00	6		2 caninos;	Zé Bode	Sítio Vieira.	Antes do PSF, próximo a Lélia.	(88) 98128-1636	
80	Sítio Rancharia			C-3	Cícero Figueira dos Santos	11	10:00	3		100 aves; 08 caninos;	Curinga	Sítio Vieira.	Antes do PSF, próximo a Lélia.	(88) 98118-9637	
81	Sítio Rancharia			C-4	Ana Maria da Conceição	12	10:00	1		10 aves; 1 canino;	-	Sítio Vieira.	Antes do PSF, próximo a Lélia, vizinha a Antônia Maria dos Santos.	(88) 98118-9637	
82	Sítio Angico			C-1	Francisca Maria dos Santos	99	14:00	6		10 aves e 2 caninos;	Nina	Sítio Vieira, s/n.	Próximo a entrada da VPR - Sr. Dezinho Monteiro.	(88) 99444-8550	Mobilidade reduzida e bebê recém nascido.
83	Sítio Angico			C-2	José Rodrigues Martins	19	14:00	3		15 aves;	Zé Miguel	Sítio Vieira.	Poco do pau.		
84	Sítio Atalho			C-3	José Filintro de Sousa	55	14:00	3		8 bovinos e 1 canino.	Zé Galego	Sítio Vieira.	Vizinho ao Mini Posto de Saúde na beira da estrada	(88) 98153-6519	Esposa está com a perna quebrada.
85	Sítio Atalho			C-4	José Ramos da Silva	82	14:00	5		20 aves e 4 caninos;	Zé do Leite	Sítio Vieira.	Próximo a casa de Expedito Jerônimo da Silva.	(88) 99375-9423	



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
86	Sítio Cachoeirinha			C-1	Francisco Gilson de Oliveira	113	08:00	2		4 aves; 1 canino;	Galego	Rua Aristarco Braz nº 85, Bairro Bela Vista, Brejo Santo - CE.	Próximo a Caixa d'água	(88) 99217-7361	
87	Sítio Atalho			C-2	Antônio Santa na dos Santos	117	08:00	3		6 bovinos ; 10 ovinos; 15 aves.	Luciano	Rua Francisco Basílio nº 516, Bairro São Francisco, Brejo Santo - CE.	Próximo a casa de material construção Tasso Caboné.	(88) 99 623 -8905	
88	Sítio Atalho		13	C-3	José Andrade da Silva	141	08:00	4	A DEFINI R	-	Zé da Chafô	Rua João Lucena nº 705, Bairro São Francisco, Brejo Santo - CE.	-	-	
89	Sítio Passagem do Poço			C-4	Cícero Moura da Silva	37	08:00	3		-	Baixinho de Rosa	Rua Heracito Alves de Moura nº 135, centro. Brejo Santo - CE.	Próximo à loja de construção o HBS	(88) 99244-9337	Esposa está gestante de 8 meses
90	Sítio Oitis			C-1	Maria Aparecida Alves Cunha	24	10:00	4		-	Aparecida de Ximbéu	Sítio Vieira.	Vizinho a Assi Dionísio, próximo a Valdenice Alves da Silva. Perto do Galego, esquina para Vila.	(88) 99475-4271	Titular hipertensa.



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
91	Sítio Vieira			C-2	Lourdes Norato da Silva	31	10:00	3		20 aves e 1 canino;	-	Sítio Vieira.	Próximo a Igreja e ao João guarda.	(88) 99236-8203	
92	Sítio Torrões			C-3	Missias Bezerra	45	10:00	2		1 equino;	-	Sítio Vieira.	Próximo ao Bar Trigaão.	(88) 99338-1026	
93	Sítio Rancharia			C-4	Francisco Cardoso de Oliveira	111	10:00	4		-	Galego Cardoso	Sítio Deserto e Vieira.	Entrada da Vila.		
94	Sítio Rancharia			C-1	José Antônio dos Santos	13	14:00	3		20 aves; 1 equino;	Negão	Sítio Vieira.	Próximo a Capela São Sebastião.	(88) 99769-5643	Os Beneficiários das casas 13 e 22 moram na mesma casa. Há duas mudanças no mesmo endereço. A mãe dos BNFS possui mobilidade reduzida.



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
95	Sítio Rancharia				Cícero Antônio dos Santos	22	14:00				Ciço	Sítio Vieira.	Próximo a Capela São Sebastião.	(88) 99769-5643	
96	Sítio Atalho			C-2	Maria Izaila de Santana	68	14:00	3		-	Zaira	Sítio Vieira nº 29 Poço do Pau.	Próximo de Galego Cardoso e Filismino - entrada de acesso de Brejo para Vassouras	(88) 99321-7496	Mãe é cadeirante, mobilidade bastante reduzida.
97	Sítio Oitis			C-3	João Araújo dos Santos	14	14:00	3		30 aves; 3 caninos;	Neto	Sítio Vieira.	Próximo ao PSF, terreno da família Fabilício.	(88) 99637-1442	
98	Sítio Cachoeirinha			C-3	Antônio Eufrásio dos Santos	145	08:00	2				Sítio Cachoeirinha			
99	Sítio Atalho			C-1	Marcos Martins da Silva	119	08:00	6	A DEFINIR	-	-	Rua Manoel Torres nº 120. Bairro Capilé. Brejo Santo - CE.	Próximo ao Depósito Ciriguela.	(88) 99649-1467.	
100	Sítio Atalho			C-2	Francisco Inácio de Carvalho	120	08:00	3		1 canino;	Erivaldo	Rua Vinte e seis de agosto nº 404, Bairro Coração de Jesus. Brejo Santo - CE.		(88) 99669-7404	
101	Sítio Torrões			C-3	Kleber Nunes Bezerra	134	08:00	4		-	Tete	Rua João Lucena nº 868, Bairro São Francisco. Brejo Santo - CE.	Próximo a Pré Moldado Tasso Caboré.	(88) 99745-0224	
102	Sítio Cristóvão			C-4	Maria Luzia de Oliveira Rodrigues	128	08:00	4		-	Luzia costureira	Rua Manoel Inácio Bezerra nº 887, Bairro São Francisco. Brejo Santo - CE.		(88) 99640-4597	
103	Sítio Passagem do Poço			C-4	José Cardoso de Oliveira	52	10:00	4		4 bovinos e 20 aves.	Hernane	Sítio Vieira.	Próximo ao Posto de Saúde.	(88) 99836-2418	



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
104	Sítio Passagem do Poço			C-1	João Batista de Moura	61	10:00	4		1 canino;	Joãozinho	Sítio Poço do Pau, nº 160.	Próximo da Escola Maria Leite.	(88) 99776-0270	
105	Sítio Rancharia			C-2	Expedita Verinha Andrade Martins	51	10:00	4		2 caninos;	Verinha	Sítio Muquém Grande.	Mora na Fazenda do Tãozim Damião.	(88) 99777-2764	
106	Sítio Atalho			C-3	Maria Andrade de Santana	62	10:00	7		20 aves;	Maria de Dão	Sítio Deserto.	Faz. Ozório, próximo a casa Cazuza, de Brejo a Salgueiro do lado direito.	(88) 99283-2303	
107	Sítio Atalho			C-4	Maria das Dores Bezerra	46	14:00	3		15 aves;	Dorinha de Toinho	Sítio Deserto. Poço do Pau.	Saindo de Brejo em direção ao canal, canteiro de obras da serveng - procurar Dorinha de Toinho.	(88) 99406-5348	
108	Sítio Atalho			C-1	Cícera Andrade de Santana	75	14:00	3		2 bovinos; 80 aves e 3 equinos.	Esposa de Ribamar	Sítio Vieira, 130. Poço do Pau.	Próximo a Paulo de Preta.	(88) 99304-1079	
109	Sítio Rancharia			C-2	Maria Rosimar Barbosa	92	14:00	3		1 canino;	-	Sítio Vieira, 30 Poço do Pau.	Depois da entrada da vila - Galego Cardoso.	(88) 98138-3673	
110	Sítio Angico			C-3	Cícero da Silva Barbosa	93	14:00	3		-	Domá	Sítio Vieira.	Casa do Pai. Próximo ao Posto de Saúde.	(88) 98121-0918	
111	Sítio Angico		12	C-4	José Samuel da Silva Ferreira	86	08:00	4	A DEFINIR	1 bovino; 16 aves; 1 muar e 1 canino.	Samuel	Sítio Vieira.	Próximo ao Bar do Trigoão.	(88) 99603-8834	



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
112	Sítio Atalho			C-1	José Emídio da Silva	8	08:00	4		-	Ronaldo de Gonzaga	Sítio Muquém Grande - Fazenda de Tonãim Damião.		(88) 98103-8181	Filho do BNF é asmático
113	Sítio Riacho Verde			C-2	Enoque Andrade Santos	29	08:00	3		15 aves; 1 equino e 2 canino;	Geraldo	Sítio Muquém Grande.	Mora na Fazenda do Tãozim Damião.	(88) 99777-2764	Esposa é hipertensa e tem problemas na coluna.
114	Sítio Muquém Grande			C-3	José Emiliano da Silva (Joaquim Antônio Eliseu - Falecido)	107	08:00	3		1 felino.	-	Sítio Muquém Grande.	Próximo a Vila. No Muquém procurar na entrada a casa do Sr. Jovino e procurar a dona Rosalina ou José Emiliano.	(88) 99611-8712	Filho é Epileptico e o bnf e esposa são hipertensos.
115	Sítio Atalho			C-4	Joana Carolina Andrade da Silva	124	10:00	3		1 canino;	Carol	Sítio Muquém Grande.	Próximo da Vila 6 km, próximo a Fazenda de Tãozinho Damião.	(88) 99777-2764	BNF gestante de 4 meses.
116	Sítio Vieira			C-2	Francisco Rodrigues Martins	114	10:00	5		2 bovinos; 10 aves; 1 suíno; 1 canino.	Francisquim	Sítio Vieira.	Procurar Bar do Galego Cardoso - vizinho.		
117	Sítio Otis			C-3	Francisco Silva de Oliveira	123	10:00	3		1 muar.	Franzima	Sítio Vieira.	Próximo ao Posto de Saúde.	(88) 99257-4796	
118	Sítio Atalho			C-4	José Emídio Silva Alho	118	10:00	3		2 caninos;	Timpa	Sítio Vieira nº 72.	Enfrente ao PSF.	(88) 99375-9923	
119	Sítio Angico			C-1	Edmilson Ramos da Silva	133	14:00	3		30 aves;	Miranda	Sítio Vieira nº 30.	Depois da entrada da vila - vizinho a capela São Sebastião.	(88) 99672-8092 / 98150-2981	
120	Sítio Rancharia			C-2	Angela Gomes de Souza	115	14:00	3		-	Nenen	Sítio Boa Vista, s/n. Brejo Santo - CE.	Vizinho Seu Agemiro e a churrascaria do Valdinho.	(88) 99713-9665	



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
121	Sítio Atalho			C-3	Cícero Vital dos Santos	129	14:00	3		1 canino e 1 felino;	Cícero de Duá	Sítio Atalho.	Vizinho Acude do Atalho.	(88) 99722-3800	
122	Sítio Rancharia			C-4	Antônia Maria dos Santos	136	14:00	3		25 aves;	Toinha	Sítio Vieira.	Antes do PSF, próximo a Léla.	(88) 98118-9637	
123	Sítio Vassouras			C-1	Maria Madalena	84	08:00	2		-	Flinha	Sítio Vassouras.	Ao lado da cerca da VPR Vassouras.	(88) 99687-3432	Mobilidade reduzida.
124	Sítio Vassouras			C-2	José Firmino da Silva	85	08:00	4		7 aves; 2 caninos; 1 felino.	-	Sítio Vassouras (mesma casa)	Indo pelo Sítio Deserto, chegando no portão Vieira, descer a direita, passar na guarita, 1ª casa de taipa.	(88) 98151-2358	Não irá necessitar de transporte.
125	Sítio Vassouras			C-3	Jovino Galdino José	81	08:00	5		3 aves e 2 caninos;	-	Sítio Vassouras	Sítio Muquém Grande, Carrasco. 37.	(88) 99637-6701	Reside dentro da vila.
126	Sítio Atalho		12	C-4	José Vanderley Ramos Silva	80	08:00	3	A DEFINIR	9 caprinos; 21 ovinos; 45 aves; 1 canino.	Lorin	Sítio Varjota, Jati - CE.	De Brejo a Jati, antes de chegar na cidade via a esquerda. No sítio procurar por Geraldo Nogueira (vizinho)		
127	Sítio Atalho			C-1	Ana Andrade Inácio da Silva	130	10:00	3		-	Sandra	Rua Heracito Alves de Moura nº 153, Centro. Brejo Santo - CE.		(88) 99815-9289	



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animals *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
128	Sítio Atalho			C-2	Raimundo Barbosa Martins	131	10:00	2		1 canino.	Din	Rua Sinésio Gomes nº 138, Bairro René Lucena. Brejo Santo - CE.	Próximo ao Geraldo.	(88) 99799-1623	Paciente do CAPS.
129	Sítio Oltis			C-3	Raimundo Hélio B. Martins	137	10:00	3		-	-	Rua Heradito Alves de Moura nº 246, Centro. Brejo Santo - CE.		(88) 99200-5215	
130	Sítio Vieira			C-4	Joaquim José dos Santos	138	10:00	2		2 aves e 1 equino.	Joaquim Aranha	Sítio Muquém	Terreno de João Bosco Lima, BR 116 - Lagoa do Mato - triângulo entrar a esquerda, após a ponte, linha de ferro - canal da obra - após a ponte 1ª casa com pé de manga e Juá.		Fez cirurgia recente (colostomia). Delibitado.
131	Sítio Passagem do Poço			C-1	Francisco Evandro Figueiredo	36	14:00	5		1 canino;	Evandro	Rua Pedro Gomes de Lucena, nº 47, Aldeia. Brejo Santo - CE.	Próximo ao Hospital Geral (1ª rua após)	(88) 99959-9352	
132	Sítio Cristóvão			C-2	Joel Andrade dos Santos	40	14:00	3		2 caninos;	-	Rua Balbina Viana Arraes, nº 311	Depois da Churrascaria do Devínnha.	(012) 98151-9369 / (88) 99258-7706	Francisca Andrade Rodrigues (mãe) compareceu a atividade e foi esciarcida a mesma sobre a abrangência da atividade de mudança.



Nº de ordem	Comunidade	Nº Total de Família	Nº de Famílias por dia	Caminhão	Nome do Responsável	Nº da Casa	Horário	Membros	Data	Animais *	Apelido	Endereço para mudança	Ponto de referência	Contato	Observação
133	Sítio Cristóvão			C-3	Cícero Andrade dos Santos	41	14:00	2		-	-	Sítio Baixo dos Bois	Depois da casa do Sr. Lucimar	(012) 98151-9369 / (88) 99258-7706	Francisca Andrade Rodrigues (mãe) compareceu a atividade e foi esclarecida a mesma sobre a abrangência da atividade de mudança.
134	Baixa da onça			C-4	Antônio Raimundo Barbosa	142	14:00	-		-	-	-	-	-	-
135	Sítio Cristóvão			C-1	José Tavares Sousa	38	08:00	2		-	Zé do Sr. Tonho	Rua Vereador Mauro Agostinho, nº 258, Bairro Sol Nascente. Brejo Santo - CE.	Próximo ao Café Ojuara.	(88) 99935-5093	-
136	Sítio Angico/ Cachoeirinha		3	C-2	José Antônio dos Santos (Deficiente visual)	64	08:00	8	A DEFINIR	1 felino;	Zé Pretinho	Rua João Pires nº 51, Bairro Sol Nascente. Portelras - CE.	Próximo ao Cessão do Povo	(88) 99945-6654	BNF é deficiente visual.
137	Sítio Atalho			C-4	Manoel Luciano de Oliveira Rodrigues	58	08:00	1		-	-	-	-	-	-

*Serão transportados somente animais domésticos.



9. ENCAMINHAMENTOS

Para que os procedimentos para a realização da transferência das famílias para a VPR Vassouras tenham seu curso, serão tomadas as seguintes providências:

- Aprovação pelo MI deste Plano de Transferência e do cronograma de mudança.
- Solicitação pelo MI de apoio da Prefeitura Municipal de Brejo Santo - CE no acionamento de suas Secretarias para suporte das seguintes ações:
 - a) Garantir a segurança às famílias e aos profissionais envolvidos no processo de transferência no local da VPR;
 - b) Atendimento à saúde em situações de emergência, com a disponibilização de equipamentos e técnicos, se possível com unidade móvel.
- Disponibilização, pela Comissão Regional de Obras Batalhas das Salinas – CRO/7, de eletricitista e de bombeiro hidráulico para atendimento de eventuais imprevistos.
- Disponibilização pelo MI de caminhões com motoristas e ajudantes, veículo de transporte coletivo (van) para as famílias no dia da transferência.
- Definição pelo MI sobre a possibilidade/necessidade de realização de cerimônia de entrega da VPR à comunidade.



10. ANEXOS

Anexo I. *Layout* do Núcleo Habitacional da VPR Vassouras.

11. EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL



Edivam José da Silva
Tecnólogo em Rec. Hídricos / Irrigação
CREA-CE 0606785922
Analista Ambiental / CTF 5283642

Ciente:

De Acordo:



Aparício Sextus Pereira Lima
Engº Agrônomo CREA-PE 25197-D
Inspetor Ambiental/ CTF 5284236



Mariana Veríssimo Pacheco
Eng. Agrônoma CREA - MG 140011434-9
Coordenador Setorial / CTF 5169153



Anexo I. *Layout* do Núcleo Habitacional da VPR Vassouras.



ANEXO 07 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS DA VPR VASSORAS



Caracterização e análise da qualidade de vida das famílias da Vila Produtiva Rural - VPR Vassouras, por meio do indicador Índice Qualidade de Vida (IQV).

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Reassentamento das Populações, integrante do conjunto dos programas ambientais que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), tem como objetivo propiciar às famílias afetadas pelo empreendimento condições que permitam sua reprodução social e econômica em situação, no mínimo, similar à atual.

O Programa prevê os serviços de execução, preparação e transferência das famílias para as Vilas Produtivas Rurais - VPRs, com vista à sua reinserção econômica, organização social e à consolidação de práticas socioambientais, buscando melhorias em sua qualidade de vida.

Visando aferir a qualidade de vida da população reassentada nas Vilas Produtivas Rurais, foram realizadas coletas de informações levantadas junto às famílias e à órgãos e instituições de referência, possibilitando subsidiar análises comparativas, bem como no redirecionamento de processos de planejamento, gestão e avaliação para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das Vilas.

O Índice de Qualidade de Vida (IQV) é um modo de aferir estatisticamente a qualidade de vida em diversas dimensões de análise, comparando fatores de grupos de variáveis relacionadas e com diferentes graus de importância, sendo um instrumento de avaliação e medida do bem-estar de uma população.

Este documento apresenta o Índice de Qualidade de Vida (IQV) das famílias reassentadas na Vila Produtiva Rural – VPR Vassouras, localizada no município de Brejo Santo – CE, nos períodos Pré-transferência, Pós-transferência I e Pós-transferência II.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para elaboração e apresentação do Índice de Qualidade de Vida (IQV) considerou a coleta de dados primários e secundários. A coleta de dados





primários foi realizada por meio da aplicação de Questionário Socioambiental (vide Anexo Único), a partir de entrevistas com as famílias beneficiárias da Vila Produtiva Rural Vassouras. Os dados secundários, de natureza bibliográfica, foram pesquisados por meio de artigos científicos, pesquisas de bancos de dados e estudos de órgãos e instituições de referência.

Para obtenção do Índice de Qualidade de Vida (IQV) das famílias beneficiadas, foi considerada a contribuição de 08 (oito) fatores, a saber: Habitação, Transporte, Educação, Saúde, Segurança, Lazer, Comunicação e Saneamento. Cada fator desempenha um importante papel, conforme descrito a seguir, na operacionalização das variáveis e na composição do IQV. O método utilizado neste estudo foi baseado na metodologia adotada por Fernandes (1997)¹, conforme as seguintes etapas:

- 1- Estabelecimento dos fatores que constituem o IQV;
- 2- Composição dos itens e variáveis que formam os fatores;
- 3- Organização dos escores e pesos das variáveis de cada item, em ordem decrescente de valores.

Para determinação dos cálculos e da contribuição dos fatores anteriormente citados na composição do IQV, foram empregadas fórmulas matemáticas comumente utilizadas em estudos desta natureza, com o público-alvo semelhante ao analisado.

A contribuição de cada um dos fatores na formação do IQV das famílias, será calculada atribuindo valores aos escores e pesos, por meio da equação 01, apresentada a seguir:

$$Cf = \left[\frac{\sum_{i=1}^n E_{ij} \cdot P_{ij}}{n \left(\sum_{i=1}^m E_{\max i} \cdot P_{\max i} \right)} \right]$$

Onde:

Cf = contribuição do fator (f) para o índice de Qualidade de Vida da população;

n= número de famílias;

m= número de fatores;

¹ FERNANDES, A. V. Qualidade de vida rural com sustentabilidade na Amazônia: O caso da Reserva Extrativa do Rio Cajari no Estado do Amapá. Fortaleza: UFC/CCA/DEA. 1997. 93p.



E_{ij} = escore da i -ésima variável, obtido pela j -ésima família;

P_{ij} = peso da i -ésima variável, definido pela j -ésima família;

$i = 1, 2, 3, \dots, m$;

$j = 1, 2, 3, \dots, n$;

$P_{\max i}$ = peso máximo da i -ésima do fator;

$E_{\max i}$ = escore máximo da i -ésima do fator.

Os pesos foram ponderados pelas próprias famílias beneficiadas pelo Programa de Reassentamento das Populações do PISF, permitindo demonstrarem seu contentamento e sua satisfação com cada um dos fatores que expressam sua qualidade de vida, verificada por meio do IQV. Esta verificação foi mensurada por meio da aplicação de um Questionário Socioambiental (vide Anexo Único).

Os valores para a medição do grau de satisfação foram estabelecidos, em escala ascendente de 1 a 3, representando, respectivamente, pouco satisfeito, satisfeito e muito satisfeito. Estes pesos mensuraram o grau de satisfação dos próprios beneficiários quanto aos fatores que compõem o IQV, nos períodos:

- ✓ **Pré-transferência:** período anterior a transferência das famílias para a VPR (Período: outubro /2014);
- ✓ **Pós-transferência I:** um ano após a transferência das famílias para a VPR (Período: dezembro /2017);
- ✓ **Pós-transferência II:** dois anos após a transferência das famílias para a VPR (Período: dezembro /2018).

Com relação aos escores, estes assumiram valores decrescentes de 3 a 0, partindo-se da melhor situação possível (3), até a situação com o pior desempenho (0). Os critérios para a pontuação foram definidos, por meio da análise baseada na realidade local verificada nos estudos técnicos e no Questionário Socioambiental (Vide Anexo Único), determinando os recortes conceituais utilizados.

O cálculo do IQV no período contemplou o somatório de todas as contribuições dos fatores mensurados.





2.1 OPERACIONALIZAÇÃO DOS FATORES PARA EFEITO DE COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA – IQV

2.1.1 Fator Habitação

Na composição do fator Habitação foram considerados os seguintes itens: condições de moradia, estrutura das residências, existência e localização de banheiro na residência e a existência de energia na residência.

2.1.1.1 Condições de Moradia

As atribuições das variáveis destes itens foram baseadas nos conceitos e definições do Censo Demográfico de 2010 (IBGE)². A determinação do item Condições de Moradia foi baseada na classificação e cálculos das variáveis de moradia própria, alugada, de posse e/ou cedida, conforme apresentado a seguir.

Variáveis de Classificação e de Cálculo

Foram consideradas, em relação aos imóveis onde as famílias residiam antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II). Partindo da melhor situação possível das famílias neste item (residência própria), foram considerados e mensurados os seguintes escores (Quadro 01):

Quadro 01. Variáveis do item condições de moradia e seus respectivos escores.

Variáveis	Escore
Própria	3
Posse	1
Cedida	1
Alugada	1

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2009. Rio de Janeiro, 2009.





2.1.1.2. Estrutura da Residência

A determinação do item estrutura da residência baseou-se na classificação e cálculos das variáveis de tipos de moradia, conforme apresentado a seguir.

Variáveis de Classificação e de Cálculo

Foi pesquisada a estrutura dos imóveis residenciais antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II). Partindo da melhor situação possível das famílias neste item (estrutura de residência de alvenaria) foram considerados e mensurados os seguintes escores (Quadro 02):

Quadro 02. Variáveis do item estrutura da residência e seus escores.

Variáveis	Escore
Alvenaria	3
Madeira	1
Barro/taipa	1
Papelão	1

2.1.1.3. Existência de Banheiro

Para efeito desse estudo, considera-se banheiro, estrutura que dispõe de chuveiro ou banheira e vaso sanitário, de acordo com definição utilizada no Censo Demográfico 2010 (IBGE). Para determinação do item existência de banheiro, foram considerados a classificação e cálculos das variáveis de existência: **banheiro do lado de fora ou dentro da residência e não ter banheiro**, conforme apresentado a seguir.

Variáveis de Classificação e de Cálculo

Foi pesquisada a estrutura dos imóveis residenciais antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II). Partindo da melhor situação possível das famílias neste item (banheiro dentro de casa), foram considerados e mensurados os seguintes escores (Quadro 03):





Quadro 03. Variáveis do item existência e localização do banheiro do domicílio e seus escores.

Variáveis	Escore
Banheiro dentro da casa	3
Banheiro do lado de fora da Casa	2
Não tem Banheiro	0

2.1.1.4. Energia Elétrica Residencial

A determinação do item Energia Elétrica Residencial considerou a classificação e cálculos das variáveis: **possui ou não energia elétrica no imóvel residencial**, conforme apresentado a seguir.

Variáveis de Classificação e de Cálculo

Foi pesquisada a existência de energia elétrica nos imóveis residenciais das famílias antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II). Partindo da melhor situação possível das famílias neste item (possui energia elétrica), foram considerados e mensurados os seguintes escores (Quadro 04):

Quadro 04. Variáveis do item existência ou não de energia elétrica e seus escores.

Variáveis	Escore
Possui	3
Não possui	0

2.1.1.5. Determinantes do Fator Habitação

O somatório das pontuações dos itens **Condições de Moradia, Estrutura das Residências, Existência de Banheiros e Energia Elétrica Residencial**, formou o escore equivalente à variável Fator Habitação. A contribuição do fator Habitação no IQV foi calculada por meio da Equação 01, já especificada anteriormente.

2.1.2. Fator Transporte

O componente do fator Transporte foi o item veículo, compreendendo a modalidade de deslocamento das famílias nos períodos antes da transferência (período Pré-





transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II).

2.1.2.1. Veículo

Para efeito desse estudo, considerou-se veículo como meio de transporte utilizado por um membro ou por toda a família.

A determinação do item Veículo considerou a classificação e cálculos das variáveis da existência ou não de veículos próprios para as famílias antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II) (automóvel, moto, bicicleta, entre outros) e o seu quantitativo.

Variáveis de Classificação e de Cálculo

Foi pesquisada a existência de veículos próprios das famílias antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II). Partindo da melhor situação possível das famílias neste item (**possuem dois meios de transportes ou mais**), foram considerados e mensurados os seguintes escores (Quadro 05):

Quadro 05. Variáveis do item existência e quantitativo de meios de transporte e seus escores.

Variáveis	Escore
Possui três ou mais meios de transportes.	3
Possui dois ou mais meios de transportes	2
Possui um meio de transporte.	1
Não possui meio de transporte.	0

2.1.2.2. Determinantes do Fator Transporte

A contribuição do fator transporte no IQV foi calculada por meio da Equação 01, conforme especificado anteriormente.

2.1.3. Fator Educação

Os componentes do fator Educação foram determinados pelos itens **Escolaridade e Localização da Estrutura de Educação** utilizada pelos membros das famílias no período





antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II).

2.1.3.1. Escolaridade

A determinação do item escolaridade considerou a classificação e cálculos das variáveis, com base na escolaridade (grau de instrução), conforme apresentado a seguir.

Variáveis de Classificação e de Cálculo

Foi pesquisado o grau de instrução dos membros das famílias antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II). Partindo da melhor situação possível das famílias neste item (**ensino médio ou mais**), foram considerados e mensurados os seguintes escores (Quadro 06):

Quadro 06. Variáveis do item escolaridade e seus escores.

Variáveis	Escore
Ensino médio ou mais	3
Até o nível fundamental II	2
Até o nível fundamental I	1
Não estudou	0

Para efeito do escore da contribuição do item Escolaridade no fator Educação, foi considerado o maior grau de instrução de um dos membros da família, ou seja, foi o grau máximo de instrução por família.

2.1.3.2. Localização da Estrutura de Educação

A determinação do item Localização da Estrutura de Educação considerou a classificação e cálculo da variável de localização da estrutura de educação que os membros das famílias têm acesso, conforme apresentado a seguir.

Variáveis de Classificação e de Cálculo

Foi pesquisada a localização da estrutura de educação das unidades de ensino escolar frequentadas pelos membros das famílias nos períodos antes da transferência





(período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II). Partindo da melhor situação possível das famílias neste item (**estrutura de educação na localidade onde reside**), foram considerados e mensurados os seguintes escores (Quadro 07):

Quadro 07. Variáveis do item localização da estrutura de educação e seus escores.

Variáveis	Escore
Na localidade	3
Em outra localidade	2
Na sede do município	2
Em outro município	0

Para efeito da fórmula da contribuição do item localização da estrutura de educação no fator educação, foi considerado o maior escore entre os membros da família.

2.1.3.3. Determinantes do Fator Educação

O somatório das pontuações dos itens Escolaridade e Localização das Estruturas de Educação formará o escore equivalente ao fator Educação. A contribuição do fator educação no IQV foi calculada por meio da Equação 01, conforme especificado anteriormente.

2.1.4. Fator Saúde

Os componentes do fator Saúde foram os itens acesso aos serviços nas estruturas de saúde e a localização destas. Vale salientar que a totalidade de ações e serviços de atenção à saúde é desenvolvida em conjunto de estabelecimentos, organizados em rede regionalizada e hierarquizada, e disciplinadas segundo os subsistemas (estadual e municipal), do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.1.4.1. Acesso aos Serviços de Saúde

A determinação do item acesso aos serviços nas estruturas de saúde considerou a classificação e cálculos das variáveis de acesso aos serviços nas estruturas de saúde.

Ressalta-se que a estrutura de saúde é considerada como qualquer estabelecimento público ou privado onde funciona algum atendimento, consulta, ação curativa ou





preventiva, relacionado à área de saúde. Conceito baseado na definição utilizada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)³.

Variáveis de Classificação e de Cálculo

Foram pesquisados os tipos de estruturas de saúde que as famílias têm acesso antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II). Partindo da melhor situação possível das famílias neste item (**hospital público, hospital privado e posto de saúde**), foram considerados e mensurados os seguintes escores (Quadro 08):

Quadro 08. Variáveis do item acesso aos serviços nas estruturas de saúde e seus escores.

Variáveis	Escore
Hospital público/privado	3
Posto de saúde/ACS	3
Farmácia	2
Ausência de acesso aos serviços de saúde	0

2.1.4.2. Localização das Estruturas de Saúde

A determinação do item Localização das Estruturas de Saúde considerou a classificação e cálculo da variável de localização das estruturas de saúde antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II).

Variável de Classificação e de Cálculo

Foi pesquisada a localização da estrutura de saúde que as famílias têm acesso antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II). Partindo da melhor situação possível das famílias neste item (estrutura de saúde na localidade onde residem), foram considerados e mensurados os seguintes escores (Quadro 09):

³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2009. Rio de Janeiro, 2009.





Quadro 09. Variáveis do item localização da estrutura e seus escores.

Variáveis	Escore
Na localidade	3
Em outra localidade	2
Na sede do município	2
Em outro município	0

2.1.4.3. Determinante do Fator Saúde

Os somatórios das pontuações dos itens Acesso aos Serviços de Saúde e Localização da Estrutura de Saúde formaram o escore equivalente ao fator Saúde.

A contribuição do fator Saúde no IQV foi calculada por meio da Equação 01, conforme especificado anteriormente.

2.1.5. Fator Segurança

O componente do fator Segurança foi o item Serviços de Segurança Acessíveis.

2.1.5.1. Serviços de Segurança Acessíveis

A determinação do item Serviços de Segurança Acessíveis contemplou a classificação e cálculos das variáveis dos serviços de segurança pública acessíveis, conforme apresentado a seguir:

Variáveis de Classificação e de Cálculo

Foram pesquisados os serviços acessíveis de segurança pública, utilizando como referência as principais demandas (observadas e pontuadas) nas localidades das famílias antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II). De acordo com esta análise, foram levantadas as seguintes situações:

- Ronda policial: percurso feito por um policial ou por um grupo de policiais, com a finalidade de preservação da ordem pública, pode-se envolver a repressão imediata às infrações penais e administrativas, e a aplicação da lei;
- Registro de ocorrência: para este estudo, o registro de ocorrência foi considerado como todo fato que, de qualquer forma, afete ou possa afetar a





ordem pública e que exija a intervenção policial por meio de ações ou operações;

- Mediação de conflitos: meio de solução para qualquer situação problemática que pode envolver violência, ou não, decorrente das relações entre indivíduos ou entre indivíduos e instituições públicas ou privadas;
- Ausência de serviços acessíveis de segurança pública: quando estes serviços acima citados não são considerados acessíveis às famílias nas localidades antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II).

Partindo da melhor situação possível das famílias neste item (são acessíveis três serviços de segurança pública ou mais), foram considerados e mensurados os seguintes escores (Quadro 10):

Quadro 10. Variáveis do item serviços de segurança pública acessível e seus escores.

Variáveis	Escore
São acessíveis três serviços	3
São acessíveis dois serviços	2
Somente um serviço acessível	1
Não há serviços acessíveis	0

2.1.5.2. Determinante do Fator Segurança

A contribuição do fator Segurança no IQV foi calculada por meio da Equação 01, conforme especificado anteriormente.

2.1.6. Fator Lazer

O componente do fator Lazer foi o item Atividades de Lazer.

2.1.6.1. Atividades de Lazer

A determinação do item Atividades de Lazer considerou a classificação e cálculos das variáveis das atividades de lazer praticadas ou não praticadas pelas famílias nas localidades de origem antes da transferência (período Pré-transferência) e após a





transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II), conforme apresentado a seguir.

Variáveis de Classificação e de Cálculo

Foram pesquisadas as atividades de lazer, utilizando como referência as atividades de lazer desenvolvidas nas localidades antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II). Partindo da melhor situação possível das famílias neste item (**participam de três ou mais atividades de lazer ou mais**), foram considerados e mensurados os seguintes escores (Quadro 11):

Quadro 11. Variáveis do item atividades de lazer e seus escores.

Variáveis	Escore
Participam de três ou mais atividades de lazer	3
Participam de duas atividades de lazer	2
Participam de uma atividade de lazer.	1
Não participam de atividades de lazer.	0

2.1.6.2. Determinante do Fator Lazer

A contribuição do fator Lazer no IQV foi calculada por meio da Equação 01, conforme especificado anteriormente.

2.1.7. Fator Comunicação

Os componentes do fator Comunicação foram os itens Acesso à Informação (meios de comunicação) e Equipamentos de Comunicação.

2.1.7.1. Acesso à Informação

A determinação do item considerou a classificação e cálculos das variáveis dos meios de comunicação para ter acesso à informação, conforme apresentado a seguir.

Variáveis de Classificação e de Cálculo

Foram pesquisados os meios de comunicação (rádio, televisão, jornal / revista, internet/e-mail, carro de som, rádio comunitária, boca a boca, entre outros) que as famílias utilizam para ter acesso à informação. Partindo da melhor situação possível





das famílias neste item (existência de três ou mais meios de comunicação), foram considerados e mensurados os seguintes escores (Quadro 12):

Quadro 12. Variáveis do item acesso à informação e seus escores.

Variáveis	Escore
Acesso por quatro ou mais meios de comunicação	3
Acesso por dois ou três meios de comunicação	2
Acesso por um meio de comunicação	1
Não tem acesso aos meios de comunicação	0

2.1.7.2. Equipamentos de Comunicação

A determinação do item considerou a classificação e cálculos das variáveis dos equipamentos de comunicação, conforme apresentado a seguir.

Variáveis de Classificação e de Cálculo

Foram pesquisados a existência e o quantitativo de cada equipamento de comunicação (rádios, computadores, celulares, entre outros) que as famílias possuem. Partindo da melhor situação possível das famílias neste item (possuem três ou mais equipamentos de comunicação), foram considerados e mensurados os seguintes escores (Quadro 13):

Quadro 13. Variáveis do item equipamentos de comunicação e seus escores.

Variáveis	Escore
Possuem quatro ou mais equipamentos de comunicação.	3
Possui dois ou três equipamentos de comunicação.	2
Possui um equipamento de comunicação.	1
Não possui equipamentos de comunicação.	0

2.1.7.3. Determinante do Fator Comunicação

O somatório das pontuações dos itens Acesso à Informação e Equipamentos de Comunicação formaram o escore equivalente ao referido fator. A contribuição do fator comunicação no IQV foi calculada por meio da Equação 01, conforme especificado anteriormente.





2.1.8. Fator Saneamento

Na mensuração do fator Saneamento foram considerados os seguintes itens: Abastecimento de Água; Tratamento de Água; Esgotamento Sanitário; Destinação Direta dos Resíduos, e suas respectivas variáveis.

2.1.8.1. Abastecimento de Água

A determinação do item considerou a classificação e cálculos das variáveis dos tipos de abastecimento de água nas residências, conforme apresentado a seguir.

Variáveis de Classificação e de Cálculo

Foram pesquisadas as formas diretas de abastecimento de água dos imóveis residenciais das famílias antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II). Partindo da melhor situação possível das famílias neste item (rede pública e rede comunitária), foram considerados e mensurados os seguintes escores (Quadro 14):

Quadro 14. Variáveis do item abastecimento de água e seus escores.

Variáveis	Escore
Rede Pública	3
Rede Comunitária	3
Poço/açude	2
Rio/nascente	2
Carro-pipa	1

2.1.8.2. Tratamento de Água

A determinação do item considerou a classificação e cálculos das variáveis dos tipos de tratamento de água para consumo das famílias, conforme apresentado a seguir.

Variáveis de Classificação e de Cálculo

Foram pesquisados os tipos de tratamento de água consumida pelas famílias nas localidades antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II) e o processo de tratamento de água dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Humano





(SAA) que contém, entre outras, a filtração e cloração (desinfecção) foi utilizado como base para consequente classificação. Partindo da melhor situação possível das famílias neste item (filtrada e clorada), foram considerados e mensurados os seguintes escores (Quadro 15):

Quadro 15. Variáveis do item tratamento da água para consumo humano e seus escores.

Variáveis	Escore
Filtrada e clorada	3
Clorada	2
Filtrada	2
Fervida	2
Sem tratamento	0

2.1.8.3. Esgotamento Sanitário

A determinação do item considerou a classificação e cálculos das variáveis do esgotamento sanitário dos imóveis residenciais, conforme apresentado a seguir.

Variáveis de Classificação e de Cálculo

Foram pesquisados os tipos de esgotamento sanitário dos domicílios das famílias antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II). Partindo-se da melhor situação possível das famílias neste item (rede pública e fossa séptica), foram considerados e mensurados os seguintes escores (Quadro 16):

Quadro 16. Variáveis do item esgotamento sanitário e seus escores.

Variáveis	Escore
Rede Pública	3
Fossa Séptica	3
Sumidouro	2
Vala/canal/rio/ao ar livre	0





2.1.8.4. Destinação Direta dos Resíduos

A determinação do item considerou a classificação e cálculos das variáveis dos tipos de destinação direta dos resíduos produzidos pelas famílias, conforme apresentado a seguir.

Variáveis de Classificação e de Cálculo

Foram pesquisados os tipos de destinação direta do resíduo produzido pelas famílias antes da transferência (período Pré-transferência) e após a transferência para a VPR (períodos Pós-transferência I e Pós-transferência II). Partindo-se da melhor situação possível das famílias neste item (coleta pública e reaproveitamento), foram considerados e mensurados os seguintes escores (Quadro 17):

Quadro 17. Variáveis do item destinação direta do resíduo e seus escores.

Variáveis	Escore
Coleta pública/reaproveitamento e/ou triagem dos resíduos recicláveis	3
Enterrado/Queimado	0
Rio/Canal	0
Terreno Baldio /Lixão/ao ar livre	0

2.1.8.5. Determinante do Fator Saneamento

A contribuição do fator saneamento no IQV foi calculada por meio da Equação 01, conforme especificado anteriormente.

2.2. ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA (IQV)

O Índice de Qualidade de Vida das famílias da VPR Vassouras foi determinado pelo somatório da contribuição dos oito fatores apresentados. Estabelecendo o referencial de quanto mais próximo de 1, maior o Índice de Qualidade de Vida (IQV) da Vila Produtiva Rural, conforme apresentado no Quadro 18 a seguir:



Quadro 18. Classificação do Índice de Qualidade de Vida – IQV.

Classe do Índice de Qualidade de Vida	Tipo de Enquadramento
$0,80 \leq \text{IQV} \leq 1,0$	Alto
$0,50 \leq \text{IQV} < 0,80$	Médio
$0,00 < \text{IQV} < 0,50$	Baixo

Fonte: BARRETO; KHAN, 2006⁴.

3. RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

O Quadro 19 a seguir, apresenta a contribuição dos 08 (oito) fatores, a saber: Habitação, Transporte, Educação, Saúde, Segurança, Lazer, Comunicação e Saneamento, para obtenção do Índice de Qualidade de Vida (IQV) das famílias beneficiadas.

Quadro 19. Valores absolutos dos Fatores do Índice de Qualidade de Vida – IQV da VPR Vassouras, nos períodos Pré-transferência, Pós-transferência I e Pós-transferência II.

Fator	Fatores - Valores Absolutos		
	Pré-transferência	Pós-transferência I	Pós-transferência II
Habitação	0,114	0,222	0,206
Transporte	0,008	0,026	0,019
Educação	0,064	0,080	0,030
Saúde	0,083	0,128	0,117
Segurança	0,005	0,049	0,019
Lazer	0,026	0,027	0,022
Comunicação	0,053	0,091	0,073
Saneamento	0,056	0,183	0,169
IQV	0,41	0,81	0,66

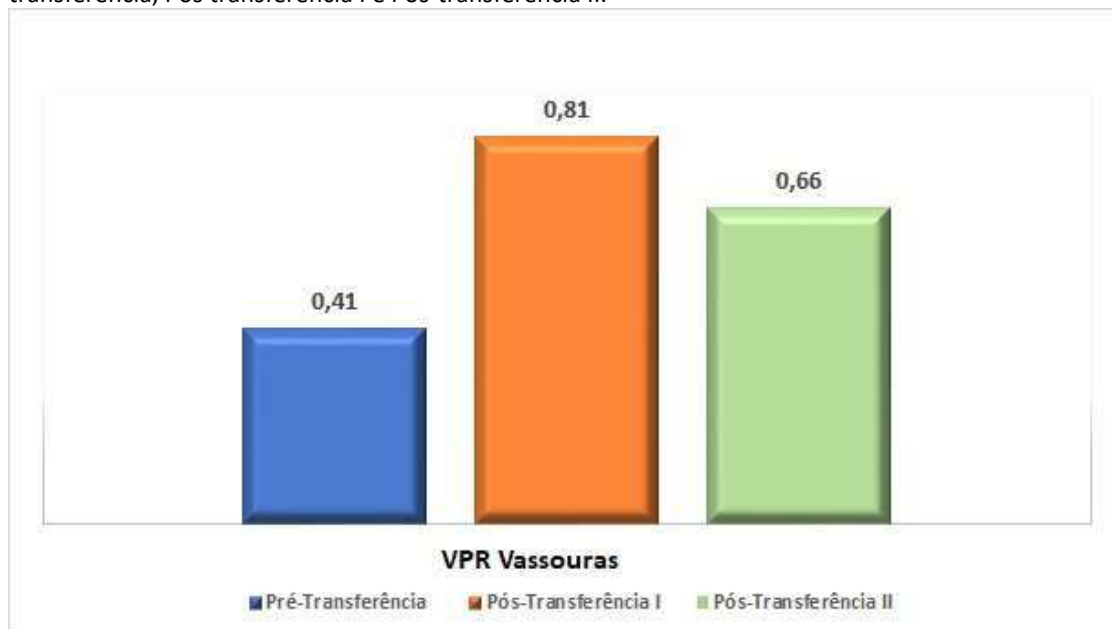
⁴ BARRETO, RICARDO SÁ CANDÉIA; KHAN, AHMAD SAEED. Capital Social e Qualidade de Vida dos Assentamentos do município de Caucaia – CE. XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, **SOBER**. Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006. Disponível em: http://ageconsearch.umn.edu/stats_display.jsp?handle=143307 e acesso em: novembro de 2013.





A Figura 01, a seguir, apresenta os Índices de Qualidade de Vida (IQVs) verificados na VPR Vassouras nos períodos de Pré-transferência (out/2014), Pós-transferência I (dez/2017) e Pós-transferência II (dez/2018).

Figura 01. Comparativo dos Índices de Qualidade de Vida (IQV) da VPR Vassouras nos períodos Pré-transferência, Pós transferência I e Pós-transferência II.



O IQV da VPR Vassouras no período de Pré-Transferência é considerado baixo (0,41), considerando que antes da transferência para a VPR, a maioria das famílias viviam em habitações precárias, passando pela insuficiência nos serviços de segurança e de aspectos relacionados ao saneamento básico.

No período de Pós-Transferência I verificou-se o aumento significativo do referido índice (0,81), sendo classificado como “Alto”. Conforme as informações apresentadas no Quadro 18, no referido período ocorreu a melhoria em todos os fatores analisados, quando comparados ao período de Pré-transferência.

Ressalta-se que a melhoria dos fatores Habitação, Educação, Saúde, Lazer e Saneamento sofreu influência direta da implantação do Setor Residencial da VPR, já que as casas construídas são de alvenaria, com energia elétrica, banheiro interno e saneamento e as estruturas sociais (escola, posto de saúde, praça, quadra e campo de futebol), possibilitaram a melhoria nas condições de educação, saúde e lazer.





Ainda conforme o Quadro 18, quando comparados os períodos de Pós-transferência I com o de Pós-transferência II, verifica-se uma redução no IQV, passando de 0,81 para 0,66. Essa redução foi observada em todos os fatores analisados, no entanto, as maiores reduções ocorreram nos fatores Educação e Segurança, os quais não estão diretamente relacionadas às metas do Programa de Reassentamento das Populações e sim, à políticas públicas correlatas.

Ressalta-se que, apesar de ter ocorrido a redução do IQV no período mencionado, houve um aumento significativo nos valores dos referidos índices, quando comparado à fase de Pré-Transferência.

Considerando a referida análise, pode-se afirmar que o Programa de Reassentamento das Populações vem cumprindo seu principal objetivo de propiciar, às famílias afetadas, condições sociais e econômicas, no mínimo, similares às condições de vida observadas anteriormente à implementação do empreendimento.



Anexo Único. Questionário Socioambiental – QSA

CMT Ambiental

BRAZIL

Piedade
São Francisco

Questionário Socioambiental para o Índice de Qualidade de Vida – IQV (Pré-Transferência)

I - INFORMAÇÕES GERAIS

Beneficiário: _____
 VPR: _____ Número da Casa: _____
 Número de membros da família: _____
 Entrevistado: _____
 Entrevistador: _____ Data: ____ / ____ / ____

II - DADOS PESSOAIS/FAMÍLIA

Nº	Nome	Grau de parentesco (em relação ao beneficiário)	Gênero	Idade

III - OCUPAÇÃO, EMPREGO E RENDA

1. Qual (is) a sua (s) ocupação (ões) e de sua família? Especificar o quantitativo de pessoas por ocupação citada.

- () agricultor (a) _____ pessoas
- () trabalhador da construção civil _____ pessoas
- () vigilante _____ pessoas
- () professor (a) _____ pessoas
- () menendeira _____ pessoas
- () outros Quais: _____ pessoas

2. Qual (is) sua (as) fonte (s) de renda e a de sua família? Especificar o valor em R\$ e quantidade de pessoas que contribuem com a renda familiar.

- () Trabalho formal R\$ _____ / _____ pessoas
- () Trabalho informal R\$ _____ / _____ pessoas
- () previdência social R\$ _____ / _____ pessoas
- () programas governamentais R\$ _____ / _____ pessoas
- () Verba de Manutenção Temporária R\$ _____ / _____ pessoas



CMV Ambiental

BRASIL

PRIMA
São Francisco

3. Faixa de Renda mensal familiar () Menos de 01 (um) salário mínimo () De 1 a 2 salários mínimo () Acima de 2 até 3 salários mínimos () Acima de 3 salários mínimos
4. Renda gerada pela atividade agropecuária: () Menos de 01 (um) salário mínimo () De 1 a 2 salários mínimo () Acima de 2 até 3 salários mínimos () Acima de 3 salários mínimos
IV – HABITAÇÃO
5. Qual a condição de sua residência? () própria () alugada () cedida () posse
6. Qual o tipo de moradia? () alvenaria () madeira () barro/taipa () papelão
7. Qual a localização do seu banheiro? () dentro de casa () do lado de fora da casa () não tem banheiro
8. Sua residência possui energia elétrica? () Sim. De que forma? _____ () Não
9. Qual o nível de satisfação da família, quanto à sua habitação? () Pouco satisfeito () Satisfeito () Muito Satisfeito
V – TRANSPORTE
10. Você ou alguém da sua família possui algum meio de transporte (veículo)? () Sim () Não Se, SIM Quais e quantos? () Caminhão () automóvel () moto () bicicleta () Outros _____
11. Qual o nível de satisfação quanto aos meios de transporte? () Pouco satisfeito () Satisfeito () Muito Satisfeito
VI – EDUCAÇÃO
12. Qual o nível de escolaridade dos membros da família? (Anexo I)
13. Onde está localizada a estrutura de ensino utilizada por você e sua família? () na localidade () em outra localidade () na sede do município () em outro município
14. Qual o nível de satisfação em relação ao acesso à educação? () Pouco satisfeito () Satisfeito () Muito Satisfeito
VII – SAÚDE
15. Quais os serviços de saúde são acessíveis a você e a sua família? () posto de saúde/ACS () hospital público () hospital privado () farmácia () ausência do serviço () outros _____
16. Onde está localizada a estrutura de saúde utilizada com maior frequência por você e sua família? () na localidade () em outra localidade () na sede do município () em outro município
17. Qual o nível de satisfação quanto ao acesso à saúde? () Pouco satisfeito () Satisfeito () Muito Satisfeito



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional



VIII – SEGURANÇA

18. Quais os serviços de segurança pública acessíveis na localidade onde você e sua família residem?

- () registro de ocorrência () mediação de conflitos () ronda policial
() não há serviços acessíveis () outros _____

19. Qual o nível de satisfação quanto à segurança pública na localidade?

- () Pouco satisfeito () Satisfeito () Muito Satisfeito

IX – LAZER

20. Quais as atividades de lazer (desportivas, culturais, associativas, religiosas etc.), que sua família participa na localidade?

- () Torneios e campeonatos de futebol () Festividades culturais (religiosa, cívica, etc.) () Não participam
atividades de lazer () Outros _____

21. Qual o nível de satisfação quanto ao lazer?

- () Pouco satisfeito () Satisfeito () Muito Satisfeito

X – COMUNICAÇÃO

22. Que equipamentos de comunicação você e sua família possuem? Quantos?

- () rádio () TV () computador () celular () Não possuem
() Outros _____

23. Quais os meios de comunicação que você e sua família utilizam para ter acesso à informação?

- () rádio () TV () jornal / revista () Internet/e-mail () carro de som () rádio comunitária
() boca a boca () outros _____

24. Qual o nível de satisfação quanto ao acesso à informação?

- () Pouco satisfeito () Satisfeito () Muito Satisfeito

XI – SANEAMENTO

25. Qual é o principal tipo de abastecimento de água da sua residência?

- () rede pública () rede comunitária () poço/çude
() rio/nascente () carro-pipa

26. Qual o tipo de tratamento da água consumida por você e sua família?

- () filtrada e clorada () clorada () filtrada () fervida () sem tratamento

27. Sua residência faz parte de uma rede de esgotamento sanitário?

- () Sim. Qual? _____
() Não. Qual a destinação do esgoto da sua residência?
() fossa séptica () sumidouro () ar livre () vala/canal () rio

28. Qual a destinação direta do lixo produzido na sua residência?

- () coleta pública () reciclagem () queima () enterra
() terreno baldio () canal ou rio () lixão () deixa ao ar livre

29. Qual o nível de satisfação quanto ao saneamento?

- () Pouco satisfeito () Satisfeito () Muito Satisfeito



Projeto São Francisco
SANTARÉM DO ARARIPE - PERNAMBUCO



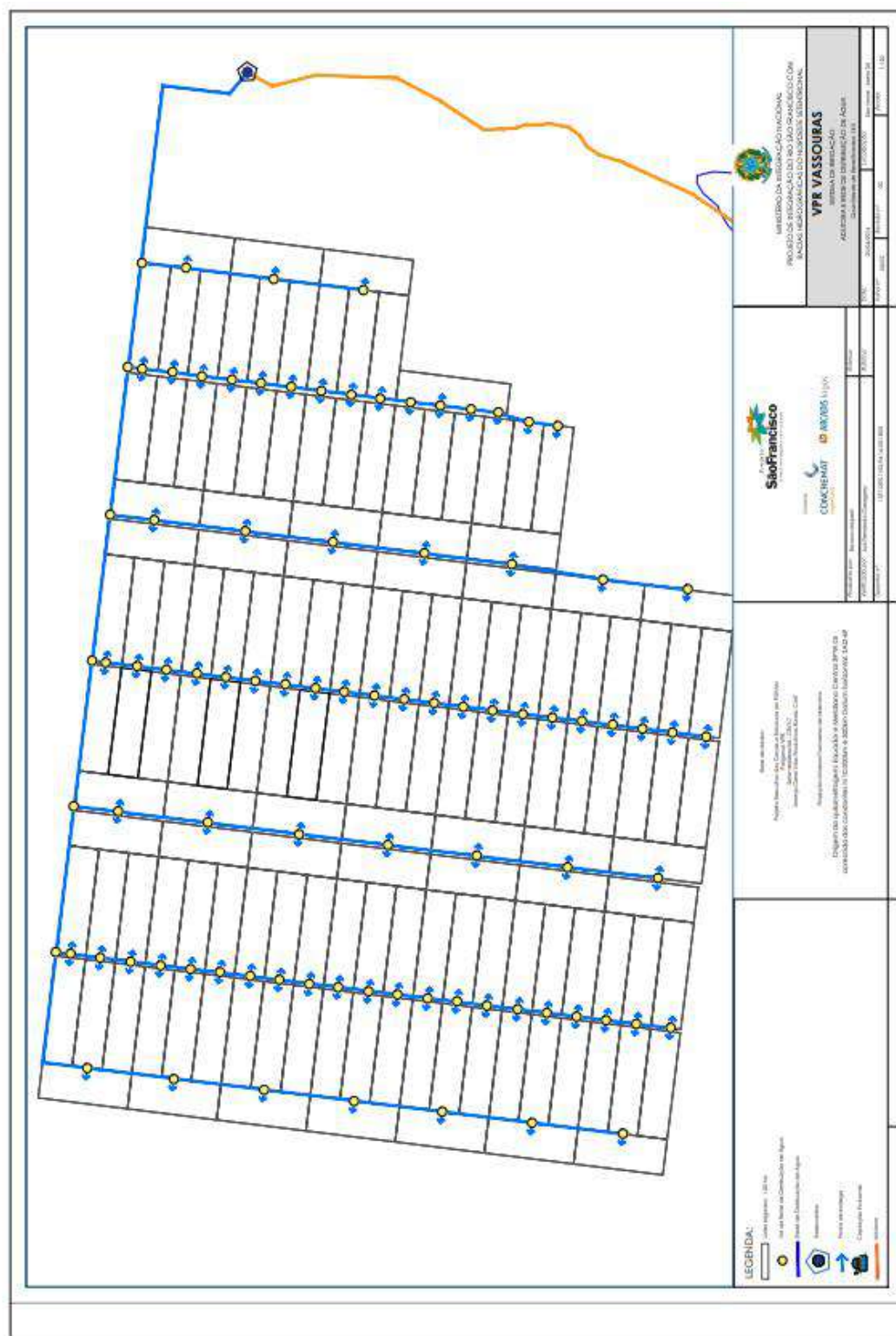
[illegible]

*Nº. Refere-se aos nomes no item II – Dados pessoais/família



ÁGUA, FUTURO E CIDADANIA
PARA MAIS BRASILEIROS

281



ANEXO 09 - SOLICITAÇÃO DE REDUÇÃO DO ICMS

	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS
	FAMILIARES DE BREJO SANTO-CE
	C.N.P.J. 07.087.828/0001-78
	Reconhecido pelo Ministério do Trabalho Conforme Carta Sindical N°. 141021 de 1962
	Rua Manoel Inácio Bezerra, 468 – Fone/Fax (0**88) 3531 – 1062 /, CEP: 63260-000 Brejo Santo – CE E-mail: sindicatobrejo@bol.com.br

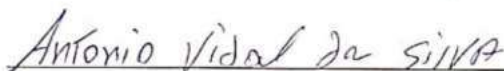
DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Brejo Santo Ceará, declara para os devidos fins, que Associação Comunitária dos Moradores da Vila Produtiva Vassouras Lote 05 CEP: 63.260.-000 Sítio Vassouras CNPJ: 22.329.666/0001-20, exerce atividade rural de subsistência.

A Unidade Rural está situada em uma área cedida através do Programa de Reassentamento das Populações do Projeto de Integração do Rio São Francisco- localizada no Sítio Vassouras, CEP: 63.260-000, município de Brejo Santo -CE. Formada por 145 famílias de natureza de Agricultura Familiar, sem fins lucrativos.

Este Sindicato, assume inteiramente a responsabilidade perante o ART.299,do Código Penal, que versa sobre declarações falsas, documentos forjados ou adulterados, constituindo-se em crime de falsidade ideológica.

Brejo Santo-CE, 17 de Janeiro de 2024.



Antônio Vidal da Silva
Presidente deste Sindicato em Exercício

Antônio Vidal da Silva
Presidente
CPF 311.766.743-15
STRAAF

ANEXO ÚNICO
 (Inciso II do art. 4.º do Decreto n.º 32.847 DE 30/10/2018)

CONCESSONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA	DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DA NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA PRODUTOR RURAL	N.º DA UNIDADE CONSUMIDORA (sem dígito verificador)				
		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 25px; height: 20px;"></td> <td style="width: 25px; height: 20px;"></td> <td style="width: 25px; height: 20px;"></td> <td style="width: 25px; height: 20px;"></td> </tr> </table>				

PRODUTOR RURAL

NOME OU RAZÃO SOCIAL: <u>Associação Comunitária dos Moradores da Vila Produtora Varreiros 10108</u>			
CNPJ/CGF/CPF: <u>02.329.666/0001-20</u>	R.G. DO RESPONSÁVEL: <u>96037015079</u>	FONE	
		FIXO	CELULAR
			<u>68 9.9867-4483</u>
ENDEREÇO:			

ANEXAÇÃO DE CÓPIA DA DOCUMENTAÇÃO ABAIXO ASSINALADA:

☐ SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ - SDA
☐ SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA - SEAPA
☐ IDACE
☐ FAEC
☐ FETRAECE
☐ TETRAF-CEARÁ
☒ SINDICATO DE PRODUTORES OU DE TRABALHADORES DA AGRICULTURA OU PECUÁRIA, REGULARMENTE REGISTRADO EM ÓRGÃOS COMPETENTES

NA UNIDADE CONSUMIDORA É (SÃO) EXERCIDA(S) A(S) ATIVIDADE(S) EXCLUSIVAMENTE OU PREPONDERANTEMENTE DE: (MARCAR AS ATIVIDADES)

- ☒ AGRICULTURA
☐ PECUÁRIA
☐ APICULTURA
☐ AVICULTURA
☐ SUINOCULTURA
☐ SERICULTURA
☐ AQUICULTURA
☐ CUNICULTURA
☐ CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE PEQUENO PORTE COM USO DE EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES RURAIS AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS
☐ EXTRAÇÃO E EXPLORAÇÃO VEGETAL E ANIMAL
☐ BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DECORRENTES DA ATIVIDADE RURAL, SEM QUE SEJAM ALTERADAS A COMPOSIÇÃO E AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO "IN NATURA", FEITA PELO PRÓPRIO AGRICULTOR OU CRIADOR
☐ OUTRA (ESPECIFICAR): _____

EU, Francisco Pereira da Silva, ABAIXO ASSINADO, VENHO REQUERER A NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS NA AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE E DECLARAR, SOB AS PENAS DA LEI, QUE EXERÇO A ATIVIDADE DE PRODUTOR RURAL OU QUE FUI APOSENTADO NESTA CONDIÇÃO, PRETENCENDO OS REQUISITOS LEGALMENTE PREVISTOS.

DECLARO, AINDA, ESTAR CIENTE DE QUE A PERMANÊNCIA DA NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS NA CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA REQUER A MANUTENÇÃO ATUALIZADA DO CADASTRO NA CONCESSONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA, NA CONDIÇÃO DE PRODUTOR RURAL.

POR FIM, DECLARO ESTAR CIENTE DE QUE A NÃO OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO ACIMA SUJEITA-ME AO PAGAMENTO DO ICMS, COM OS ACRÉSCIMOS LEGAIS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO.

DECLARO QUE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SÃO VERDADEIRAS

Brejo Santo/CE, 17 de Janeiro de 2024
Francisco Pereira da Silva
 Assinatura do Responsável